Diversidade do campesinato: expressões e categorias
Emília Pietrafesa de Godoi; Marilda Aparecida de Menezes e Rosa Acevedo Marin (Orgs.)

Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas
Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Medeiros e Maria Ignez Paulilo (Orgs.)

Textos clássicos ou Clássicos sobre o campesinato
Clifford Andrew Welch; Edgard Malagodi, Josefa Salete Barbosa Cavalcanti e Maria de Nazareth Baudel Wanderley (Orgs.).

A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa.

Uma das principais políticas da Via Campesina é a defesa da soberania alimentar como direito dos povos decidirem suas próprias políticas agrícolas. E vem se tornando protagonista dos interesses históricos do campesinato em todo o mundo.

A Via Campesina é a propositora desta Coleção. Convidamos o leitor a participar desse processo de autonomia e emancipação que o campesinato tem promovido neste momento importante e rico de nossa história.

Em complementaridade às reflexões quanto aos processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, apresentadas no volume I e incidentes sobre formas tuteladas, neste volume II analisamos formas dirigidas de constituição de segmentos camponeses, isto é, correspondentes a processos de criação de condições para a ocupação populacional do território brasileiro, para a expansão de fronteiras produtivas e para objetivações da presença institucional do Estado. Reafirmamos, assim, a diversidade de situações sociais e históricas em que se expressa a organização produtiva de famílias sob o reconhecimento de formas camponesas, analisando casos de imigração de europeus e de concorrência e reconhecimento social de trabalhadores nacionais, abarcando, para este último caso, não só as colônias constituídas no bojo da Marcha para o Oeste, como também o conseqüente padrão de formação do patrimônio residencial e produtivo pela posse de lotes em terras devolutas ou, conforme representação dos posseiros, "sem dono".

Coleção História Social do Campesinato no Brasil

NEAD
ISBN 978-85-6054-843-9

UNESP
ISBN 978-85-7139-896-2

Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil – vol. II – Neves (Org.)

Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil

vol. II

Formas dirigidas de constituição do campesinato

Delma Pessanha Neves (Org.)

Convidados pelos dirigentes da Via Campesina, diversos pesquisadores de várias partes do país e do exterior, com distintos conhecimentos e formações disciplinares, assumiram o projeto de refletir coletivamente e agregar reflexões já formuladas, algumas consideradas clássicas, de modo a, pela Coleção História Social do Campesinato no Brasil, caracterizar as especificidades de constituição e reprodução do campesinato na sociedade brasileira. Mediante essa reflexão coletiva, os autores desejam demonstrar as contradições básicas enfrentadas pelos segmentos de produtores que, controlando meios de produção e operando com o trabalho familiar, reproduzem-se sob a hegemonia do sistema capitalista, hoje vangloriado por sua face mais globalizante e concentradora, portanto expropriadora do trabalho autônomo e dilapiladora de boa parte da biodiversidade, fatores, todavia, fundamentais para a reprodução do campesinato

A coleção está composta por 5 tomos, cada um dividido em dois volumes :

Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história
Márcia Motta e Paulo Zarth (Orgs.)

Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil
Delma Pessanha Neves e Maria Aparecida de Moraes e Silva (Orgs.)

Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil

DELMA PESSANHA NEVES (Org.)

Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil

Formas dirigidas de constituição do campesinato

volume 2

editora unesp

Direitos de publicação reservados à:
Fundação Editora da UNESP (FEU)
Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
feu@editora.unesp.br

CIP – Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

P956
v.2

Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, v.2: formas dirigidas de constituição do campesinato /Delma Pessanha Neves (Org.). — São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.
(História social do campesinato brasileiro)

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7139-896-2 (UNESP)
ISBN 978-85-6054-843-9 (NEAD)

1. Camponeses — História. 2. Camponeses — Brasil — História. 3. Camponeses — Brasil — Condições sociais. 4. Imigrantes — Brasil — História. I. Neves, Delma Pessanha. II. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. III. Série.

08-4973. CDD: 305.5633
CDU: 316.343

Editora afiliada:

Sumário

APRESENTAÇÃO À COLEÇÃO 9
PREFÁCIO 19
INTRODUÇÃO 23
Delma Pessanha Neves

Parte 1

COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO 37

1 Imigrantes colonos: ocupação territorial e formação camponesa no Sul do Brasil 39
Giralda Seyferth

2 Colonos italianos de Silveira Martins: entre os poderes da Igreja Católica e do Estado 65
Jérri Roberto Marin e Joel Orlando Bevilaqua Marin

3 Agricultores, camponeses e também colonos descendentes de imigrantes italianos na Região Central do Rio Grande do Sul 89
Maria Catarina Chitolina Zanini

4 Canaã, terra prometida 109
Joana Bahia

5 No tempo das máquinas: expansionismo agropecuário e imagens do terror entre os missioneiros 127
Flávio Leonel Abreu da Silveira

6 De “produtor” a “consumidor”: mudanças sociais e hábitos alimentares 151
Maria José Carneiro

Parte 2

A COLONIZAÇÃO DIRIGIDA E A MARCHA PARA OESTE 173

7 A Colônia Agrícola Nacional de Goiás no aprendizado da itinerância 175
Jadir de Morais Pessoa

8 Terra, trabalho e crenças: identidade e territorialidade camponesa 193
Bernadete Castro Oliveira

Parte 3

OS POSSEIROS E A IMPOSIÇÃO SILENCIOSA DA CONDIÇÃO CAMPONESA 209

9 Apropriação privada dos recursos naturais no Brasil: séculos XVII ao XIX (estudo da formação da propriedade privada) 211
José Heder Benatti

10 Os vira-mundos e a condição camponesa 239
Gil Almeida Felix

11 Os posseiros e a arte da negociação política 263
Margarita Rosa Gaviria

Parte 4

OS SITIANTES: CONDIÇÃO REFERENCIAL DO CAMPESINATO BRASILEIRO 287

12 A “riqueza do pobre”. Relações entre pais e filhos entre sitiantes tradicionais brasileiros 289
Lia de Freitas Garcia Fukui

Parte 5

CONSTITUIÇÃO E REPRODUÇÃO DO CAMPESINATO BRASILEIRO 301

13 Constituição e reprodução do campesinato no Brasil: legado dos cientistas sociais 303
Delma Pessanha Neves

Sobre os autores 325

Apresentação à coleção

Por uma recorrente visão linear e evolutiva dos processos históricos, as formas de vida social tendem a ser pensadas se sucedendo no tempo. Em cada etapa consecutiva, apenas são exaltados seus principais protagonistas, isto é, os protagonistas diretos de suas contradições principais. Os demais atores sociais seriam, em conclusão, os que, por alguma razão, se atrasaram para sair de cena. O campesinato foi freqüentemente visto dessa forma, como um resíduo. No caso particular do Brasil, a esta concepção se acrescenta outra que, tendo como modelo as formas camponesas européias medievais, aqui não reconhece a presença histórica do campesinato. A sociedade brasileira seria então configurada pela polarizada relação senhor–escravo e, posteriormente, capital–trabalho.

Ora, nos atuais embates no campo de construção de projetos concorrentes de reordenação social, a condição camponesa vem sendo socialmente reconhecida como uma forma eficaz e legítima de se apropriar de recursos produtivos.

O que entendemos por campesinato?

São diversas as possibilidades de definição conceitual do termo. Cada disciplina tende a acentuar perspectivas específicas e a destacar um ou outro de seus aspectos constitutivos. Da mesma forma, são diversos os contextos históricos nos quais o campesinato está presente nas sociedades. Todavia, há reconhecimento de princípios mínimos que permitem aos que investem, tanto no campo acadêmico quanto no político, dialogar em torno de reflexões capazes de demonstrar a presença da forma ou condição camponesa, sob a variedade de possibilidades de objetivação ou de situações sociais.

Em termos gerais, podemos afirmar que o campesinato, como categoria analítica e histórica, é constituído por poliprodutores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo. Para a construção da história social do campesinato no Brasil, a categoria será reconhecida pela produção, em modo e grau variáveis, para o mercado, termo que abrange, guar-

dadas as singularidades inerentes a cada forma, os mercados locais, os mercados em rede, os nacionais e os internacionais. Se a relação com o mercado é característica distintiva desses produtores (cultivadores, agricultores, extrativistas), as condições dessa produção guardam especificidades que se fundamentam na alocação ou no recrutamento de mão-de-obra familiar. Trata-se do investimento organizativo da condição de existência desses trabalhadores e de seu patrimônio material, produtivo e sociocultural, variável segundo sua capacidade produtiva (composição e tamanho da família, ciclo de vida do grupo doméstico, relação entre composição de unidade de produção e unidade de consumo). Por esses termos, a forma de alocação dos trabalhadores também incorpora referências de gestão produtiva, segundo valores sociais reconhecidos como orientadores das alternativas de reprodução familiar, condição da qual decorrem modos de gerir a herança, a sucessão, a socialização dos filhos, a construção de diferenciados projetos de inserção das gerações.

O campesinato emerge associadamente ao processo de seu reconhecimento político, ora negativo, ora positivo. Por tais circunstâncias, a questão política, constituída para o reconhecimento social, enquadrou tal segmento de produtores sob a perspectiva de sua capacidade adaptativa a diferenciadas formas econômicas dominantes, ora pensadas pela permanência, ora por seu imediato ou gradual desaparecimento. Como em muitos outros casos de enquadramento social e político, uma categoria de autoidentificação, portanto contextual, produto de investimentos de grupos específicos, desloca-se, sob empréstimo e (re)semantização, para os campos político e acadêmico e, nestes universos sociais, sob o caráter de signo de comportamentos especialmente hétero-atribuídos ou sob o caráter de conceito, apresenta-se como generalizável.

Vários autores, retratando a coexistência do campesinato em formações socioeconômicas diversas, já destacaram que o reconhecimento dessa nominação, atribuída para efeitos de investimentos políticos ou para reconhecimento de características comuns, só pode ser compreendido como conceito, cujos significados definem princípios gerais abstratos, motivo pelo qual podem iluminar a compreensão de tantos casos particulares. Para que a forma camponesa seja reconhecida, não basta considerar a especificidade da organização interna à unidade de produção e à família trabalhadora e gestora dos meios de produção alocados. Todavia, essa distinção é analiticamente fundamental para diferenciar os modos de existência dos camponeses dos de outros trabalhadores (urbanos e rurais), que não operam produtivamente sob tais princípios. Percebendo-se por esta distinção de modos de existência, muitos deles se encontram mobilizados politicamente para lutar pela objetivação daquela condição de vida e produção (camponesa).

Em quaisquer das alternativas, impõe-se a compreensão mais ampla do mundo cultural, político, econômico e social em que o camponês produz e

se reproduz. Da coexistência com outros agentes sociais, o camponês se constitui como categoria política, reconhecendo-se pela possibilidade de referência identitária e de organização social, isto é, em luta por objetivos comuns ou, mediante a luta, tornados comuns e projetivos. A esse respeito, a construção da história social do campesinato, como de outras categorias socioeconômicas, deve romper com a primazia do econômico e privilegiar os aspectos ligados à cultura. Ao incorporar as múltiplas dimensões da prática dos agentes, destacamos o papel da experiência na compreensão e explicitação política das contradições do processo histórico. Essas contradições revelam conflitos entre normas e regras que referenciam modos distintos de viver, em plano local ou ocupacional, colocando em questão os meios que institucionalizam formas de dominação da sociedade inclusiva. Tais postulados serão demonstrados nos diversos artigos desta coletânea, voltada para registros da história social do campesinato brasileiro.

A prática faz aparecer uma infinidade de possibilidades e arranjos, vividos até mesmo por um mesmo grupo. Quanto mais se avança na pesquisa e no reconhecimento da organização política dos que objetivam a condição camponesa, mais se consolidam a importância e a amplitude do número de agricultores, coletores, extrativistas, ribeirinhos e tantos outros, nessa posição social ou que investem para essa conquista.

A diversidade da condição camponesa por nós considerada inclui os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açaizeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não-capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária.

No caso da formação da sociedade brasileira, formas camponesas coexistem com outros modos de produzir, que mantêm relações de interdependência, fundamentais à reprodução social nas condições hierárquicas dominantes. Assim, a título de exemplo, ao lado ou no interior das grandes fazendas de produção de cana-de-açúcar, algodão e café, havia a incorporação de formas de imobilização de força de trabalho ou de atração de trabalho livre e relativamente autônomo, fundamentadas na imposição técnica do uso de trabalho basicamente manual e de trabalhadores familiares, isto é, membros da família do trabalhador alocado como responsável pela equipe. Esses fundamentais agentes camponeses agricultores apareciam sob designação de colonos, arrendatários, parceiros, agregados,

moradores e até sitiantes, termos que não podem ser compreendidos sem a articulação com a grande produção agroindustrial e pastoril. Se recuarmos um pouco no tempo, veremos que, ao lado de donatários e sesmeiros, apareciam os foreiros, os posseiros ou – designando a condição de coadjuvante menos valorizada nesse sistema de posições hierárquicas – os intrusos ou invasores, os posseiros criminosos etc. Os textos da história geral do Brasil, nos capítulos que exaltam os feitos dos agentes envolvidos nos reconhecidos movimentos de entradas e bandeiras, trazem à tona a formação de pequenos povoados de agricultores relativamente autárquicos. Posteriormente, tais agentes produtivos serão celebrados pelo papel no abastecimento dos tropeiros que deslocavam metais e pedras preciosas, mas também outros produtos passíveis de exportação e de abastecimento da população das cidades ou das vilas portuárias.

Dessa forma, o campesinato, forma política e acadêmica de reconhecimento conceitual de produtores familiares, sempre se constituiu, sob modalidades e intensidades distintas, um ator social da história do Brasil. Em todas as expressões de suas lutas sociais, seja de conquista de espaço e reconhecimento, seja de resistência às ameaças de destruição, ao longo do tempo e em espaços diferenciados, prevalece um traço comum que as define como lutas pela condição de protagonistas dos processos sociais.

Para escrever sobre esta história, é preciso, portanto, antes de tudo, refletir sobre a impositiva produção dessa "amnésia social" ou dessa perspectiva unidimensional e essencializada, que apaga a presença do campesinato e oculta ou minimiza os movimentos sociais dos camponeses brasileiros, consagrando – com tradição inventada – a noção do caráter cordato e pacífico do homem do campo. Ou fazendo emergir a construção de uma caricatura esgarçada do pobre coitado, isolado em grande solidão e distanciamento da cultura oficial, analfabeto, mal alimentado. Ora, tais traços aviltantes, para olhares que os tomassem como expressivos da condição de vida e não do sujeito social, revelavam as bases da exploração e da submissão em que viviam, seja como agentes fundamentais ou complementares do processo produtivo da atividade agroindustrial e exportadora.

Estimulados a coexistirem internamente, ao lado ou ao largo da grande produção, os agentes constituídos na condição camponesa não tinham reconhecidas suas formas de apropriação dos recursos produtivos. Assim sendo, são recorrentemente questionados e obrigados a se deslocar para se reconstituir, sob as mesmas condições, em áreas novamente periféricas. Da mesma forma, em outras circunstâncias, são submetidos a regras de coexistência consentidas e por vezes imediatamente questionadas, dada a exacerbação das posições hierarquizadas ou das desigualdades inerentes às condições de coexistência.

A presença dos camponeses é, pois, postulada pela ambigüidade e desqualificação, quando os recursos por eles apropriados se tornavam objeto

de cobiça. Entendemos, no entanto, que, sob processos relativamente equivalentes, estes agentes elaboraram, como traço comum de sua presença social, projetos de existência fundamentados em regras legítimas e legais, princípios fundamentais para a construção de um éthos e de regras éticas, orientadores de seu modo de existência e coexistência. Sob tais circunstâncias, a constituição da condição camponesa torna o agente que lhe corresponde o portador de uma percepção de justiça, entendida aqui não como uma abstração teórica sobre o direito aos recursos produtivos, e sim como uma experiência baseada em modos de coexistência: sob formas de comunidade camponesa; na labuta diária pela sobrevivência; na relação com a natureza; e nas práticas costumeiras para a manutenção e a reprodução de um modo de vida compatível com a ordem social, institucionalizada por aqueles que se colocam socialmente como seus opressores.

Levando em consideração o conjunto de fatores que vimos destacando, podemos caracterizar alguns elementos constitutivos de certa tradição do campesinato brasileiro, isto é, como expressão da existência permitida sob determinadas constrições e provisoriedades e sob certos modos de negociação política. Essa negociação não exclui resistências, imposições contratuais, legais ou consuetudinárias, ou questionamentos jurídicos, que revelam e reafirmam a capacidade de adaptação às condições da produção econômica dominante. Menos do que um campesinato de constituição tradicional, no sentido da profundidade temporal da construção de um patrimônio material e familiar, vemos se institucionalizar, como elemento distintivo, um patrimônio cultural inscrito nas estratégias do aprendizado da mobilidade social e espacial. Estratégias que visam, entre outros objetivos, à busca do acesso aos recursos produtivos para a reprodução familiar e a exploração de alternativas, oferecidas pelas experiências particulares ou oficiais de incorporação de áreas improdutivas ou fracamente integradas aos mercados.

Os camponeses instauraram, na formação social brasileira, em situações diversas e singulares e mediante resistências de intensidades variadas, uma forma de acesso livre e autônomo aos recursos da terra, da floresta e das águas, cuja legitimidade é por eles reafirmada no tempo. Eles investiram na legitimidade desses mecanismos de acesso e apropriação, pela demonstração do valor de modos de vida decorrentes da forma de existência em vida familiar, vicinal e comunitária. A produção estrito senso se encontra, assim, articulada aos valores da sociabilidade e da reprodução da família, do parentesco, da vizinhança e da construção política de um “nós” que se contrapõe ou se reafirma por projetos comuns de existência e coexistência sociais. O modo de vida, assim estilizado para valorizar formas de apropriação, redistribuição e consumo de bens materiais e sociais, se apresenta, de fato, como um valor de referência, moralidade que se contrapõe aos modos de exploração e de desqualificação, que também foram sendo re-

produzidos no decorrer da existência da posição camponesa na sociedade brasileira.

As formas exacerbadas de existência sob desigualdades socioeconômicas se expressam, sobretudo, na exploração da força de trabalho coletiva dos membros da família e na submissão aos intermediários da comercialização, que se associam a outros agentes dominantes para produzir um endividamento antecipado e expropriador. Essas formas de subordinação, que põem em questão as possibilidades de reprodução da condição camponesa, contrapõem-se à avaliação de perenizadas experiências positivas de construção da condição camponesa. Um exemplo de experiências positivas é a institucionalizada pelos sitiantes, dotados de autonomia para se agregarem por vida coletiva em bairros rurais.

No contexto de lutas sociais, os trabalhadores foram construindo um sistema de crenças partilhadas e inscritas em seu cotidiano de lutas pela sobrevivência e reprodução social. Essas lutas são orientadas pela definição do acesso aos recursos produtivos, de forma legal e autônoma, como fator fundamental para sua constituição como agente produtivo imediato, isto é, contraposto ao cativo ou subjugado no interior das fazendas e, por tal razão, dispondo de relativa autonomia. Nos termos dessa tradição, a liberdade é um valor para expandir uma potencialidade, ou seja, capacidade para projetar o futuro para os filhos e para socialmente se valorizar como portador de dignidade social. Na construção da formação social brasileira, o modo de existir reconhecido pela forma camponesa, menos que um peso da tradição da estabilidade e de longas genealogias, como ocorre, por exemplo, em formações sociais européias, é uma idéia-valor, orientadora de condutas e de modos de agregação familiar ou grupal. Na qualidade de valor, é um legado transmitido entre gerações, reatualizado e contextualizado a cada nova geração que investe nessa adesão política.

O peso desse legado, quando não compreendido, leva aos estranhamentos muito comuns em relação à persistência da luta pelo acesso aos recursos produtivos e mesmo em relação ao deslocamento de trabalhadores definidos como urbanos, que engrossam movimentos de sua conquista. As possibilidades de existência que a condição camponesa permite irão se contrapor, em parte por equivalência comparativa, às condições de exploração de trabalhadores da indústria, do comércio e de serviços. Esses traços, sempre presentes porque realimentados como um legado de memórias familiares e coletivas, irão atribuir sentido às constantes mobilidades de trabalhadores. Os deslocamentos justificam-se pela busca de espaços onde haja oportunidade de pôr em prática modos de produzir e de existência, desde que fundamentados pela gestão autônoma dos fatores produtivos, das condições e produtos do trabalho e da orientação produtiva.

Levando em conta tais elementos, definidos como constitutivos de uma tradição e alargando a compreensão da diversidade de situações, reafirma-

mos a presença do campesinato como constitutiva de toda a história do Brasil. Tais produtores estiveram vinculados à exploração colonial, integrando-se a mercados locais ou a distância; reafirmaram-se como posição desejada no decorrer da transição do trabalho escravo para o trabalho livre; abasteceram os processos de agroindustrialização de produtos destinados à exportação; e, entre outras tantas situações, por mais de um século, vêm ocupando a Amazônia. Atualmente, se apresentam como um dos principais atores da cena política, constituída para tornar possível a construção de sociedade erguida sobre bases mais igualitárias, capazes, então, de fundamentar os princípios democráticos de coexistência social e política.

Portanto, as negociações em torno das alternativas de ocupação do espaço físico e social marcaram e impregnaram a proposição de modos de vida orientados por valores cuja elaboração tornou possível a legitimidade da coexistência política e cultural. Modos de vida que também reafirmam o direito à luta pela autonomia, emblematizada pela célebre referência à vida na *fartura*. Ora, tudo isso, relembramos, fora construído no contexto de imposição de formas de dominação objetivadas com base na grande produção. Por esse motivo, a vida segundo a lógica expropriatória objetivada na grande propriedade foi concebida como destruidora da dignidade social. A honra estava (assim e inclusive) pautada pela defesa do acesso à alimentação, todavia em condições socialmente concebidas como adequadas à reprodução saudável do trabalhador e dos membros de sua família.

Dessa forma, no Brasil, os produtores agregados pela forma de organização camponesa estão presentes como atores sociais que participaram e participam da construção da sociedade nacional. Esse reconhecimento não se funda tão-somente em uma dimensão politizada de defesa dessa visibilidade social. Ele também se explica pelos princípios de constituição das formas hegemônicas de organização da produção social. Destacaremos três dimensões desse protagonismo. Em primeiro lugar, o campesinato representa um pólo de uma das mais importantes contradições do capital no Brasil, que consiste em sua incapacidade de se "libertar" da propriedade fundiária. O significado que a propriedade da terra tem até hoje, como um elemento que ao mesmo tempo torna viável e fragiliza a reprodução do capital, gera uma polarização (de classe) entre o proprietário concentrador de terras (terras improdutivas) e aquele que não tem terras suficientes. Desse fato decorrem duas conseqüências principais. Por um lado, essa contradição não é residual na sociedade brasileira, constituindo-se um dos pilares de sua estrutura social; por outro, a principal luta dos camponeses é pela construção de seu patrimônio, condição *sine qua non* de sua existência. Essa luta foi e continua sendo muito forte em diversos momentos e sob as mais variadas formas. Ela tem um caráter eminentemente político e corresponde ao que se costuma chamar o "movimento camponês".

Por outro, a luta pela terra e pelo acesso a outros recursos produtivos não assume apenas a dimensão mais visível das lutas camponesas. Ela se processa igualmente em um nível menos perceptível, por outras formas de resistência que dizem respeito às estratégias implementadas pelos camponeses para trabalhar, mesmo em condições tão adversas, e assegurar a reprodução da família. Essa dimensão tem, de fato, menor reconhecimento pela sociedade e mesmo na academia. Ao se afirmar historicamente essa dimensão, é importante ressaltar a capacidade dos camponeses de formular um projeto de vida, de resistir às circunstâncias nas quais estão inseridos e de construir uma forma de integração à sociedade. Essas são práticas que têm um caráter inovador ou que revelam grande capacidade de adaptação e de conquistas de espaços sociais que lhes são historicamente inacessíveis. Consideramos necessário registrar e reconhecer as vitórias, por mais invisíveis que sejam.

Por último, há uma terceira dimensão, também pouco reconhecida, até mesmo entre os acadêmicos, que consiste na valorização da forma de produzir do camponês. Esta se traduz pela adoção de práticas produtivas (diversificação, intensificação etc.), formas de uso da terra, relações com os recursos naturais etc. Formam-se, assim, os contornos de um saber específico que se produz e se reproduz contextualmente. É claro que o campesinato não se esgota na dimensão de um *métier* profissional, nem a ela corresponde um modelo imutável, incapaz de assimilar mudanças, mas é imprescindível para que se possa compreender seu lugar nas sociedades modernas. Sua competência, na melhor das hipóteses, é um trunfo para o desenvolvimento "de uma outra agricultura" ou para a perseguição da sustentabilidade ambiental e social como valor. E na pior das hipóteses (para não idealizar a realidade), um potencial que poderia ser estimulado na mesma direção. Não é sem conseqüência que sua existência esteja sendo hoje tão exaltada como um dos pilares da luta pela reconstituição dos inerentes princípios de reprodução da natureza, tão subsumidos que estiveram e continuam estando a uma racionalidade técnica, em certos casos exagerada pela crença em uma artificialização dos recursos naturais reproduzidos em laboratórios e empresas industriais. Ora, os princípios de constituição e expansão do capitalismo desconhecem e desqualificam essa competência. Do ponto de vista político, a negação dessa dimensão, tanto à direita (que defende a grande propriedade como a única forma moderna ou modernizável) quanto à esquerda (que terminou enfatizando apenas a dimensão política da luta pela terra), tem como conseqüência a negação do camponês como agricultor. As políticas agrícolas chamadas "compensatórias" só reforçam a visão discriminadora.

Em conclusão, reiteramos, por um lado, a universalidade da presença do campesinato, que abarca os diversos espaços e os diferenciados tempos. E também, por outro, a variedade de existências contextuais, visto que

essa variedade só indica a valorizada adaptabilidade dos agentes e dos princípios abrangentes de constituição da forma camponesa. Portanto, mesmo que corresponda à revalorização de uma tradição (patrimônio de valores institucionalizados nas memórias e na projeção social), a reprodução do campesinato nas sociedades contemporâneas é um fato social do mundo moderno, e não resquício do passado. Por essa perspectiva, ultrapassa-se a velha e surrada concepção unilinear da inexorável decomposição do campesinato. Como os processos históricos têm demonstrado, ela não é tendência geral ou lei inevitável. Em vez dessa concepção, que, reafirmando a substituição das classes fundamentais, augura (e até vaticina) o fim do campesinato, escolhemos pensar e registrar as múltiplas alternativas, resultado de conquistas e resistências de atores sociais que se referenciam a um modo de produzir e viver coexistente com um mundo moderno. Entrementes, é nesse mesmo mundo, cujos analistas vêm acenando (e, por que não, também vaticinando) com o desemprego em massa como princípio de constituição econômica, em que a diversidade cultural é reafirmada para fazer frente a uma vangloriada homogeneização política e cultural, que os camponeses se reorganizam em luta. Por essa conduta clamam exatamente pela manutenção da autonomia relativa, condição que o controle dos fatores de produção e da gestão do trabalho pode oferecer.

Conselho Editorial

Prefácio

Apresentamos aos leitores – especialmente aos militantes camponeses, aos interessados e aos estudiosos da questão camponesa no Brasil – uma obra que é o resultado de um fantástico esforço intelectual e coletivo. A elaboração da História Social do Campesinato no Brasil envolveu grande número de estudiosos e pesquisadores dos mais variados pontos do país, num esforço conjunto, planejado e articulado, que resulta agora na publicação de dez volumes retratando parte da história, resistências, lutas, expressões, diversidades, utopias, teorias explicativas, enfim, as várias faces e a trajetória histórica do campesinato brasileiro.

A idéia de organizar uma História Social do Campesinato no Brasil aflorou no fim de 2003, durante os estudos e os debates para a elaboração de estratégias de desenvolvimento do campesinato no Brasil que vinham sendo realizados desde meados desse ano por iniciativa do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), com envolvimento, em seguida, da Via Campesina Brasil, composta, além de pelo próprio MPA, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pelo Movimento de Atingidos por Barragens (Mab), pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pela Pastoral da Juventude Rural (PJR), pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e pela Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab).

Essa idéia foi ganhando corpo quando se envolveram, primeiro, o pesquisador Horácio Martins de Carvalho e os pesquisadores Delma Pessanha Neves, Márcia Menendes Motta e Carlos Walter Porto-Gonçalvez que decidiram, em reunião nas dependências da Universidade Federal Fluminense (UFF), no início de 2004, com dirigentes da Via Campesina, lançar o desafio a outros tantos que se dedicam ao tema no Brasil. O resultado foi o engajamento de grande número de pesquisadores, todos contribuindo de maneira voluntária.

Foram consultadas cerca de duas centenas de pesquisadores, professores e técnicos para verificar se a pretensão de elaborar uma História Social

do Campesinato no Brasil tinha sentido e pertinência. A idéia foi generosamente aceita, um Conselho Editorial foi constituído, muitas reuniões foram realizadas, os textos foram redigidos e o resultado são estes dez volumes da Coleção História Social do Campesinato no Brasil.

Nesta Coleção apresentamos diversas leituras sobre a história social do campesinato no Brasil. Nossa preocupação com os estudos sobre o campesinato se explica pelo fato de, na última década, ter havido um avanço dos trabalhos que promoveram os métodos do ajuste estrutural do campo às políticas neoliberais. Nessa perspectiva, a realidade do campo foi parcializada de acordo com os interesses das políticas das agências multilaterais que passaram a financiar fortemente a pesquisa para o desenvolvimento da agricultura.

Esses interesses pautaram, em grande medida, as pesquisas das universidades e determinaram os métodos e as metodologias de pesquisa com base em um referencial teórico de consenso para o desenvolvimento da agricultura capitalista. Desse ponto de vista, o campesinato tornou-se um objeto que necessita se adequar ao ajuste estrutural para que uma pequena parte possa sobreviver ao intenso processo de exploração e expropriação do capitalismo.

Poucos foram os grupos de pesquisa que mantiveram uma conduta autônoma e crítica a essa visão de mundo em que o capitalismo é compreendido como totalidade e fim de todas as coisas. Nesse princípio de século, o conhecimento é ainda mais relevante como condição de resistência, interpretação e explicação dos processos socioterritoriais. Portanto, controlá-lo, determiná-lo, limitá-lo, ajustá-lo e regulá-lo são condições de dominação.

Para criar um espaço em que se possa pensar o campesinato na história a partir de sua diversidade de experiências e lutas, a Via Campesina estendeu o convite a pesquisadores de várias áreas do conhecimento. Quase uma centena de cientistas respondeu positivamente à nossa proposta de criar uma coleção sobre a história do campesinato brasileiro. Igualmente importante foi a reposta positiva da maior parte dos estudiosos convidada para publicar seus artigos, contribuindo com uma leitura do campesinato como sujeito histórico.

O campesinato é um dos principais protagonistas da história da humanidade. Todavia, por numerosas vezes, em diversas situações, foram empreendidos esforços para apagá-lo da história. Esses apagamentos ocorrem de tempos em tempos e de duas maneiras: pela execução de políticas para expropriá-los de seus territórios e pela formulação de teorias para excluí-lo da história, atribuindo-lhe outros nomes a fim de regular sua rebeldia.

Por tudo isso, ao publicar esta importante obra, em nosso entender, de fôlego e profundidade, queremos fazer quatro singelos convites.

Convite à Leitura

Esta obra merece ser lida pela riqueza de informações, pela abrangência com que aborda o tema e pela importância da história social do campesinato para compreender o Brasil.

Convite ao Estudo

Além da mera leitura, é uma obra que se deve estudar. É preciso que sobre ela nos debrucemos e reflitamos para conhecer esse tema em profundidade, quer em escolas, seminários, grupos de estudo, quer individualmente. Esta Coleção é um desafio, pois retrata uma realidade que, aqueles que estiverem comprometidos em entender o Brasil para transformá-lo, precisam conhecer profundamente.

Convite à Pesquisa

Esta obra, composta de dez volumes, é fruto e resultado de muita, disciplinada e dedicada pesquisa. É, portanto, desafio a mais investigações e a que outros mais se dediquem a esses temas. Embora uma obra vasta, com certeza mais abre do que encerra perspectivas de novos estudos, sob novos ângulos, sobre aspectos insuficientemente abordados, sobre realidades e histórias não visibilizadas, com enfoques diferenciados. Há muito que desentranhar da rica e variada história social do campesinato brasileiro, e os autores desta obra sentir-se-ão imensamente realizados se muitas, rigorosas, profundas e novas pesquisas surgirem estimuladas por essa sua importante iniciativa.

Convite ao Debate

Esta não é uma obra de doutrina. E mesmo as doutrinas devem ser expostas ao debate e ao contraditório. Quanto mais uma obra sobre a história. Convidamos ao debate dos textos, mas, além disso, ao debate sobre o sujeito social do qual a Coleção se ocupa: o campesinato e sua trajetória ao longo da história do Brasil. E que esse não seja um debate estéril ou esterilizante que se perde nos meandros da polêmica pela polêmica, mas que gere ações na sociedade, nas academias, nos centros de pesquisas e nas políticas de Estado em relação aos camponeses e ao mundo que os circundam e nos quais se fazem sujeitos históricos.

A Via Campesina do Brasil reconhece e agradece profundamente o trabalho árduo e voluntário dos membros do Conselho Editorial e de todos os envolvidos no projeto. Sem o desprendimento e o zelo desses professores, sem essa esperança renovada a cada dia pelas mais distintas formas e motivos, sem a acuidade acadêmica, o cuidado político e a generosidade

de todos os envolvidos não teríamos alcançado os resultados previstos. De modo especial nosso reconhecimento ao professor Horácio Martins de Carvalho.

Agradecemos também ao Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ao promover estudos e pesquisas sobre o universo rural brasileiro o NEAD viabilizou, com a Editora da UNESP, a publicação desta Coleção.

A Via Campesina experimenta a satisfação do dever cumprido por ter participado desta importante iniciativa, desejando que se reproduza e se multiplique e gere frutos de consciência, organização e lutas nas bases camponesas em todo o território nacional.

Via Campesina Brasil
agosto de 2008.

Introdução

Dando continuidade à apresentação de *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil,* neste volume 2 – *Formas dirigidas de constituição do campesinato*, insistimos na contraposição a compreensões, do ponto de vista por nós adotado, consideradas equivocadas, mas que, como problemáticas, até bem pouco tempo dominaram o cenário acadêmico e político hegemônico. Nosso investimento ainda dirige-se à demonstração da importância da constituição do campesinato brasileiro com base em intervenções de agentes dominantes, empresários e titulares da instituição estatal, desejosos de criarem condições para a ocupação populacional do território brasileiro, de transformarem matas nativas em áreas agricultáveis ou de expandirem fronteiras produtivas e manifestações da presença institucional do Estado.

Essas intervenções, todavia, foram incorporadas de formas singulares pelos trabalhadores que almejaram alcançar a posição socioeconômica reconhecida como parte do campesinato: ora por revoltas e lutas abertas, como hoje exprimem *as ocupações*; ora por processos de organização familiar e vicinal e deslocamentos físicos de posseiros, referenciados às intenções de tornarem seu os objetivos que preliminarmente foram dirigidos a outros.

Comungando da mesma ideologia da legitimidade da ocupação por posse produtiva dos *espaços vazios*, *terras devolutas*, *terras sem dono* e *terras do Estado,* trabalhadores rurais socialmente identificados como camponeses se constituíram pela valorização dos citados deslocamentos físicos e sociais: por vezes na condição de proprietários, mediante a compra de terra; por vezes como parceiros e arrendatários; mas, na maior parte das vezes e da escala temporal, pelo instituto da posse legitimada pelo trabalho, no mínimo correspondente ao desmatamento da área da parcela de terra a ser utilizada produtivamente. Em quaisquer dessas condições, os trabalhadores e seus familiares consolidaram unidades produtivas e vínculos comunitários, em certos casos mais expressos pela centralidade de povoados

reconhecidos pela presença de casas comerciais, alguns serviços públicos e religiosos.

Retivemos em memória coletiva certa visão idealizada da colonização por imigração, em especial a objetivada nos estados da Região Sul, à qual transferimos atributos de sucesso e a explicamos pela pressuposição de melhor nível cultural dos imigrantes, relativamente a nossos *caboclos*, *caiçaras* etc. A análise dos investimentos em termos de legislação e regularização desses processos de colonização por imigração revela distorções; ressalta enormes esforços adaptativos dos imigrantes para seguirem os labirintos de contradições, de imposições e de idealizações por parte dos formuladores de sucessivos programas e aparatos legais. Pela extensão dos investimentos econômico e político e pelos resultados que esses primeiros programas de colonização alcançaram, os casos consolidados em colônias foram amplamente estudados, como demonstram os autores que aqui se afiliam pela edição de capítulos para comporem a primeira parte deste volume II (Colonização e imigração).

Portanto, neste volume, a maior representação dos artigos voltados para essa forma de colonização por imigração é indicativa do valor que a temática alcançou no campo acadêmico. Os autores abordam diversas situações sob uma multiplicidade de perspectivas, valorizando, inclusive, aspectos do estudo dos processos de mudanças sociais entre camponeses, nem sempre muito recorrentemente considerados entre os pesquisadores desse campo temático. A documentação produzida e preservada permite que o processo seja compreendido em perspectiva mais totalizante, no tempo e no espaço, e que os casos sejam mais amplamente registrados.

Os autores que colaboram neste volume, na medida do possível, diante da fragmentação de informações, explicitam as condições de constituição e reprodução do grupo estudado, em um quadro de articulação com sistemas econômicos e políticos dominantes, cujos princípios de afiliação em grande parte definem a possibilidade de reprodução durável ou temporária do campesinato em jogo. Sistematizam as oscilações nas condições de apropriação de excedentes e de desvalorização do produto do trabalho, muitas vezes legitimadoras de contraposições políticas. Enfim, colocam em relevo o quadro institucional existente que favoreceu ou desfavoreceu a luta dos camponeses no sentido de gerir os meandros do processo de constituição e transformação em que se encontravam engajados e/ou submetidos.

PARTE 1: COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO

Ao longo do capítulo 1 "Imigrantes colonos: ocupação territorial e formação camponesa no sul do Brasil", Giralda Seyferth sistematiza os princípios básicos que orientaram os diversos programas de colonização pela

imigração, valorizando os aspectos contraditórios inerentes às proposições por vezes muito idealizadas, por vezes dissimuladoras de objetivos outros, associados imediatamente a interesses de grupos econômicos hegemônicos e aos próprios sentidos atribuídos (por respectivos titulares) ao papel do Estado. Em conseqüência, põe em relevo as alternativas e os constrangimentos enfrentados pelos colonos, no bojo da reafirmação de alguns dos objetivos traçados no projeto de imigração. Destaca, então, a autora, que o objetivo da imigração foi a colonização, processo cujas primeiras medidas datam do início do século XIX, embora elas mesmas não tenham assegurado de imediato desdobramentos mais amplos para a fixação de trabalhadores livres, mas tenham fecundado os arranjos que foram se sucedendo nos programas de colonização

Uma recorrência no processo de colonização por imigração, presente nos diversos demais casos de intervenção estatal referenciada ao mesmo objetivo, diz respeito à associação ao conceito clássico de fronteira, que supõe o deslocamento para áreas incultas no Brasil, como também demonstram alguns dos outros capítulos. Portanto, o espaço físico e social consagrado ao campesinato pelos titulares do Estado e pelos grandes proprietários de terra é aquele que ultrapassa o limite da zona povoada.

Os padrões desse modelo de colonização, como Giralda Seyferth também realça, nortearam os princípios de ocupação territorial e a formação subseqüente do campesinato brasileiro, tanto no que diz respeito aos programas dirigidos como à criação de motivações que orientam, de certa forma, a itinerância entre trabalhadores rurais no Brasil.

Por isso, ao lado dos colonos, posição que denota a tutela e a autorização para acesso à condição camponesa autônoma, aparecem os concorrentes, que tentam se impor tornando seus objetivos reconhecidos: *intrusos*, *invasores*, para os que se opõem a essa forma de ação familiar, vicinal e por vezes coletiva; *posseiros*, *agregados* ou *ocupantes* para os que pretendem se integrar às alternativas abertas para controle dos meios de produção mediante a legitimidade do trabalho direto.

O texto de Giralda Seyferth é um convite à leitura de seus numerosos trabalhos referentes à questão, cada um dedicado a aspectos específicos desse processo ou a estudos de caso, cuja abrangência assegura ao leitor uma complexa visão do processo de colonização por imigração; e traz à reflexão seus meandros, *démarche* por ela também aqui valorizada, inclusive ao retomar analiticamente o caso da Colônia do Itajaí, em Santa Catarina.

Nos dois capítulos seguintes, os autores, de pontos de vista diversos, abordam, entre outras, a experiência de constituição da colônia Silveira Martins (Rio Grande do Sul), predominantemente de imigrantes de origem italiana. No primeiro deles, "Colonos italianos de Silveira Martins: entre os poderes da Igreja e do Estado", os autores Jérri Roberto Marin e Joel Or-

lando Bevilaqua Marin (ambos descendentes de migrantes italianos), registram princípios institucionais de constituição da então Colônia, mas sobretudo o processo de socialização dos estrangeiros por representantes da Igreja Católica e do Estado, visando a aproximá-los do modelo ideal de colono ou integrá-los pelo processo de nacionalização.

Focalizam os processos de socialização abarcando o período que compreende a chegada dos colonos até às primeiras décadas do século XX. Fundamentam-se em pesquisa documental e levantamento de fontes orais entre descendentes de colonos, para além da já referida vasta bibliografia a respeito das experiências de colonização por imigração.

Os autores também enfatizam o papel positivo da religiosidade no enfrentamento das dificuldades decorrentes de numerosos constrangimentos, muitos deles vinculados ao processo de assentamento nas individualizadas colônias ou unidades produtivas. Outrossim, destacam o papel da recriminação dos comportamentos considerados desviantes, que redundava em dificuldades imputadas à vida social daqueles que assim se colocavam. Demonstrando ser a Igreja Católica a instituição mais globalizante e capilarizada, eles põem em relevo a correspondente interferência no sistema escolar e no sistema político e eleitoral.

A vida política, religiosa, familiar e econômica se interligava, interdependência que se tornou mais acentuada para os colonos no primeiro período do governo Getúlio Vargas, caracterizado pela construção de estruturas de controle e de inserção pela valorização da uniformidade e da homogeneidade culturais, mediante o projeto nacionalista. Por fim, os autores destacam as novas formas de intervenção do Estado, por intermédio da Ação Social Rural e da Associação de Crédito e Assistência Rural, cujos representantes acenavam com a valorização de uma lógica produtivista e mercantil, fatores que atuaram na exacerbação das limitações para a reprodução da condição camponesa entre gerações familiares.

Maria Catarina Chitolina Zanini, no capítulo intitulado "Agricultores, camponeses e também colonos descendentes de imigrantes italianos na Região Central do Rio Grande do Sul", mediante trabalho de pesquisa etnográfica nos municípios de Santa Maria e Silveira Martins, tanto com a população vinculada às atividades agrícolas como a que, por residir na cidade, restritamente incorpora o cultivo de hortas, colabora com importante compreensão a respeito da sucessão e da referência a um estilo de vida qualificado como camponês. Para tanto, não se fixa no estudo do estilo de vida em si, mas o aborda segundo práticas sociais expressas na divisão social do trabalho e em atitudes tomadas diante de diversas questões vinculadas ao cotidiano dos entrevistados: regras e estratégias de sucessão patrimonial, mudança tecnológica e condenação conformada ao uso de agrotóxicos, sentidos atribuídos à aposentadoria etc.

Partindo do estudo de diferentes noções de italianidade atribuídas por descendentes de imigrantes italianos, conviveu com "ramificadas famílias", tanto no meio urbano como no rural, de 1997 a 2001, ampliando, então, a compreensão dos significados atribuídos ao termo "camponês". Entre os recursos metodológicos valorizados para a ampliação dos significados correspondentes aos estilos de vida consagrados pelos entrevistados, ela ressaltou o estudo do "deserdado da terra (voluntário ou não)".

Tomando as "famílias ramificadas" como unidade social de estudo, compreendidas pelas redes que são tecidas por seus membros e pela integração de espaços físicos distintos, a autora também presta contribuição importante ao estudo da sucessão e da diferenciação do direito à herança, bem como das tensões que daí decorrem, em especial pelas formas diversas como os herdeiros se pensam diante do patrimônio familiar.

Tanto quanto os autores anteriormente considerados, Joana Bahia, no quarto artigo, "Canaã, terra prometida", aborda questões em torno da constituição e dos desdobramentos sociais no processo de imigração de famílias camponesas ao longo de gerações. Analisa as condições precárias da política de imigração implantada pelo Estado brasileiro, que não só marcaram as primeiras gerações aqui chegadas, mas também os diversos limites e alternativas criadas para enfrentamento da reprodução geracional. Em convergência com muitos dos autores que contribuem para a reflexão das condições de existência do campesinato no Brasil, considera os valores culturais que projetam um estilo de vida próprio, orientado quase sempre pelo *éthos* do trabalho pautado pela incorporação básica dos membros da família e do parentesco.

Joana Bahia valoriza uma série de imagens e metáforas específicas do universo de significações da vida social dos imigrantes poloneses localizados nos municípios de Domingos Martins, Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina e Santa Tereza, no estado do Espírito Santo, imagens construídas pela referência à busca da relativa liberdade alcançada pela apropriação da terra. Com base nesse eixo temático, analisa uma série de questões a ele associado, com destaque especial para as formas de construção da identidade dos pomeranos, recurso por meio do qual diferenciam-se de outros grupos de alemães existentes, tanto no estado do Espírito Santo como nos estados do Sul do país.

Todavia, este não é um recurso cultural de constituição de enrijecimento em torno de um passado reificado, mas está suportado pela reinvenção dos elementos de uma cultura campesina em crise, tal como reflete a linguagem mágica que abarca referências recriadas para nortear o universo do trabalho, o cotidiano, as expressões de religiosidade popular luterana, os ritos de passagem e as acusações de bruxaria, temas por ela abordados no decorrer do artigo.

O quinto capítulo, "No tempo das máquinas: expansionismo agropecuário e imagens do terror entre os missioneiros", de Flávio Leonel Abreu da Silveira, leva em conta a experiência pluriétnica de agricultores residentes em São Miguel das Missões (Rio Grande do Sul), diferenciados em especial por ciclos de vida, mas também pela convivência próxima e invasiva de grandes proprietários. Esses titulares impuseram novas condições técnicas para a atividade agrícola, imposição refletida e enfrentada pelos camponeses (constituídos por processos de imigração) a partir de metáforas e alusões a sistemas de crenças religiosas. No estudo de caso, o autor centra a análise em sua experiência de pesquisador, em sua convivência orientada pela tenaz recuperação de fragmentos de memória do passado para a projeção do futuro e a criação de coerência para o presente. Traz, assim, para o conhecimento do leitor as formas como os entrevistados enfrentam os dilemas, as contradições, as alternativas e os constrangimentos decorrentes de processos de mudanças que impuseram a objetivação do sistema capitalista de produção.

As representações coletivas que o autor vai sistematizando pela entrada em cena de diversos entrevistados põem em destaque a experiência integradora do humano com o que seria uma "biogeografia austral", expressa pelas descrições físicas e sociais das paisagens missioneiras. O autor nos oferece, assim, o relato de uma interessante experiência de instigação dos entrevistados à reflexão comparativa, explicitando os recursos lógicos investidos nessa experiência coletiva, institucionalizada nas longas e pausadas conversas estimuladas especialmente pelos mais velhos. Articulando melhor essa capacidade comparativa pelas experiências diversas por eles vividas, os mais velhos colaboram com os mais jovens na construção de projeções atuais sobre o passado, em uma avaliação metafórica das diferenciadas condições de vida.

Aproximando-se da perspectiva metodológica adotada por Flávio, Maria José Carneiro, em "De 'produtor' a 'consumidor': mudanças sociais e hábitos alimentares", acompanha os processos de mudanças sociais vividas por agricultores descendentes de imigrantes, de origem européia, localizados na região serrana do estado do Rio de Janeiro. E o faz pela análise comparativa de diversos sistemas de organização social e produtiva, entrementes dirigindo a reflexão sobre as alterações nos hábitos alimentares, visto que eles expressam de forma eloqüente as práticas e representações dos consumidores.

Como Maria José ressalta:

> Há várias maneiras de se perceber e analisar as mudanças vivenciadas por um grupo social. Nesse estudo, optou-se por orientar o foco de análise para os hábitos alimentares. Parte-se do seguinte pressuposto: o que se come assim como as relações sociais que envolvem o consumo dos alimentos estão relacionados a valores resultantes da relação dos indivíduos com a sociedade como também, no caso dos agricultores, das condições de produção dos alimentos.

Tanto quanto os demais autores, ela também elabora reflexões sobre os processos de imigração, no caso a primeira experiência de colonização oficial brasileira (1819), todavia, como destaca, "praticamente (caída) no esquecimento ao ser obscurecida pelas que lhe sucederam nos estados do Sul". Analisa o longo processo de reprodução social do grupo no decorrer de gerações, exaltando um dos traços fundamentais e recorrentes do campesinato brasileiro, como todos os demais autores têm levado em consideração: *"(a) constante peregrinação em busca de terras melhores ..."*

A intensificada integração desses agricultores a uma economia mercantil, tal qual também destacou Flávio L. da Silveira no capítulo anterior, é avaliada pelos entrevistados pela presença da estrada, a partir da qual algumas mercadorias com fins produtivos ou na qualidade de insumos agrícolas – basicamente os agrotóxicos e alguns tratores – "introduziram os agricultores no processo de modernização agrícola". Aos fatores já citados, a autora agrega: a intensificação da relação dos agricultores com o mercado, a crescente e gradativa dependência diante de produtos industrializados (tanto no que se refere à produção como ao próprio consumo), a diferenciação social sustentada na propriedade dos meios de comercialização (veículos motorizados para o transporte de mercadorias), a especialização do papel de atravessadores e a integração de parceiros para o cultivo da terra.

Focalizando as mudanças sociais pela percepção de deslocamentos quanto aos hábitos alimentares, Maria José Carneiro vai também dedicar especial atenção, acompanhando as questões apresentadas pelos entrevistados, às percepções que eles elaboram sobre os riscos da atividade agrícola fundamentada no uso de agrotóxico.

PARTE 2: A COLONIZAÇÃO DIRIGIDA E A MARCHA PARA O OESTE

Referenciando-nos pelas aventadas razões da insistente itinerância de boa parte do campesinato brasileiro, redirecionamos, então, nossas reflexões para as campanhas e os programas de recrutamento dirigidos aos trabalhadores rurais nacionais: antes preteridos em nome dos estrangeiros, agora privilegiados em correspondência à preterição destes últimos.

Lamentavelmente, tem sido bastante escassa a bibliografia voltada para a análise dos principais investimentos de colonização dirigida[1] constituídos em aparatos do Estado Novo, tanto no plano federal como estadual.

[1] Salvo a que foi colocada em prática no governo militar entre 1964 e 1985, mas que não se constitui objeto de atenção neste volume, exatamente pela amplitude da bibliografia produzida e, atualmente, pelas facilidades de acesso e consulta.

O programa de colonização pressupôs o assentamento de trabalhadores e seus familiares em colônias agrícolas concebidas no bojo da ideologia política nacionalista, que recrutava o povoamento para ocupação territorial e expansão da fronteira agrícola sob a égide da Marcha para Oeste.

Ao incorporarmos algumas dessas contribuições neste volume da História Social do Campesinato no Brasil, temos a intenção de não só render homenagem aos colegas que a elas se dedicaram como pesquisadores, mas, no caso, em particular, aos agricultores que, convergindo com os ideários do projeto de apropriação de *terra devoluta* ou *sem dono*, percorreram léguas e léguas, sob sacrifício da família, em especial dos filhos, tentando corresponder aos (seus próprios e do governo) apelos econômicos e cívicos. Mas desejamos, sobretudo, demonstrar o quanto essa alternativa se apresenta como fundamental à construção da dignidade do chefe de família e à segurança alimentar que lhe tem sido atribuídas como dever.

Valendo-nos de conclusões alcançadas pelos estudiosos que se dedicaram à questão, sintetizamos, como demonstra Jadir de Morais Pessoa, no capítulo "A Colônia Agrícola Nacional de Goiás no aprendizado da itinerância": oito destas colônias foram criadas entre 1941 e 1948, incidindo destacadamente sobre estados da região Norte, Nordeste e Centro-Oeste, alguns poucos casos na Sudeste e Sul.

No estado do Rio de Janeiro, a partir do saneamento da Baixada Fluminense, o governo inicialmente organizou algumas colônias agrícolas, cuja área total atingia 49.096 hectares, sendo a mais importante a de Santa Cruz, com 19.140 hectares, seguida da colônia de São Bento (4.596 hectares) e de Tinguá (3.105 hectares). Posteriormente, foram ainda organizadas a colônia de Papucaia (13.792 hectares) e a de Macaé (7.931 hectares). O número de inscrições registradas na sede das colônias e no Ministério da Agricultura sempre ultrapassou, em muito, as possibilidades de acolhimento dos candidatos. No início da década de 1950, na colônia de Santa Cruz, 4.500 pessoas ou 664 famílias se assentavam em 8 mil hectares, redistribuídos em 711 lotes rurais medidos, mas 507 de fato ocupados, que variavam entre 3 e 20 hectares, tendo por média 8 a 10 hectares (cf. Geiger e Mesquita, 1956, p.154).

O caso da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang), aqui mais bem considerado, é relativamente paradigmático, tendo em vista a criação de infra-estrutura de estradas de rodagem e ferrovias para deslocamento das famílias de trabalhadores rurais e para escoar a produção. Mas produção não só dos correspondentes colonos, também dos fazendeiros que, anteriormente e no mesmo processo, ocupavam, compravam ou eram presenteados com grandes glebas de terras devolutas para plantio de cereais e para pecuária extensiva. O caso deve ser ainda considerado porque, dada a incidência de registro analítico, põe em destaque o afluxo populacional de trabalhadores rurais e familiares, cujos desdobramentos inesperados con-

figuraram-se em numerosas outras áreas de ocupação. Por todos esses motivos, a Cang é exceção relativa, reconhecida pelo imenso sucesso da propaganda oficial e boca a boca, de modo distinto de tantas outras, muito mais negativamente avaliadas.

Jadir de Morais Pessoa, por isso mesmo, atendendo ao convite para compor esta coletânea, anuncia a experiência da Cang como recurso de aprendizado da itinerância que, como demonstram todos os autores presentes nos dois volumes em apreço, é traço constitutivo do campesinato brasileiro. Não por ser este camponês de natureza essencialmente andarilha e de caráter volúvel, como querem alguns, mas como resistência necessária à objetivação do sonho da reprodução familiar.

No texto de Jadir Morais Pessoa, o leitor poderá encontrar os traços mais gerais dessa política de colonização, mas também um estudo de caso, cuja amplitude deve ser complementada pela leitura de outros textos mais detalhadamente produzidos por esse mesmo autor.

Complementando as análises apresentadas por esse autor no que diz respeito às especificidades do processo de migração para a região Centro-Oeste, incluímos a contribuição de Bernadete Castro de Oliveira, com o artigo intitulado "Terra, trabalho e crenças: identidade e territorialidade camponesa". Ela acompanha analiticamente um dos percursos de deslocamento de trabalhadores rurais, basicamente formados por colonos do café e parceiros da cultura de algodão anteriormente sediados no estado de São Paulo, quando de lá foram expelidos pelas crises de reprodução dessas atividades produtivas. A recriação das condições de vida dos arrendatários, parceiros e colonos deslocados da região paulista da Alta Araraquarense, não por acaso, no contexto histórico da década de 1960, foi referenciada pela busca de terras no sudoeste mato-grossense, nos municípios de Mirassol d'Oeste e Quatro Marcos.

Quando entrevistados, os migrantes apresentavam-se como sitiantes. A maioria, com poupanças, conseguiu comprar lotes de terra e almejar uma posição social mais estável, estimulada pela regularização oficial da propriedade da terra e pelo aumento das demandas de produtos agrícolas sob circuito mercantil.

A relativa singularidade do caso se associa ao fato de que os trabalhadores foram socialmente recriados para reivindicação por terra, mediante a legitimidade do discurso profético de Aparecido Galdino Jacinto, que anunciava o eldorado mais além, em Cárceres, Mato Grosso, onde o Reino de Deus se encontrava com o reino dos homens. Por meio deste caso, a autora demonstra como a tradição pode legitimar mudanças fundamentadas em processos de ruptura das condições cotidianas de vida. Afirma ela, então, que a perda da área de lavoura e da morada, como veremos em tantos outros casos, traduziu-se em movimento reivindicativo que pôs o camponês em confronto com a sociedade. Por essa perspectiva analítica,

ressalta a importância da religiosidade como recurso institucional básico para construção do mundo, de valores éticos e instigadores da coragem para a adesão à luta em torno de reivindicações tomadas como legítimas para reconstruir a vida. Por isso, tradicionalismo e contestação são faces da mesma moeda na prática de luta camponesa.

PARTE 3: OS POSSEIROS E A IMPOSIÇÃO SILENCIOSA DA CONDIÇÃO CAMPONESA

Avançando no argumento que aqui defendemos, isto é, da importância institucional da posse como instrumento de apropriação da terra, incluímos nesta coletânea a fundamental contribuição de José Heder Benatti, com o capítulo "Apropriação privada dos recursos naturais no Brasil: séculos XVII ao XIX (estudo da formação da propriedade privada)". No texto, ele analisa os múltiplos significados historicamente construídos para a categoria direito de propriedade. E, a partir desse exercício, lança luz à compreensão do papel da propriedade rural no atual contexto, bem como demonstra que o usucapião foi, também, importante instrumento de legitimação da propriedade senhorial (confirmada pelo rei). Pela análise por ele empreendida, podemos vir a compreender o papel institucionalizado do direito de posse, recurso de apropriação concorrida por todos os segmentos socioeconômicos que investiram na disputa pela definição de princípios de redistribuição de recursos naturais sob a abrangência da terra.

Esse conhecimento é fundamental porque a condição de posseiro tem sido, em geral, atribuída a atos desqualificantes cometidos por pequenos produtores. No projeto de concorrência, esse termo, para o caso em pauta, ganha atributos de recriminação, geralmente imputados direta ou indiretamente pelos grandes proprietários, *também*, em numerosos casos, posseiros, todavia, dotados de propriedade de posição para impor expulsão oficial ou por violência física e extermínio. Portanto, por esse capítulo, queremos reafirmar a importância da apropriação da terra pela posse como modo institucionalizado de disputa pelo direito ao acesso à terra.

Por isso, entender a forma de apropriação pela posse e a posição do pequeno posseiro nesse emaranhado de questões definíveis segundo a posição de força em um campo de disputas, é, no caso da sociedade brasileira, compreender que, a contar com autoridades oficiais, os resultados estão quase sempre dados pela imposição da força física e pela aproximação com os interesses dos grupos dominantes. Por tal razão ainda, no caso dos posseiros de pequenas áreas, que, como demonstramos, muito comumente têm se constituído em camponês relativamente autônomo no Brasil, na disputa eles já entravam e entram em posição desqualificada como *intruso* ou *invasor*.

Da mesma forma, a disputa adotava e adota dinâmicas diversas conforme o maior ou menor interesse econômico de grandes proprietários (ou posseiros) na ampliação de apossamentos de recursos naturais: terra, floresta e fontes naturais de água. A certeza do resultado quase sempre a eles favorável levava, muitas vezes, os grandes posseiros a facilitarem as pequenas posses para caracterizar os cultivos e a conseqüente incorporação produtiva, condições questionadas quando lhes aprouvesse o uso direto da terra.

A desigualdade socioeconômica e política sustentava essas diversas formas de disputa, implicando, como adverte o autor, a superposição e a interconexão de universos culturais e de constituição de diferenciadas formas de saber, que reincidiam na impositiva desqualificação do pequeno posseiro. E mais, que muitas vezes era por ele internalizada, ampliando o desconhecimento dos direitos e, por conseqüência, limitando a capacidade de inserção em ações individuais ou coletivas para a disputa, especialmente burocrática ou legal.

Dois outros estudos de caso complementam a demonstração da importância da migração e da valorização da posse da terra como recurso para constituição da posição de produtor direto. Gil Almeida Felix, autor do artigo "Os vira-mundos e a condição camponesa", destaca os efeitos de tais processos migratórios no leste amazônico, que, durante todo o século XX, assiste à chegada de um intenso, e cada vez maior, fluxo de indivíduos de outras regiões do país.

Para análise desses processos, mediante registro etnográfico, ele toma as famílias e suas respectivas redes de parentela como unidade de análise. Valoriza as noções de itinerários ou percursos de migração e formação de poupança correspondentes à objetivação do patrimônio material e imaterial, recursos necessários à constituição na posição de produtor direto ou autônomo.

Enfim, por esse exercício, ele facilita a compreensão do custo econômico, social e pessoal de inserção de indivíduos e famílias neste incessante processo de busca de condições básicas ao atendimento das projetivas exigências da vida familiar.

O outro caso está registrado por Margarita Rosa Gaviria, no artigo "Os posseiros e a arte da negociação política". Analisando diferenciados campos de luta em que gerações de posseiros se viram forçosamente integrados, também explicita a imperiosa necessidade que eles apresentam de negociar a legitimidade da apropriação da terra e demais recursos naturais. A autora, então, ressalta múltiplos recursos e diversos fatores com que, em cada conjuntura, os posseiros se contrapuseram pela construção de identidades contrastivas, elaboradas politicamente conforme seus concorrentes opositores. Estes foram assim constituídos porque se apresentaram como desqualificadores do direito de posse, assegurado pelos trabalhadores di-

retos por temporalidade longa, condição pela qual a institucionalização do usufruto já lhes reconheceria. As disputas, tendo se desdobrado no tempo, apenas foram mais bem encaminhadas mediante a cobertura da legislação de regularização fundiária, associada a programas de reforma agrária definidos pelo (primeiro) PNRA.

Portanto, tomando o caso de posseiros do município de Parati, estado do Rio de Janeiro, atingidos por mecanismos expropriatórios sustentados pela pressão imobiliária e pela abertura de estradas para facilitar a instalação de grandes empresas, especialmente vinculadas aos setores hoteleiro, imobiliário e de turismo, em uma análise diacrônica, Margarita Gaviria, sob outra perspectiva, colabora para a compreensão da necessária aprendizagem ou aceitação da persistente luta de posseiros que almejam o reconhecimento de seus direitos. Dado que o processo de luta é de vida longa, o caso apresenta como especificidade, destaca a autora, a confluência de contextuais tendências econômicas, derivadas tanto da crise na produção agrícola quanto da valorização do espaço rural por suas propriedades ambientais. Este último fenômeno, se por um lado provoca a ampliação das atividades econômicas para outros setores, como os citados, entrementes, também induz à ampliação das funções da atividade agrícola e, assim, as razões de luta e resistência por parte dos posseiros em busca do reconhecimento legítimo e legal da tradicional apropriação.

PARTE 4: OS SITIANTES: CONDIÇÃO REFERENCIADA DO CAMPESINATO BRASILEIRO

O capítulo intitulado "'A riqueza do pobre'. Relações entre pais e filhos entre sitiantes tradicionais brasileiros", de Lia Fukui, reconhecida estudiosa do processo de constituição do campesinato em nosso país, destaca-se pela importância da análise dos atributos distintivos do modelo de organização familiar e produtiva que prefigura o sitiante. As representações sobre o sítio operam como referência cultural e política fundamental quanto às alternativas de constituição do campesinato no Brasil.

Nossos agricultores, exceto em contextos políticos específicos e dependendo das instituições mediadoras em jogo, raramente identificam-se a categorias genéricas de autodesignação, até mesmo para efeitos de estruturação das condições de luta e concorrência. Orientam-se quase sempre pelas contextuais rupturas contratuais e por valores de justiça que regulam relações situacionais. Nessas situações por nós aventadas, é possível se auto-apelarem como camponeses, como já destacamos na apresentação geral desta coletânea. Tradiconalmente, o termo de autodesignação na posição de produtor independente tem sido o de sitiante. O termo, necessariamente, não leva em conta as distinções quanto à natureza da apropria-

ção da terra, direta ou mediada, autônoma ou tutelada, mas antes de tudo um modo distintivo de organização social.

Mantendo o diálogo com um conjunto de pioneiros pesquisadores que se dedicaram a identificar os traços distintivos da posição social do camponês no Brasil, especialmente no contexto econômico e político de constituição de mercados nacionais, Lia Fukui também atribui tais objetivos ao artigo em pauta, inicialmente escrito e publicado em 1973. A autora, no artigo, também reivindica esse caráter sistematizador de análises anteriormente apresentadas; e ainda lança novas luzes sobre o conhecimento produzido no campo acadêmico em que ela constituiu o reconhecimento no estudo da então consagrada temática. Lia Fukui valoriza, assim, o legado deixado por esses primeiros pesquisadores que, dialogando com pesquisadores estrangeiros (muitas vezes aqui presentes para ministrar cursos e realizar trabalho de campo) e valendo-se ainda de bibliografia internacional, em trabalho comparativo, souberam destacar os traços distintivos da diversidade da posição aqui alcançada pelos agricultores.

Adotando esse ponto de vista, Lia Fukui analisa as relações básicas no interior da família, também orientadas para alcançar a reprodução social do grupo. Por isso, põe em relevo as formas de socialização das crianças, inclusive pela agregação da ajuda no processo de trabalho, experiência fundamental na constituição do sucessor e adulto responsável. Acompanha as referências comportamentais que vão delimitando o crescimento físico e a mudança de *status* no interior da família, da parentela e da vizinhança, correspondendo, assim, ao reconhecimento da maturidade alcançada segundo avaliação de pais, vizinhos e parentes. Os sucessivos ciclos de idade, em conseqüência, correspondem a formas diferenciadas de lidar com a autoridade paterna, materna e comunitária.

Se esse conjunto de relações interdependentes pode ser pensado como o modelo de organização do sitiante tradicional, Lia Fukui lança questões fundamentais para pensarmos os processos de mudança, diante da interferência de outros sistemas de saber e autoridade que, como vimos em tantos outros artigos, vão se impondo e concorrendo com o sistema de concepções dos pais. Desse modo, ela demonstra como o modelo de organização familiar pressupõe ajustes sob configurações econômicas e políticas específicas e, portanto, mudanças. E nos alerta para o princípio de que o entendimento da condição camponesa não pode ser essencializada num modo de vida reificado, mas deve ser reconhecido mediante negociações interculturais de valores básicos, que delimitam a especificidade da organização familiar orientada, entre outras referências, pelas motivações produtivas e reprodutivas. A cada contexto, os agricultores constroem as condições de interlocução que prefiguram outras formas de autoridade, nem sempre centralizadas na idéia de um chefe provedor, mas no dever, redistribuído por todos ou alguns familiares, pelo trabalho individualiza-

do, como exigem os princípios hegemônicos de organização social e política da atual sociedade brasileira. Os membros da família podem então melhor se apresentar como co-responsáveis pela constituição e reprodução de outras referências, agregadoras deles próprios, de parentes e vizinhos, mas também de companheiros de afiliação política que sustentam a luta pela reprodução diferenciada da categoria socioeconômica. No que concerne à propriedade de posição, o que importa é a constituição do produtor direto e relativamente autônomo.

PARTE 5: CONSTITUIÇÃO E REPRODUÇÃO DO CAMPESINATO BRASILEIRO

Tentando sistematizar algumas das idéias centrais que perpassaram os textos que compõem os dois volumes deste tomo, Delma Pessanha Neves, no artigo "Constituição e reprodução do campesinato no Brasil: a contribuição dos cientistas sociais", incorpora considerações aproximativas das vertentes processuais ou de situações sociais então valorizadas:

Formas tuteladas de constituição de campesinato, emergidas no bojo da expansão da economia mercantil e das *plantations*, que exigiram, para tanto, por diversas e sucessivas gerações familiares de trabalhadores, o investimento em formas diferenciadas de imobilização da força de trabalho.

Formas recorrentes de constituição da posição camponesa autônoma, tanto aquelas que foram estimuladas e chanceladas por representantes do Estado e por interesses imediatos de grandes proprietários, como também aquelas em que os posseiros, mesmo que por desqualificação política e sob risco de vitimização em atos de violência física, impuseram e impõem, reafirmando direitos de se tornarem beneficiários do acesso aos mesmos recursos naturais que apenas aos grandes proprietários têm sido consagrados. E mais, reafirmando o direito de se constituírem chefes de família que, como pai ou como mãe, possam projetar a gestão da vida cotidiana, a segurança material e um estilo de vida fundamentado na autonomia relativa para as novas gerações.

Delma Pessanha Neves
Organizadora

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GEIGER, Pedro Pinchas; MESQUITA, Myrian Gomes Coelho. Estudos rurais da Baixada Fluminense. Biblioteca Geográfica Brasileira, nº 12, Série A "Livros". Rio de Janeiro: IBGE, Conselho Nacional de Geografia, 1956.

Parte 1

COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO

1
Imigrantes colonos: ocupação territorial e formação camponesa no Sul do Brasil

Giralda Seyferth

Os primeiros núcleos coloniais fundados com imigrantes surgiram antes da independência, marcando o início da imigração para o Brasil. A abertura dos portos em 1808 permitiu o estabelecimento de estrangeiros no país, atraindo gente interessada sobretudo nas atividades comerciais de importação–exportação. Mas foi o interesse na colonização que marcou a política imigratória brasileira a partir de 1818, quando D. João VI autorizou a fundação das colônias Leopoldina, na Bahia (em área cedida ao naturalista Freyreiss) e Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, estabelecendo as bases da colonização: a cessão de terras à iniciativa particular com o ônus de promover a localização de colonos, e a ocupação de terras públicas, demarcadas em lotes, sob controle e administração do Estado.

As duas iniciativas de colonização não produziram os resultados esperados, dadas as condições precárias de localização dos colonos. Mas sua implantação aponta para os princípios que nortearam essa forma de ocupação territorial, objeto do presente trabalho. Pretendemos analisar sucintamente um processo histórico de povoamento pela fixação de famílias de imigrantes em lotes coloniais, ocorrido no sul do país entre 1824 e a década de 1930, e a formação camponesa subseqüente, apontando suas principais características. Houve colonização com imigrantes em outros lugares e os desdobramentos do sistema ao longo do século XX levaram muitos descendentes de imigrantes até novas frentes de expansão localizadas no Centro-Oeste e na Amazônia. Contudo, as observações referem-se, em termos gerais, à colonização européia na Região Sul, deixando de lado a diversidade étnica e cultural ali produzida pela imigração e pelo contato com a sociedade brasileira.

A CONFIGURAÇÃO LEGAL DA COLONIZAÇÃO COM IMIGRANTES

A colônia Leopoldina, estabelecida no sul da Bahia em 1818, deixou de ser a experiência colonial imaginada por seu idealizador Freyreiss, assumindo o perfil de grande propriedade escravista, com monocultura de café (Fouquet, 1974, p.57). Outras duas colônias fundadas no sul da Bahia também fracassaram e, por isso, o tratado de colonização assinado em 1818 por D. João VI e o agenciador Nicolas Gachet, para introdução de imigrantes suíços no Brasil, deu as diretrizes do regime de colonização e resultou na fundação de Nova Friburgo. O tratado, com 24 artigos, estabelece normas para prestação do serviço militar, para naturalização e assistência religiosa, mas o que interessa são os dispositivos que, depois, caracterizariam o modelo de colonização idealizado pelo Estado. Entre eles se destaca a referência familiar: o agenciador devia trazer famílias, e a base do sistema consolidada posteriormente no discurso imigrantista oficial seria, justamente, a pequena propriedade familiar não escravista. De fato, Gachet ficou encarregado de introduzir cem famílias católicas que deviam receber subsídios para manutenção nos dois primeiros anos. Estava prevista a fundação de uma vila para sediar a administração da colônia.

Na prática, a gênese de Nova Friburgo (Nicoulin, 1981) foi marcada pelas altas taxas de mortalidade registradas na travessia do Atlântico e no local da colônia e pelas dificuldades inerentes à exploração agrícola familiar em terrenos acidentados situados na periferia dos latifúndios escravistas. Não pretendemos-nos nos deter nos problemas que marcaram essa iniciativa de colonização, por muitos considerada um fracasso (Nicoulin, 1981; Tschudi, 1980). Bastam as referências acima, acrescentando a disposição espacial das terras, cujo modelo persistiu depois da independência. As terras destinadas à colônia possuíam uma légua de largura e três léguas de comprimento, sendo demarcados 120 lotes com 300 braças de frente e 750 de fundo. Meia légua quadrada estava destinada à instalação da vila. Aí está especificado o formato de uma colônia padrão, mantido até o século XX: um núcleo destinado à futura povoação e os lotes demarcados sucessivamente com área média de 25 hectares.

Após a independência, o interesse governamental na colonização estrangeira pode ser verificado em diversos atos legislativos: uma lei de outubro de 1823 autorizou os presidentes das províncias a promoverem “a colonização dos estrangeiros”, com a catequese dos índios; e a decisão nº 80, de 31.3.1824 mandou estabelecer uma colônia de alemães no Rio Grande do Sul, quando já estavam a caminho os colonos arregimentados pelo major J. A. Schäfer, agenciador de imigrantes a serviço do governo brasileiro, também encarregado de recrutar soldados para compor batalhões estrangeiros. Observam-se os mesmos procedimentos que marcaram a fundação de

Nova Friburgo, inclusive promessas inexeqüíveis, como subsídios diários, naturalização imediata, concessão de certa quantidade de animais, como bois e cavalos etc. (Porto, 1934, p.38). Na primeira fase da colonização, que se encerrou em 1830, aproximadamente oitocentas famílias alemãs localizadas em São Leopoldo receberam lotes (gratuitos) de 75 hectares. Outras colônias surgiram no Sul nesse período (quatro no Rio Grande do Sul, duas em Santa Catarina e uma no Paraná) com as mesmas características.

A legislação inicial apresenta alguns indicadores importantes: não houve imigração espontânea para formar núcleos coloniais, pois os colonos foram atraídos pela propaganda de agenciadores, encarregados de trazer "famílias" de agricultores e artesãos, e receberam subsídios (pelo menos o pagamento da passagem); não há referências legais à escravidão nesse novo regime agrícola; e é mencionada, em alguns atos, a "superior vantagem de se empregar gente branca, livre e industriosa" para realizar projetos de colonização. Delineou-se, assim, uma clara vinculação entre imigração européia e colonização, que também aponta para os pressupostos civilizatórios que a produziram.

A interrupção do processo migratório em 1830 teve razões econômicas e políticas, tendo em vista o alto custo da localização dos colonos e os subsídios e a guerra civil iniciada no Rio Grande do Sul em 1835. Mas entre 1834 e 1845 houve autorização para fundar colônias particulares em Santa Catarina, nenhuma das quais teve resultados relevantes. A colonização com imigrantes alemães foi retomada em vários pontos do território nacional a partir de 1845, por iniciativa do governo imperial – inicialmente ocorreu a fundação de Petrópolis (RJ) e logo depois houve o encaminhamento de colonos para núcleos no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Espírito Santo – ocasião em que se intensificaram os debates parlamentares em torno de uma nova lei de terras. Nesse sentido, a missão diplomática do visconde de Abrantes, em Berlim, visando à emigração de alemães para o Brasil, não é simples coincidência; nem tampouco a aprovação dos projetos (particulares) de Hermann Blumenau e da Sociedade Colonizadora de 1849, em Hamburgo, que fundaram, respectivamente, a "colônia Blumenau", em 1850, no Vale do Itajaí, e a "colônia Dona Francisca" (Joinville), em 1851, ambas em Santa Catarina.

O Decreto 537, de 15.5.1850, que aprovou a fundação da colônia D. Francisca, no seu artigo 9º, parágrafo 10, também deixa em evidência que a forma de exploração agrícola instituída pelo regime de colonização não podia basear-se no trabalho escravo. Na década de 1840, as províncias receberam o controle de uma parte das terras devolutas para promover a colonização e proibiram a posse de escravos por imigrantes localizados em núcleos coloniais, fato que distinguiu dois sistemas de exploração agrícola – a pequena propriedade trabalhada com mão-de-obra familiar (daí a fixação do lote em cerca de 25 hectares) e a grande propriedade escravista.

A nova lei de terras (Lei 601, de 18.9.1850) veio para regular a propriedade da terra e seu art. 1º estabeleceu que a aquisição de terras devolutas (públicas) só podia ser feita por compra. Não comentaremos os detalhes da lei e sua regulamentação pelo Decreto 1318, de 30.1.1854, mas apenas observar que a transformação das terras devolutas em mercadoria trouxe mudança significativa no regime de colonização: os lotes agora só podiam ser concedidos por compra, mesmo nas colônias oficiais, isto é, aquelas sob administração do Estado. A maior parte da regulamentação diz respeito à demarcação, legitimação e venda das terras públicas (tendo em vista o regime anterior de sesmarias). Mas seu efeito sobre a colonização ultrapassa essa questão pois estabeleceu as regras de funcionamento da Repartição Geral das Terras Públicas, "encarregada de dirigir a medição, divisão, e descrição das terras devolutas, e sua conservação, de fiscalizar a venda e distribuição delas, e de promover a colonização nacional e estrangeira" – conforme o art. 21 da Lei 601. Apesar da menção aos "nacionais", na prática prevalesceu a colonização estrangeira e, na expansão posterior das áreas colonizadas, a maior parte dos brasileiros era constituída por descendentes de imigrantes.

Devem ser mencionadas mais duas questões contidas nessa legislação. Em primeiro lugar, houve a concentração da competência sobre as terras devolutas e a colonização em um único órgão subordinado ao Ministério dos Negócios do Império, a Repartição Geral das Terras Públicas (que, na legislação posterior, até mesmo a republicana, mudou de nome muitas vezes, e passou ao Ministério da Agricultura, mas sem alterar suas finalidades). Ainda que as províncias tivessem autonomia para fundar colônias em terras devolutas sob seu controle, estavam subordinadas à legislação maior e sujeitas à regulação e fiscalização exercida por aquela repartição. Entre outras coisas, cabia a ela fixar o preço mínimo da braça quadrada, medida então usada na demarcação dos lotes. Em segundo, no *caput* da Lei 601 há uma referência à cessão de terras a título oneroso para empresas particulares, abrindo espaço para a colonização privada a partir de concessões de áreas maiores de terras devolutas para demarcação e venda a colonos. Na verdade, essa forma de colonização foi regulada por contratos celebrados entre empresas criadas com essa finalidade e o governo brasileiro, tornados públicos por decreto e sujeitos a fiscalização. A arregimentação de imigrantes na Europa, ou de colonos em outras regiões coloniais, nesse caso, cabia às empresas, assim como as despesas com a demarcação e localização em lotes coloniais. Nem sempre a venda das terras aos colonos cobriu os gastos, mas a maior parte das empresas teve sucesso, sobretudo após 1889, porque puderam contar com a parcela da população excedente nas regiões coloniais mais antigas, cuja reprodução social na condição camponesa estava ameaçada.

A mudança na forma de concessão da terra e a importância assumida pelos empreendimentos particulares na segunda metade do século XIX

criaram a chamada "dívida colonial". A maioria dos colonos não tinha meios de pagar pelo lote à vista e, no ato da concessão, contraía uma dívida a ser saldada (com pagamento de juros) em cinco anos, à qual muitas vezes se acrescentavam os subsídios (passagem custeada pela empresa ou pelo governo e também os recursos recebidos para manutenção nos primeiros meses de permanência na colônia).

Durante o Império não ocorreram alterações nesses dispositivos legais, a não ser a transferência da Repartição Geral das Terras Públicas para a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, criada pelo Decreto 1.067, de 28.7.1860, mudando a denominação para Diretoria das Terras Públicas e Colonização. Deve ser observado que tal repartição também tinha a competência para a "catequese e civilização dos índios" e seu aldeamento (conforme Decreto 2.748 de 16.2.1861).

A maior parte dos decretos, alvarás, decisões etc., que marcaram a colonização antes de 1889, estava voltada para a ratificação dos contratos com agenciadores de imigrantes, a serviço do governo brasileiro, e com empresas colonizadoras. Muitos desses contratos referiam-se a empresas interessadas em introduzir imigrantes colonos no Norte e Nordeste. Nenhum desses projetos chegou a ser implementado. Em outras províncias, sua ocorrência foi restrita – caso de Minas Gerais e Rio de Janeiro. De fato, esse modelo de ocupação de terras só foi realmente significativo no Sul, no Espírito Santo e em São Paulo, concretizando-se à margem da grande propriedade escravista. De acordo com a argumentação de seus idealizadores e defensores, atendia "a uma necessidade pública" – povoar os campos incultos com agricultores morigerados, ativos e submissos às leis e autoridades. Por isso, a ênfase recaiu na imigração de famílias, preferencialmente originárias do meio rural, acostumadas às lidas agrícolas ou com alguma habilidade em artes e ofícios. Claro que nem todos os imigrantes destinados aos núcleos coloniais se enquadravam nesse perfil idealizado, e os problemas enfrentados pelas administrações coloniais, até mesmo movimentos sociais de alcance local ou reclamações, foram imputados a colonos desqualificados como "escória urbana". Mas apesar das críticas à política imigratória do Império, o modo republicano de colonizar não trouxe novidades após 1889. Manteve-se a forma de assentamento em linhas coloniais, a colonização continuou atrelada à imigração e as empresas privadas se multiplicaram. A figura do agenciador contratado pelo governo, porém, desapareceu na década de 1880, depois de constatadas irregularidades no recrutamento de imigrantes em alguns países europeus.

Os decretos 528, de 28.6.1890, que regularizou o serviço de introdução e localização de imigrantes, 6.455, de 19.4.1907 e 9.081, de 3.11.1911, que regulamentaram o serviço de povoamento do solo nacional, apontam as normas vigentes no início da República. No primeiro deles, justificando a continuidade da imigração européia (e apresentando empecilhos à entra-

da de asiáticos e africanos), são mantidos dispositivos vigentes desde o Império: privilegiamento de famílias de agricultores e artesãos, favorecimento das iniciativas particulares, venda dos lotes a prazo. A novidade aparece nas disposições gerais, art. 42, em que se abre espaço para a localização de "nacionais" desde que fossem "morigerados, laboriosos e aptos para o serviço agrícola" – limitados a 25% do total de imigrantes.

Em outros dois decretos há uma relação mais explícita entre imigração e povoamento e, de forma repetitiva, pois os textos de ambos são muito semelhantes, dispõem, minuciosamente, sobre a colonização. Os dois decretos, significativamente, regulamentaram a imigração e estabeleceram formas de restituição do valor das passagens (de 2ª e 3ª classe, em navios) a famílias de agricultores. São textos legais muito longos e deles interessa destacar as regras relativas ao estabelecimento em núcleos coloniais. A imagem idealizada do projeto federal de colonização pode ser observada na definição do "núcleo colonial" (igual nos dois decretos):

> reunião de lotes medidos e demarcados, de terras escolhidas, férteis e apropriadas à agricultura ou à indústria agropecuária, em boas condições de salubridade, com água potável suficiente para os diversos misteres da população, contendo cada um deles a área precisa para o trabalho do adquirente, servidos por viação capaz de permitir transporte cômodo e fácil, em favorável situação econômica, e preparados para o estabelecimento de imigrantes como seus proprietários.

Os decretos regulamentam, em separado, três tipos de núcleos: fundados pela União, pelos Estados e por empresas de viação férrea ou fluvial, companhias ou associações e particulares. Estabelecem, também, o direito de o governo federal inspecionar os núcleos não oficiais, mesmo quando os fundadores não receberam recursos públicos. A definição do núcleo apresenta uma situação desejável, porém distante da realidade da maior parte das "colônias", quase sempre estabelecidas em terras devolutas, embora estivessem previstas desapropriações de propriedades particulares (que deviam ser "adquiridas amigavelmente por compra"), cujo custo podia ser coberto pela venda de lotes. Assim, o acesso à terra era por compra, à vista ou a prazo, qualquer que fosse o responsável pela fundação do núcleo (União, Estados ou particulares), e os títulos definitivos de propriedade concedidos após o pagamento. Cabia às administrações coloniais receber os pagamentos e controlar as dívidas e suas amortizações. As condições da venda constavam do título provisório e, nessa circunstância, o colono em débito não podia passar seu lote a outrem sem autorização prévia da autoridade local.

Nos dois decretos foi mantido o dispositivo que permitia a localização de "nacionais" (agora no limite de 30% sobre o total de imigrantes); e apenas "agricultores imigrantes" formando famílias podiam ter vantagens sobre os demais, inclusive receber subsídios para alimentação e realizar traba-

lhos por empreitada em obras (públicas) do núcleo, como abetura de caminhos e serviços de demarcação. Subsídios referidos às unidades familiares, incluindo passagem ou seu ressarcimento, estavam previstos também nas colônias particulares, pois o governo federal podia conceder favores tanto aos imigrantes (com família), responsabilizando-se pela introdução destes, quanto às empresas. É interessante observar ainda que, apesar da menção (quase ocasional) à localização de nacionais, tanto o núcleo como a linha colonial são definidos por referência à imigração. Aliás, a linha pode ser considerada a principal característica dessa forma de povoamento, pois ao longo delas foram demarcados os lotes e, nas representações dos colonos, constituem comunidades com denominações. E, consoante a regulação contida nos dois decretos, a linha é uma estrada ladeada de lotes, medidos e demarcados, seguidamente ou próximos uns dos outros, destinados a ser povoados por imigrantes, como seus proprietários.

O decreto de 1911 estabeleceu, ainda, as normas de funcionamento do Serviço de Povoamento e regulou a entrada de imigrantes no país. Em 1913 foi aprovado um novo regulamento de terras devolutas da União (Decreto 10.105), uma nova tentativa de regulação fundiária praticamente idêntica (em objetivos) à da Lei 601, de 1850.

Não ocorreram mudanças nos dispositivos legais relativos à colonização após essa regulamentação em 1911, e a maior parte dos decretos, nas décadas seguintes, trata da emancipação de núcleos coloniais, ou seja, sua transformação em municípios, ou da fundação de novas colônias. Mudou, de fato, a regulamentação sobre a entrada de imigrantes no país, com a imposição de restrições nas décadas de 1920 e 1930 – seguindo uma tendência geral no ocidente após a Primeira Guerra Mundial – período em que, de modo gradativo, diminuíram os fluxos europeus e aumentou a imigração japonesa, objeto de amplo debate envolvendo questões de eugenia e pressuposto raciais. A legislação imigratória da década de 1930 instituiu o regime de cotas, incluído na Constituição de 1934 e referendado na de 1937, sob o argumento de que o país não podia ter sua formação étnico-racial e cultural prejudicada por fluxos indesejáveis – daí a idéia da “imigração dirigida” que surgiu após a revolução de 1930, constando do “manual do estrangeiro” vigente no Estado Novo. Tratei dessa questão em outro texto (Seyferth, 2002). Aqui, basta observar que o objetivo dessa forma de controle era o de assegurar a assimilação dos ádvenas – um problema para o nacionalismo – e uma colonização baseada na noção de “colônia mista” para evitar a concentração de gente de mesma nacionalidade. As colônias mistas imaginadas pelas autoridades com assento no Conselho de Imigração e Colonização do Estado Novo deviam receber nacionais e imigrantes de diferentes procedências, um modelo que, supostamente, asseguraria a assimilação nos cânones da formação brasileira.

Apesar do controle mais rígido da imigração, com o objetivo de evitar "minorias incômodas" e "quistos étnicos" – conforme expressões comuns nas décadas de 1930 e 1940 –, o modelo de colonização persistiu, sempre com privilegiamento da entrada de "agricultores" e "técnicos agrícolas" e sob controle do Departamento Nacional de Imigração (o novo nome do Serviço de Povoamento), órgão da Diretoria de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, subordinados ao Conselho de Imigração e Colonização. A ocupação do território continuava sendo do "interesse nacional", conforme os termos do Decreto 406, de 4.5.1938 (regulamentado pelo Decreto 3.010, do mesmo ano) – um dado significativo do controle estatal sobre o processo, em um período de ampla atuação de empresas de colonização. A diferença mais óbvia em relação aos períodos anteriores é a imposição de um mínimo de 30% de colonos nacionais nos novos núcleos (cf. Decreto-lei 7.967, de 1945), para assegurar a assimilação; dado que deve ser relativizado, pois qualquer descendente de imigrantes nascido no Brasil estava enquadrado nessa categoria. A referência ao "interesse nacional" nesse período histórico de drástica diminuição dos fluxos migratórios para o Brasil, que marcou a ocupação das terras classificadas como "devolutas" no sul do país, nos leva de volta aos primórdios do processo colonizador, em 1845, quando as autoridades transformaram a colonização em "necessidade pública", praticamente fechando um ciclo – a "colonização européia" que Waibel (1958, p.206) definiu de modo sintético: "processos pelos quais, durante cerca de 120 anos, uma classe de pequenos proprietários rurais de origem européia está tomando posse de terras e estabelecendo comunidades próprias".

REGIME COLONIAL E FORMAÇÃO CAMPONESA

> O governo brasileiro resolveu colonizar essas matas, a fim de fazer retroceder ou eliminar os índios. Mas que espécie de gente deveria ser colocada nessas florestas densas e inacessíveis? ... naquele tempo, o Brasil, por exemplo, por meio de tratados com a Inglaterra, já tinha concordado em abolir o tráfico de escravos, e a idéia do trabalho livre se impunha à consideração dos estadistas. O Brasil precisava de novo tipo de colonos, pequenos proprietários livres que cultivassem as terras de mata com o auxílio das respectivas famílias e que não estivessem interessados nem no trabalho escravo, nem na criação de gado. (Waibel, 1958, p.211)

Leo Waibel, geógrafo alemão que trabalhou no Brasil entre 1946 e 1950, foi autor de um estudo significativamente intitulado "Princípios de colonização européia no sul do Brasil" (incluído em Waibel, 1958) – o texto mais abrangente sobre o povoamento de terras florestais com colonos europeus e os sistemas agrícolas por eles produzidos. As observações transcritas em epígrafe resumem as motivações colonizadoras do governo brasileiro no

início da emigração para o Brasil. De certa forma, elas têm um sentido condenatório pois os resultados esperados não foram alcançados: recebendo lotes em mata fechada, sem disponibilidade de recursos técnicos e longe dos mercados, os colonos não produziram a desejada agricultura capitalista cujo modelo era o "farmer" norte-americano. Os trabalhos de Waibel procuraram destacar os problemas do regime colonial e indicar soluções. Afinal, no início da década de 1950 a colonização tinha continuidade, até mesmo fora da Região Sul, e geógrafos como ele, trabalhando para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), procuraram influir nas políticas públicas voltadas para assentamentos rurais. E os resultados da experiência anterior, baseada na imigração e inicada em 1819, podia ser útil na elaboração de novos projetos, tendo em vista sua característica de frente pioneira, daí o interesse da geografia em seu estudo.

A menção ao trabalho de Waibel e a breve análise dos princípios legais que regularam a colonização mostram que a forma assumida pela ocupação territorial por meio da imigração não resultou do livre-arbítrio dos colonos. Eles estavam sujeitos à forma de localização em terras devolutas – interesse maior dos poderes públicos – mesmo nas áreas sob administração de empresas particulares constituídas para esse fim. No século XIX e início do século XX, o termo "localização" era empregado para designar o ato de recebimento (por compra) e exploração de um lote colonial (destinado à agricultura) equivalente, portanto, ao que atualmente conhecemos como "assentamento".

A localização de imigrantes na Região Sul ocorreu sistematicamente desde 1824, apesar da retração entre 1830 e 1844, e adentrou o século XX intensificada pelas demandas dos descendentes cuja reprodução social estava comprometida pela saturação do sistema. Pode-se dizer que cada colônia é um caso, tem suas peculiaridades, sobretudo porque a imigração produziu diferentes subsistemas culturais, em um longo período histórico marcado por entradas sucessivas de europeus, em sua maioria oriundos das classes subordinadas (camponeses e operários), predominando italianos, alemães e poloneses. À parte os hibridismos culturais característicos da colonização – inerentes à integração em uma nova sociedade nacional – há muitos elementos comuns derivados da forma de ocupação do território sob controle do Estado. As designações "colônia alemã" ou "italiana", enfim, as adjetivações étnicas, corriqueiras ontem e hoje, têm forte apelo identitário e, de fato, expressam diferenças culturais. Mas, todas surgiram do interesse político voltado para um tipo de exploração agrícola que, mais recentemente, é chamado de "agricultura familiar".

Nos princípios da legislação de meados do século XIX, em grande parte mantida na República, os imigrantes eram encaminhados para o administrador do núcleo colonial e ali recebiam lotes "familiares", por compra. O procedimento era praticamente o mesmo no caso das colônias adminis-

tradas por empresas, que podiam recrutar colonos na Europa por sua conta ou recebê-los pela interveniência governamental. O lote familiar não pode ser considerado uma ficção legal: supunha, antes, a concessão preferencial aos emigrados em família, que também podiam receber subsídios e, no caso dos chefes de família, havia prioridade para atuar como empregados temporários nos serviços públicos da abertura de estradas e demarcação de linhas e lotes coloniais. Muitos saldaram a dívida contraída na compra da terra com o rendimento desse tipo de trabalho. Os solteiros, especialmente os filhos adultos de colonos já localizados, tinham dificuldade para obter terras (Seyferth, 1996), sobretudo nos períodos de fluxos mais intensos, ocasiões em que o tempo de espera pelo lote podia ser de seis meses a um ano. Na situação pioneira era raro encontrar linhas e lotes já demarcados que pudessem atender às demandas dos recém-chegados. Conforme observação anterior, parte dos homens adultos foi dirigida para esse tipo de trabalho assalariado, daí o longo tempo de espera nas sedes dos núcleos. Como observou Waibel, grande parte das colônias surgiu em regiões ainda cobertas pela floresta – um processo de ocupação que não levou em conta a população indígena ou a eventual presença de posseiros ou sesmeiros em alguns lugares.

Em cada núcleo colonial estava prevista a formação de um povoado, o lugar da sede administrativa a partir do qual demarcavam-se as principais linhas. Na distribuição espacial do núcleo colonial o povoado quase sempre estava situado no entroncamento de caminhos de cargueiros ou nas margens dos rios, sobretudo nos trechos navegáveis (caso, por exemplo, do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, onde os dois primeiros povoados surgiram nos lugares onde os rios Itajaí-açu e Itajaí-mirim deixam de ser navegáveis). Há algumas exceções, mas essa disposição espacial marcou a instalação de núcleos coloniais no Sul e, no caso dos povoamentos do século XIX, ocorridos em áreas acidentadas, com a cobertura vegetal original, acompanhando os vales dos rios na direção do planalto, é possível falar em fronteira ou zona pioneira. O conceito clássico de fronteira supõe o deslocamento sertão adentro e refere-se ao limite da zona povoada, conforme a obra de Turner (1920) que aborda a ocupação do Meio-Oeste dos Estados Unidos – portanto, há um critério espacial que a localiza como um contínuo entre a civilização e a mata virgem. Waibel (1958, p.265) ampliou o conceito definindo "zona pioneira" e associando-a à expansão agrícola na forma de povoamento, com a formação de uma paisagem cultural específica, camponesa. Tem uma dimensão econômica mais ampla, supondo a existência de vias de comunicação e transporte que permitem colocar excedentes no mercado com capacidade de absorvê-los e terras disponíveis para receber grande número de colonos. De acordo com essa definição, várias regiões ocupadas por colonos europeus formaram zonas pioneiras. Não eram núcleos isolados e, passado o período crucial dos primeiros as-

sentamentos, os colonos tiveram condições de comercializar parte de sua produção e promover certo crescimento econômico do qual se beneficiaram, principalmente, os comerciantes estabelecidos nos povoados.

A legislação contém uma concepção ideal de localização, subentendido o mesmo referencial econômico e civilizatório do conceito de frente pioneira; mas ela se refletiu na distribuição espacial e foi um fator preponderante da formação camponesa característica do contexto da colonização. Predeterminou dois pólos de ocupação: o povoado (ou vila), demarcado com "lotes urbanos", e as linhas, demarcadas com "lotes rurais" – espaços que deviam congregar pessoas distintas. Os lotes urbanos, de dimensões reduzidas, eram destinados a prestadores de serviços, comerciantes, artesãos etc.; ali não havia espaço para os colonos. A administração, a assistência médica e religiosa e as primeiras escolas estavam no povoado. Mas os colonos, por determinação legal, não podiam requerer lotes urbanos. Deviam morar no lote rural, um dos requisitos para obter a propriedade daqueles, constante dos títulos provisórios recebidos no ato da concessão da terra. Assim, desde o início surgiu uma polaridade rural–urbana precedendo a existência da cidade. As linhas rapidamente se converteram em comunidades, em uma elaboração simbólica de pertencimento aldeão, sem a existência da aldeia camponesa tradicional. A ocupação dos lotes, afinal, deixou as famílias relativamente distantes umas das outras, dedicadas a transformá-los em unidades produtivas, embora próximas o suficiente para permitir a convivência cotidiana. Exemplos dessa conversão simbólica e, certamente, prática, aparecem em alguns escritos memorialísticos produzidos por imigrantes – colonos com certo grau de instrução (ver Umann, 1981), ou nas referências às unidades sociais contidas na literatura sobre a colonização (Albersheim, 1962; Azevedo, 1982; Battistel e Costa, 1982; etc.). A localização de famílias de mesma procedência, ou que compartilharam a travessia do Atlântico, nas mesmas linhas, ajudou a confirmar esses sentimentos de pertença comunitária. Para os colonos, o povoado, em oposição à linha, era o único referencial urbano – cidade sem urbanidade, porém, mesmo assim, a *Stadtplatz* na definição dos colonos alemães, ou um lugar que é cidade.

Outra característica desse povoamento é a unidade produtiva – o lote, também chamado de "colônia" – onde o colono reside e trabalha com sua família. No período de intensificação dos fluxos imigratórios seu tamanho diminuiu para cerca de 25 hectares, área que as autoridades julgaram apropriada para a exploração familiar. Na observação de Waibel (1958), tal dimensão da propriedade foi insuficiente para implementar uma agricultura voltada para o mercado. De fato, o modelo ideal imaginado para o "lote colonial" depois de 1850 era o da "fazenda familiar" que marcou a colonização no Meio-Oeste dos Estados Unidos com base na noção de *Homestead* – termo designativo da propriedade rural com suas benfeitorias (moradia,

celeiro etc.) – que supõe a cessão de um pedaço de terra (pública) suficiente para permitir ao colono viver nela, cultivá-la e utilizá-la para sua subsistência. Mas pelo *Homestead Act* (da década de 1860) a concessão a cada chefe de família podia variar entre 80 e 160 acres, dependendo do tipo de terreno (Hibbard, 1932), portanto, uma área maior do que o lote brasileiro. A legislação brasileira só previu a concessão por compra de áreas maiores àqueles estrangeiros interessados em investir na agricultura em grande escala. A colonização, porém, devia ser implementada com imigrantes – categoria legalmente definida pela pobreza, designando aqueles que chegavam aos portos brasileiros na 3ª classe dos navios, que na década de 1930 foi substituída, oficialmente, pela categoria "estrangeiros".

Segundo Waibel, aplicar um sistema agrícola extensivo em pequenas propriedades, como ocorreu no regime de colonização, é uma contradição. Daí criticar com certa veemência o tamanho do lote:

> Por todo o sul do Brasil, o tamanho médio da propriedade de um colono da mata é de 25 a 30 hectares. É de surpreender como a maioria dos colonos e até agrônomos aceitam este tamanho, sem sequer duvidar da sua justificação e sua conveniência. Na minha opinião, uma propriedade de 25 a 30 hectares é excessivamente pequena para a aplicação do sistema de rotação de terras, especialmente em regiões montanhosas. (Wailbel, 1958, p.239)

Essa referência é importante porque remete diretamente à questão da formação camponesa em núcleos coloniais marcados pela distinção (legal) entre o povoado e as linhas, conforme assinalei mais pontualmente ao tratar da colonização no Vale do Itajaí-Mirim (Seyferth, 1974). O autor estava preocupado em oferecer subsídios a possíveis projetos novos de colonização, apontando os problemas relativos às práticas agrícolas extensivas, caso da rotação de terras adotada pelos colonos: na pequena propriedade não há tempo de recuperação do solo pois a rotação é muito curta, causando esgotamento e diminuindo, assim, a produtividade, sobretudo em terrenos mais acidentados. A contradição é óbvia, pois os sistemas agrícolas adotados pelos colonos, e a diminuição do lote para cerca de 25 hectares, em vez de redundar na desejada pequena produção capitalista (de alimentos), produziu camponeses nem sempre sóbrios, morigerados e obedientes como queriam as autoridades.

Levando-se em conta as características da terra e o sistema agrícola – que entre os colonos oscilou entre a rotação de terras primitiva (com uso da coivara e mantendo parte do lote em descanso por alguns anos) e a rotação de culturas com criação (menos comum nos tempos pioneiros) – Waibel (1958, p.239-41), assim como outros estudiosos, julgou o tamanho do lote pouco adequado às necessidades de uma agricultura rentável nas áreas de floresta disponilizadas para a localização de imigrantes. Dependendo da fertilidade do solo, seriam necessários lotes de 55 a 105 hecta-

res. Mas, prevaleceu o cálculo oficial e a lógica do núcleo colonial consignados na lei, os quais deram os contornos para uma formação camponesa cuja principal característica tem sido a migração.

O estabelecimento de núcleos intensificou-se depois de 1850, impulsionado, de início, por imigrantes alemães (em maior número até a década de 1870), e depois por italianos e poloneses. O tipo de assentamento (ou localização) foi o mesmo em toda parte e na maioria dos núcleos os recém-chegados enfrentaram problemas próprios das frentes pioneiras, além da burocracia do Estado e seu modelo de colonização. A situação não era melhor nos empreendimentos particulares, entre outros motivos porque as empresas, de modo geral, formaram-se para esta finalidade sem possuir grandes aportes financeiros; dependiam da venda dos lotes, nem sempre lucrativa.

Para apontar as diretrizes (e conseqüências) dos assentamentos é útil recorrer a um caso exemplar – a *Colônia Itajaí*, um empreendimento oficial localizado no Vale do Itajaí (SC) na região atualmente correspondente aos municípios de Brusque, Guabiruba, Botuverá e Vidal Ramos – com referências comparativas sobre outras regiões. A primeira leva de imigrantes alemães (dez famílias) chegou ao local destinado ao povoado – o centro atual da cidade de Brusque – em agosto de 1860, acompanhada pelo diretor nomeado. Não havia caminhos para ali chegar, portanto, subiram o curso do rio Itajaí-mirim em canoas. O lugar do desembarque estava situado no ponto em que o rio deixa de ser navegável. Logo depois, no mesmo ano, chegaram mais quatro levas, totalizando 82 famílias. O privilegiamento da concessão familiar pelo Estado está claramente definido nas próprias listas de imigrantes (constantes da documentação dos administradores da colônia) onde os poucos solteiros maiores de idade aparecem como "agregados" de uma família.

Havia mapas cadastrais com as linhas traçadas ao longo do rio e seus afluentes, e os lotes previstos em formato alongado, mas a demarcação só ocorreu após a chegada das primeiras levas e com uso da mão-de-obra dos próprios colonos. A distribuição dos lotes cabia à administração (que contava com agrimensores) e não havia muita margem de escolha. As primeiras levas receberam lotes rurais em áreas mais próximas ao lugar previsto para o povoado a partir do qual as linhas principais foram traçadas. A continuidade do fluxo, porém, criou problemas. A empresa contratada pelo governo brasileiro para agenciar imigrantes nos Estados alemães encaminhou levas sucessivas para essa colônia, sem que houvesse condições imediatas de assentamento. De fato, o acúmulo de gente aguardando a concessão da terra e os constantes atrasos do pagamento pelos serviços prestados pelos colonos, além da falta de assistência médica, combinada com altas taxas de mortalidade (sobretudo infantil) e sucessivas epidemias (varíola, febre amarela etc.), e a dependência dos créditos dos comerciantes

localizados no povoado para adquirir alimentos, entre outras coisas, configuraram situações de conflito com a administração colonial que, mais de uma vez, solicitou envio de tropas para conter "desordens".

Problemas desse tipo marcaram a vida da colônia nas duas primeiras décadas, assim como a continuidade da imigração (intensificada com a chegada de italianos a partir de 1875). Imigrantes irlandeses e franceses encaminhados para essa região também manifestaram seus descontentamentos envolvendo-se em "motins", termo empregado pelas autoridades para designar manifestações mais agressivas. A menção às situações conflituosas, por nós analisadas em outro trabalho (Seyferth, 1999), mostram que a colonização estava longe da imagem idealizada e essencializada na lei. O Itajaí-mirim e as regiões próximas (como o Vale do Tijucas) e, de modo geral, todo o Vale do Itajaí, cujo centro irradiador mais importante era a colônia Blumenau (fundada no Itajaí-açu em 1850), receberam imigrantes por mais de cinqüenta anos. Nem todos permaneceram ali na condição de colonos, mas a ocupação do território foi contínua, sob administração oficial e particular, mesmo depois da emancipação dos principais núcleos (Blumenau e Brusque) na década de 1880, pois a Inspetoria de Terras e Colonização assumiu o encargo da concessão de lotes. Mas, apesar do controle sobre as concessões, e da existência de títulos provisórios e registro das dívidas coloniais, houve problemas na regularização fundiária concernentes à mobilidade espacial dos colonos principalmente na fase final da ocupação.

A razão é simples: as famílias que chegaram no primeiro decênio após a fundação do núcleo receberam as terras mais férteis, menos acidentadas e próximas à sede da colônia; mas na continuidade da ocupação, na direção das nascentes dos formadores da bacia do Itajaí, os lotes disponíveis estavam demarcados em terras acidentadas, pouco férteis, portanto impróprias ao cultivo intensivo. Isso gerou certo descontentamento e, em conseqüência, muitos concessionários abandonaram seus lotes sem comunicar a administração ou, no caso de haver alguma benfeitoria, o lote era irregularmente "vendido" para outro colono, que supostamente assumia a dívida com o Estado, à revelia das autoridades. A própria denominação das linhas mais distantes em relação ao povoado dimensiona a situação difícil dessas famílias. Eram chamadas *Tifas*, uma corruptela da palavra alemã *Tiefe* (profundeza, fundo) usada em Santa Catarina ainda hoje como sinônimo de cafundó, ou lugar ermo, de difícil acesso. Por outro lado, ocorreram permutas de lotes nem sempre autorizadas e muitas vezes causadas pelo desejo de ficar mais próximo de familiares, amigos ou de gente que emigrou de um mesmo lugar. Afinal, as cartas enviadas a parentes na Europa também incentivaram a emigração, mesmo quando mencionavam as dificuldades encontradas no Brasil. Os livros de registro da dívida colonial, que confirmavam a concessão com título provisório, mostram uma situação "caótica", conforme a definição dos responsáveis pela regularização da

propriedade. Na prática, o acesso ao título definitivo podia demorar muitos anos até para aqueles que pagaram a dívida dentro do prazo.

A demora na expedição dos títulos de propriedade e as condições precárias de localização motivaram muitas manifestações de protesto e reclamações por escrito em diferentes colônias, consideradas impertinentes pelos responsáveis mais diretos (ou dirigentes de núcleos) e pelas elites brasileiras que preferiam colonos submissos, cultivando pacificamente seus lotes. Na realidade, os colonos estavam submetidos aos constrangimentos impostos não só pela legislação, mas também pelas autoridades locais que muitas vezes recorriam à força policial armada para impor sanções àqueles classificados como ociosos, de maus hábitos, ou que não cumpriam a norma de residir no lote. A ação policial visava, principalmente, às lideranças que encabeçavam as manifestações, invariavelmente identificadas e expulsas do país na condição de indesejáveis. Esses embriões de movimentos sociais e, de modo geral, as reclamações e a mobilidade (deslocamentos para outros núcleos, abandonando o lote recebido, ou, simplesmente, a reemigração) também são mencionados por autores que trataram da colonização alemã e italiana no Rio Grande do Sul (Roche, 1969; Azevedo, 1982; e Seyferth, 1999) – portanto, trata-se de um fenômeno generalizado no contexto da colonização e registrado nos relatórios oficiais, mas pouco estudado pelas ciências sociais.

Estão aí configuradas as formas mais cotidianas de resistência camponesa no confronto com autoridades, despercebidas ou ignoradas pelas historiografias locais. É preciso lembrar que a primeira geração de colonos encontrava-se em uma situação absoluta de subordinação, dada sua condição de imigrantes, estrangeiros sem direitos de cidadania e insuficientemente informados sobre as condições de naturalização, que a maioria não requereu. Nem mesmo a naturalização geral concedida pela Constituição promulgada após a proclamação da República acabou com a xenofobia contra os colonos, manifestada por brasileiros, em particular pelas elites regionais. Conforme observação de Roche (1969, p.707-8):

> A opinião geralmente difundida nos meios brasileiros era que o colono devia permanecer agricultor, visto que, para isso, o haviam feito vir ... Assim se formava e se mantinha uma espécie de casta inferior, destinada, pela origem e pela profissão de seus membros, a explorar a terra e aumentar a produção agrícola, que era ao mesmo tempo o fim da colonização e a única medida de êxito.
>
> ...
>
> Os rio-grandenses, portanto, consideravam muitas vezes os colonos como promovedores de agitações e não sentiam por êles nenhuma simpatia.

O autor em questão estudou a colonização alemã no Rio Grande do Sul, porém suas observações podem ser generalizadas, pois os pequenos movimentos sociais localizados e a migração receberam a censura das autori-

dades e revelam não tanto o preconceito contra o estrangeiro (xenofobia), mas o desprezo para com o trabalhador braçal, o cultivador do solo que devia conformar-se com sua condição social.

No contexto geral da colonização houve apenas um movimento social, de natureza messiânica, de ampla repercussão – a "revolta dos Mucker" (1868-1874), um "assunto maldito" na região de São Leopoldo até hoje, que durante muito tempo serviu como argumento contra a imigração alemã para o Brasil. Movimento camponês de base religiosa, considerado problemático e ameaçador das instituições pelas autoridades brasileiras e pelas classes altas locais, foi sufocado pelas forças armadas e sua principal líder, Jacobina Maurer, morreu em combate. Amado (1978) apontou como causa principal do movimento a desigualdade social ou, mais precisamente, o empobrecimento dos colonos e a diferenciação de classes cujo destaque é o domínio econômico exercido pelos comerciantes que interferiram na produção familiar, controlando os preços e o crédito. Essa é uma observação importante porque no âmbito da colonização os comerciantes emergiram como classe dominante, controlando o sistema econômico desde a produção (colonial), acumulando capital que, em muitos lugares, resultou na industrialização e na ocupação de posições no campo político.

A improvisação característica da formação colonial, a falta de recursos para proporcionar melhores condições de acesso à terra, a dívida colonial, a dominação econômica exercida pelos comerciantes concentrados nos povoados, a ação de grileiros visando à extração (irregular) de madeira, mesmo em lotes já ocupados por colonos, os obstáculos burocráticos para obter os títulos definitivos de propriedade, as dificuldades de cultivo em área de floresta, a precariedade das vias de comunicação etc., nunca aparecem, oficialmente, como explicação razoável para a agitação social observada na colônia Itajaí, ou em outros lugares, embora possam ser encontrados subjacentes na documentação dos diretores, em especial nos ofícios dirigidos ao Presidente da Província. Segundo as autoridades, o sucesso da empreitada colonizadora era evidente, visível nas estatísticas (positivas) da produção de alimentos no regime de policultura, na atividade artesanal e no crescimento urbano dos povoados, e os problemas eram atribuídos a gente pouco afeita às lides agrícolas, arregimentada de modo irregular na Europa e pouco interessada em fixar-se definitivamente num lote. Tal explicação era a mais conveniente para os governantes. No entanto, ela permite evidenciar dois elementos constitutivos desse campesinato – a unidade produtiva representada pelo lote familiar e a migração.

Conforme a legislação, o lote rural devia ser uma concessão preferencialmente familiar, lugar de moradia, destinado à lavoura e criação, supondo-se pela dimensão mediana de 25 hectares o caráter familiar do trabalho. Tradicionalmente, a literatura teórica sobre campesinato definiu a fazenda camponesa como uma unidade básica de produção, consumo e

vida social, característica estruturante também da divisão do trabalho – conforme a coletânea organizada por Shanin (1971) – algo muito próximo da concepção legal do lote colonial. À parte as questões conceituais, objeto de permanente revisão nas ciências sociais sem que se concretize o vaticínio do fim dos camponeses no mundo globalizado, a representação que os colonos construíram acerca da colônia fornece respaldo empírico para essa concepção teórica de unidade.

Ao receber terras para cultivo no regime de colonização, o imigrante tornou-se colono, apropriando-se da designação oficial como categoria definidora de uma identidade social. Nem todos os imigrantes vieram do meio rural, mas aqueles que realmente se fixaram no lote recebido assumiram o "modo de vida do colono", observável, por exemplo, no relato memorialístico de Josef Umann (1981), um operário da indústria do vidro emigrado da Boêmia, em 1877, com outros de mesma procedência, para a Linha Cecília, município de Venâncio Aires, Rio Grande do Sul. Há muitos relatos que mostram a conversão do imigrante a colono e em todos pode ser percebida a vinculação comunitária relacionada à linha ou picada (termos usados como sinônimos), construída pela noção de sociabilidade, e também o destaque simbólico dado à propriedade familiar como resultado da domesticação da floresta. Nesse sentido, a categoria colono é usada positivamente, sugerindo um estilo de vida marcado pelo trabalho árduo realizado em família, em um espaço preciso, o lote colonial.

Existem três espaços a considerar na configuração de uma colônia: a propriedade agrícola (o lote), a linha (ou um conjunto de linhas) e a colônia (englobando a vila ou povoado). No Vale do Itajaí, e em muitos outros lugares, o lote, com o tempo, passou a ser chamado "colônia". Assim, um mesmo termo dimensiona a estrutura social. Colônia é o núcleo definido na lei, um agrupamento de linhas com um centro mais densamente povoado (a sede); é também a pequena propriedade familiar, espaço doméstico e unidade produtiva, fundamento da identidade social camponesa simbolicamente ancorada à produção de alimentos que, na prática, converge para a policultura.

A colônia, na dimensão microcósmica, tem características bem conhecidas. A exploração de um lote na fase pioneira começava pela derrubada da mata e construção de uma casa (aproveitando a madeira disponível). Os colonos europeus, obviamente, não estavam preparados para essa circunstância, nem mesmo aqueles que vinham de uma condição camponesa, e adotaram a forma de cultivo utilizada no mundo rural brasileiro – a roça com base na coivara (derrubada e queima da cobertura vegetal, aproveitando as cinzas como adubo). Apesar da progressiva transformação das técnicas de cultivo (Roche, 1969; Waibel, 1958) a roça prevaleceu, assim como a divisão do trabalho própria da economia camponesa, isto é, realizada de acordo com a posição de cada indivíduo na família. A policultura é a ca-

racterística dessa forma de exploração agrícola voltada para as necessidades de consumo da família e para o mercado.

Registros e depoimentos manuscritos sobre os tempos pioneiros e a literatura pertinente (Waibel, 1958; Roche, 1969; Seyferth, 1974; Wachowicz, 1981; Azevedo, 1982; e referências, fotografias e relatos em Battistel e Costa, 1982; 1983) permitem visualizar a unidade produtiva em pleno funcionamento. No conjunto destaca-se a roça e, nela, os cultivos mais comuns do milho, cana-de-açúcar, feijão, mandioca (ou aipim) etc. Podem ser observadas variações regionais, em parte associadas aos diferentes fluxos imigratórios, caso da vinicultura italiana na serra gaúcha, do plantio do trigo e outros grãos no período de expansão colonial para o planalto (em especial no Paraná), ou do plantio do tabaco iniciado pelos colonos alemães. Parte dessa produção destinava-se ao consumo doméstico e, sobretudo, ao comércio. Em uma área menor, situada mais próxima à casa, há a horta, destinada ao plantio de legumes e verduras; as árvores frutíferas também são um elemento dessa paisagem. Os colonos não se dedicaram propriamente à pecuária, mas possuíam algum gado (em particular para fornecimento de leite), criação de porcos e galinhas.

A divisão do trabalho tem correspondência com a estrutura familiar e só os muitos idosos e as crianças pequenas estavam excluídas das atividades agrícolas. A horta e o cuidado com os animais domésticos e a casa são tarefas de mulheres e crianças; a derrubada/queimada e o preparo da terra para o plantio estão no domínio masculino. Mas a roça também é o lugar de trabalho de mulheres e crianças em atividades como capina, plantio e colheita. Podem ser mencionadas também algumas atividades coletivas, sobretudo as mais rotineiras – obter forragem para os animais, ordenha, debulha do milho etc., ou, no caso dos fumicultores, o preparo das folhas de tabaco. Apesar de ter-se intensificado no século XX, o cultivo do tabaco já existia em algumas colônias, para fins de comércio, desde os primórdios – caso do Vale do Itajaí. A ajuda mútua entre colonos ou, conforme a designação brasileira, o mutirão, faz parte dos relatos sobre o começo difícil nas linhas coloniais, principalmente a necessidade de braços para a derrubada do mato e a construção da moradia e benfeitorias como ranchos e cercas. O perfil econômico dessa propriedade camponesa, sua aparente auto-suficiência e o trabalho penoso da produção familiar são referências constantes do discurso sobre a colonização, agregando valor à identidade do colono e sua imagem de civilizador.

A auto-suficiência, porém, aparece apenas nessa dimensão discursiva, pois desde o início os colonos dependiam dos comerciantes situados fora das linhas e, às vezes, além da sede da colônia. A situação foi mais dramática no período de formação de cada colônia, pois o escoamento da produção podia ser inviabilizado ou dificultado pela precariedade das vias de comunicação, e os colonos dependiam dos créditos dos comerciantes para

sobreviver até tornar os lotes produtivos, pois nem todos obtinham trabalho temporário em obras públicas. No Vale do Itajaí, por exemplo, formou-se uma verdadeira rede de comerciantes – chamados "vendeiros" – cuja principal atividade consistia na compra dos excedentes coloniais para beneficiá-los e exportá-los. Os relatórios estatísticos dos diretores da Colônia Itajaí, referidos ao primeiro decênio, já mencionavam a exportação de folhas de tabaco e charutos, além de açúcar, banha e outros itens de alimentação. Alguns colonos remediados possuíam engenhos ou atafonas para fabricação de açúcar, cachaça, fubá, farinha de mandioca; a maioria tinha condições para produzir banha, item bastante valorizado nas áreas de colonização alemã (cf. Roche, 1969; Seyferth, 1974). Mas, à exceção da banha e de outros derivados suínos, os comerciantes monopolizaram os processos de beneficiamento da produção agrícola; muitos deles enriqueceram com serrarias. Assim, controlaram os preços e os transportes de mercadorias e, em muitas situações, praticaram o escambo ou a permuta de mercadorias sem uso do dinheiro.

De modo geral, o crescimento urbano das antigas sedes coloniais e o desenvolvimento econômico, com a conseqüente diferenciação interna no meio rural, não trouxeram grande mudança na dependência em relação aos "vendeiros" (que também eram imigrantes ou descendentes). Referindo-se à colonização alemã, Roche (1969) foi um dos primeiros a observar o elo de dependência entre comerciantes e colonos e o poder econômico daquelas casas que se transformaram em grandes firmas e, pela acumulação de capital comercial, promoveram a industrialização.

A relação com os comerciantes alude ao espaço urbano mais próximo desse universo rural que, ao mesmo tempo, faz parte da realidade social chamada colônia. Mais do que o lugar das transações comerciais, a venda tornou-se um dos espaços da sociabilidade, onde amigos se encontram e as notícias circulam. Em contrapartida, com o processo de urbanização se acelerando, as antigas sedes coloniais concentraram as principais associações recreativas, os serviços públicos, escolas melhores e as igrejas, embora os serviços religiosos ocorressem também nas capelas do interior. Isso nos conduz ao espaço mais comunitário das linhas – as picadas abertas pelos pioneiros na mata original as quais serviram como primeiras vias de comunicação –, forma de povoamento que os geógrafos chamaram "rural disperso" (Waibel, 1958, p.242) em fileira, em alusão ao formato padronizado do lote de 25 hectares (longo e estreito). O termo "disperso", nesse caso, não significa longa distância, pois os lotes foram demarcados, com certa continuidade (quando não havia obstáculos naturais) ao longo das linhas, e as casas, em sua maioria, foram construídas junto à picada. Por outro lado, desde o início do processo colonizador os imigrantes procuraram superar o isolamento imposto pela moradia no lote, criando pontos de lazer e convivência quase sempre localizados em um determinado ponto

da linha ou na confluência de duas ou mais linhas – uma pequena venda, uma capela feita em mutirão, um salão de festas. Tal aglomeração, conformada pelo entroncamento de picadas em muitos lugares, tomou a forma de povoado. Observa-se, portanto, que a própria dinâmica da vida social e cultural subverteu os mapas cadastrais e as definições legais.

Uma das formas mais interessantes desse fenômeno é a organização comunitária em torno da capela surgida nas regiões de colonização italiana no Rio Grande do Sul. Azevedo (1982) mostra como ocorreu uma aglutinação em torno dessas construções, existentes em quase todas as linhas principais (ou travessões), incluindo escola, cemitério e espaço de lazer.

> A capela funciona como centro de recreação e reunião no pavilhão anexo, a **copa**, em que alguns colonos se juntam a noite para conversar e jogar cartas, em torno dos copos de vinho; a capela é ainda como que o órgão dominador dos instrumentos de controle social, da moralidade, da cooperação e da atribuição do *status*. (Azevedo, 1982, p.193)

Guardadas as diferenças de natureza étnica, a organização comunitária das linhas é muito semelhante em toda parte. Willems (1940, p.67) também se refere à importância aglutinadora da capela entre os colonos alemães e à movimentação dominical após o ofício religioso, que inclui práticas esportivas, jogos diversos, bailes, corridas de cavalo, conversas e bebedeiras nas vendolas, quermesses etc. – conformando um estilo de vida próprio de uma comunidade rural.

Essas breves observações apontam para uma sociedade rural diversa da tradição luso-brasileira e própria das regiões colonizadas por imigrantes europeus. Existe a diversidade relacionada à própria imigração e refletida nas designações adjetivadas de cada colônia. Expressões como "colônia alemã", "italiana" ou "polonesa" (entre outras) aludem aos imigrantes pioneiros em cada lugar. Mas a formação camponesa e seus ajustamentos na situação colonial têm suas próprias características estruturais e, além do que já foi mencionado, deve-se destacar, ainda, a migração, assunto bastante debatido, atualmente, na discussão teórica sobre a categoria social "camponês" (Kearney, 1996).

A regularidade da migração rural pode ser vista como um componente estrutural da colonização na forma como foi implementada no sul do Brasil. Em seu estudo sobre a colonização alemã no Rio Grande do Sul, Roche (1969) dedicou um capítulo à mobilidade espacial dos colonos, que denominou *enxamagem*, figura de retórica associada ao movimento de divisão de uma colméia de abelhas com formação de novas, alhures. As causas da regularidade são diversas e o fenômeno não se restringiu ao caso analisado por Roche, que apresenta estatísticas significativas sobre os deslocamentos de uma colônia para outra. Entre elas, talvez a menos provável tenha sido sugerida por administradores de colônias em suas observações subje-

tivas sobre a "falta de apego à terra" demonstrada pelos colonos sem "origem rural". Longe disso, pois a migração tem relação com as limitações do próprio modelo colonizador sistematizado pelo Estado, a fragilidade econômica própria do campesinato e suas formas de organização social.

A migração em âmbito rural acompanhou a expansão colonizadora para o oeste, na direção do planalto. De fato, durante o Império os imigrantes alemães ocuparam importantes bacias hidrográficas próximas ao litoral, como o Vale do Itajaí (SC) e os vales ao pé da serra, formados pelos tributários do rio Jacuí (RS). A Colônia Caxias (hoje a cidade de Caxias do Sul) foi o principal centro distribuidor da colonização italiana, iniciada em 1875. No fim do século XIX começou a expansão para o oeste e o norte do Rio Grande do Sul e para o oeste de Santa Catarina e, pouco mais de uma década depois, para o oeste do Paraná. Ainda no século XIX houve migração do noroeste de Santa Catarina (a região de Joinville) para o Paraná, principalmente de alemães e poloneses que se fixaram em Curitiba ou em colônias próximas a essa cidade. No Paraná, a colonização só se intensificou no último quartel do século XIX, mas envolveu imigrantes de diversas procedências, com maior diversificação de nacionalidades, pois além de alemães, italianos e poloneses, também entraram alemães do Volga (ou teuto-russos), ucranianos, holandeses, japoneses, menonitas e suábios do Danúbio – estes últimos no pós-guerra. De certa forma, o oeste do Paraná foi a última fronteira agrícola do Sul, recebendo imigrantes e os descendentes oriundos dos outros dois estados, em um processo de ocupação ainda em curso após a Segunda Guerra Mundial. A fronteira paranaense também atraiu uma migração originária de São Paulo (em uma ampliação da frente de expansão paulista). Todo esse movimento ocupacional, com características de povoamento em terras consideradas devolutas, mas que não estavam necessariamente "vazias" (no sentido do "vazio demográfico"), atraiu os excedentes populacionais das "colônias velhas", que ali se juntaram aos novos imigrantes. Nessa vasta região do planalto, a colonização realizou-se principalmente por intermédio de empresas colonizadoras que lucraram bastante com a venda de lotes e investiram na propaganda para atrair indivíduos e famílias das "colônias velhas". Nessa região, houve também áreas ocupadas por associações de tipo confessional e étnico, sem fins lucrativos (Renk, 1997). Deve ser observado, ainda, que esse deslocamento alcançou a fronteira internacional, pois houve emigração de alemães, italianos e descendentes para a Argentina e o Paraguai.

A movimentação colonizadora é uma das causas da migração, pois anunciava a possibilidade de acesso à terra em novas frentes visualizadas como "pioneiras". Mas a migração ocorreu também porque havia pressões internas próprias das sociedades camponesas, além dos problemas decorrentes da sistemática de localização no período da grande imigração (entre 1880 e 1914).

O fenômeno da *enxamagem* – o constante deslocamento para novas áreas abertas à colonização, feito muito mais em grupo do que individualmente – tem causas bem precisas, as mesmas que também produziram a migração para áreas urbanas (o chamado "êxodo rural").

A primeira geração transformou os lotes em propriedades produtivas, apesar das dificuldades iniciais. Em muitos casos a produtividade chegou ao ponto máximo quando os filhos atingiram a idade adulta, no auge da força de trabalho, algo expresso em depoimentos sobre o trabalho familiar ainda hoje (cf. Seyferth, 1974). Na maioria dos núcleos coloniais, porém, não era fácil obter um lote para a segunda geração porque as novas levas de imigrantes tinham prioridade para a concessão. Por outro lado, as altas taxas de natalidade indicam um excedente populacional considerável, tornando inviável a reprodução social em um único lote.

Além disso, devem ser considerados os problemas mais diretamente associados à legislação reguladora e à ocupação de terras devolutas. As plantas cadastrais das linhas foram traçadas sem conhecimento sobre a verdadeira situação das terras, o que resultou em concessões feitas em áreas impróprias para a agricultura. A baixa qualidade dos solos em algumas linhas, principalmente em áreas montanhosas, provocou o abandono das concessões e certa rotatividade de "intrusos" (conforme designação oficial) à revelia das autoridades. O tamanho padronizado do lote em 25 hectares, por sua vez, levou em conta a concessão familiar e, de fato, permitia a sobrevivência de uma família. Tal assertiva introduz uma questão fundamental – a reprodução social e sua relação com a transmissão do patrimônio fundiário ou, dito de modo simples, a necessidade de dotar os filhos com terras para agricultura. Altas taxas de natalidade comprometem a reprodução social, e a dificuldade de assentar os filhos no mesmo núcleo é a razão objetiva da *enxamagem*. Para dar condições de existência às novas famílias no regime colonial era preciso o deslocamento para novas colônias. As regras costumeiras de transmissão do patrimônio também estão na origem desse movimento migratório. De modo geral, as mulheres não eram contempladas com terra e, dependendo das tradições de cada grupo, havia arranjos que apontavam para um herdeiro, que podia ser o filho mais velho ou o mais novo, mantendo a unidade da "colônia", ou casos de divisão da propriedade entre herdeiros legais (cf. Roche, 1969; Seyferth, 1974; Azevedo, 1982). Essa última forma foi considerada causa do empobrecimento de alguns núcleos e linhas (Willems, 1940; Waibel, 1958). Também motivou a migração. A demanda por terras, portanto, assegurou a continuidade da colonização desde o século XIX, enquanto o número de descendentes sempre excedeu o de imigrantes nas colônias novas, constituídos no planalto setentrional. A *enxamagem* por suas características, permitiu a formação de redes de parentesco e solidariedade que uniram as colônias novas e velhas, dinamizando as relações sociais no meio rural. Esse fenô-

meno tem sua contrapartida na migração rural-urbana, bastante significativa, que levou parte da população excedente das linhas para as cidades emergentes nos núcleos – algumas em processo de industrialização na virada para o século XX – ou para cidades maiores, apontando para a questão da proletarização. A migração, portanto, faz parte daquele cotidiano camponês, mas mantendo os laços de sociabilidade e a identidade comum de colono.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonização do sul do Brasil foi planejada pelo Estado, tendo por finalidade última a localização de imigrantes europeus em terras públicas, na forma da pequena propriedade familiar. Pode ser definida como um processo contínuo de ocupação territorial, baseado na imigração dirigida, que durou mais de um século, sem mudanças substantivas na legislação regulatória. A configuração espacial do núcleo colonial obedeceu às normas legais e seus elementos constitutivos – a sede (ou povoado), com seus "lotes urbanos", e as linhas (ou picadas) com seus "lotes rurais" – deram os contornos de uma formação sociocultural camponesa. Apesar das diferenças culturais relacionadas à própria imigração, que deram respaldo para a distinção simbólica entre colônias e colonos etnicamente adjetivados, a base empírica constituída pelo núcleo é o elemento comum a todas as colônias (em seu significado mais amplo), assim como a conversão da linha em comunidade rural.

A vivência de uma situação "pioneira" (real ou imaginada) pelos povoadores originais de cada núcleo, a propriedade de uma "colônia" (na definição da unidade produtiva, o lote) e o estilo de vida comunitário conformaram a própria identidade social do colono, em uma apropriação positiva da categoria oficial de certa forma imposta pela política de colonização. Essa apropriação persiste nos dias de hoje, até mesmo em sua vinculação com a imigração, e tem alta carga simbólica na distinção entre descendentes de imigrantes e brasileiros (Seyferth, 1993). O fundamento da congruência entre imigrante e colono provavelmente está na própria legislação sobre o processo de colonização, que excluiu, ou apenas admitiu com restrições, a participação de brasileiros (nacionais). Daí a referência à "colonização européia" observada, por exemplo, em Waibel, que tratou do tema de modo mais abrangente. Nos primórdios ela estava vinculada ao "trabalho livre" em contraste com o regime escravista.

O início dos processos de localização foi marcado por dificuldades diversas e conflitos próprios de situações de fronteira (ou frente pioneira), mas, paradoxalmente, o engajamento dos imigrantes nos trabalhos públicos de demarcação e abertura de vias de comunicação – causa da demora

na concessão dos lotes – permitiu que muitos saldassem a "dívida colonial". Em geral, desenvolveu-se um sistema agrícola de base familiar, ancorado na propriedade da terra que, nos termos dos geógrafos (Waibel, 1958; Roche, 1969) deu nova dinâmica à produção policultora e mudou a paisagem cultural do Sul.

A continuidade da ocupação territorial, por sua vez, garantiu o acesso à terra para a segunda e a terceira geração, dispostas a migrar para novas frentes de expansão agrícola. Daí, a migração tornou-se um elemento constitutivo desse campesinato e forma de preservar a reprodução social na condição camponesa. A intensidade da migração rural, mencionada na literatura, e sua congênere, a migração rural-urbana, por outro lado, apontam para as limitações da reprodução social em uma conjuntura em que esta só pode ser assegurada com a exclusão da população excedente, mediante mecanismos costumeiros de transmissão do patrimônio (herança), ou busca pela terra em outro lugar, refazendo o ciclo pioneiro em lugares cada vez mais distantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERSHEIM, Ursula. *Uma comunidade teuto-brasileira (Jarim)*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/MEC, 1962.

AMADO, Janaína. *Conflito social no Brasil.* A revolta dos Mucker. São Paulo: Símbolo, 1978.

AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos.* Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: Fundação Pró-Memória, 1982, 2. ed.

BATTISTEL, Arlindo I. e COSTA, Rovilio. *Assim vivem os italianos. 1. Vida, história, cantos, comidas e estórias*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1982.

______. *Assim vivem os italianos. 3. A vida italiana em fotografia*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1983.

FOUQUET, Carlos. *O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil, 1808-1824-1974*. São Paulo: Instituto Hans Staden; São Leopoldo: Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, 1974.

HIBBARD, B. H. "Homestead". *Encyclopaedia of the Social Sciences*, 7. New York: MacMillan, 1932.

KEARNEY, Michael. *Reconceptualizing the peasantry: Anthropology in Global Perspective*. Westview Press, 1996.

NICOULIN, Martin. *La gênese de Nova Friburgo*. Fribourg, Editions Universitaires, 1981, 4. ed.

PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Santa Terezinha, 1934.

RENK, Arlene. *A luta da erva.* Chapecó: Grifos, 1997.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, 2 v.

SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim*. Porto Alegre: Movimento/SAB, 1974.

______. Identidade camponesa e identidade étnica. *Anuário Antropológico*, 1993, 91.
______. Concessão de terras, dívida colonial e mobilidade. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, 1996, 7.
______. Colonização e conflito: estudo sobre 'motins' e 'desordens' numa região colonial de Santa Catarina no século XIX. SANTOS, José V. T. dos. (Org.). *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
______. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, 2002, 53.
SHANIN, Theodor (Ed.). *Peasants and Peasant Societies*. Middlesex: Penguin Books, 1971.
TSCHUDI, J. J. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1980.
TURNER, F. J. *The frontier in American History*. New York: H. Holt, 1920.
UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio*. Porto Alegre: EST, 1981.
WACHOWICZ, Ruy C. *O camponês polonês no Brasil*. Curitiba: Fundação Cultural Casa Romário Martins, 1981.
WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.
WILLEMS, Emílio. *Assimilação e populações marginais no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

2
Colonos italianos de Silveira Martins: entre os poderes da Igreja Católica e do Estado

Jérri Roberto Marin
Joel Orlando Bevilaqua Marin

A política de imigração estrangeira, estabelecida com o propósito de ocupar determinadas áreas do Rio Grande do Sul, esteve subordinada à política global de colonização instituída durante o governo imperial, que previa a formação de núcleos, em regime de pequenas unidades de produção familiar, contribuindo não só para ampliar o mercado consumidor, mas também para fabricar produtos de consumo interno. Assim, as áreas não aproveitadas pelo latifúndio pecuarista foram destinadas à implantação de colônias italianas, mas o processo de povoamento demandava a abertura de estradas, para favorecer as comunicações e o desenvolvimento da Província. Entre as primeiras colônias italianas fundadas no Rio Grande do Sul, em 1875, destacavam-se: Conde d'Eu (atual Garibaldi), Dona Isabel (atual Bento Gonçalves) e Fundos de Dona Palmira (atual Caxias do Sul). Em 1876, uma licença imperial criou, no interior do estado, o Quarto Núcleo de Colonização Italiana, com o nome de Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte, posteriormente denominado Colônia Italiana de Silveira Martins.

A Colônia Italiana de Silveira Martins situava-se em uma região de relevo acidentado, pedregoso, coberta por densa floresta, razão pela qual fora desprezada pelos pecuaristas latifundiários gaúchos. Na época da criação, os colonos receberam do governo imperial um lote de terra de aproximadamente 25 hectares e sementes de alguns produtos agrícolas, com o compromisso de ressarcimento em um período de até cinco anos. Depois de assentados, passaram a dedicar-se ao cultivo de lavouras diversificadas e à criação de animais domésticos. Com isso, atendiam às necessidades do consumo familiar e podiam comercializar os excedentes agrícolas, para adquirir os bens não produzidos diretamente na parcela, ou mesmo para formar patri-

mônio, uma vez que eles vinham com o propósito de *catare la cucagna* ou de *fare l'America.*

Desde o início, os colonos imigrantes foram submetidos a projetos de socialização, implementados pela Igreja Católica e pelo Estado, que tinham como objetivo torná-los ordeiros, disciplinados, católicos e integrados à vida nacional. Os padres, fundamentados nos dogmas do *Ora e Labora* e do ultramontanismo, investiram na ampliação do número de fiéis que professavam a crença na Igreja Católica e na construção de uma nova civilidade no Rio Grande do Sul, com base nos ideais de colonos trabalhadores, devotos e defensores do catolicismo em terras brasileiras. Os representantes do poder estatal também propagaram a disciplinarização da participação política e a incorporação dos colonos imigrantes na ordem político-social instituída no Rio Grande do Sul, visando à ampliação e ao controle das bases eleitorais.

Com base nesse panorama, este texto pretende analisar os investimentos da Igreja Católica e do Estado brasileiro no exercício do controle político e social dos colonos instalados na Colônia Italiana de Silveira Martins, a fim de reforçar o sentimento religioso católico e de integrá-los à vida nacional. O período histórico analisado abrange desde a chegada dos colonos até as primeiras décadas do século XX. Os dados aqui apresentados foram obtidos por meio da pesquisa de fontes escritas e orais, bem como do aporte bibliográfico existente sobre o tema.

A RECONSTRUÇÃO DA VIDA DOS COLONOS EM SILVEIRA MARTINS

Em 1876, chegaram ao Rio Grande do Sul as três primeiras levas de imigrantes italianos que deveriam povoar a Colônia Italiana de Silveira Martins. Nesse ano, a seca que assolava a região atrasou os trabalhos de demarcação dos lotes e de construção de um acampamento para os imigrantes. No ano seguinte, quando chegou mais uma leva, foi construída uma habitação coletiva, denominada "barracão", para abrigar os quatrocentos imigrantes. Em 1878, com a vinda de mais três levas, dois novos barracões foram edificados. A estiagem foi seguida por chuvas prolongadas, enchentes e por um inverno rigoroso. O descaso do governo no envio de alimentação e de assistência médico-sanitária, associado às precárias condições de higiene nos barracões, provocou uma epidemia infectocontagiosa que causou a morte de quase quatrocentos imigrantes (Lorenzoni, 1975). Dada a gravidade da situação, os imigrantes enviaram sucessivas queixas ao Consulado Italiano, nas quais solicitavam providências com relação aos maus-tratos, à fome e ao desrespeito. Diante disso, as tensões aumentaram, o que levou as autoridades a temer por uma possível revolta. Ameaçado de linchamento, o diretor do Núcleo Colonial apelou à repressão policial para

manter a ordem; em represália, a Inspetoria Geral de Terras e Colonização decretou que os líderes da revolta deveriam ser expulsos do país (CPG-NP, doc. 10.6.1878).

Superados os problemas iniciais, os imigrantes foram aos poucos assentados em suas parcelas. A colônia compreendia três núcleos: Silveira Martins (sede), Arroio Grande e Vale Vêneto. Em 20.9.1878, o Núcleo Colonial foi elevado à categoria de Colônia Imperial – e denominado Silveira Martins –, em razão da quantidade numérica de população, da fertilidade do solo e da localização geográfica. Posteriormente, novos núcleos coloniais surgiram: o Núcleo Norte (atual Ivorá), o Núcleo Soturno (atual Nova Palma), Dona Francisca e Geringonça (atual Novo Treviso).

Em 21.4.1886, o Decreto Provincial n.1.570 extinguiu a Colônia e a região voltou a pertencer aos municípios a que historicamente se vinculavam. Os núcleos urbanos mais populosos foram elevados à categoria de distritos de seus respectivos municípios. Silveira Martins tornou-se o quarto distrito de Santa Maria, compreendendo também Arroio Grande e Vale de Serra. Os núcleos de Vale Vêneto, Ribeirão Aquiles, Dona Francisca e parte de Vale Veronese foram anexados, como quinto distrito, ao município de Cachoeira do Sul. O Núcleo Soturno, Novo Treviso e o Núcleo Norte pertenceram, até 1891, ao município de São Martinho, quando foram anexados ao município de Vila Rica (atual Júlio de Castilhos).

A carência material dos primeiros anos, nas colônias, levou os imigrantes a estabelecerem maior vínculo com a religião católica, por meio da qual desenvolveram uma concepção de mundo e uma norma de conduta capazes de conferir-lhes identidade social. Isso era indispensável para que se sentissem protegidos e dispostos a lutar em prol da sobrevivência, individual e coletiva, na nova realidade vivenciada em um local distante da pátria de origem. Determinados fatores atuavam diferenciando e distanciando os imigrantes italianos entre si: o sistema de colonização que distribuía os colonos em lotes rurais ao longo das linhas,[1] em vez de aglomerá-los em pequenas aldeias, como na Europa; as diferenças religiosas, ideológicas e lingüísticas (De Boni, 1980, p.235). Por outro lado, encontravam-se em uma região de floresta densa, isolados geográfica e culturalmente da sociedade gaúcha, esquecidos pelos poderes público e eclesiástico, carentes de recursos e impossibilitados de retornarem à Itália. Diante dessa situação, os imigrantes perceberam que a religiosidade era o elemento de agregação social e, em torno dela, organizaram suas forças para reconstruir sua vida no Brasil.

[1] As linhas serviram para demarcar as terras da Colônia de Silveira Martins e se estendiam no sentido leste–oeste. A distância entre as linhas era de mil metros, onde se delimitavam as parcelas individuais dos colonos. Nos locais mais apropriados construíam-se, então, os núcleos, denominação dada aos aglomerados mais povoados.

A criação autônoma de capelas, expressão da religiosidade dos imigrantes, desempenhou importante papel na organização e reconstrução da vida individual, familiar e coletiva. As primeiras capelas foram construídas em louvor de Nossa Senhora da Saúde, de Nossa Senhora do Rosário e de Nossa Senhora das Graças, simbolizando a esperança de proteção e de saúde. Todas as linhas tinham suas capelas, construídas com o trabalho e os recursos dos próprios colonos, com um santo protetor, dotado de um poder especial para curar as doenças e afastar os males.

A capela não era apenas um local de reunião para rezar, mas também um núcleo de solidariedade vicinal. Em torno dela girava a vida social dos imigrantes; ali ocorriam as festas comunitárias, ali se construíam a escola, o cemitério, a cancha de bochas, bem como os armazéns de secos e molhados. Aos domingos e dias santos, os colonos se reuniam para rezar o terço ou a missa, nas eventuais visitas do padre. Logo após, jogavam bochas e baralho, liam as cartas que recebiam da Itália e trocavam informações (De Boni e Costa, 1982).

O sistema de capelas foi, portanto, importante para a reconstrução grupal, pois era lá que se auxiliavam, trocavam saberes, experiências, víveres e objetos. Ali, planejavam mutirões e trocas de dias de serviço, práticas muito freqüentes entre os colonos, sobretudo, em casos de doenças de algum membro da família; nas fases críticas do ciclo produtivo, para acelerar a execução de determinadas tarefas do plantio, carpa ou colheita; na construção ou reforma das casas ou instalações; no auxílio aos atingidos por infortúnios naturais. Era comum a retribuição do trabalho prestado pelo vizinho, que, de certa forma, constituía uma estratégia de complementação da força de trabalho familiar. Essas práticas sociais serviam não só para resolver os problemas da produção agrícola, mas também para executar tarefas que viessem a beneficiar a coletividade, a exemplo da abertura e manutenção de estradas, da construção de escolas, capelas e igrejas. Os imigrantes dotados de alguma habilidade técnica (pedreiros, carpinteiros, ferreiros, sapateiros, médicos práticos) também socializavam seus saberes. As experiências técnicas, bem ou malsucedidas, eram comentadas, o que possibilitava que se desvendassem as novas condições ambientais (Soldera, s./d., p.125). A religião católica permeava várias instâncias da vida dos imigrantes. Rezas e benzeduras eram usadas para resolver os mais diversos problemas de saúde, como epidemias, cobreiros, verrugas, picadas de cobras e o "quebranto" das crianças. Os colonos também valiam-se desses expedientes para afastar moléstias dos animais domésticos e ataques de pragas nas lavouras, sobretudo de gafanhotos, lagartas e percevejos. O baixo desenvolvimento tecnológico tornava-os altamente dependentes das forças naturais, daí ser comum a recorrência à fé para alcançar as graças da chuva, da boa colheita e também para afastar sinistros naturais.

Em suma, o catolicismo passou a ser o universo capaz de solucionar os problemas que cotidianamente enfrentavam e, dentro da comunidade, sempre havia pessoas escolhidas por seus dons de proteção. O padre leigo, agente social que exercia liderança nos grupos, coordenava as práticas religiosas, uma vez que tinha o domínio da leitura e o conhecimento da liturgia. Desse modo, presidia a récita solene do terço nos dias festivos, organizava a catequese das crianças, zelava pela capela, rezava as orações fúnebres, batizava os recém-nascidos, dirigia a festa religiosa do padroeiro, benzia os doentes e as colheitas. Assumia também as tarefas de incentivar a fé dos imigrantes, de restabelecer a harmonia, em casos de desavenças entre vizinhos, e de acompanhar o padre por ocasião das visitas.

Cabia ainda aos padres leigos a coordenação dos empreendimentos autônomos, como a construção de capelas e de igrejas, bem como a mobilização dos colonos para buscar padres na Itália. Para os colonos, a presença de um padre que residisse no núcleo significava conforto espiritual, organização social, progresso comercial e intercâmbio com outros núcleos coloniais.

OS IMIGRANTES NOS PROJETOS DA IGREJA CATÓLICA

Para o governo imperial, a Igreja Católica apresentava-se como um importante auxiliar na política imigratória, pois mantinha ordem, estabilidade, moralidade, resignação e obediência às autoridades. Os padres conseguiam que os imigrantes recém-chegados povoassem os núcleos, se dedicassem ao trabalho agrícola e não abandonassem suas terras. Contudo, a assistência religiosa, realizada pelo vigário de Santa Maria, era esporádica.

A Igreja Católica era, assim, a instituição mais presente e importante para a maioria dos imigrantes. A perda do poder temporal do papa e a ocupação dos territórios pontifícios fizeram os colonos se sentirem mais católicos que italianos – italiano, na época, era sinônimo de liberal, anticlerical, inimigo da Igreja Católica. Para os maçons e anticlericais, católico era equivalente a antipatriota. A religiosidade expressava-se na freqüência aos sacramentos, nas orações diárias, na internalização dos conselhos e normas da Igreja, na devoção aos santos, no culto aos mortos e em outras manifestações cotidianas.

Os colonos de Vale Vêneto constantemente reclamavam ao bispo D. Sebastião Dias Laranjeira, de Porto Alegre, das privações e do desamparo espiritual a que estavam relegados. Queriam um *prete stabile*, isto é, um padre que permanecesse no local, mas a resposta era sempre negativa, em razão da escassez de sacerdotes. Diante disso, organizaram-se e enviaram um procurador à Europa, com o objetivo de trazer padres. Embora se res-

ponsabilizasse pelo culto religioso, construção de igrejas e manutenção de um sacerdote na sede de cada núcleo, o Estado era negligente quanto ao cumprimento desse dever. O Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Império, muitas vezes, recusava-se a nomear um padre para restringir as despesas (Relatório, 1886, p.49).

Fruto dessas reivindicações, chegaram, em 1881, os padres Antônio Sório e Vittore Arnoffi, cujas condutas, porém, desagradaram aos imigrantes, pois eram secularizados, não guardavam o celibato e tinham aproximações com o grupo maçônico. Com isso, começou a desenvolver-se certa desconfiança em relação ao clero (Schwinn, s./d.). Esses dois padres tiveram um fim trágico: um teria sido envenenado e o outro sofreu um atentado violento que o levou ao óbito. Os colonos de Vale Vêneto organizaram, então, um novo empreendimento para buscar padres na Itália, desde que estes seguissem as orientações do catolicismo romano. Assim, chegaram, em 24 de julho de 1886, os padres da Congregação da Pia Sociedade das Missões (palotinos). Posteriormente, em 1892, vieram as Irmãs do Puríssimo Coração de Maria, em 1933, as Irmãs do Apostolado Católico, e, em 1947, as Irmãs de *Notre Dame*. Na paróquia de Ivorá atuava o clero secular.

A chegada dessas congregações inseriu-se no processo de romanização, iniciado ao longo da segunda metade do século XIX, sob influência do ultramontanismo.[2] A Igreja Católica estava empenhada na recristianização da sociedade por meio de uma ofensiva nos múltiplos campos sociais. A religiosidade dos imigrantes resultou na priorização da assistência religiosa às regiões coloniais, a fim de mudar o cenário religioso do Rio Grande do Sul, marcado pela situação de lateralidade da Igreja na sociedade e pela recusa do público masculino em internalizar as normas católicas e em manifestar publicamente sua fé. Pretendia-se que as áreas coloniais se tornassem focos de irradiação do catolicismo e celeiros vocacionais (Valverde, 1914).

Os palotinos iniciaram um trabalho apostólico e missionário, com o fim de moldar o catolicismo existente, de acordo com o modelo romano. A ofensiva católica tinha os seguintes objetivos: dilatar a fé católica no Rio Grande do Sul; combater a maçonaria, os ateus, os liberais, os protestantes e os anglicanos; disciplinar as manifestações religiosas; recuperar a credibilidade e a autoridade do clero na sociedade, além de implementar um projeto disciplinar que deveria envolver toda a tessitura social, para normatizar e regular a sociedade, inclusive a intimidade doméstica dos indivíduos. Assim, procuravam interferir na socialização dos colonos,

[2] A partir da segunda metade do século XIX, a Santa Sé adotou uma posição defensiva nos vários ramos do conhecimento e do apostolado, reforçou a centralização das decisões e defendeu a ortodoxia católica. Esse processo foi entendido como o movimento de reeuropeização do catolicismo no Brasil.

atuando nas esferas da família, da escola, das associações devocionais, da imprensa escrita, da agricultura, do trabalho, do lazer, da política e das relações sociais.

Por meio de uma minuciosa organização pedagógica e administrativa, os palotinos procuraram criar uma rede de práticas e de dispositivos de saberes e poderes – alguns sutis, outros mais explícitos – de regularização do uso do tempo, dos espaços e dos corpos e mentes. Educar e cristianizar significava difundir hábitos sóbrios e diligentes, com o fim de aprimorar o homem e suas faculdades, para torná-lo religioso, virtuoso e bem orientado. Os desejos e hábitos considerados "inferiores", como os instintos, os desejos – em especial, o apetite sexual – e a recusa em internalizar as normas católicas, deveriam ser disciplinados, com vistas a desenvolver as capacidades superiores e superar os pecados. Era necessário forjar uma sociedade moralizada, higienizada e purificada em seu conjunto, para garantir a salvação das almas e o progresso social e moral. Os indivíduos que não se enquadrassem nos papéis sociais e nos modelos estabelecidos pela Igreja eram vítimas da intolerância e do preconceito. Assim, quem agisse ou optasse por outras referências ideológicas, religiosas e sexuais era uma ameaça a todos e, como tal, deveria ser combatido, pois essa era a conduta dos inimigos que se infiltravam e corrompiam a pureza da Igreja, da sociedade e da Nação (Rainha dos Apóstolos, 1940).

A paróquia, vista como uma comunidade, deveria dispor de uma organização rígida, pois ali, naquele microcosmo, estariam centralizadas as práticas públicas e individuais da religião. Era ali que os católicos freqüentavam os sacramentos, participavam das associações devocionais, pagavam o dízimo, contribuíam para as obras da paróquia e atendiam aos apelos do clero. O padre zeloso deveria congregar todos os fiéis para a construção de uma comunidade cristã, sob sua direção e orientação, como pastor de um único rebanho católico. A submissão ao pastor estava respaldada na autoridade do clero, conferida pela ordenação sacerdotal, que o tornava uma voz autorizada, e pela construção da imagem do padre como um representante de Jesus Cristo. Os leigos, mais do que um campo a cultivar, eram uma força a ser disciplinada, normatizada e organizada para o serviço da Igreja. Nesse sentido, tratava-se "de instruir os fiéis..., de organizar suas forças e pô-las à disposição da Igreja,... de recrutar pessoal missionário, favorecendo as vocações apostólicas entre a juventude cristã" (Rainha dos Apóstolos, 1932).

No projeto disciplinar dos palotinos, os valores religiosos deveriam permear toda a sociedade para tornarem-se valores sociais. Assim, preocupavam-se em normatizar a família, pois esta seria a principal agência na transmissão do saber religioso e na distribuição dos papéis sociais de cada membro. A regularização do crescimento demográfico e as intervenções para gerenciarem a vida dos indivíduos ajustavam-se tanto aos interesses

religiosos da Igreja quanto aos econômicos do Estado. Para tanto, proferiam discursos sobre casamento, higiene, fecundidade, família, criando, assim, uma rede de vigilâncias e de reeducação dos indivíduos, destinada a identificar e a reprimir comportamentos desviantes, principalmente o sexo fora do casamento, as práticas anticonceptivas e as práticas sexuais sem fins reprodutivos. A família deveria ser numerosa, temente a Deus e à Igreja Católica; por sua vez, os filhos deveriam ser educados para tornarem-se indivíduos dóceis, obedientes, ordeiros e laboriosos. Para tal, fazia-se necessária constante vigilância por parte dos pais e do padre, que no confessionário se negava a administrar os sacramentos aos que freqüentavam os bailes, aos que namorassem à noite ou a sós e aos pais que admitiam tais atitudes (Rainha dos Apóstolos, 1944).

A escola, como espaço disciplinar, assumia um papel importante na normatização e no controle dos corpos e das mentes, com o fim de torná-los produtivos, dóceis e moralizados (Foucault, 1979). Os alunos eram classificados e divididos em regimes, classes, idades, sexo, para possibilitar a rápida localização, identificação e reconhecimento. Também eram estimulados à prática religiosa, pelo incentivo à participação em associações religiosas, missas, retiros, conferências, catequese, orações. Os objetivos da escola eram os de instruir, gerar o máximo de obediência e produtividade, criar o senso de hierarquia e formar uma intelectualidade católica praticante e defensora dos princípios da Igreja. Na perspectiva dos colonos, a escola servia para a preservação do patrimônio cultural e religioso, à medida que consideravam importante o domínio da leitura e da escrita, para absorver os ensinamentos contidos nos livros sagrados e fortalecer o catolicismo na sociedade (Marin, 1994).

A IGREJA CATÓLICA E O CONTROLE POLÍTICO DOS IMIGRANTES

A presença de imigrantes europeus católicos propiciou uma alternativa ímpar à Igreja Católica: a formação de uma sociedade diversa, social e materialmente, da latifundiária e pastoril. Os imigrantes alemães e, em especial, os italianos eram muito religiosos e dotados de um rígido sistema de valores morais. Essa religiosidade, vista com simpatia pela hierarquia eclesiástica, desempenhou um papel importante não só no processo de organização e de reconstrução grupal no Brasil, mas também na viabilização do projeto político de cristianização da sociedade. O isolamento das comunidades imigrantes em relação à sociedade gaúcha e do seu *éthos* cultural, bem como das concentrações urbanas e operárias e do socialismo, possibilitou à Igreja Católica formar uma nova base social que absorvia facilmente seus ensinamentos e sua doutrina (Isaia, 1988, p.48-53).

Para os imigrantes italianos, a Igreja Católica era a instituição mais presente e importante, pois impregnava todo o corpo social, atingia a vivência individual das pessoas, normatizava suas vidas e as enquadrava na ação do Estado. Nos púlpitos, nas associações religiosas, nas escolas, na imprensa e no convívio direto com os paroquianos, o clero apoiava o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), legitimava as autoridades instituídas e direcionava o voto para os candidatos do governo que fossem comprometidos com a causa católica. Ou seja, a Igreja Católica intervinha na vida política das comunidades onde atuava para apressar a integração dos potenciais "inimigos internos" à nacionalidade brasileira (Marin, 1993).

As escolas católicas eram consideradas o meio mais eficaz para que as novas gerações assimilassem com mais facilidade a identidade brasileira. Por essas razões, o ensino da língua portuguesa, da História e da Geografia do Brasil tornou-se obrigatório, e as datas nacionais passaram a ser comemoradas com ostentação. Assim, a formação intelectual e religiosa somava-se à cívica (Valverde, 1917, p.161-6).

As missas também eram importantes espaços de formação política. Nos sermões, os padres enfatizavam que as autoridades constituídas tinham o poder de interpretar, ensinar e transmitir as leis e buscar o bem coletivo. A percepção da Igreja Católica acerca da sociedade como uma estrutura hierarquizada, dividida em papéis e posições, levou os colonos a considerarem-se ignorantes, ingênuos, incapazes, razão pela qual precisavam ser conduzidos e orientados pelo clero e por líderes capazes. No papel de guias, os padres incumbiam-se da missão de defender as instituições, a ordem pública e a legitimidade do poder das elites. Para a Igreja, o poder provinha de Deus, razão pela qual todos deveriam prestar obediência às autoridades, uma vez que teriam sido instituídas por ordenação divina. Em conseqüência disso, aqueles que resistiam às autoridades negavam as ordenações de Deus. O abandono da ética cristã, como princípio ordenador da sociedade e legitimador do poder civil, seria não só a causa da ruína dos indivíduos, da sociedade e do Estado, mas também a origem das revoluções e das desarmonias sociais.

Padres e paroquianos conheciam-se pelo nome, o que facilitava o controle social no âmbito paroquial. Como "pastor vigilante" de toda a comunidade paroquial, a influência do padre refletia-se no ordenamento social e político da vida na colônia (Paróquia..., 1943, p.103). O controle político podia ser observado nas campanhas em que se pregavam o respeito ao papa, às leis e autoridades, ao cumprimento dos deveres dos cidadãos com a Nação, o serviço militar, o voto obrigatório os critérios de seleção dos candidatos, as orientações no momento de votar e o nacionalismo. A disciplinarização do comportamento político ocorria em conversas informais, confessionário, púlpitos, escola, imprensa, missões populares, assembléias e associações devocionais masculinas. Todos os católicos do sexo masculino, ao atingirem

a maioridade, deveriam qualificar-se como eleitores e votar obrigatoriamente em todas as eleições. A abstenção, sem causa justa, era considerada pecado e, mais grave ainda, quando essa conduta influenciasse outros eleitores.

Os eleitores deveriam escolher os candidatos que fossem mais probos e honestos, ou seja, os que se coadunassem com os princípios da Igreja Católica, oferecessem garantias de respeitabilidade e se empenhassem em promover e defender os interesses da instituição. Essas informações sobre as qualidades dos candidatos deveriam ser obtidas de pessoas sérias, criteriosas e desapaixonadas. Apesar de o Direito Canônico proibir o clero de envolver-se na política partidária, sem licença do bispo, a hierarquia eclesiástica brasileira defendia a orientação dos fiéis nas eleições, desde que as campanhas fossem patrióticas, construtivas e decentes. O clero não deveria calar-se, mas orientar, agir, condenar ou aprovar, pois os interesses da Igreja e da Nação assim o exigiam.

Os leigos, "como membros do Estado e filhos da Igreja", deveriam votar e propugnar com seu voto "e sua influência pela derrota dos candidatos que não coadunassem com a Igreja", nem votar em partidos condenados pela instituição. Os católicos que conscientemente votassem em candidatos que não professassem o catolicismo cometiam pecado e seriam responsáveis pelas obras de iniqüidade que os políticos eleitos praticassem contra a sociedade e a Igreja Católica. Para a Igreja, os católicos tinham de sobrepor os interesses religiosos aos político-partidários, bem como o espiritual ao temporal. Nesse sentido, no discurso dos palotinos, nacionalismo e catolicidade se apresentavam associados.

A Igreja orientava também que, ao votar, ninguém deveria se deixar iludir por "espertos" que procuravam, "à última hora", trocar por outras as cédulas já escolhidas. Era considerado pecado aceitar suborno por dinheiro ou favores. Depositado o voto na urna, o eleitor não deveria revelar a ninguém sua escolha, exceto ao confessor, sobretudo quando se tinha optado por um candidato não recomendado pela Igreja. Nesse caso, teria cometido um pecado grave contra a Igreja e a sociedade, pois havia votado em desacordo com a orientação da hierarquia eclesiástica (Pastoral..., 1915, p.367-404).

Incorporar à vida política nacional os imigrantes e descendentes, para constituir uma Nação coesa e forte, era a preocupação da Igreja Católica. As soluções propostas incluíam desde a intervenção autoritária do Estado até medidas disciplinares e coercitivas, a fim de homogeneizar as diferenças e reafirmar o sentimento nacional. D. Miguel, bispo da diocese de Santa Maria, durante a Primeira Guerra Mundial, proibiu a pregação de missas nas línguas alemã e italiana, em todas as igrejas e capelas, e determinou que fosse utilizada apenas a língua portuguesa. A inovação enfrentou resistências por parte dos mais idosos. Para contorná-las, os padres continuaram a rezar apenas uma missa semanal em italiano. O catecismo e os ser-

mões também começaram a ser realizados em português, com o objetivo de difundir a língua e de criar sentimentos de pertença ao Brasil (Diocese de Santa Maira, 1918, p.47).

Para a hierarquia católica, opor-se a ensinamentos e reivindicações da Igreja equivalia a recusar o caráter nacional, o que se constituía em uma ameaça à ordem social. Nessa perspectiva, negava-se a representação de uma identidade nacional que valorizava as diferenças culturais existentes no Brasil. Antes, procurava estabelecer e valorizar elementos comuns, relevantes para a definição da Nação, por meio da difusão e da exaltação da cultura e dos valores nacionais.

A ex-Colônia Silveira Martins distanciava-se, por vários fatores, do modelo idealizado de uma comunidade nacional, em razão da heterogeneidade étnica, religiosa e cultural, do isolamento e da presença numerosa de estrangeiros ainda não integrados à Nação. A partir dessa constatação, a Igreja tratou de difundir mitos, imagens e símbolos nacionais, para criar laços de união com o Brasil. O clero, em escolas, igrejas, associações religiosas, missões populares, seminários, confessionários e conversas informais, procurava fortalecer os sentimentos religiosos e cívicos. A prática de cantar o "Hino Nacional" foi estimulada nas escolas e nas igrejas. A União dos Moços Católicos, cujo lema era "Deus e Pátria", propunha-se a promover conferências, discursos e palestras sobre assuntos religiosos e patrióticos, além de mobilizar a juventude. A maioria dos discursos era em dialeto vêneto, em linguagem acessível, cheia de tiradas humorísticas e com um evidente caráter pedagógico. Comemorava-se o Dia do Soldado com missas campais, nas quais se ressaltava a nobreza da missão militar, que unia dois sentimentos: o amor a Deus e à Pátria (União, 1926). O clero incentivava as campanhas em favor do serviço militar, alegando que era uma honra e um dever, pois quem se alistasse estaria defendendo os patrícios, as famílias, os valores católicos e os bens patrimoniais. Morrer pela Pátria era um ato de heroísmo, de comprovação da fé e merecedor de recompensas divinas.

A cooperação do clero com o governo, durante a Primeira Guerra Mundial, também efetivar-se-ia com o estímulo, entre os colonos, ao incremento à produção agropecuária, evitando imprevistos que porventura surgissem, e à defesa da Pátria, por meio do alistamento no Exército. Muitas vezes, a Igreja fazia coincidir o calendário religioso com as principais datas nacionais. A União dos Moços Católicos foi fundada, em toda a ex-colônia, no dia 7 de setembro. No altar-mor das igrejas conservavam-se, em caráter permanente, as bandeiras nacional e pontifícia, para ensinar o amor a Deus e à Pátria. Eram freqüentes as solenidades com hasteamento da bandeira nacional, com passeata cívica, missas em que identificavam o brasileiro como um povo heróico e vencedor e ressaltavam o Brasil por sua extensão territorial, sua liberdade, sua glória de nação católica protegida por Deus, suas características paradisíacas e seu futuro glorioso (Paróquia..., 1943, p.66-7).

O centenário da Independência do Brasil, por exemplo, foi solenizado em toda a ex-colônia, com placas comemorativas, a nomeação de ruas em homenagem às datas nacionais, a inauguração de torres de igrejas e procissões cívico-religiosas (Marin, 1999). A missão patriótica dos imigrantes era consolidar a independência política conquistada por D. Pedro I com a independência financeira. Esta seria conquistada pelo "fio das enxadas", ao incrementar a produção agropecuária que possibilitaria a prosperidade do Estado. Era o dever cívico dos colonos, na condição de cidadãos brasileiros. Associava-se, dessa forma, a imagem de D. Pedro I, como herói da Independência, à dos novos heróis, os colonos – imbuídos da missão de redentores da nação brasileira, ao consolidarem um ato ainda inconcluso. O apelo dirigia-se, sobretudo, ao aumento da produção, para evitar uma crise de abastecimento interno e também reforçar as exportações brasileiras (CPG-NP, doc. 7.9.1922).

Em 1928, por ocasião das comemorações do cinqüentenário da imigração italiana em Silveira Martins, as manifestações foram religiosas e cívicas. Nos festejos congraçaram autoridades civis, militares e eclesiásticas, e as bandeiras da Itália e do Brasil eram expostas em várias ocasiões ao som do "Hino Nacional". Os vultos da Itália (Garibaldi), do Rio Grande do Sul (Bento Gonçalves) e dos líderes políticos do estado (Júlio de Castilhos) foram integrados para coroar a união dos imigrantes com os gaúchos (*Diário de Santa Maria*, 1928).

O cinqüentenário da chegada dos palotinos ao Brasil foi comemorado com o centenário da Revolução Farroupilha. Ao coincidirem, as datas evocavam um passado heróico comum, do qual todos deveriam se orgulhar. O heroísmo dos antepassados criava fulcros de identificação coletiva e forjava novas identidades: nasciam sul-rio-grandenses e brasileiros. Ser italiano e estrangeiro pertencia ao passado e era motivo de orgulho apenas pela catolicidade.

Para a Igreja, o Rio Grande do Sul tinha de ser evangelizado, convertido e salvo, e os imigrantes e descendentes, pela catolicidade, tinham o dever patriótico de auxiliar nessa missão. Assim, criavam uma imagem distintiva do sul-rio-grandense – um ser religioso e cônscio de seus valores morais e de seus deveres para com a Pátria e a Igreja Católica. Procurava-se, dessa forma, arregimentar e mobilizar os católicos, para dispô-los, como soldados, a serviço da Igreja.

Em suma, o catolicismo mostrava sinais de vitalidade no meio rural do Rio Grande do Sul, pois nas colônias havia-se formado um "clima de cristandade", enquanto nas outras regiões, a ofensiva católica concentrava-se na sensibilização do público masculino, principalmente dos pertencentes às elites. O estabelecimento, por todo o Estado, de uma rede de colégios católicos e de associações devocionais, além de serem postos avançados de cristianização social, objetivava formar uma geração de leigos compro-

metidos, tanto na vida pública como privada, com os valores e com a causa católica, que deveria se antepor às demais correntes filosóficas (Isaia, 1988, p.193).

Após a encíclica *Rerum Novarum*, a Igreja Católica procurou recuperar sua hegemonia na sociedade, por meio de sua doutrina social, e abandonou a tentativa de recuperar o poder político. A sensibilização, a conversão e a mobilização do laicato integraram-se ao projeto político de cristianizar a sociedade, em especial as elites, para que elas cristianizassem o povo, o Estado e a legislação. As escolas católicas e as associações devocionais geraram uma elite intelectual militante, muito combativa, que se opunha às demais filosofias, e um laicato atuante que se mostrava disposto a combater pela causa e pelos postulados da instituição. A importância das novas associações residiu na mobilização do laicato católico de todas as classes sociais a serviço da Igreja, para angariar recursos pecuniários destinados à construção de obras pias e para defender a Igreja dos ataques de seus supostos inimigos. Por meio dessas associações, uma parcela do público masculino começou a manifestar publicamente suas devoções e sentimentos religiosos, antes restritos apenas às mulheres e crianças.

De modo progressivo, a recristianização social estendeu-se à sociedade rio-grandense como um todo, pois o catolicismo, cada vez mais aceito pela sociedade, conseguiu, aos poucos, se impor como matriz formadora do pensamento. A posição oficial da Igreja Católica foi de um crescente apoio à facção oligárquica dominante no estado, que se tornou ainda mais intenso, na década de 1930, com Getúlio Vargas, então considerado o "condutor ideal" para implementar esse projeto em nível nacional (Isaia, 1988). O apoio formal a Getúlio Vargas e à Aliança Liberal garantiu o êxito do movimento e possibilitou que a Igreja consolidasse, no plano constitucional, as aspirações católicas. Catolicismo e nacionalismo uniram-se, então, em prol da regeneração social e política do Brasil. Como resultado, a Constituição de 1934 foi promulgada "colocando a nossa confiança em Deus", e as principais reivindicações católicas foram atendidas, como: o casamento religioso foi reconhecido em termos civis; o Estado podia subvencionar escolas católicas; as ordens religiosas poderiam votar; o ensino religioso foi incluído no currículo das escolas públicas; a assistência religiosa foi estendida às Forças Armadas; e o divórcio foi proibido.

O ESTADO E OS CONDICIONAMENTOS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS IMIGRANTES

De acordo com Pesavento (1980, p.169-70), a participação política dos imigrantes no período imperial foi praticamente nula. Com a mudança do regime político, advindo com a Proclamação da República, houve a ascensão

do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Para manter-se hegemônico, o partido procurou ampliar sua base política, incorporando a seus quadros os setores médios urbanos e elementos do complexo colonial, como: funcionários públicos, industriais, bancários e pequenos comerciantes. A autora afirma que o interesse de cooptação ocorreu com o imigrante comerciante e industrialista, para servir de apoio político e econômico do partido; com os colonos, a preocupação foi com o controle do voto e da produção. Apesar de atender às reivindicações de outros setores sociais, o PRR dedicou especial atenção aos interesses dos pecuaristas, mas o fez ao lado dos demais setores não-agrários do capital, principalmente daqueles de origem imigrante, que deveriam ser inseridos nos princípios republicanos.

Assim, a imagem dos imigrantes e de seus descendentes associava-se a um "outro", estrangeiro, não integrado à nacionalidade, desconhecedor dos princípios democráticos e republicanos que regiam a sociedade gaúcha. Eram, portanto, considerados um obstáculo à unidade nacional, pois revelavam a inexistência de uma cultura unidirecionada no Rio Grande do Sul. Enfim, as relações de poder que permeavam a política objetivavam manter essa população sob o rígido controle do Estado. A criação de distritos eleitorais dividiu a região e tirou da população colonial sua força, diluindo-a e favorecendo o controle do PRR. Os subintendentes e as demais autoridades municipais afinavam-se com o Executivo estadual, mas não eram representativos da sociedade colonial.

Os comerciantes da ex-colônia que se inseriram na política estadual, filiando-se ao PRR, participavam das campanhas políticas para que as autoridades os atendessem em suas demandas. Os colonos, por sua vez, reivindicavam a melhoria das condições de estradas e pontes, reclamavam do valor dos impostos e do descaso das autoridades no tocante às solicitações locais: criação de escolas, apoio governamental à agricultura e à pecuária, em particular quando fatores externos comprometessem a produção (auxílio nas épocas de seca e de ataque de insetos, mudas para plantio, prorrogação ou isenção do imposto territorial), doação de títulos de propriedade para construção de igrejas ou casas paroquiais e medidas contra os abusos de poder por parte das autoridades. O ideal de autonomia e a menor dependência econômica e política ao poder municipal e estadual condicionaram as relações com o poder estadual durante o regime republicano. Os imigrantes e seus descendentes, por causa das dificuldades iniciais, do desamparo dos poderes e do relacionamento conflituoso com as autoridades, passaram a acreditar mais em Deus e no valor do próprio trabalho, o que resultou em menor dependência em relação aos poderes municipal e estadual. Apesar disso, o comportamento político do eleitorado não demonstrava passividade.

As autoridades municipais consideravam os eleitores da ex-Colônia Silveira Martins "muito ignorantes e muito sujeitos à exploração de qual-

quer espertalhão que lá apareça", ou um "eleitorado instável e perigosíssimo", pois "o último que chega é o que domina a situação", por serem "rudes e ignorantes" e facilmente manipulados "por lançarem suas assinaturas inconscientemente" (ABM-IHG-RS, doc. 2880, 10.6.1906; doc. 0672, 21.7.1904; doc. 2926, 27.1.1922). Seria também um eleitorado manipulado pela Igreja. Para os chefes políticos republicanos, os imigrantes, embora manifestassem um pendor para o governo, não podiam ser considerados brasileiros, nem sul-rio-grandenses, pois seus valores eram impulsionados mais pelos sentimentos de amizade, gratidão e dedicação do que de partidarismo. Seriam estrangeiros a serem assimilados. Essa representação coexistia com outra, em que predominava a imagem dos imigrantes não apenas dedicados ao trabalho, mas também estimados pela ordem, disciplina, respeito à nova Pátria e às autoridades constituídas.

Para o PRR, a incapacidade política dos imigrantes obrigava-os a serem dirigidos e conduzidos por brasileiros (ABM-IHG-RS, doc. 08037, 23.11.1915). Para contornar essa flutuação do eleitorado, a estratégia utilizada pelas intendências de Santa Maria, de Júlio de Castilhos e de Cachoeira do Sul, em época de eleição, eram as excursões festivas, com fins eleitorais, às sedes dos distritos. Aos domingos, organizavam-se caravanas de carros que, ao entrarem em um povoado, procuravam impressionar pelo colorido das bandeiras e pelo arsenal de fogos de artifício. Os horários das excursões eram planejados para coincidir com o término da missa, quando a concentração de pessoas era maior. Outros expedientes eram os bailes e as visitas às residências. Em geral, participavam candidatos, membros do PRR, bem como lideranças políticas municipais e locais. Para cadastrar eleitores e realizar a campanha eleitoral, escolhiam-se os excursionistas mais carismáticos, persuasivos e pacientes. As caravanas tinham por fim comprometer os chefes políticos – desde os funcionários municipais até as lideranças locais – no alistamento de eleitores e na campanha política, manter a coesão e a disciplina dos líderes, das autoridades e, principalmente, do eleitorado (ABM-IHG-RS, doc. 0039, 4.12.1915).

No percurso, alistavam-se novos eleitores, divulgavam-se os candidatos, por meio de panfletos em italiano e português, bem como de cédulas já preenchidas; nos comícios, apresentavam-se os candidatos e difundiam seu programa de governo. Para conquistar o eleitorado, faziam várias promessas, entre elas: abaixar ou reduzir o valor dos impostos, construir pontes e estradas, arrumar empregos e atender às reivindicações locais. Ressaltava-se, sobretudo, a trajetória do candidato, ou seja, suas atitudes em defesa da agricultura, da imigração italiana, da redução de impostos e do progresso do Estado. Em 1904, o coronel Francisco Lemos de Farias, que concorreu ao cargo de intendente municipal na colônia de Júlio de Castilhos, prometeu demagogicamente não cobrar mais impostos dos colonos, extinguir o imposto territorial, construir pontes em todos os rios do municí-

pio, criar empregos públicos e fundar duas brigadas da Guarda Municipal (ABM-IHG-RS, doc. 02840, 1º.6.1904).

Para as autoridades municipais e estaduais, os imigrantes representavam uma reserva de eleitores que deveria ser cooptada, pois poderia influir nos resultados finais das eleições. As fontes documentais permitem concluir que muitos deles votavam no PRR motivados não pelo posicionamento político-partidário, exceto os maçons, os profissionais liberais e os comerciantes, mas por medo, gratidão em decorrência de auxílios e benefícios que recebiam em conjunturas desfavoráveis, pressões políticas, indicações do clero ou de indivíduos que exerciam liderança política e para não serem perturbados pelas autoridades brasileiras. Apesar disso, os imigrantes encontravam espaços de participação política, ao reivindicarem, resistirem, denunciarem, votarem e absterem-se dos pleitos (ABM-IHG-RS, doc. 07862-6, 7.11.1922 e doc. 0647, 23.8.1903). Algumas vezes, eles não seguiam as orientações e conselhos dos padres, pois acreditavam que o clero não deveria imiscuir-se em questões políticas. Sua participação no processo eleitoral era obstaculizada por distâncias geográficas, inexistência de estradas e número reduzido de sessões eleitorais, o que era agravado pelo fato de não funcionarem nos locais previstos (ABM-IHG-RS, Anexo 8011, 31.1.1915). Nos locais de difícil acesso, a qualificação nem sempre era realizada, e os colonos, quando desejavam votar, podiam demorar dois ou mais dias para regressar à sua residência, o que implicava protelar os trabalhos agrícolas e prejudicar a economia familiar.

Assim, as autoridades municipais dos municípios de Santa Maria, de Cachoeira do Sul e de Júlio de Castilhos sempre encontraram dificuldades para integrar as populações rurais estrangeiras. O PRR obtinha votações quase unânimes, por cooptação, coerção, compra de votos e fraudes na contagem dos votos ou na confecção das atas eleitorais. A oposição obtinha, na maioria das vezes, apenas os votos dos fiscais das votações (ABM-IHG-RS, Anexo 8011, 31.1.1915). O aumento dos votos obtido pelo Partido Republicano Federal podia, desse modo, estar relacionado às intrigas, às disputas e às ameaças entre os correligionários do PRR, bem como às perseguições e às agressões físicas que promoviam contra os eleitores e as lideranças locais.

ESTADO E IGREJA: NOVAS ESTRATÉGIAS DE CONTROLE DOS COLONOS

A incorporação dos imigrantes e de seus descendentes à vida política e à nacionalidade foi reforçada no governo de Getúlio Vargas, que, ao negar a heterogeneidade, procurava recriar uma cultura brasileira homogênea e uniforme, que só seria alcançada pela elevação cultural do povo brasileiro. Tratava-se de unir o que estava fragmentado e, ao reordenar o social,

homogeneizar ideologicamente todos os imigrantes. Para tanto, Estado e Igreja intervieram para erradicar as diferenças, o pluralismo e o que não era considerado representativo – ou o que se distanciava da cultura nacional –, como a cultura afro-brasileira, a popular e a das minorias étnicas, lingüísticas e culturais, no caso, os indígenas e os imigrantes.

Na década de 1930, o Integralismo, movimento de caráter nazifascista liderado por Plínio Salgado, conquistou adeptos entre os colonos de Silveira Martins, que promoviam reuniões para discussões sobre a doutrina, congressos, treinamentos armados, passeatas e comícios, com a presença de bandas musicais e corais. O que estimulou a adesão foi o fato de os valores culturais da população de origem italiana – hierarquia, trabalho, disciplina, família, Nação e dogmas da Igreja Católica – fazerem parte da fundamentação doutrinária do integralismo. Com essa identificação, os colonos sentiram-se representados e passaram a acreditar que o movimento pudesse significar uma alternativa de participação política e de defesa de seus interesses. Cabe salientar, também, que os padres das regiões coloniais italianas mostraram-se simpatizantes ao movimento e passaram a estimular a adesão dos colonos (Marin, 1999).

O Estado Novo, implantado em 1937, definiu-se como essencialmente nacionalista e passou a restringir a participação política mediante a extinção dos partidos políticos, o fechamento do poder legislativo, o controle dos meios de comunicação e a intervenção nos sindicatos. Em meio a esses acontecimentos, editaram-se decretos-leis para cercear a atuação política dos estrangeiros no Brasil e para estimular a naturalização. A partir do rompimento das relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo, a Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores estabeleceu uma série de dispositivos legais para manter a ordem em todo o território nacional e desestruturar os grupos que pudessem significar perigo à segurança do país. Os colonos de origem italiana, independentemente de estarem ou não ligados ao Integralismo, passaram a sofrer intensas medidas repressivas; ser italiano ou descendente tornou-se um crime passível de punição (Corsetti, 1987, p.303).

Até hoje os descendentes de italianos lembram-se da proibição de se reunirem em locais públicos e de falarem seus dialetos de origem. As instituições de organização ou de recreação dos colonos, com denominação em italiano, como jornais, revistas, casas comerciais, tiveram de ser renomeadas em língua portuguesa. Os agentes do governo destruíram os monumentos de conteúdo político e, em alguns casos, invadiram residências para prender colonos. Em todos os núcleos coloniais, os militantes integralistas queimaram livros, jornais, atas de reuniões, uniformes (camisas verdes) e todo o material que pudesse ser associado ao movimento. Em alguns casos, perseguições, prisões e torturas resultaram em mortes. Diante do clima de tensão, os padres, antes simpatizantes do Integralismo, aconselharam a po-

pulação a desativar os núcleos do movimento. Na memória coletiva dos descendentes de italianos mantém-se ainda a indignação por terem sido tratados como criminosos ou "quintas-colunas", isto é, traidores da Pátria.

Para os colonos, permanecer na colônia, cultuar as tradições culturais, falar o dialeto vêneto e construir casas nos moldes da arquitetura colonial – entre outros elementos da cultura italiana – passaram a significar atraso e estagnação. No cotidiano, os colonos procuraram, cada vez mais, assimilar a identidade nacional, adequando-se às novas tendências culturais e à nova ordem econômica do modelo de desenvolvimento urbano-industrial.

As mudanças estruturais na vida política e econômica do país, ocorridas a partir da Revolução de 30, resultaram na institucionalização de uma política de colonização para ocupar os "vazios demográficos", incrementar a produção e estimular o consumo de produtos industrializados. A política de colonização confluía com os interesses do Estado, da Igreja Católica e dos colonos. Esses agentes, públicos e privados, mesmo com diferentes perspectivas de compreensão e de análise da questão agrária, comungavam a idéia de que a colonização dos espaços territoriais desocupados poderia ser uma alternativa para equacionar os problemas vivenciados no período.

Sob a perspectiva dos colonos, a migração para os novos territórios se configurava como uma possibilidade concreta para garantir a reprodução da sua condição social. As antigas regiões de colonização já demonstravam sinais de crise, o que colocava sérios obstáculos à viabilização econômica dos colonos. Como as famílias eram numerosas e os pequenos lotes de terra não suportavam subdivisões, a migração para as novas áreas de colonização tornava-se a única opção para a recriação de seu modo de vida. Com o trabalho contínuo e a vida parcimoniosa, os colonos dispunham da poupança necessária para adquirir terras nas regiões de fronteira. Facilmente sensibilizados e mobilizados para "costurar" a Nação, pela colonização das regiões não ocupadas, os colonos integraram-se ao projeto desenvolvimentista. Famílias inteiras partiram em busca de terras em outros estados e, com isso, a ex-Colônia de Silveira Martins experimentou redução da população e progressivo empobrecimento (Santini, 1986).

Vale ressaltar que, logo após a chegada ao Brasil, algumas famílias de colonos saíram de seus lotes para adquirir terras dos fazendeiros pecuaristas, localizadas no entorno da Colônia de Silveira Martins. A partir da década de 1920, o movimento migratório foi dirigido para a região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, onde as terras eram mais planas, mais férteis e de preços relativamente acessíveis. Já no fim da década de 1940, a frente migratória dirigiu-se para as regiões do oeste dos estados de Santa Catarina e Paraná, em razão do forte incentivo da política de colonização implementada pelo governo de Getúlio Vargas.

O Estado, de forte caráter nacionalista, abandonou a política de imigração estrangeira e passou a estimular a migração de agricultores já estabe-

lecidos no país, com o objetivo de incorporar as regiões territoriais desocupadas e ampliar a produção de gêneros alimentícios para abastecer os centros urbanos. Ou seja, o estímulo às migrações internas também perpassava meandros nacionalistas. Ocupar as fronteiras, diversificar o mercado interno, reforçar a segurança interna e manter a unidade política do país aliavam-se aos propósitos da expansão do capitalismo no Brasil.

Nesse período, o governo brasileiro implantou o modelo de substituição das importações, fazendo da indústria o principal agente econômico. Com isso, a burguesia industrial e o proletariado tornaram-se os sujeitos sociais fundamentais da dinâmica econômica, política e social. O modelo também ficou caracterizado pela internalização da produção, e, portanto, o mercado interno tornou-se o espaço essencial para a valorização do capital. A condição fundamental para estabelecer salários dignos aos trabalhadores urbanos era a produção de alimentos básicos baratos, pois só assim seria possível reduzir os custos da reprodução da força de trabalho e possibilitar o consumo de bens industrializados. Os valores dos salários dos trabalhadores urbanos estavam vinculados aos preços dos alimentos, por isso o rebaixamento dos salários dependia do baixo preço final dos alimentos. Todavia, para aumentar a produção de gêneros alimentícios, era preciso incorporar mais terras e trabalhadores no processo produtivo agrícola, em virtude do incipiente desenvolvimento tecnológico da agricultura então existente. Só assim haveria aumento dos excedentes comercializáveis para abastecer os mercados internos. Portanto, o programa governamental de estímulo à expansão de pequenas unidades de produção familiar era essencial para o desenvolvimento do processo de industrialização, uma vez que os colonos constituíam os fiéis depositários da produção de alimentos de consumo interno, da contenção do custo da reprodução da força de trabalho e, por conseqüência, da reprodução do regime de acumulação do capital. Além disso, a política de colonização nas regiões consideradas “vazios demográficos” atendia aos interesses dos latifundiários, que procuravam tornar inviável a reforma agrária e, por conseqüência, deixar intocada a concentração da propriedade fundiária existente no país (Rubio, 2001).

Para os padres, era importante manter uma base social de cunho agrário, pois acreditavam que a pobreza e a migração para os centros urbanos facilitavam o abandono da crença católica, a conversão para outras religiões ou a adoção de valores profanos e materialistas. Para enfrentar esses problemas, passaram a discutir a questão agrária e perceberam que a política de colonização poderia ser uma alternativa para a reprodução social dos colonos da região de Silveira Martins. Por meio da imprensa escrita e falada, dos sermões e das conversas informais, os padres exaltavam a fertilidade do solo, a grande disponibilidade de terras com preços acessíveis, o relevo favorável e a existência de estradas que davam acesso aos centros urbanos. Diante dos argumentos dos padres, os colonos incorporaram-se às frentes de coloniza-

ção que se abriam em diversos municípios dos estados de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. A cidade de Palotina, no estado do Paraná, foi criada pela interferência direta dos padres palotinos (Rainha dos Apóstolos, 1955). Dessa forma, a Igreja Católica ampliava sua influência econômica e cultural em outras regiões do país, uma vez que os colonos levavam consigo os valores católicos, construíam capelas, igrejas e seminários, bem como professavam a fé católica nas novas terras colonizadas. Ou seja, a garantia da reprodução social dos colonos nas novas terras era também a garantia da reprodução da hegemonia da Igreja Católica.

Além da política de colonização, o Estado e a Igreja Católica uniram-se para promover a criação de programas de qualificação técnica dos agricultores e para estimular a rede de ensino rural na região da ex-colônia de Silveira Martins, dando início à modernização da agricultura, processo que estreitou os vínculos de interdependência entre os setores industrial, agrícola, financeiro e comercial. Os palotinos assumiram os propósitos da Ação Católica Rural, fundada pelo papa Pio XII, para buscar a colaboração dos leigos no apostolado hierárquico da Igreja, em uma tentativa de superar os diversos fatores que interferiam para agravar a situação dos agricultores. A Ação propunha-se a formar líderes rurais, que, sob a orientação da Igreja, agrupassem equipes católicas e técnicas, para incentivar a vida religiosa, "exterminar os vícios e heresias e observar os sacramentos", bem como para "elevar o nível de vida das comunidades rurais" (Diocese de Santa Maria, 1953). Era necessário, na visão dos padres, agregar os colonos na Ação Católica para fortalecê-los, tanto espiritualmente, para que não perdessem os valores cristãos, quanto economicamente, para que não aderissem à ideologia marxista ou a outras crenças religiosas.

A Ação Católica Rural congregava homens e mulheres na Liga Agrária Católica; moços e moças, na Juventude Agrária Católica. Até mesmo crianças e adolescentes eram envolvidos nos setores denominados Pequeninos, Benjamins e Aspirantes, para que se preparassem para o futuro compromisso da Ação Católica Rural. No entanto, o padre era o representante autorizado para esses grupos, com competência na formação espiritual dos membros e na definição dos planos.

No início da década de 1950, a Diocese de Santa Maria realizou diversos congressos das Ações Sociais Rurais – um deles em Faxinal do Soturno, um dos núcleos da ex-colônia de Silveira Martins –, com o objetivo de problematizar a realidade do campo e discutir alternativas para melhorar as condições de vida da população rural, mediante a tecnificação agropecuária e a revitalização da fé católica. Os representantes do Estado e da Igreja Católica mostravam-se preocupados com uma série de problemas, como baixa produtividade agropecuária, pobreza, êxodo rural, danos ambientais, doenças e baixo nível de escolarização da população rural. Nesses eventos, que contavam com a presença de padres, agrônomos, veteri-

nários, médicos e pedagogos, misturavam-se ensinamentos técnicos com doutrinamento religioso, em uma cruzada contra o mal do atraso tecnológico e cultural que atingia os colonos. Eram abordados problemas e alternativas técnicas para a agricultura (preparo e preservação do solo, escolha das sementes, adubação química, cultivo do trigo, milho e mandioca, pulverização dos cereais com inseticidas, adoção do milho híbrido), para a pecuária colonial (manejo, alimentação e sanidade das aves, suínos e bovinos de leite), para os lares (cuidados pré-natais e puericultura, práticas de higiene e saúde, uso das águas e das latrinas, combate aos insetos, preparo e conservação de alimentos e noções de economia doméstica). Em relação à escola no meio rural, o Congresso da Ação Social Rural propôs a realização de convênios entre a Igreja, os poderes municipal e estadual, com o objetivo de congregar esforços e providências para a melhoria e ampliação da rede de educação orientada para crianças e jovens (Diocese de Santa Maria, 1953).

Pode-se afirmar que esses congressos foram, sem dúvida, o anúncio da modernização da agricultura na região colonial, em que se selou a unificação dos poderes eclesiais e estatais, a fim de preparar os colonos para os desafios da adoção das novas tecnologias importadas dos países desenvolvidos. Ficava patente a necessidade de um programa de extensão rural para adequar a população do campo aos avanços tecnológicos advindos da modernização da agricultura. Com efeito, no ano de 1955, foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural (Ascar/RS), instituição governamental cujo propósito era ensinar os agricultores a utilizar as novas tecnologias e a melhorar suas condições de vida.

Por isso, a profissão do extensionista, agente social responsável pela difusão das técnicas e ideais da modernização agrícola, era freqüentemente associada a um sacerdócio; sua doutrina centrava-se nos princípios filosóficos da extensão rural, enquanto a prática modernizadora era a salvação dos pobres homens do campo. Como já se salientou, o padre sempre foi um agente social respeitado, por inspirar sabedoria, credibilidade e confiança entre os colonos. Assim, a adoção dessas características pelos extensionistas tornava-se bastante conveniente, uma vez que estariam se associando à imagem de pessoas de grande aceitação e prestígio e, juntos, interagiam para "promover o homem rural e as mudanças sociais".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As articulações dos projetos da Igreja Católica e do Estado, para incorporar os colonos italianos e seus descendentes na organização social brasileira, tinham interesses comuns: disciplinar os imigrantes e formar indivíduos ordeiros, laboriosos e pacíficos. Na ex-Colônia de Silveira Martins, ambos –

Igreja e Estado – procuraram integrar os imigrantes e seus descendentes à vida política e difundir sentimentos de pertença à Nação. Enquanto o Estado buscava recriar uma cultura brasileira homogênea e uniforme, só alcançada pela elevação cultural do povo brasileiro, a Igreja tentava unir o disperso, reduzir a heterogeneidade, a fim de conquistar a unidade de usos e entendimentos do sagrado, reformar as manifestações religiosas e ampliar a base católica, principalmente entre as elites. O objetivo era respaldar as alianças com o Estado e, sobretudo, impor sua representação de mundo à sociedade sul-rio-grandense.

A posição oficial da Igreja Católica foi a de um crescente apoio à facção oligárquica dominante no Rio Grande do Sul. Posteriormente, Getúlio Vargas, considerado o líder e pai de que a Nação precisava para conduzi-la a destinos seguros, iria recristianizar o Estado, a sociedade e a legislação em nível nacional, além de implementar todas as aspirações da hierarquia católica. Assim, catolicismo e nacionalismo uniam-se no ideal de regeneração – social e política – do Brasil e não apenas do Rio Grande do Sul. A Igreja Católica teve, portanto, um importante papel no projeto de modernização e racionalização, por meio da intervenção nos meios operário, estudantil e rural, da defesa da ordem e dos poderes estabelecidos e do combate às idéias concorrentes. A associação e a colaboração permitiram que a Igreja Católica saísse fortalecida em relação às demais instituições e conseguisse sobreviver no mercado de bens simbólicos.

O Estado e a Igreja Católica também firmaram alianças para mobilizar os colonos nos programas de colonização das novas fronteiras agrícolas, instituídos no período pós-guerra. O Estado tratou de enfrentar o baixo desenvolvimento tecnológico com a incorporação da mão-de-obra dos colonos nesses programas. A viabilização econômica dessa massa de trabalhadores possibilitou o aumento da produção de gêneros alimentícios e o fortalecimento do mercado interno, garantindo a reprodução ampliada do capital. Para a Igreja, a colonização constituiu-se em uma estratégia de reprodução de sua hegemonia, uma vez que os colonos, na condição de portadores de forte espírito religioso, continuaram professando a fé nas novas terras. O Estado desejava estreitar as relações de trocas entre os setores agrícola, industrial e financeiro para expandir as relações capitalistas no campo, ao passo que a Igreja acreditava que a "promoção do homem rural" era o caminho para afastá-lo dos perigos do comunismo e da conversão a outros credos religiosos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, J. C. *Igreja Católica no Brasil:* um estudo de mentalidade ideológica. São Paulo: Paulinas, 1982.

CORSETTI, Berenice. O crime de ser italiano: a perseguição do Estado Novo. DE BONI, Luís Alberto (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Giovanni Angelli, 1987.

DE BONI, Luis Alberto. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sérgius (Orgs.). *RS:* imigração e colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

______. e COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST: Vozes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias, 1982.

FOUCALT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

ISAIA, A. C. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

LORENZONI, Julio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975.

MARIN, Jérri Roberto. *"Ora et Labora":* o projeto de restauração católica na ex-colônia italiana de Silveira Martins. 1993. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

______. Combatendo nos exércitos de Deus: as associações devocionais e o projeto de romanização da Igreja Católica. MARIN, Jérri Roberto (Org.). *Quarta colônia*: novos olhares. Porto Alegre: EST, 1999.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Educação e trabalho nas colônias italianas: o caso de Silveira Martins. *Educação:* Revista da Universidade Federal de Santa Maria, v.19, n.2, 1994.

______. O Integralismo na ex-colônia italiana de Silveira Martins. MARIN, Jérri Roberto (Org.). *Quarta colônia*: novos olhares. Porto Alegre: EST, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imigrante na política rio-grandense. BACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS:* imigração e colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

RUBIO, Blanca. El domínio de la industria sobre los campesinos durante la postguerra: 1945-1975. RUBIO, Blanca (Org.). *Explotados e excluidos*: los campesinos en la fase agroexportadora neoliberal. México: Plaza y Valdés, 2001.

SANTIN, Silvino. *A imigração esquecida*. Porto Alegre: EST, 1986.

Documentos pesquisados

ABM-IHG-RS. Arquivo Borges de Medeiros – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. (doc. 0647, 23.8.1903; doc. 02840, 1º.6.1904; doc. 0672, 21.7.1904; doc. 2880, 10.6.1906; Anexo 8011, 31.1.1915; doc. 08037, 23.11.1915; doc. 2926, 27.1.1922; doc. 07862-6, 7.11.1922).

CPG-NP. Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma (doc. 10.06.1878; doc. 7.9.1922).

DIÁRIO DO INTERIOR. *De Silveira Martins*. Santa Maria, 24.5.1928.

DIOCESE DE SANTA MARIA. Circular Colletiva dos Exmos. Srs. Arcebispos das Províncias Meredionais do Brasil. *Boletim Mensal da Diocese de Santa Maria.* Porto Alegre, v.5, n.5, maio 1917.

DIOCESE DE SANTA MARIA. *Congresso de Ação Social Rural*: síntese e anotações. Santa Maria: Globo, 1953.

DIOCESE DE SANTA MARIA. Palavras episcopais. *Boletim Mensal da Diocese de Santa Maria*, n.3, mar. 1918.

PARÓQUIA DE IVORÁ. *A Paróquia de Ivorá no seu jubileu de prata (1918-1943).* Santa Maria: Tipografia Santo Antônio, 1943.
PASTORAL Coletiva dos Senhores Arcebispos das Províncias Eclesiásticas de São Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, São Paulo, Cuyabá e Porto Alegre. Rio de Janeiro: Martins de Araújo & Cia., 1915.
RAINHA DOS APÓSTOLOS. Vale Vêneto: Palotti, 1923 a 1950.
RELATÓRIO enviado ao Imperador por Manoel Maria de Carvalho, de Imigração e Colonização, apresentado ao Conselheiro Antonio Prado do Ministério da Agricultura em 21.1.1886. Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma.
SCHWINN, Frederico. *Notas sobre a freguesia de Silveira Martins*, cap. 2, [s.d.]. Arquivo Provincial da Casa de Retiros de Santa Maria.
_______. Notas *sobre a freguesia de Silveira Martins,* [s.n.t.]. Mimeografado. Arquivo Provincial da Casa de Retiros de Santa Maria.
SOLDERA, Artur. *Livro de atas da Capela Santana*, Livro III, [s.d.]. Arquivo Paroquial de Vale Vêneto.
UNIÃO dos Moços Católicos de Vale Vêneto. *Primeiro relatório da União dos Moços Católicos de Vale Vêneto ao Conselho Regional de Santa Maria*, 1926. Arquivo Paroquial de Vale Vêneto.
VALVERDE, Dom Miguel de Lima. Carta Pastoral. *Boletim Mensal da Diocese de Santa Maria,* Santa Maria, v.2, n.8, abr. 1914.
_______. Pela Pátria. *Boletim Mensal da Diocese de Santa Maria,* Porto Alegre, v.5, n.11-2, nov./dez. 1917.

3
Agricultores, camponeses e também colonos descendentes de imigrantes italianos na Região Central do Rio Grande do Sul

Maria Catarina Chitolina Zanini

Este texto tem por objetivo apresentar, mesmo que brevemente, alguns resultados de pesquisa etnográfica realizada entre camponeses descendentes de imigrantes italianos na região central do Rio Grande do Sul. Com base nessa pesquisa, procura estabelecer um diálogo com a literatura existente sobre os camponeses de modo mais amplo.

Não consideramos tal tarefa fácil, uma vez que, ao observarmos os estudos mais recentes, o que se enfatiza são, justamente, as diferentes formas pelas quais os descendentes de imigrantes italianos, nas diversas fases de sua estada no Rio Grande do Sul e de acordo com situações geográficas e políticas públicas maiores, encaminharam sua trajetória de trabalhadores da terra. Cremos ser importante essa observação, já de antemão, uma vez que o presente artigo não tem pretensões generalizadoras. Trata-se, antes, de amostra da complexidade de tais sujeitos.

Nossa pesquisa etnográfica objetivou, inicialmente, abranger as diferentes noções de italianidade entre descendentes de imigrantes italianos, o que nos fez conviver com ramificadas famílias, tanto no meio urbano quanto no rural, de 1997 a 2001. A pesquisa desenvolveu-se nos municípios de Santa Maria e Silveira Martins,[1] este último considerado o berço da colonização italiana local e pertencente à *IV Colônia de Imigração Italiana*. Salientamos compreender que a definição de camponês transcende à ques-

[1] Pelas estatísticas vigentes, Santa Maria teria, atualmente, uma população urbana de 230.468 habitantes e rural de 12.928 habitantes (www.santamaria.gov.rs). Silveira Martins teria uma população de 1.044 habitantes na zona urbana e 1.527 na zona rural (www.silveiramartins.famurs.com.br). As propriedades rurais nas quais fizemos pesquisa de campo variavam de 5 a 40 hectares.

tão da produção na terra ou da residência em uma zona rural que, sabe-se, já não é uma questão fácil para as ciências sociais ou a geografia definirem. Compartilhamos, nesse aspecto, as idéias de Abramovay (2003, p.16), ao enfatizar que a agricultura seria uma atividade econômica (setor, diz o autor), mas que a ruralidade seria um *valor* ao qual a sociedade contemporânea tem atribuído crescente importância em virtude de sua vinculação à *preservação da biodiversidade*, ao *fortalecimento de manifestações culturais* e ao *estilo de vida* ao qual remete. Partilhamos, também, das advertências elaboradas por Woortmann (1995) quanto à importância das relações de parentesco na reprodução camponesa, de geração em geração, e o quanto a terra pode representar, para além de um patrimônio, um *valor moral* que transcende seu papel econômico.

Alguns dos descendentes com os quais convivemos no meio urbano já haviam sido camponeses e migrado para a cidade de Santa Maria e, nesta, reproduziam o que denominamos “um mundo camponês miniaturizado” (Zanini, 2006). Nesse caso, o estilo de vida camponês migrava para a cidade. Além disso, concordamos que, no Brasil, os critérios de definição desses espaços são mais administrativos do que geográficos e econômicos (Camarano et al., 1999, p.11).

Em algumas das residências (urbanas) dos descendentes de imigrantes italianos havia horta, parreiral, fogão à lenha, poço, galpão, galinheiro e uma série de elementos que os vinculavam, ainda, a um estilo de vida camponês. Alguns deles haviam conseguido ascender socialmente, outros não. Eram pedreiros, marceneiros, mecânicos, ferreiros, servidores públicos, carpinteiros etc. Mas, em ambos os casos, havia elementos dessa reprodução miniaturizada, fosse em casas suntuosas ou em pequenos chalés de madeira. Por quê? Perguntávamo-nos.

Embora não tenhamos respostas conclusivas para tal questão, teceremos, ao longo deste capítulo, considerações para ampliar o debate acerca da situação de colono no Rio Grande do Sul e de seus vínculos com o “campo” como um lugar de origem e de pertencimento que transcende, e muito, a questão produtiva. Observamos, concordando com Martins (2004-2005, p.32), que não só o campo tem-se urbanizado, como também a cidade estaria “surpreendentemente se ruralizando”. Diríamos que isso ocorre por meio das manipulações simbólicas do que seria rural ou urbano de um modo amplo, bem como devido à questão de se considerar que as coisas ligadas ao campo estariam mais próximas da natureza, da autenticidade e de um estilo de vida mais saudável.

Compreendemos que o deserdado da terra (voluntário ou não) é um elemento importante para também se compreender a manutenção territorial das propriedades agrícolas nas colônias e as estratégias que o grupo elabora para sua sobrevivência. Há diferenças entre a migração masculina e a feminina das colônias para as cidades; contudo, ambas revelam a situa-

ção delicada de sobrevivência dessas populações e dessa atividade produtiva no contexto brasileiro. Tais estratégias de sobrevivência, longe de serem vivenciadas sem pesar, representam, algumas vezes, rupturas extremas na vida dessas pessoas. Uma de nossas informantes, descendente de 64 anos, residente na periferia urbana de Santa Maria há quarenta anos, quando realizamos nossa pesquisa de campo, ainda se lembrava das dificuldades dos primeiros tempos e tinha, ela e o marido, um histórico sempre atualizado de sua vinda para a "cidade" e das dificuldades dos primeiros contatos. Para eles, havia sido uma "opção imposta" em decorrência das dificuldades de manutenção da família no campo.

Este capítulo é, portanto, um trânsito entre categorias como agricultor, trabalhador da terra, camponês, colono e descendente de italiano. É também um olhar sobre a influência (ou não) do intercruzamento de tais identificações nas opções de vida dessas pessoas e na continuidade de suas atividades produtivas e de seu estilo de vida ligados ao campo e aos domínios do rural. É importante salientar, como fez Renk (2000, p.162) em seu estudo sobre colonos em Santa Catarina, que ocorre, por parte deles, a negociação de tais autodefinições quando "está em jogo a face pública", que faz que optem pela "terminologia mais rentável politicamente". Observamos tal negociação quanto à denominação de agricultora, ressaltada constantemente pelas mulheres, que, pensamos, tinha ligação direta com sua preocupação em garantir a aposentadoria. Além das clivagens acima expostas, abordaremos outras ao longo do capítulo, como a questão de gênero e faremos referência, quando necessário, à condição social do descendente, se pequeno, médio ou grande proprietário, e qual sua capacidade de se reproduzir como camponês.

A PESQUISA ETNOGRÁFICA COM DESCENDENTES DE IMIGRANTES ITALIANOS

Algumas de nossas entrevistas com descendentes urbanas oriundas do mundo camponês foram feitas na horta, "ao pé da enxada", sobretudo com aquelas que nós visitávamos mais rotineiramente. No início, a recepção era na sala de estar, depois, passava para a cozinha e, por fim, acompanhávamos a rotina produtiva ou de lazer, a "lida" ou "lides", como algumas diziam.

Fosse no mundo urbano ou rural, assistíamos a missas pela TV ou ouvíamos pelo rádio, acompanhávamos feituras de crochê, arrumação da casa, cuidado das crianças, lavação de roupa, preparo de comida, o que, para nós, era um momento muito especial, pois também somos descendentes de imigrantes italianos e sabemos o tempo que é consumido para se aprender sobre alimentos e comidas e suas diversas formas de preparo e de consumo.

Em nossa compreensão, fragmentos de um estilo de vida camponês sobrevivem, ainda no meio urbano, por meio da cozinha dessas descendentes que, dia após dia, mesmo dialogando com os novos produtos alimentícios, mantêm uma perspectiva culinária étnica e também camponesa, uma vez que parte do que era consumido provinha de hortas caseiras ou era enviada por parentes "de fora".[2]

Após as consultas médicas, ouvíamos os comentários acerca das mudanças sugeridas na alimentação. A comida "com substância", "forte", "gorda", ao ser desestimulada, causava transtornos e temores. Eram criadas táticas culinárias, substituindo ingredientes, mas procurando manter algo "de italiano" e, que também dominaríamos, de camponês. O pão, por exemplo, em algumas circunstâncias passou a ser feito com farinha integral, sem banha, mas continuou sendo feito "em casa". Ou o frango, que passou a ser feito sem a pele, mas continuou sendo preparado com muita sálvia e manjerona. Essas eram observações ouvidas tanto no meio urbano quanto no meio rural entre os descendentes, para quem o corpo é instrumento a ser disciplinado para o trabalho e, portanto, deve estar sempre "bem alimentado". O corpo "forte" necessitaria de alimento "forte" para o trabalho "pesado".

Ao longo dos anos nos quais procuramos compreender a noção de pertencimento étnico, deparamos com conflitos existenciais muito ricos, alguns dos quais remetiam à migração campo/cidade, seus diferentes valores e noções de tempo/espaço, à desorganização das relações familiares, à menor vivência religiosa e aos ressentimentos pela impossibilidade de as mulheres herdarem a terra, entre tantos outros fatores. Portanto, fosse nas residências urbanas ou nas rurais, esses mundos (rural e urbano) se transpassavam mutuamente, adscritivamente.

A IMIGRAÇÃO ITALIANA LOCAL

A imigração italiana na região central do Rio Grande do Sul teve início em 1877-1878. Esses migrantes vieram em levas até o início do século XX. Eram, em sua maior parte, camponeses, católicos, iletrados e pobres (Zanini, 2006). Foi uma migração familiar, marcadamente oriunda do norte da Itália. Ao chegarem à Colônia Silveira Martins, foram alojados primeiro em um barracão e depois receberam seus lotes, os quais tinham, em média, 22 hectares cada um (cf. Saquet, 2002, p.38; Neumann et al., 2004, p.29). Nesses, desde o início, havia diversificação produtiva gerada pelo plantio

[2] Categoria localmente utilizada para fazer referência àquelas pessoas que continuam vivendo no campo. Diz-se também "eu vou para fora", querendo salientar que se está indo para a zona rural, para a colônia.

de sementes ofertadas pelos administradores das colônias, bem como de sementes e mudas que os próprios camponeses haviam trazido da Itália.

Para fins deste capítulo, não entraremos na discussão sobre a classificação desses camponeses em agricultores familiares ou coloniais. Compreendemos a complexidade de tais argumentações, mas entendemos que, como esses camponeses desde o início da colonização necessitavam comercializar seus produtos para pagar suas terras, o mercado para eles se apresentou como uma realidade já dada. Desde sempre, produziram para si e para o mercado local e regional, mesmo que em proporções diversas, pois os lotes de terra tinham de ser pagos em moeda. Usaremos também, como faz Palmeira (1989, p.89), os termos camponês e trabalhador rural como equivalentes.

Entendemos que o campesinato não pode ser compreendido isoladamente, mas que sua situação deve ser interpretada à luz das conjunturas locais, regionais, nacionais e global. Há contínuos que perpassam sua existência e suas dinâmicas de reprodução. A noção de colono aqui adotada é aquela apresentada por Seyferth (1993, p.38), ao ressaltar que essa categoria possui duplo significado, pois, além de camponeses, a categoria remete a um "conteúdo étnico irredutível" que "pressupõe uma distintividade cultural" (e em certa medida racial também, diz a autora). O colono é, dessa forma, na Região Sul do país, o camponês ou agricultor de origem estrangeira (alemão, polonês, italiano etc.). Durante muito tempo, o termo colono, na região, aludia ao indivíduo atrasado, rude, trabalhador do campo. Os colonos eram estigmatizados e tratados de forma preconceituosa nas interações sociais com os regionais e nacionais. Foi apenas na segunda metade do século XX que a categoria de italiano, e com ela a de colono, passou a ser reelaborada positivamente na região, remetendo ao pioneirismo deles.

Segundo relatos presentes no *Álbum do cinqüentenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul*, de 1925, a diversificação produtiva já era bem grande naquela época. A publicação salienta que os terrenos coloniais, chamados de lotes e divididos em "linhas", possuíam, de acordo com a localização geográfica, diferentes possibilidades de uso. Os mais próximos aos morros tornavam-se menos prósperos para a agricultura, mas eram úteis para deixar o gado e outros animais pastarem. Contudo, o que observamos em nossa pesquisa etnográfica é que os colonos sabiam utilizar diversificadamente os terrenos: aqui um parreiral, lá uma área de aveia plantada, acolá milho, adiante soja, feijão, batata, fumo etc.

Muitas das famílias que vieram para a região central do Rio Grande do Sul em fins do século XIX rumaram para outras áreas do estado e do país já nas décadas iniciais do processo colonizador, marcadamente para as regiões noroeste do estado, oeste de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso. Alguns dos primeiros imigrantes, ainda nos primeiros anos de coloni-

zação, rumaram para Santa Maria e começaram a trabalhar em atividades de comércio e serviços.

A criação da Rede Ferroviária (em 1885-1898), da Universidade Federal de Santa Maria (em 1960) e da Base Aérea (em 1971) também se tornaram fortes atrativos para os deserdados da terra. O trabalho na ferrovia, por exemplo, desde o início, atraía os imigrantes que, por vezes, ali vendiam, temporariamente, sua força de trabalho e aplicavam os recursos dessa atividade nas propriedades ou na compra de mais terras. O processo de saída do campo ocorreu paulatinamente, em uma seleção elaborada de *dentro do grupo*, orientada por critérios de ordem de nascimento, gênero e aptidão para outras atividades que não a agricultura.

A SUCESSÃO INTERROMPIDA

Como já salientado, desde o início do processo colonizador, os italianos rumaram para o centro urbano de Santa Maria, procurando outras atividades que não a agricultura. Na Colônia Silveira Martins, desde o princípio, também havia imigrantes que optavam por lotes urbanos visando a desenvolver outras atividades que não o trabalho no campo. A “descida da serra” se deu aos poucos, orientada por critérios grupais que dialogavam com a economia regional e as possibilidades de ascensão social, desejo máximo daqueles imigrantes. Quando a terra se tornava pouca para a família que se expandia, era necessário eleger mecanismos de partilha e de transmissão.

No passado, as mulheres não tinham direito à herança, fato que hoje passou a ser questionado. O que nossa etnografia mostrou foi uma diversidade de situações possíveis na sucessão da terra. Citaremos alguns exemplos observados que podem elucidar a compreensão de algumas regras de sucessão:

a) Quando há poucos filhos e estes são, em sua maioria, mulheres, o que observamos é que a terra fica com o filho homem ou com a filha (ou filhas, dependendo do tamanho da propriedade) cujo marido é considerado um agricultor “bom” ou “forte”. Nesse caso, as filhas deserdadas recebem ajuda monetária pela “venda simbólica” da terra. Essa contribuição tem ajudado algumas delas a construírem casas, seja na zona urbana, seja na rural. Outras são auxiliadas para o estudo e, como a ajuda vai sendo dada ao longo dos anos, elas não conseguem se capitalizar para adquirir algum bem duradouro. Há casos em que o valor recebido é gasto na propriedade do marido, efetuando pequenas melhorias e capitalizando a propriedade rural. Dessa forma, o investimento permanece no campo e reverte na produção agrícola ou na melhoria da qualidade de vida;

b) Quando há somente um filho e este é mulher, o que ocorre é a junção da terra desta com a do marido. A residência passa a ser na unidade residencial construída pelo marido (que pode ser nas terras dele) ou na casa dos sogros (pais da mulher) para ampará-los na velhice. Dessa forma, entende-se que a terra continua com a família da mulher, na linhagem dos netos. Assim, não pode ser dito que o "sogro" deu terra para o "genro", o que, por vezes, não é bem visto pelo grupo;
c) Quando há somente um filho homem e este quer continuar a trabalhar no campo, a situação não é tão complexa. Mas, quando este decide ir para a cidade, as divergências aparecem. Encontramos casais de idosos que moravam sozinhos por causa dessa situação. Assim, era sabido que, ao falecerem, o herdeiro homem se desfaria da terra. Nesse caso, uma das regras consuetudinárias de transmissão é oferecer a terra, em primeiro lugar, a algum parente próximo, depois a vizinhos e, por fim, a quem pagar mais. Como as propriedades próximas a Santa Maria são muito visadas para chácaras de lazer, tem ocorrido, por vezes, a divisão de propriedades em lotes rurais, o que tem gerado bastante renda e encarecido o valor da terra, impossibilitando a compra pelos agricultores locais;
d) Quando há um filho homem e uma filha mulher o desfecho da divisão de bens pode ser muito curioso. Em um caso interessante que acompanhamos os dois irmãos (homem e mulher) eram ambos legalmente herdeiros. Como o irmão homem queria se deslocar para outra região do estado, concordaram em se desfazer das terras. Quem assumiu a venda foi o filho homem. A mulher só recebeu a parte dela em dinheiro. Este foi gasto por um filho seu para comprar um veículo. Ela e o marido continuaram a morar na zona rural em uma pequena propriedade vizinha à terra que venderam. O que percebemos, nessa situação, foi que o acerto se deu entre cunhados. A mulher simplesmente concordou e assinou os documentos. O dinheiro circulou apenas na mão dos homens;
e) Quando há muitos irmãos (homens e mulheres) e todos querem ficar com algum "pedaço de terra", o que pode acontecer é a subdivisão da propriedade, a qual finda, algumas vezes, por se tornar local de residência, mas não necessariamente de produção em larga escala. O indivíduo pode trabalhar em outra ocupação urbana, como funcionário público ou empregado, saindo de casa pela manhã e retornando à noite. Encontramos essas situações, nas quais as pessoas trabalhavam meio expediente ou em horário integral em Santa Maria ou Silveira Martins e retornavam à casa à noite. Para as mulheres, o serviço público e o de empregada doméstica são muito atrativos, pois garantem uma renda fixa que o trabalho na agricultura nem sempre oferece;

f) Quando há só filhas mulheres o que pode ocorrer é que a terra fique com a que se comprometer a ajudar os pais e a ampará-los na velhice. Contudo, isso implica que seu marido concorde com tal situação. Se ela for solteira, o que se observa é que a irmã casada (ou as irmãs casadas), posteriormente, talvez, reivindique o direito à terra, em prol de seus filhos. Isso seria considerado aceitável no grupo por nós estudado, pois se considera que a mulher, isoladamente, não teria condições de gerir uma propriedade inteira, em especial quanto ao trabalho considerado mais "pesado" e demanda certas aptidões, como o manuseio de maquinário, por exemplo. No entanto, embora raramente, já vimos mulheres dirigindo tratores e aprendendo a mexer em máquinas pesadas. Porém, são exceções entre os colonos estudados, aceitas apenas quando não há homem para desempenhar tal tarefa. Espera-se, preferencialmente, que a filha mais nova cumpra a função de cuidar dos pais. Nesse caso, as mais velhas podem receber valores pela "venda simbólica" da herança na terra, como anteriormente mencionado;
g) Quando há somente filhos homens, tradicionalmente, entendia-se que os mais velhos iam saindo da propriedade paterna e o pai os ajudava a adquirir terra. Contudo, como as terras na região, atualmente, têm valor elevado, isso nem sempre é possível. O que observamos é que os pais deixam os filhos manifestarem "seu gosto" e alguns "optam" por continuar na terra, enquanto outros rumam para a cidade em busca de outras oportunidades. Por vezes, o que tem ocorrido é a migração para outras áreas do estado ou mesmo do país, algumas delas financiadas pelo patrimônio familiar, quando há.

São numerosas as variáveis que encontramos, mas que poderiam sugerir os "modelos" acima expostos. Observamos famílias com relações difíceis por causa de partilhas que privilegiaram algum filho ou os filhos homens, o que seria tradicionalmente aceito. Essa forma de tratar o patrimônio familiar que, em verdade, havia sido construído e mantido pelo trabalho coletivo, tanto de homens quanto de mulheres, mas do qual, em muitas circunstâncias, as mulheres acabam por ser alijadas, reflete o que Carneiro (2001, p.23) denominou *as hierarquias internas das famílias*. Dessa forma, compreende-se que as mulheres camponesas descendentes de imigrantes italianos, quer as do passado, quer as do presente, continuam a produzir bastante, mas tendo, por vezes, pouco acesso aos ganhos de sua produção, seja na forma de dinheiro, de outros bens ou de terra.

Outra questão complexa é que os casais do meio rural estão tendo poucos filhos. Os casais jovens que pesquisamos tinham, em média, de um a dois filhos. Eles eram, em sua maioria, membros de famílias de três a quatro irmãos, o que mostra que a população rural está fazendo, de alguma

forma, e já há algum tempo, certo planejamento familiar, controlando o número de filhos. Em decorrência do discurso da Igreja Católica acerca do uso de métodos anticoncepcionais, a adoção destes nem sempre é declarada. Algumas mulheres, contudo, admitiam que usavam pílulas anticoncepcionais e recorriam a outros métodos propagados pelos serviços públicos de saúde, mesmo sabendo que a Igreja não aceitava tal conduta. A preocupação com o sustento e a sucessão era algo sempre mencionado por elas, além da carga de trabalho extra que um filho acarreta em suas rotinas. Hoje, com a mecanização da agricultura, que faz a mão-de-obra familiar não ser necessariamente tão numerosa, o casal pode decidir melhor o momento de ter filhos e o número que quer (e pode) ter.

Outro aspecto importante é a inserção de valores individualistas nas famílias de colonos italianos. No passado, pouca atenção seria dada às aptidões dos filhos, em detrimento da necessidade de mão-de-obra para o trabalho na agricultura. Atualmente, a aptidão já é respeitada, em uma lógica de conveniência familiar. Como todas as crianças do meio rural vão às escolas e estas, na região central do Rio Grande do Sul, são de boa qualidade, abrem-se possibilidades de sustento por meio da educação formal, o que antes não ocorria. Assim, os pais, sabedores das dificuldades da vida dos agricultores, aceitam e, por vezes, incentivam o estudo como forma de ascensão social.

Com a proximidade geográfica da UFSM, que é pública e oferece auxílio a alunos carentes economicamente, observamos muitos jovens que, mesmo não ingressando nos cursos mais concorridos, vinham da zona rural local para estudar na universidade, moravam em alojamento estudantil e reelaboravam suas trajetórias de camponeses. Em 2004 e em 2007, ministramos a disciplina Campesinato no curso de Ciências Sociais, em que somos graduados, quando tivemos a oportunidade de conhecer um pouco mais a situação de alunos oriundos do meio rural. Alguns de nossos alunos eram descendentes de imigrantes (alemães ou italianos) e acerca da literatura sobre campesinato, espraiaram-se discussões maravilhosas, em especial no tocante à sucessão familiar, à masculinização, ao envelhecimento das populações rurais e às dificuldades de se manter produzindo no campo.

Um de nossos estudantes da turma de 2004, em aula na qual discutíamos migração e êxodo rural, disse: “Professora, agora eu entendi por que nos bailes de minha localidade só tem homem!”. Ou seja, a masculinização do campo e a saída das mulheres das zonas rurais já estava ocorrendo na região de onde ele provinha (noroeste do Rio Grande do Sul), mas ele mesmo não havia elaborado reflexões sobre isso. Rapaz “casável”, na faixa etária na qual o baile seria um dos pontos de sociabilidade rural para se estabelecer relações afetivas visando ao casamento, via-se diante desse dilema.

Um dos temores de alguns dos descendentes migrantes urbanos oriundos do meio rural com os quais convivemos era justamente o de não conseguirem se auto-sustentar. Muitas descendentes produziam em suas hortas, na cidade de Santa Maria, alimentos para mais de uma família nuclear, mas não comercializavam o excedente. Faziam da circulação destes uma rede de solidariedade seletiva. Os produtos eram destinados, preferencialmente, a filhos, parentes próximos (como irmãos e sobrinhos) e, depois, a vizinhos. Havia, também, uma rede constante de troca de mudas, de espécies vegetais e de temperos. O *raditi* (almeirão) era uma verdura que aparecia sempre nas conversas. Alguma variedade nova que surgisse levava-os ao comércio local para adquirir sementes ou procurar quem as tivesse. Discutir seu sabor, textura e possibilidades culinárias era algo muito comum, fosse entre descendentes urbanos ou rurais.

A necessidade desses descendentes de se sentirem produtivos era algo constante. O preparo do pão caseiro, de doces, de refeições mais elaboradas respeitava todo um processo do mundo camponês guiado pela lógica de se precaver para garantir a sobrevivência em tempos de escassez. O que nos intrigava era que, mesmo no contexto urbano, tais características se mantinham. Era comum observarmos que a quantidade de alimento preparada, em geral, era muito superior à quantidade de pessoas que se alimentariam dele. Por quê? Porque, no Brasil, a mesa farta tornou-se símbolo da empreitada migrantista. Parte do sucesso colonizador se deu pela boa qualidade da alimentação conseguida em terras brasileiras. A comida é um símbolo adscritivo da italianidade, pois, além de se vincular a um estilo de vida camponês em que se come bastante, se associa também a uma ruptura de sua condição de emigrados de um país no qual haviam enfrentado muitas carências, em especial alimentares. Além disso, a boa comida é aquela que dá trabalho para ser feita.

A existência do *trabalho acessório* (cf. Seyferth, 1974, p.78-9) também foi por nós observada, contudo, salientamos que essa é uma situação que tem marcado gerações desses camponeses, desde o início do processo colonizador. Como os recursos e o retorno às pequenas propriedades eram (e são) poucos, os pequenos agricultores que "trabalhavam fora" produziam na lavoura, por vezes, apenas o necessário para sua subsistência, de modo que o capital que circulava na propriedade era somente o proveniente do salário, como observamos em alguns casos. Essa é uma condição rotineira na região vizinha a Santa Maria. Não são todos os membros da família que se deslocam para trabalhar. Observamos vários tipos de arranjos, como o da mulher que migrava, para trabalhar como empregada doméstica, professora ou funcionária pública, o do homem ou o do jovem que se deslocava. Constatamos mais casos de moços do que de moças que transitavam. Eles, em sua maioria, iam trabalhar como auxiliar geral em alguma empresa mais próxima à sua localidade. Dependendo do tamanho da propriedade e da

força de trabalho que permanecia na terra, a produtividade e a quantidade de excedente também se elevavam, o que aumentava a renda familiar.

Concordamos com Silvestro (2001, p.27) em suas afirmações sobre a sucessão da terra, quando ressalta que, mais importante do que o instante específico no qual se efetua a transferência jurídica, seria a "gradual passagem de responsabilidade de uma geração para outra". Um dos problemas da relação entre jovens e pais é justamente algumas das regras de sucessão que não permitem uma transferência gradativa e realizada com equilíbrio. Nos casos observados, as mulheres jovens são as mais prejudicadas e acabam por ser, de certa forma, afastadas do campo.

Não se pode perder de vista, também, que a cidade se tornou muito mais atrativa para os jovens. Quando questionamos uma agricultora (81 anos) sobre o porquê de, em sua vizinhança, não haver mais moradores jovens, ela respondeu-nos que:

> Mas, a juventude de agora... começa com os estudo, começa a televisão, a andar de volta de noite, os rapaz não se importa mais. Em uma vez, não tinha nem rádio não, não tinha televisão, não tinha que nem agora... Agora não se importam... Agora me gosta mais de estudar, de olhar televisão, de andar em volta e tem carro, tem bicicleta, tem moto, tem tudo. Uma vez não tinha nem cavalo. Não é verdade?

Ou, como nos disse outro descendente, um agricultor, de 85 anos, quando questionado do porquê da saída de jovens do campo para a cidade: para ele a vida na cidade era mais "gozativa", que na lavoura tinha de se "suar, fazendo sol ou não" e os jovens já não tinham gosto por isso. Para esse senhor, a política nacional teria sua parcela de culpa em não valorizar o agricultor para que seus filhos sentissem orgulho do trabalho com a terra. Alguns desses idosos, infelizmente, apenas assistem à saída de seus filhos e netos do campo. Já não têm autoridade para interferir nos projetos individuais.

A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO

Há vários tipos de trabalho entre os descendentes de imigrantes italianos. Há o "pesado" e o "leve". Há o trabalho masculino de ambas as categorias, bem como o feminino. Contudo, de forma geral, o trabalho feminino e o infantil são considerados sempre "mais leves" ou "leves". Essa diferenciação era utilizada tanto por homens quanto por mulheres que haviam internalizado os limites entre um tipo de trabalho e outro. Apesar de ser introjetada por ambos os sexos, por vezes as mulheres se percebiam reclamando que sua rotina era estafante demais, que trabalhavam na lavoura e em casa, que cuidavam dos animais e da horta, da casa e da roupa, dos filhos e das refeições e, além disso, algumas ainda confeccionavam produtos coloniais e de artesanato para vender nas feiras e no comércio local. Contudo, em uma

compreensão de que seus esforços eram para a família como um todo, faziam-no com alguma satisfação segundo o ideário cristão, da mãe que se sacrifica pelos seus.

A rotina diária em uma propriedade rural começa com o tratos dos animais e neste observamos diferenças. Por exemplo: as vacas eram preferencialmente tratadas por mulheres, ao passo que os porcos e os cavalos, por homens. As galinhas eram cuidadas por mulheres, preferencialmente meninas e moças. Nessa tarefa, a divisão do trabalho segundo o gênero é evidente. O galinheiro e o trato com as galinhas, em algumas situações por nós observados, foram vistos como uma atividade em que a renda pode ser gerida por mulheres: crianças, jovens ou adultas. Um dos destinos do lucro dessa atividade é a poupança para futuros estudos ou para o enxoval. Contudo, observamos também que, se a quantidade de aves fosse maior ou mais especializada, o homem participava mais ativamente da atividade e de seus lucros. O preparo e o lucro com a produção do queijo eram, também, preferencialmente femininos.

Depois de tratar dos animais, os agricultores tomavam seu "café da manhã", composto, em sua maior parte, de café (solúvel ou passado) com leite, pão e bolachas caseiras, cuca, queijo e salame coloniais. No pão, observamos acrescentarem *chimias (ou schimias)*, que são doces feitos de frutas, melaço, abóbora e batata-doce. Sua composição pode variar conforme a estação do ano e o gosto familiar. Usa-se também comer o pão com manteiga caseira ou margarina industrializada. Antes do café da manhã, alguns agricultores bebem o chimarrão. Outros o fazem após o desjejum, no meio da manhã. Não há regras estabelecidas quanto a isso.

Depois do café, conforme a época do ano e as atividades da propriedade, homens e mulheres poderiam ir para a "lavoura" ou "roça" juntos, ou a mulher ficar em casa cuidando das crianças, da horta e do serviço doméstico, enquanto apenas o homem ia para a lavoura. Uma descendente jovem (e casada) assim narrou sua rotina em uma pequena propriedade rural:

> De manhã eu fico em casa, tenho duas vaca pra tirar o leite. Tiro o leite, das cabrita, das ovelhas, cuido da casa, lavo a roupa e a minha vida de tarde é na roça. Vou para a roça, fecho o terneiro e depois...

Não encontramos situações de crianças pequenas sendo levadas para a lavoura, como ocorria no passado. As crianças maiores iam para a escola com o transporte escolar que funcionava muito bem quando realizamos nossa pesquisa de campo. Com a mecanização da agricultura, as mulheres não necessitam estar "na roça" o tempo todo com os homens. Essa era uma das mudanças que as camponesas contemporâneas ressaltavam em relação a suas mães e avós. Segundo elas, no passado, a rotina das mulheres era muito pesada, com muitos filhos para cuidar, sem eletrodomésticos e

maquinário agrícola, trabalhavam muito na "roça" e em casa. Levavam os filhos pequenos para a lavoura e lá cuidavam da terra e da prole, que ficava "na sombra", em cestos de vime produzidos pelos próprios colonos. Essa era uma das recordações mais recorrentes entre as mulheres de mais idade entrevistadas. Elas tinham muito receio de que alguns dos bebês fossem picados por animais peçonhentos ou atacados por "feras". Quando uma das filhas tornava-se maior, permanecia em casa com os irmãos menores até que outra filha tivesse idade para exercer tal função quando, então, mais uma vez, aquela retornaria para a lavoura, e assim consecutivamente entre todas as irmãs. Por vezes, meninos também desempenhavam tal papel, dependendo da ordem cronológica de nascimento. No passado, essa seleção de meninas para o cuidado dos irmãos menores as afastava da escola, ressentimento que algumas guardam até hoje. Como ressaltado por uma de nossas informantes, 81 anos:

> Não é como agora que só estuda. Eu me lembro uma vez como gostaria de saber, de estudar, pra ler, pra saber assim. Não sei nada. Meu pai não me mandou, não vou brigar agora.

Além disso, esperava-se das mulheres que educassem os filhos de acordo com os valores católicos, com a disciplina sexual e para o trabalho. Atualmente, elas ressaltam que, comparado há algumas décadas, a vida no campo teria ficado mais fácil, menos "sacrificada". Como destaca uma das entrevistadas, ex-agricultora, oitenta anos, que hoje reside na zona urbana de Santa Maria:

> depois fomo trabalhá na lavoura, se plantava alfafa, cana, milho. Se trabalhava de manhã à noite na lavoura. Não era que nem agora, com máquina, era só de pulso como diz o outro, porque só em serro, não era fácil.

A tecnologização da produção agrícola, no entanto, deve ser mais bem estudada na região, para a compreensão das mudanças que tem estabelecido na vida dessas pessoas. Como já salientado em outros estudos, quanto mais uma atividade se mercantiliza, maior a tendência de que se torne masculina. Tal característica foi observada por Magalhães (s./d.) entre agricultores familiares de origem italiana na região sudoeste do Paraná quanto à produção de leite. Segundo o autor, esta, que era uma atividade feminina, teria passado a ser controlada pelos homens (Magalhães, s./d., p.1). Portanto, ao se observar determinadas características, é importante que se façam estudos localizados para entender como as tecnologias têm sido recebidas pelas famílias de agricultores e de que forma têm influenciado na mudança da divisão social do trabalho e da produção nas propriedades rurais. Brumer (2004, p.210) observa, em pesquisa realizada no Rio Grande do Sul, que o papel inferiorizado ocupado pelas mulheres na produção

fortalece sua migração para as cidades, uma vez que, mesmo trabalhando em pé de igualdade, seu trabalho é rotulado de "ajuda" e menos reconhecido que o dos homens. Tais observações levam a autora a concluir que as mulheres teriam menores perspectivas profissionais e motivações para continuar a trabalhar no campo do que os homens (Brumer, 2004, p.225).

Salientaríamos que, na região estudada, isso também ocorre, contudo, por causa da localização da colonização italiana local e há vários fatores que interferem na saída das mulheres do campo para as cidades, além daqueles internos à rotina das propriedades rurais. Enfatizaríamos o estudo de Castro (2005, p.28) que afirma que, em alguns grupos rurais, a saída das mulheres do campo para as cidades representa, para elas, uma forma de obter autonomia e deixar a autoridade paterna, elemento que consideramos muito importante também no caso dos descendentes de imigrantes italianos, em que o modelo ideal de família patriarcal ainda permanece.

Quanto à divisão das tarefas entre gerações, o que se observa é que a lógica do trabalho em família segue critérios de gênero e de idade. O trabalho infantil não é visto como um sacrifício necessariamente, mas como uma socialização para a sobrevivência. Situação contrária àquela narrada por Neves (2002) quanto ao trabalho infantil na agricultura da cana-de-açúcar no Rio de Janeiro.

Quando acompanhamos as crianças aprendendo as lides domésticas ou do campo, em nenhum momento observamos que se sentiam violentadas ou que seu trabalho não era realizado com um certo gosto de estar acompanhando o pai, a mãe ou os irmãos. Como todas as crianças que acompanhamos estavam na escola, ajudar nos trabalhos do campo fazia parte de seu cotidiano. Compreendendo-se que o campesinato se reproduz em família e a família e a terra são categorias que se entrecruzam, pensamos que determinadas classificações devem ser usadas com cuidado, como trabalho infantil. No momento em que trabalham, pais ensinam, filhos aprendem e todos realizam trocas simbólicas e materiais. Enfim, o trabalho em família é algo peculiar à condição camponesa, é uma grande forma de sociabilidade. Por meio dele se garante não apenas a sobrevivência econômica, mas a cultural também.

Para alguns agricultores com maior poder aquisitivo, que não necessitavam ter seus filhos "na lida", o estudo era compreendido como uma forma de trabalho também. Observamos isso ocorrer mais com as meninas, preparadas para outras ocupações que não somente o trabalho com a terra. Mas, em épocas de necessidade de mais mão-de-obra, elas também poderiam ser convocadas a participar ativamente, caso fosse necessário. Diria, referindo-nos a Martins (2004-2005, p.34) novamente, que o trabalho que socializa e educa deveria ser considerado "à parte" no tocante às preocupações com a criança em nossa sociedade. A diferença na criação dos filhos das gerações anteriores em relação às novas também é sentida:

> Nos outro tempo sustentá 12 irmãos era melhor que hoje sustenta um. Que hoje qué isso, qué aquilo. Tudo mudado. Se tem dinheiro tem, senão. Se não tinha carne, vai batata-doce, um pão caseiro. Mas, lá em casa é muito ruim isso... (descendente agricultor, 42 anos)

O mutirão, uma forma de trabalho coletivo guiado por regras de parentesco e vizinhança que havia no passado, hoje está em desuso. Segundo os camponeses, atualmente "só pagando!", mesmo entre familiares. No mutirão, a família que estava em época de colheita ou necessitasse de auxílio convocava parentes e vizinhos para ajudarem-na, e a eles oferecia alimento e, algumas vezes, hospedagem, com o compromisso de que retribuiriam da mesma forma. Assim criavam-se redes de cooperação que permitiam adiantar o trabalho na propriedade e respeitar os tempos particulares de cada plantação. Faziam mutirão também para construir igrejas, casas, galpões, chiqueiros e melhorias nas propriedades. Para os entrevistados mais idosos, essa é uma das características das quais mais se ressentem quanto às gerações contemporâneas, que se preocupam mais com o benefício próprio, o que poderia nos levar a pensar em uma individualização do trabalho agrícola, característica já apontada por outros estudiosos em relação ao sul do país (Souza, 2004).

O USO DE AGROTÓXICOS

A região pesquisada é produtora de alimentos, como feijão, milho, trigo, amendoim, arroz, batata e verduras, de modo geral. O símbolo da agricultura migrantista em Silveira Martins é a batata, por ser o maior produto comercializado (69% da produção do município, segundo Neumann, 2004, p.78). Algumas propriedades plantavam soja e aveia em pequena quantidade. A uva, embora presente, não é motor da economia agrícola local, como entre os colonos italianos da serra gaúcha (cf. Tavares, 1978). O pioneirismo do migrante é exposto nos desfiles comemorativos aludindo ao cultivo da batata. Como os terrenos na região são bastante diversificados, não há como generalizar a produção agrícola de toda a região de colonização italiana. A batata, contudo, apresenta uma característica marcante: requer bastantes cuidados e uso intensivo de agrotóxicos.

Algumas de nossas visitas eram feitas na volta da aplicação de "produtos" ou "venenos", como chamavam os agricultores. Observamos a pulverização sendo feita preferencialmente por homens, o que era concebido como mais aceitável. Ao entrevistarmos uma jovem que voltava da lavoura com uma bomba de veneno, perguntamos a ela se não se cuidava ao desempenhar tal tarefa. Respondeu-nos que considerava ser importante e sabia que deveria fazê-lo, mas não fazia. Perguntamos-lhe o porquê.

Respondeu-nos que dava muito trabalho e tomava muito tempo. Para agricultores mais pobres, como os desta família em particular, os acessórios de segurança, com certeza, não seriam um produto de primeira necessidade, uma vez que concorreriam no orçamento doméstico com outros produtos de primeira necessidade. Não observamos a existência de luvas ou de qualquer outro material de proteção nessa propriedade. Essa mulher aplicava veneno sem calçados e já havia ouvido falar do mal que os agrotóxicos poderiam causar à saúde.

Em outras propriedades maiores, contudo, observamos que a aplicação do veneno era feita majoritariamente por homens. Estes, porém, também não se protegiam, em sua maioria. Isso poderia nos fazer pensar, como Menasche (2004, p.4), que, talvez, em algumas circunstâncias, o uso do agrotóxico poderia estar associado à afirmação da masculinidade. Fizemos visitas nas quais o agricultor chegava em casa com o cheiro do "veneno" e permanecia um bom tempo trabalhando no galpão ou cuidando de animais com aquela roupa. Todavia, respeitava o *domínio da casa*. Para entrar nela, era necessário que tomasse banho e trocasse de roupa. Não observei crianças próximas a agrotóxicos, muito pelo contrário. Elas eram distanciadas e precavidas de sua nocividade.

As mulheres aplicavam venenos mais fracos em suas hortas. Contudo, elas são muito críticas à aplicação de "produtos" em seu próprio alimento. Esta não é feita sem alguns cuidados. Inclusive, o que mais ouvíamos dos agricultores que não plantavam batata, era que a batata que os produtores consumiam era produzida em separado. Em algumas entrevistas, questionávamos os agricultores plantadores de batata sobre isso e, embora concordassem que a batata era uma cultura difícil, não assumiam que não comiam a que plantavam.

Algumas famílias conseguiram agregar maior valor à batata ao comercializá-la com o rótulo "livre de veneno". Ela era vendida em feiras na cidade de Santa Maria e em estabelecimentos que comercializam produtos denominados "orgânicos". Aliás, essa terminologia entrou com peso entre aqueles agricultores que produzem para vender nas feiras que se autodenominam agroecológicas. Essa conduta no plantio tem-se ampliado bastante na região nos últimos anos. Porém, ao conversarmos um pouco mais com os produtores, observamos que a noção de orgânico ou agroecológico é algo ainda não muito claro para eles.

Para alguns, usar adubo orgânico já seria suficiente para classificar o alimento como orgânico. Para outros, poderiam ser utilizados pesticidas considerados naturais e estes também deixariam o alimento "livre de agrotóxicos". Compreendemos, dessa forma, que há também uma negociação de categorias do mercado por parte dos agricultores. O rótulo do produto que mais agrada ao consumidor urbano é associado a uma técnica conce-

bida como mais natural, mas não necessariamente mais adequada do ponto de vista técnico. Certa vez, questionávamos um agricultor se o tomate que ele estava comercializando era "sem agrotóxico"; dizia-nos ele que sim, mas que era sabido que o tomate precisava de um "pouco de veneno". Enfim, as *categorias do mercado* são reprocessadas e ressignificadas em nível local por esses agricultores.

A APOSENTADORIA

Muitos estudos recentes (Conterato, 2004; Delgado, 1999) têm ressaltado a importância do recebimento de aposentadoria para os camponeses e o quanto esta tem-lhes possibilitado reavaliarem sua permanência na terra. Trata-se de uma realidade visível, não só entre agricultores descendentes de imigrantes italianos que, em sua maioria, têm médias ou pequenas propriedades, mas entre agricultores do país como um todo. No Rio Grande do Sul, é flagrante o quanto a aposentadoria elevou a auto-estima dos agricultores e lhes possibilitou anteverem uma velhice com menores dificuldades.

Em nossa pesquisa de campo, o aspecto laudatório das narrativas acerca da aposentadoria como um símbolo de dignidade era algo constante. Os mais idosos, quando residentes na casa de algum filho, sentiam que podiam contribuir, de alguma forma, com a manutenção da propriedade ou para o investimento em algum outro membro da família. Observamos casos em que avós, embora recebendo aposentadorias baseadas no salário mínimo nacional, cujo valor não é dos mais elevados, investiam parte de seus ganhos no estudo de algum neto.

Uma das questões que mais chamaram atenção em nossa pesquisa com mulheres aposentadas que residiam na zona rural era o elevado número daquelas que não tinham receio de falar que sofriam de "depressão". Algumas tinham atividades ligadas a grupos de terceira idade, o que as motivava muito, mas, mesmo assim, a vida no campo que se esvaziava e envelhecia cada vez mais fazia-as se sentirem um pouco insatisfeitas e impotentes diante de tal situação.

Havia casais de idosos morando sozinhos, sem filhos, produzindo apenas o necessário para a sobrevivência e optando por continuar morando na zona rural, apesar do chamamento de algum dos filhos para que se mudassem para a zona urbana. Aqueles que queriam continuar residindo em suas terras, mas sem produzir, arrendavam parte delas a algum parente ou vizinho e justificavam que morar na casa dos filhos ou mesmo na cidade poderia representar perda de autonomia. Além disso, cremos que o receio de representarem um empecilho à liberdade ou ascensão dos filhos também influía em sua decisão de permanecer no campo.

Nas zonas vizinhas a Santa Maria, próximas aos serros, onde a natureza desenhou belas paisagens, há uma busca constante de terras para lazer. Assim, os agricultores vislumbram a transformação da terra em pequenos lotes rurais, o que gera uma expectativa de lucro. Tal fato tem crescido bastante nos últimos anos. O que atrai a população urbana para a zona rural é o clima mais ameno da IV Colônia de Imigração Italiana como um todo. Além disso, como a legislação ambiental protege os "morros" ou "serros", algumas propriedades têm, ainda, mata nativa, o que valoriza simbolicamente as terras. O curso de águas da região também é muito bonito. Alguns descendentes, como forma de auxílio para a aposentadoria, transformam esses locais em "espaços de lazer" para os citadinos que para lá se dirigem, em especial no verão, onde permanecem durante o dia, fazendo churrasco, e alguns, inclusive, acampando. As atividades turísticas, de alguma forma, já estão sendo inseridas na mentalidade local como trabalho e fonte de renda também.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a complexidade da condição de camponês/agricultor/colono e trabalhador da terra não seja pequena e que alguns estudos estão colaborando para elucidar tal questão no sul do país (como Schneider, 2003; Dos Anjos, 2003; entre outros). Nosso objetivo neste capítulo foi o de, por meio da pesquisa etnográfica, ressaltar alguns dos aspectos que, em estudos quantitativos, não aparecem.

Embora nossa pesquisa inicial não visasse a estudar camponeses, foi ainda na zona urbana de Santa Maria que ingressamos nesse universo. Os pesquisados haviam reproduzido em sua residência urbana um pouco da "casa" de origem, camponesa e auto-suficiente, ao menos pretensamente. Foi por meio dessas pessoas que compreendemos que, ainda que não residindo no campo, pode-se estar a ele vinculado, bem como aos valores que dele emanam, como, no caso dos descendentes de italianos, ao trabalho, à família e à religiosidade católica. Na terra, podem ainda estar relações sociais de parentesco, de pertencimento, de uma ordem de mundo que se ressignificou na cidade, mas que não foi extinta nela.

A questão da sucessão da terra, orientada pela lógica grupal em diálogo com a jurisdição nacional, faz que os arranjos assumam formas curiosas por vezes, o que pode penalizar as mulheres, as quais, embora trabalhando em pé de igualdade com os homens, acabam por ser, em algumas situações, subtraídas da sucessão da terra. A divisão social do trabalho, quer por gênero, idade, quer pelo tamanho da propriedade, também seguia uma lógica camponesa "italiana", na qual o trabalho infantil era bem-vindo e o feminino era considerado "ajuda".

A aposentadoria, para essas populações, tem representado mais do que um valor econômico recebido todos os meses. Representa a possibilidade de envelhecerem com dignidade e a recompensa pelo trabalho realizado. A aposentadoria feminina, em especial, era sempre declamada.

Uma das questões que mais chamaram a atenção foi o uso de agrotóxicos sem especial cuidado. Embora soubessem dos perigos da aplicação dos "produtos" sem proteção e fossem orientados a se precaverem, não o faziam, por razões diversas. Talvez os efeitos nocivos dos "venenos", que não se fazem sentir de imediato no corpo dos aplicadores, induzam a tal comportamento. Ou, ainda, que o excesso de cuidado poderia estar associado ao temor, o que seria visto negativamente pelo grupo, em especial pelos homens. Finalizando, ressaltaríamos, ancorados em Wanderley (1996, p.22), que uma das dimensões mais importantes da luta dos camponeses no Brasil estaria em seu esforço para construir um "território familiar", o que a autora denomina um "lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores". E ser camponês significa reunir as questões expostas às intervenções do Estado, da economia e das sociedades locais, regionais, nacionais e transnacionais, continuadamente. Enfim, uma situação complexa que requer estudos localizados para melhor se compreenderem as dinâmicas dessas populações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ANJOS, Flávio Sacco dos. Pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v.20, n.1, p.11-44, jan./abr., 2003. Disponível no *site* <http://www.atlas.sct.embrapa.br>. Acesso em 1º.8.2006.

BRUMMER, Anita. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1):360, p.205-27, jan./abr., 2004.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil:* panorama dos últimos 50 anos. Texto para discussão n.621. Rio de Janeiro: IPEA (621), 1999. Disponível no *site*: <http://www.ipea. gov.br/biblioteca>.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Estudos Feministas,* Florianópolis*,* ano 9, p.22-55, 2001.

CASTRO, Elisa Guaraná de. *Juventude rural: "apenas uma palavra" ou "mais que uma palavra". Paper* apresentado no XXIX Encontro Anual da Anpocs em Caxambu, out. 2005.

CINQUANTENARIO della colonizzazione italiana nel Rio Grande Del Sud (1875-1925). [s.l.s.n.], 1925.

CONTERATO, Marcelo Antonio. *A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS*: um estudo de caso no município de Três Palmeiras. Dissertação

Porto Alegre: UFRGS, 2004. (Mestrado). 172p. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural.

DELGADO, Guilherme et al. *O idoso e a previdência rural no Brasil*: a experiência recente da universalização. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. Disponível no *site* <http://www.ipea.gov.br/biblioteca>.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales. *A "masculinização da produção do leite"*. Sd. Disponível no *site*: <http://www.rimisp.org>. Acesso em 6.7.2006.

MARTINS, José de Souza. Cultura e educação na roça, encontros e desencontros. *Revista USP*, São Paulo, n.64, p.29-49, dez./fev., 2004-2005.

MENASCHE, Renata. Capinar: verbo conjugado no feminino? Notas de pesquisa sobre gênero e percepção de risco na agricultura familiar. *Mneme*. Revista Virtual de Humanidades. v.5, n.11, jul./set. 2004. Dossiê gênero. Disponível no *site* <http://www.seal.com.br/mneme>.

NEUMANN, Pedro Selvino. O processo de diferenciação econômica do espaço rural e dos agricultores na região central do RS. In: FROELICH, José Marcos et al. (Org.). *Espaço rural e desenvolvimento regional*. Ijuí: Editora Unijuí, 2004. p.55-103.

______. et al. Histórico de ocupação social do espaço agrário na região central do RS. In: FROELICH, José Marcos et al. (Org.). *Espaço rural e desenvolvimento regional*. Ijuí: Editora Unijuí, 2004. p.11-54.

NEVES, Delma Pessanha. La pauvreté comme legs. Le travail des enfants dans l´Etat de Rio de Janeiro. *Études Rurales Exclusions*, Paris, v.159, p.55-72., 2002. Disponível no *site* <http://www.etudesrurales.revues.org/document69.html>.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.3, n.7, p.87-108, set./dez., 1989.

RENK, Arlene. *Sociodicéia às avessas*. Chapecó: Grifos, 2000.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SAQUET, Marco Aurélio. *Colonização italiana e agricultura familiar*. Porto Alegre: EST, 2002.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *RBCS,* São Paulo, v.18, n.51, p.99-122, fev. 2003.

SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-mirim*. Porto Alegre: Movimento, 1974.

______. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). *Anuário Antropológico 91*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993, p.31-63.

SILVESTRO, Milton Luiz et al. *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SOUZA, Marcelino de. A tendência de individualização do trabalho agrícola no seio de famílias da região sul do Brasil na década de 90. *Agrociência*, v.VIII, n.1, p.51-60, 2005. Disponível no *site* <http://www.fagro.edu.uy>. Acesso em 7.7.2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. *Paper* apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, out. 1996.

WOORTMANN, Ellen. F. *Herdeiros, parentes e compadres*. Brasília: EdUnB, 1995.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Italianidade no Brasil Meridional*. A construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS. Santa Maria: Ed. UFSM, 2006.

4
Canaã, terra prometida

Joana Bahia

Den Ersten, den Tod.
Den Zweiten, die Not.
Den Dritten, das Brot.

For dai airsta dai doud.
for dai tswaita dai noud.
for dai drira dat broud.

Aos primeiros, a morte.
Aos segundos, a miséria.
Aos terceiros, o pão.

Terra, liberdade. Fins a serem alcançados após a morte, a miséria e o pouco de pão obtidos sucessivamente pelas várias gerações de descendentes dos pomeranos, imigrantes oriundos do norte da Alemanha, que se instalaram no interior do estado do Espírito Santo, no Brasil. Este ditado mostra as condições precárias da política de imigração implantada pelo Estado brasileiro que marcaram as primeiras gerações aqui chegadas e a imagem idealizada de "terra prometida", de "Canaã", que paulatinamente seria construída pelo *éthos* do trabalho camponês. As etapas de pecado, inferno, dor e miséria se complementariam com a salvação, ressureição e, finalmente, a Canaã almejada.

A metáfora bíblica da Canaã, da terra que *"emana leite e mel"*, *"prometida pelo Senhor aos escravos de Israel no Egito",* é evocada na imagem construída pelo imigrante que busca a liberdade e a terra. A representação de Canaã significa gradativamente: morte, miséria, redenção e salvação. No final de

todas as etapas, o ciclo se fecha com a morte honrada pelo esforço do trabalho familiar na terra e o resultado de seus frutos.

A imagem da terra prometida com que iniciamos este capítulo é significativa para o que pretendemos desenvolver, pois mostra que o uso das metáforas e da linguagem religiosa ressalta a importância das expressões da cultura camponesa na construção da identidade dos pomeranos a fim de se diferenciarem dos outros grupos de alemães existentes tanto no estado do Espírito Santo quanto nos estados do Sul do país. Ser pomerano é ser camponês, fato indissociável na construção de sua identidade étnica, para cuja manutenção se faz uso de linguagem mágica que recria valores fundamentais de uma sociedade camponesa de origem pomerana. Percebemos que a reinvenção dos elementos de uma cultura campesina em crise está refletida na linguagem mágica, sendo, portanto, recriados no universo do trabalho, no cotidiano, nas expressões de religiosidade popular luterana, nos ritos de passagem e nas acusações de bruxaria.

Em contrapartida, a mesma forma de identificação não se verifica com os grupos de pomeranos que imigraram para o Sul, pois vivenciaram um processo de urbanização e industrialização não ocorrido nas colônias do estado do Espírito Santo. Esse fato modificou sua condição campesina como elemento fundamental na elaboração da identidade étnica e social do grupo. Canaã representa não apenas uma imagem de um campesinato que partilha valores comuns, mas expressa o universo de conflitos existentes na reprodução da condição de trabalhadores rurais de origem pomerana diante da escassez de terras e das dificuldades econômicas do mercado agrário.

Imigrantes alemães de distintas províncias, em sua maioria caracterizadas por forte religiosidade (sobretudo as religiões católica e luterana), vieram para o Brasil em busca de melhores condições de trabalho, pois as mudanças nas relações de produção agrária na Alemanha ocasionaram a proletarização e a conseqüente miséria de suas populações campesinas.

A imigração alemã no Brasil esteve vinculada ao processo de colonização baseado na pequena propriedade, promovida por iniciativa do Estado brasileiro desde a primeira metade do século XIX nos estados do Sul do país e no estado do Espírito Santo. Há um perfil comum a quase todas as colônias: os imigrantes foram assentados em áreas de floresta, cuja demarcação dos lotes acompanhava os vales dos rios. Em todas elas houve a formação de sociedades camponesas baseadas na pequena propriedade familiar policultora.

A política de colonização brasileira deu especial ênfase à ocupação das fronteiras internacionais e das grandes áreas de terras devolutas consideradas desabitadas, apesar da presença de grupos indígenas e posseiros. A ocupação dessas terras tornou-se a principal meta dessa política de colonização, que alijou do processo os nacionais. Mesmo próximas às capitais

provinciais, essas colônias permaneceram um longo tempo social e espacialmente distantes da sociedade brasileira, fato que contribuiu para o fortalecimento de uma consciência étnica coletiva.

As estatísticas sobre a imigração não são precisas. Referem-se àqueles que entraram no país e sua procedência, mas não aos que reemigraram ou voltaram a seu país de origem. A imigração alemã, numericamente, foi muito menos significativa do que a italiana, a portuguesa, a espanhola e a japonesa. Também não apresentou períodos de maior afluxo, mas caracterizou-se por entradas mais ou menos constantes no período de 1850 a 1919, com aumento brusco na década de 1920, relacionado às dificuldades do pós-guerra na Alemanha. No total, chegaram ao Brasil pouco mais de 235 mil imigrantes alemães, muitos deles assentados como colonos mediante projetos patrocinados pelo Estado ou por companhias particulares.

Lembramos que a importância da imigração se deve mais a seu aspecto histórico e sociológico do que ao contingente numérico, porque ela estabeleceu colônias em regiões pioneiras, contribuindo para a construção de uma sociedade distinta da nacional e uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade familiar.

A vinda do imigrante alemão para o Brasil é feita com base no implemento à pequena propriedade a partir de 1824. A política de colonização visa à ocupação de terras devolutas com base no modelo da pequena propriedade do campesinato europeu em substituição à economia escravista e latifundiária até então vigente no Brasil. Em 1850, a concessão de terras públicas e a expedição de títulos de terras se torna parte do incentivo à política de imigração.

Para alguns intelectuais brasileiros, como Oliveira Viana, Sílvio Romero e outros, que à época elaboram hierarquias, discriminando "a população dos não brancos", a miscigenação e a política de colonização na ocupação do território e a construção de uma nação produtiva deveriam ser feitas mediante uma agricultura moderna com mão-de-obra branca de origem européia; portanto, a figura do "imigrante" seria responsável pela formação da "nação branca do futuro", que passaria a ser consolidada a partir de 1890, ano que se caracterizaria como o momento histórico da entrada do maior volume de estrangeiros no Brasil.

No exercício de classificação das etnias, os "alemães" eram vistos como os imigrantes ideais, por serem considerados agricultores bons e disciplinados, o que resultou em especial no descarte da população nacional, considerada "mestiça".

Segundo a visão dos intelectuais da época, o país, para se transformar em uma nação, precisava da construção de um tipo social, pois já tínhamos a língua, a cultura, a religião e a economia nacionais. A conseqüente "extinção" de negros, mestiços e índios a partir da miscigenação com o tipo

europeu resultaria na construção do tipo branco (teoria do branqueamento) em uma civilização já "acabada", ou seja, latina, católica e culturalmente portuguesa.

Já no período de 1890, há críticas à política de imigração do Império. Nacionalistas como Sílvio Romero afirmam que a vinda de imigrantes europeus, principalmente alemães, para o sul do país, às margens da sociedade nacional, não levava a cabo a intenção de assimilação das raças para embranquecimento da população.

Para autores como Romero, a concentração da imigração alemã no sul do país, além de não cumprir com o desenvolvimento econômico pela criação de um tipo social (consolidando o ideal de nação), levaria à desnacionalização e a um movimento de independência desse território pelos alemães, o então chamado "perigo alemão" (Seyferth, 1994). A conseqüente "desarmonia das índoles", o desequilíbrio regional pela falta de "inoculação" de elementos estrangeiros no Nordeste, acarretaria um efeito negativo no ideal da mestiçagem.

Entretanto, vale lembrar que o cotidiano das primeiras décadas do século XX para a maioria das colônias foi marcado pela insegurança gerada por problemas fundiários (demarcação imprecisa dos lotes) e pela deficiência dos serviços públicos essenciais. A elaboração de uma forte organização comunitária permitiu respaldo ideológico a um dos temas preferidos do discurso étnico: o trabalho alemão. Associações assistenciais (leigas e religiosas), escolas comunitárias ou ligadas a ordens religiosas católicas ou à Igreja Luterana, o uso cotidiano da língua regional e da alemã, além de todo o complexo econômico e social da colonização com base na pequena propriedade familiar, deram feição própria às colônias, distinguindo-as da sociedade nacional.

Da passagem do século XIX até fins da década de 1940, houve uma mudança na preferência por imigrantes "assimiláveis" (como portugueses, espanhóis e italianos), a adoção de medidas de correção da política imigratória que incluiam o desvio de imigrantes para o Norte (Amazônia e Nordeste), a introdução de colonos brasileiros, a assimilação forçada e a proibição do uso de idiomas estrangeiros.

A correção da política imigratória teve continuidade na campanha de nacionalização a partir da década de 1930, durante o Estado Novo (1937-1945), com o estabelecimento de cotas para imigração, proibição das publicações em línguas estrangeiras, das associações recreativas e culturais de base étnica e o uso público de línguas estrangeiras. Uma intensa campanha para imposição de sentimentos nacionais e a dura oposição às minorias alemãs foi realizada em jornais, rádios, escolas e serviço militar, sobretudo por ocasião da Segunda Guerra Mundial, na atuação doutrinadora do Partido Nazista até 1938 e da declaração ao Eixo em 1941.

CHEGADA DOS POMERANOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A história da imigração para o Espírito Santo, estado da Região Sudeste do Brasil, compreendeu três fases: a) 1847 a 1881; b) 1882 a 1887; e c) 1888 a 1896. Na primeira fase foram criadas quatro colônias: Santa Isabel, em 1847; Rio Novo, em 1855; Santa Leopoldina, em 1857; e Castelo, em 1880.

Os desdobramentos das colônias de pomeranos no estado do Espírito Santo obedecem à lógica das políticas do governo imperial, conseqüentemente da expansão territorial ocorrida a partir de 1870 e da formação de frentes pioneiras. Estas mostram a importância da condição camponesa na construção da identidade dos pomeranos do referido estado.

Em 1847, o governo imperial enviou para o Espírito Santo 163 imigrantes alemães provenientes do Hunsrück e do Hesse, região central do Reno. Entre os rios Jucu e Braço do Sul, a sete léguas de distância de Vitória, capital daquele estado, foram instaladas 38 famílias que fundaram a Colônia de Santa Isabel.

Após sua fundação, Santa Isabel só voltou a receber novos colonos a partir de 1858, a grande maioria oriunda da mesma região daqueles que haviam fundado a colônia; com eles vieram bávaros e prussianos. Santa Isabel foi emancipada pelo governo imperial em 1886 e, a partir dessa data, nenhum imigrante foi instalado nela oficialmente.

Foi apenas na década de 1870, em decorrência do aumento das entradas de imigrantes, que se deu a expansão territorial da Colônia de Rio Novo. Ao núcleo inicial foram acrescentados mais quatro. O segundo território, em 1875, recebeu 230 tiroleses. O terceiro território recebeu a primeira leva de imigrantes, composta por 773 italianos, em 1878. O quarto começou a ser povoado em 1875 por imigrantes austríacos.

Dez anos após a criação da Colônia de Santa Isabel foi fundada a Colônia de Santa Leopoldina. Situada à margem direita do rio Santa Maria, em março de 1857 recebeu 140 imigrantes, em sua maioria suíços, mas também hanoverianos, luxemburgueses, prussianos e holstenianos. Descontentes com seus contratos de parceria nas fazendas de café de Ubatuba, foram enviados, pelas autoridades centrais, para a nova colônia.

Essa colônia, chamada a princípio de Santa Maria, situava-se em terreno montanhoso e pouco fértil. Por esse motivo, com a autorização do governo imperial, foi estendida na direção sul dos primeiros estabelecimentos. O novo núcleo recebeu o nome de Santa Leopoldina. Após três anos de sua fundação esse estabelecimento colonial recebeu novos contingentes de imigrantes luxemburguenses, hessenianos, austríacos, holandeses, badenses e pomeranos.

Entre 1861 e 1866 não houve entrada de imigrantes, porém, a partir de 1867, a colônia recebeu grandes levas de alemães. Nessa data, a população

total era de 1.235 habitantes, e em 1874 já havia alcançado o total de 5 mil. Esse aumento populacional levou à fundação de mais dois estabelecimentos, ligados administrativamente à Colônia de Santa Leopoldina: Núcleo Timbuy e Núcleo Santa Cruz.

De acordo com Wagemann (1915, p.26), a chegada dos pomeranos à região ocorreu no período entre 1870 e 1879, constituindo a parte principal dos povoadores alemães protestantes, no Espírito Santo. A grande maioria do contingente de imigrantes era constituída por trabalhadores rurais diaristas e membros das classes trabalhadoras das áreas urbanas, segmentos que melhor vivenciaram o processo de transformação da estrutura fundiária na Alemanha.

O berço da colonização alemã foi constituído pelos dois vales superiores do rio Jucu e Santa Maria da Vitória, localizados na área montanhosa, em grandes extensões de terras altas, com altitudes que oscilam entre 300 e mil metros, na região centro-serrana do Espírito Santo.

Atualmente, as antigas colônias de Santa Isabel e Santa Leopoldina, com predominância de imigrantes alemães, são formadas pelos municípios de Domingos Martins, Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá, aos quais podemos acrescentar o de Santa Teresa, cujos distritos de Alto Santa Maria e Vinte e Cinco de Julho são habitados, principalmente, por descendentes de alemães, ao passo que os outros distritos contam com a presença dos italianos.

Os pomeranos da colônia de Santa Maria de Jetibá consideram-se e são considerados por outros imigrantes alemães como "os mais pomeranos" do estado e do país (Bahia, 2000), pois mantiveram desde 1870 o uso do dialeto, suas festas comunais, seus costumes culturais e maritais, os atos mágicos que acompanham os ritos de passagem, a continuidade da narrativa fantástica de tradição oral camponesa, enfim, o modo de vida camponês.

LÍNGUA E RELIGIÃO

O grupo de pomeranos que vive no Espírito Santo conserva o hábito de se expressar, cotidianamente, em três línguas: português, alemão e pomerano, cada uma delas acionada em diferentes situações sociais.

A língua portuguesa é usada nas situações formais, como questões de cidadania, ensino escolar, instituições locais (prefeitura, fórum, casas comerciais e bancos) com relativa freqüência no atual ensino confirmatório e para demarcar a diferença entre pomerano e brasileiro. Sua freqüência é maior na sede da colônia do que na zona rural e seu uso, mais comum entre os jovens do que entre as gerações mais antigas.

Na verdade, o uso crescente da língua portuguesa só se estabeleceu de fato no momento da Campanha de Nacionalização implantada pelo go-

verno de Getúlio Vargas nos anos de 1938 a 1945. Os descendentes das primeiras gerações aqui chegadas dominam com mais freqüência a língua alemã do que os pomeranos das gerações mais novas. As circunstâncias históricas da imigração e a imposição do uso do idioma alemão pela Igreja Luterana foram fatores determinantes para o domínio da língua alta entre os descendentes dos primeiros imigrantes.

O pomerano é usado entre pomeranos, tanto da cidade quanto do campo, sendo mais freqüente na zona rural, na intimidade da família, dos amigos, nas situações-limite de conflito social (luta pelos recursos e acesso à terra entre parentes e vizinhos), como nas acusações de bruxaria e, principalmente, nas práticas mágicas (benzeções) que demarcam os ritos de passagem como nascimento, casamento e morte dos membros da comunidade.

A língua pomerana é também adotada pelos homens como estratégia nas negociações de venda de seus produtos agrícolas no mercado público (Ceasa) como uma "língua secreta", a fim de alertar seus familiares e vizinhos sobre casos de exploração ou a possibilidade de realização de um mau negócio. Seu uso é mais freqüente do que o das outras duas línguas, especialmente nas áreas mais distantes da sede da colônia, e seu aprendizado é familiar, sendo a mulher responsável pela transmissão da lógica do idioma pomerano e do alemão para as crianças. Quando essas ingressam na escola, já aprenderam a língua pomerana, o que ocasiona uma série de conflitos no interior do sistema escolar.

Atualmente, a última geração de descendentes fala o pomerano e o português e apenas no âmbito dos cultos da Igreja é repetido o alemão, após o ensino das palavras e sua pronúncia pelo pastor. A maioria dos descendentes não compreende o culto em alemão, pois não mais dominam a língua.

A partir dessa breve análise da situação lingüística, devemos observar que as línguas pomerana e alemã são fundamentais na transmissão da tradição oral e na elaboração da identidade étnica e social. Ambas têm modos distintos de serem usadas no cotidiano do grupo e peso significativo nos aspectos mágicos dos rituais que marcam os ciclos vitais do grupo e no processo de acusação de bruxaria.

No caso do idioma alemão, seu uso está mais próximo da religião no que se refere à esfera institucional, isto é, a participação dos pomeranos na Igreja Luterana, fator que se torna mais evidente no apego dos pomeranos às palavras sagradas da Bíblia expressas em alemão e aos escritos de Martinho Lutero. Temos a importância dos escritos bíblicos, das festas comunais organizadas pela Igreja Luterana e da força das representações existentes em torno da figura do pastor.

Além do reconhecimento da legitimidade da palavra sagrada, o pastor é um letrado, aquele que melhor domina a língua sagrada e histórica na

construção tanto do sentimento da nação alemã quanto na reinvenção da Pomerânia no Brasil a partir da imigração e da formação de colônias alemãs no estado do Espírito Santo.

Conforme afirma Willems (1946, p.297), referendado por Dreher (1984, p.64-5), "aos imigrantes mais antigos nada significava a Unificação da Alemanha, pois não lhe sentiam nem as causas e nem as conseqüências". Boa parte dos imigrantes, muitos já na terceira geração nascida no Brasil, emigrara muito antes da Unificação Alemã. Os alemães haviam sido cidadãos dos mais variados estados alemães, ou seja, eram antes de mais nada prussianos, pomeranos, bávaros; portanto não se concebiam como cidadãos de um Estado-nação. Segundo Dreher (1984, p.64), os imigrantes "eram alemães mais por costume do que por vontade própria".

Por isso, enquanto a maioria da população migra no decorrer do longo processo histórico de formação do Estado alemão, tendo como bagagem suas especificidades regionais, a igreja participa desse processo e evoca o sentimento de unidade nacional expresso na religião luterana e na construção das bases do alto-alemão pelo reformador Martinho Lutero.

COTIDIANO NA TERRA E NO COMÉRCIO AGRÍCOLA

Os pomeranos são hortifrutigranjeiros e o município de Santa Maria de Jetibá é o maior produtor e abastecedor dessa categoria no estado do Espírito Santo. A cafeicultura, a olericultura, o cultivo de alho e a avicultura são as principais atividades desenvolvidas no município. Encontra-se em menor escala a suinocultura e a pecuária leiteira.

A mão-de-obra utilizada no período da colheita é a familiar, intercalada com a parceria e com diaristas vindos de outras cidades vizinhas, como Aimorés, São Mateus, Barra de São Francisco e Itarana. O calendário de plantio e colheita da olericultura e da horticultura é bastante variado, registrando colheita e plantio várias vezes durante o ano.

Outras culturas temporárias, como milho, feijão e mandioca, são também desenvolvidas em todo o município, mas consideradas secundárias, em termos de geração de renda para o produtor. O cultivo do alho, que durante anos foi intensificado, tem deixado de ser uma opção, em virtude da concorrência com o produto importado. A comercialização das olericulturas e do alho é feita, principalmente, na região da Grande Vitória e esses produtos são distribuídos pelo comércio do Ceasa para os estados do Rio de Janeiro e da Bahia.

A avicultura é outra fonte de renda municipal, onde as granjas de posturas (produção de ovos e não de frango para o abate) têm o maior destaque. A mão-de-obra absorvida é local e de pomeranos advindos da "terra

quente" (região norte do estado). A comercialização dos ovos é feita por meio da Cooperativa Avícola de Santa Maria e abastece parte do mercado da Grande Vitória, e o excedente é remetido para o sul da Bahia e o norte do Rio de Janeiro.

A organização familiar das tarefas e dos papéis e o grau de segregação sexual dos espaços devem ser postos em relação às formas de sociabilidade aldeã. Daremos maior ênfase, aqui, às tarefas femininas a fim de esclarecer, no decorrer do texto, pontos fundamentais das histórias infantis.

Na esfera das instituições políticas e econômicas, o lugar diferenciado dos homens e das mulheres entre os pomeranos é bastante claro.

Os homens tratam da lavoura e de todas as etapas de produção. A aplicação de agrotóxico na plantação, a secagem do café para a venda, a arrumação dos produtos no caminhão e a comercialização nos mercados nacionais são tarefas exclusivamente masculinas. Seus espaços de sociabilidade estão relacionados à lavoura, ao comércio (mercado nacional) e à circulação entre os espaços da pequena (saber aldeão) e da grande tradição (cultura urbana).

As mulheres cuidam dos serviços da casa, como preparar todas as refeições da família, limpar e conservar a casa, tomar conta das crianças e cuidar dos animais, em especial das vacas e das galinhas. A avicultura em pequena escala é uma atividade essencialmente feminina e uma das atividades mais comercializáveis da região.

A mulher ainda é responsável pelo preparo de doces, geléias, bolos, pães, enfim, todas as receitas herdadas de sua mãe. Esses produtos são vendidos nas feiras locais. Elas também costuram para fora, vendendo nas lojas de artesanato da região, nas feiras locais e nas festividades comunais. Esse trabalho produz a renda complementar que ajuda nas despesas de vestimenta e nas urgências médicas que podem ocorrer com algum membro da família.

Além da venda de produtos caseiros, as mulheres trabalham nos casamentos da região confeccionando a decoração da Igreja, cozinhando e arrumando todo o espaço destinado aos festejos.

O trabalho na festa de casamento produz uma renda complementar e aumenta o prestígio como cozinheira na comunidade, pois trata-se do rito de passagem mais importante que simboliza paradoxalmente o cerne da identidade étnica e social, a reprodução social dos camponeses de origem pomerana. O conhecimento das tradições da boa culinária pomerana confere *status* a essas mulheres.

Como já vimos, o domínio reservado às mulheres não se inscreve unicamente sob o teto da casa; elas trabalham também na lavoura nas etapas de semeio, plantio de aipim e produzem renda complementar com outras atividades.

Nas comunidades pomeranas, as mulheres são bilíngües e os homens trilíngües. Em decorrência da diferenciação de tarefas na organização social, as mulheres ocupam a casa e a igreja, espaços de sociabilidade que permitem a reprodução, respectivamente, das línguas pomerana e alemã. Sua freqüência nesses espaços, somada a seu papel como educadora dos valores camponeses e germânicos (*Muttersprache*), a torna transmissora da tradição.

A circularidade dos homens nos mercados locais e nacionais, além dos espaços tradicionais situados entre a propriedade, a família e a igreja, permite que dominem melhor o idioma português além dos outros já conhecidos em seu processo de socialização na comunidade camponesa de origem alemã.

Já a sociabilidade feminina está ligada ao trabalho, à casa, ao mercado local e ao espaço sagrado: a Igreja. A ida ao mercado local propicia uma abertura para um mundo além do universo comunitário, mas o desenvolvimento das atividades econômicas ligadas às heranças familiares faz da mulher a depositária social da tradição camponesa e pomerana.

Neste sentido, pensando a oposição sobre os dois tipos de sociabilidade que constituem parte do mundo camponês explicitada por Segalen (1980, p.154), observa-se que o homem circula nos limites entre dois mundos.

Ir ao mercado representaria o acesso à cultura escrita, ao mercado global e à segregação masculina, opondo-se ao isolamento camponês, à unidade familiar, à cultura oral e à ordem moral. Há diferenças no contato feito por homens e mulheres com os espaços mais próximos de uma cultura urbana: aqueles circulam entre ambos os mundos, estas se circunscrevem à esfera mais próxima da tradição, da manutenção da germanidade.

Mesmo havendo diferenciações entre homens e mulheres no contato distinto com os universos da cultura urbana e da campesina, percebem-se nuanças e ambigüidades na construção dos espaços de sociabilidade, as quais revelam a disputa entre ambos pela manutenção da autoridade paterna sobre a extensão da colônia.

Porém, a presença feminina é mais marcante na esfera mágica e da narrativa fantástica, bem como na execução das orações, dos ritos de passagem, na narração das histórias infantis, nas imagens evocadas de fertilidade e boa sorte, enfim, em todas as representações fundamentais na elaboração do *éthos* camponês e da identidade étnica dos pomeranos. As mulheres realizam a maior parte dos ritos que asseguram a fartura e a prosperidade da casa, pois se é por intermédio delas que a fecundidade chega à casa, elas se tornam, então, as responsáveis pela fecundidade no mundo agrário. Mesmo voltada para o mundo de dentro da casa, a mulher age no mundo exterior, assegurando mediante um saber mágico a plenitude da relação indissociável entre colônia (terra) e família, ameaçando com seu conhecimento do sagrado o controle exercido pela autoridade do pai.

RITOS DE PASSAGEM: A MAGIA DA VIDA E DA MORTE

O crescimento e o desenvolvimento físico do indivíduo está inserido no sistema social pela educação na cultura de sua sociedade e na sucessão de gerações, mediante a incorporação na estrutura social. Os eventos, o corpo de conhecimento, os valores, as crenças, leis e moral incorporadas nos costumes, instituições sociais e rituais que envolvem a continuidade e a manutenção dessa dinâmica são entendidos como parte formadora do processo de reprodução social.

O processo de reprodução social inclui todos esses mecanismos institucionais, normas e atividades cotidianas que servem para manter e transmitir o capital humano e social das gerações formadoras do grupo doméstico, cujo ciclo de desenvolvimento tem três fases principais: a de expansão – que vai do casamento até a reprodução; a de dispersão ou fissura – que começa com o casamento de todos os filhos; e de transformação – que compreende a morte dos pais e a renovação da estrutura social da família.

Nesse sentido, os ritos de passagem – nascimento, casamento e morte – são os momentos críticos no ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, pois determinam sua tarefa de reprodução e renovação.

Entre os pomeranos, assim, palavras mágicas, superstições, fórmulas de benzeção, ditos e provérbios de casamento e morte, crenças em dias aziagos, assombrações, acusações de bruxarias e marcas referenciais das mudanças no tempo e no espaço social são pronunciados nos vocabulários complexos das línguas pomerana e alemã.

A relação entre fecundidade e morte animal, humana e agrária está presente no imaginário pomerano. Os atos de benzer a terra, o pasto, os animais e as crianças garantem a reprodução e a fertilidade de todos os elementos que compõem a colônia. É por ações mágicas para o cuidado com os mortos, para a obtenção de um bom casamento, da fecundidade do casal e da terra e de seus animais que percebemos ações que exprimem um modo de vida camponês. E, nesse caso, as mulheres são as mandatárias da comunidade que se valem do texto ritual, reatualizando o conhecimento da tradição trasmitida por várias gerações e dando forma aos mistérios em torno do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, da terra e dos animais.

A constituição da unidade doméstica entre os camponeses de origem pomerana, sua organização e a divisão de tarefas por idade e sexo é configurada por um patrimônio mágico comum a todos os membros do grupo, dos quais o desenvolvimento e a conseqüente morte são marcados por vários ritos de passagem, precedidos de vários atos mágicos.

Assim, os atos mágicos que compõem os ritos de passagem são elementos de comunicação social, pois colocam em circulação as categorias do

pensamento coletivo. As representações mágicas veiculam noções hierarquizadas, construtoras de uma totalidade que torna inteligível para os pomeranos suas próprias relações sociais, isto é, definem o que são, evidenciam seus conflitos e ambigüidades e de que forma vêem o mundo.

A compreensão dos elementos mágicos dos ritos de passagem e as acusações de bruxaria presentes no cotidiano dos pomeranos possibilitam interpretá-los como parte de um sistema simbólico cujas representações revelam dados sobre a sociedade que as produz. A análise da constância da magia na vida desses camponeses permite o entendimento de seu uso como um elemento importante na elaboração da identidade pomerana.

A magia é uma linguagem usada pelos pomeranos de modo próprio, falada e escrita de forma peculiar e em línguas especiais, sagradas. Ela delimita tempos e espaços sociais compreendidos em gestos, objetos, calendários, ocupação da igreja e da casa camponesa e, por extensão, em todos os laços sustentadores da unidade doméstica, ou seja, da *Land*, e nesse sentido, a reinvenção dos elementos de uma cultura campesina está refletida na linguagem mágica, sendo estes, portanto, recriados nos ritos de passagem e nas acusações de bruxaria.

Valores mantenedores do *éthos* camponês – autoridade do pai e do pastor, sentimento de honra, penosidade do trabalho no campo, ênfase no mutirão, *éthos* do trabalho, dificuldades na manutenção e reprodução da *Land* – são interpretados nas metáforas citadas nas cartas sagradas (presentes em todas as casas pomeranas), nas fórmulas mágicas e nas expressões orais, como canções, histórias e jogos infantis, orações, provérbios, falas jocosas e piadas.

No cotidiano dos pomeranos não se destaca apenas a importância do discurso mágico para a percepção de um estilo de vida camponês, mas este se inter-relaciona com a emergência da identidade étnica, uma vez que são acionados símbolos emblemáticos expressos na religião luterana e no uso dos idiomas alemão e pomerano.

As identidades étnica e camponesa são acionadas de forma indissociável no cotidiano do trabalho, do comércio e dos ritos de passagem que marcam as etapas de desenvolvimento do grupo doméstico e da reprodução da *Land*. As identidades étnica e religiosa são mutuamente consolidadas, fundidas e interdependentes, e o papel da religião é mais uma dimensão da cultura do grupo.

A religiosidade luterana evoca tanto uma identidade étnica relacionada à constituição histórica de um sentimento nacional quanto elementos culturais próprios de uma sociedade camponesa.

No primeiro caso, essa religiosidade está ligada à história da imigração pomerana e da formação das colônias no estado do Espírito Santo e ao relacionamento da comunidade com a Igreja Evangélica de Confissão

Luterana no Brasil e com o pastor. Ela se expressa pelo uso de símbolos diacríticos do nacionalismo alemão, entre eles a honra étnica, o *éthos* do trabalho e a língua alemã, considerada sagrada. O próprio atributo de sagrado é um elemento diferenciador utilizado pelo grupo para distinguir seus membros dos outros grupos étnicos. "Somos luteranos, logo, somos alemães."

No segundo caso, temos o modo com que os pomeranos interpretam os símbolos religiosos de uma igreja nacional e letrada, somando-os à lógica do modo de vida camponês. Citações bíblicas, frases e idéias de Martinho Lutero, cultos na Igreja Luterana e hinários convivem com fórmulas de benzeção, bruxaria e práticas mágicas, sendo reinterpretados à luz das etapas de desenvolvimento do grupo doméstico e das estratégias de manutenção da *Land*, expressas nos ritos de passagem.

Lembramos que a proibição e o controle da magia exercidos pela autoridade pastoral não impedem a continuidade de tais práticas pelas várias gerações de pomeranos, o que, conseqüentemente, leva a vários conflitos na colônia. Se, por um lado, a forte presença do pastor como porta-voz da palavra sagrada e sua intervenção como mediador étnico no cotidiano da comunidade perante a sociedade nacional confere maior eficácia simbólica às noções de honra, autoridade e ordem no mundo camponês, por outro, o peso de sua autoridade institucional e da racionalidade da religiosidade luterana cerceia a leitura metafórica e complexa que os pomeranos fazem de sua própria sociedade.

Cabe ressaltar que as benzedeiras são representantes oriundas do próprio grupo étnico que circulam entre dois mundos: o do conhecimento da palavra bíblica proferida pelo pastor nos cultos e o do saber mágico e tradicional veiculado pelas mulheres da comunidade.

O pastor e as mulheres – neste caso as benzedeiras – são depositários da crença coletiva. Ambos os mediadores, religiosos e étnicos, são importantes, uma vez que atualizam as questões essenciais da moral camponesa e mantêm vivo um campo discursivo ao reproduzirem as histórias e os símbolos diacríticos na língua alemã e pomerana. Ao sacralizarem ambas as línguas, esses mediadores criam uma marca diferenciadora na relação de auto-identificação étnica construída entre os pomeranos e os outros grupos.

> A reprodução das práticas mágicas pelos mágicos é uma forma de educação sentimental e de socialização dos membros de uma coletividade às suas regras, ao modo de viver e interpretar o mundo, sendo, portanto, um exercício intelectual. Nesse sentido, benzedeiras e pastores não sacralizam apenas imagens étnicas, mas consolidam formas de conhecimento e representações sociais boas "para se pensar a ordem camponesa".

TEMPOS ATUAIS: AS DIFICULDADES DA REPRODUÇÃO SOCIAL DOS POMERANOS

Conforme vimos, nascer, casar e morrer são atos que fazem parte da vida, mas que, para os pomeranos, marcam o tempo de definição da herança, isto é, de quem vai herdar a terra e os limites reais de reprodução de sua condição camponesa. É nesses momentos que refletem sobre a forma como dividirão suas terras.

A divisão da herança e do patrimônio dos pomeranos são decisões tomadas pela autoridade paterna, que delega todos os recursos da unidade de produção e consumo ao primogênito do sexo masculino. Este é o herdeiro da colônia, dos animais e da esfera da produtividade. Os outros filhos não herdam terra, mas estudo, ou o chamado "dote", que pode ser oferecido na forma de objetos para a nova casa, produtos agrícolas de valor no mercado ou ajuda financeira para iniciarem sua vida. Os herdeiros obedecem à regra de residência agnática, isto é, na casa paterna. Os não-herdeiros obedecem à lógica da neolocalidade, ou seja, adquirem um novo terreno onde vão morar.

Os modos de transmissão do patrimônio fundiário entre os pomeranos têm regras próprias, que nem sempre concordam com o Código Civil, pois este admite a divisão da terra em parcelas iguais para todos os filhos do casal. As práticas de herança têm como objetivo evitar a excessiva fragmentação das pequenas propriedades, fato que ameaça a reprodução desse campesinato.

O povoamento no estado do Espírito Santo obedeceu ao padrão geral da colonização européia no sul do País. Observando as características geográficas da região (vales estreitos, terrenos acidentados e cercado de pequenas serras), vemos que os lotes coloniais (de 25 hectares cada um) foram demarcados com formato alongado, a partir de picadas traçadas perto dos principais cursos d'água. O tamanho da propriedade (25 a 30 hectares) foi delimitado pela política de colonização pelo governo da província. Cada família de imigrantes recebia um lote financiado pelo governo pela administração da Colônia.

Vale registrar a importância da designação popular para terra fria e terra quente, que dizem respeito às regiões do estado com diferenças climáticas e de altitude, para avaliarmos as condições ambientais em que os pomeranos desenvolvem suas atividades agrícolas. As terras quentes – situadas no norte do estado – são as que possuem altitude de até 300 metros, caracterizadas pela média elevada das temperaturas, mas pelo regime de precipitações semelhante ao sudeste da Bahia do litoral até o Alto rio Doce. A região quente é banhada pelos rios Guandu e Santa Joana e compreende o norte do estado do Espírito Santo. A região fria é identificada pelos pomeranos pela palavra *Kulaland*. A *Kulaland* compreende os municípios de

Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá e Domingos Martins, com variações de altitude entre 300 e 1.200 metros, e chega, nos meses mais frios, a registrar 3 °C. A temperatura média situa-se em torno de 22 °C e a maior ocorrência de chuvas registra-se no período de novembro a março.

Mesmo depois de alguns anos de trabalho, com a renda obtida pelo comércio de produtos coloniais, poucos colonos conseguiram acumular o suficiente para a obtenção de mais terras. Muitos dos terrenos possuíam uma pequena área fértil para o plantio, a qual era, muitas vezes, pequena em relação à área total da propriedade. As dificuldades de adaptação das técnicas agrícolas oriundas do contexto europeu ao novo ambiente levaram os colonos a desenvolverem técnicas de rápido esgotamento do solo, como a derrubada e a queimada (coivara). O tamanho dos lotes e a má qualidade dos terrenos levavam à busca de atividades complementares de renda fora da atividade agrícola ou de novas fronteiras agrícolas.

A escassez de terras se fez sentir já na primeira geração, que compreende o período de 1847 a 1900, pois novas fronteiras foram abertas, resultando nas seguintes localidades: na direção da Colônia de Santa Isabel e Domingos Martins ao longo do rio Jucu temos Califórnia, Rio Ponte, Tijuco Preto, Alto Jucu, Melgaço e Rio Lamego; a partir de Cachoeiro e Santa Leopoldina temos Rio Santa Maria de Vitória e Caramuru; a partir de Luxemburgo temos Jequitibá, Califórnia e Recreio; a partir da Colônia de Santa Maria temos Rio Possmoser, Garrafão, Alto Santa Maria e Rio Lamego.

Na segunda geração, que compreende o período de 1900 a 1935, temos Santa Joana, Alto Limoeiro, Palmeira, Serra Pelada, Criciúma, Laranja da Terra, Santo Antônio, Mutum e Jacutinga. A partir daí ocorreu o deslocamento para a região norte do estado, considerada "terra quente". Atualmente, os pomeranos dessa região, menos produtiva, retornam a Santa Maria de Jetibá para trabalhar como meeiros, ou nos períodos de colheita de café.

Temos, na terceira geração, período de 1935 a 1970, a criação de São Bento (Pancas), São Gabriel, Córrego Bley, Barra de São Francisco, Vargem Alegre, Córrego Grande, Vila Pavão e Colatina.

A quarta geração registra a saída dos pomeranos para a criação de colônias em outros estados, como Rondônia (Espigão do Oeste), Mato Grosso, Pará, Goiás e Paraná, a partir da década de 1970 até os dias atuais. Muitas famílias que se dirigiram para essas regiões já retornaram a Santa Maria em busca de áreas de ocupação no meio urbano mais próximo com o auxílio da rede familiar que ali permaneceu. Os que ficaram em Rondônia encontram dificuldades na reprodução da condição camponesa, pois, diante da escassez de terras, não conseguem propriedade para todos os filhos.

Atualmente, a possibilidade de obtenção de um padrão econômico mínimo para os pomeranos é extremamente penosa, insuficiente e difícil em uma propriedade de 25 hectares situada em área de floresta subtropical.

Conforme relatou Roche (1968), as gerações de pomeranos posteriores ao período de colonização avançaram em novas zonas pioneiras a fim de obterem mais terras para plantio. A saída dos filhos dos colonos a partir da segunda geração é decorrente da escassez de terra e de recursos para compra.

Roche mostra a importância do núcleo familiar na reordenação das redes de parentesco nos momentos de mudança, como ocorreu nas várias migrações por conta da busca de novas frentes pioneiras.

Novas frentes pioneiras, novas "Canaãs", expressam a luta para se manter o que faz desses grupos de imigrantes pomeranos: a terra. É nos momentos de crise que estes mais expressam a dor de perder o pouco que possuem, que se fragmentam, se dividem, pois na ordem camponesa é preciso que alguns saiam para que outros continuem camponeses. A família que se divide é a mesma que reúne os valores de trabalho penoso, honra, autoridade paterna, tradição oral e magia mantida nos ritos de passagem, pois estes seguem com seus pertences. Ganham o mundo de Deus e do Diabo para obterem a terra, não aquela que serve só para plantarem verduras, mas a terra que serve para reproduzirem os próprios homens. Ganhar o mundo é fazer do universo o quintal de sua casa. Sina dos imigrantes e dos camponeses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA, Joana D´Arc do Valle. *"O tiro da bruxa"*. Identidade, magia e religião entre camponeses pomeranos do Estado do Espírito Santo. 2000. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro.

BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Minuit, 1980.

CENSO SOCIOEDUCACIONAL realizado pela Prefeitura de Santa Maria de Jetibá. Município de Santa Maria de Jetibá, ES, 1994.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa.* Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DER HEIMATBOTE. Publicação da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, 1967 e 1969.

DREHER, Martin Norberto. *Igreja e germanidade.* Estudo crítico da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. São Leopoldo: Sinodal; Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo.* Ensaio sobre as noções de poluição e tabu. Lisboa: Edições 70, 1976.

DROOGERS, André. *Religiosidade popular luterana*. São Leopoldo: Sinodal, 1984.

FORTES, Meyer. Introduction. GOODY, Jack. *The developmental cycle in domestic groups.* Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

FOUQUET, Carlos. *O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil. 1808-1824-1974*. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1974.

GALENSKI, B. *Basic Concepts of Rural Sociology*. Manchester: Manchester University Press, 1972.

GENNEP, Arnold Van. *Os ritos de passagem*: estudo sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, ordenação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações, etc. Petrópolis: Vozes, 1977 [1909].

GRANZOW, Klaus. *Pomeranos unter dem Kreuz des Süden*. Horst Erdmann Verlag: Tubingen und Basel, 1975.

KRAYER, E. Hoffmann; STÄUBLI, H.; BÄCHTOLD. *Handwörterbuch des Aberglaubens*. Berlim und Leipzig: Walter de Gruyter, CO, 1930/1931.

LUTHERISCHE KIRCHE IN BRASILIEN. Festschrift zum 50-jährigen Bestehen der lutherischen Synode am 9. Oktober 1955. Rio Grande do Sul: Rottermund: Co, 1955.

LUTERO, Martim. *Obras selecionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1992. Debates e controvérsias, I, p.422-32.

MAUSS, Marcel; HUBERT, H. Esboço de uma teoria geral da magia. *Sociologia e Antropologia*, São Paulo, Edusp, v.1, 1974.

OBELKEVICH, James. Provérbios e história social. BURKE, Peter; PORTER, Roy. *História social da linguagem*. São Paulo: Unesp/Cambridge, 1997.

REDFIELD, Robert. *The Little Community and Peasant Society and Culture*. Chicago: The University of Chicago Press, 1965.

______. *The Primitive World and its Transformation*. Middlesen: Penguin Books, 1969.

RELATÓRIO apresentado pelo núcleo avançado sobre espiritualidade no meio rural à Escola Superior de Teologia da IECLB em junho de 1991.

ROCHA, Gilda. *Imigração estrangeira no Espírito Santo, 1847-1896*. 1984. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Espírito Santo*. São Paulo: Difel/USP, 1968.

ROMERO, Sílvio. O alemanismo no sul do Brasil. In: ______. *Provocações e debates (Contribuições para o estudo do Brasil Social)*. Porto: Chardron, 1910 [1906].

SCHMITT, Jean-Claude. *Historia de la superstición*. Barcelona: Critica, 1992.

SEYFERTH, Giralda. Herança e estrutura familiar camponesa. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1985.

______. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. ______. *Os alemães no sul do Brasil*: cultura, etnicidade e história. Canoas: Ulbra, 1994.

______. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização.______. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.

SHANIN, Teodor. *Campesinos y sociedades campesinas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979 [1971].

TRESSMANN, Ismael. Bilingüismo no Brasil: o caso da comunidade pomerana de Laranja da Terra. *Revista da Associação de Estudos da Linguagem do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

TURNER, Victor. *O processo ritual*: estrutura e antiestrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.

WAGEMANN, Ernst. *A colonização alemã no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1949 [1915].

WEBER, Gerlinde Merklein. A escolarização entre descendentes pomeranos em Domingos Martins. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

WEBER, Max. A situação dos trabalhadores rurais da Alemanha nas províncias do Além-Elba. ______. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981 [1892].

______. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1987.

WERNICKE, Hugo. *Deutsch-evangelisches Volkstum in Espírito Santo*. Postdam: Stiftungsverlag, 1910.

WILBERT Anildo. *Cadernos do povo*. Material para ensino confirmatório. Primeiro Ano, Primeira parte. Ed. pro., 1977.

WILLEMS, Emilio. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra.* A lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora UnB, 1997.

5
No tempo das máquinas: expansionismo agropecuário e imagens do terror entre os missioneiros

Flávio Leonel Abreu da Silveira

A conformação das paisagens missioneiras[1]

O núcleo urbano da cidade de São Miguel das Missões foi construído sobre o local onde um dia localizou-se o *Pueblo de San Miguel Arcanjo*, um dos *Siete Pueblos de las Misiones* que existiu na região entre os séculos XVII e XVIII, quando a porção austral americana foi palco de uma experiência colonizadora singular, denominada missões ou reduções jesuítico-guarani.

Tratava-se de um processo de ocupação do espaço vinculado ao expansionismo espanhol próximo ao rio da Prata, que visava à catequização dos índios guarani pelos padres da Companhia de Jesus, mediante a posse de um vasto território – a *Província del Paraguay* –, cujos desdobramentos implicaram a transformação das paisagens do noroeste do Rio Grande do Sul, imprimindo as mesmas feições barrocas em um processo civilizador.

A experiência barroca dos Sete Povos, como uma empresa cristã, buscava "auto-suficiência econômica e autonomia administrativa" (Flores, 1986, p.18), como forma de produzir excedentes e assegurar a "conquista espiritual" (Montoya, 1997), na perspectiva jesuítica de evangelização do "gentio". Emergiu como braço do "sistema colonial espanhol" atrelado ao poder do rei e ao expansionismo mercantilista nas paisagens austrais, en-

[1] O texto em questão é parte de minha tese de doutorado em Antropologia Social e resulta da experiência etnográfica com as comunidades missioneiras do noroeste do estado do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2001 e 2002. A pesquisa foi realizada em sua maior parte no município de São Miguel das Missões.

gendrando transformações no espaço geográfico e nas formas culturais autóctones. Além disso, significou a inserção do trabalho como valor moral e o excedente de produção, como meta de conforto material em núcleos nas fronteiras espanholas.[2] As sete cidades configuraram uma "paisagem imposta pelos detentores de poder" (Zukim, 2000, p.106) na porção meridional do *Mundus Novus*.

O jesuíta Balduíno Rambo que percorreu a região na década de 1930, estava atento à humanização das paisagens missioneiras, bem como à ação transformadora da fisionomia regional[3] desde a experiência jesuítico-guarani até a chegada dos imigrantes europeus. Suas análises sobre a ocupação dos espaços nas diversas porções do estado têm um tom crítico por vezes, mas, ao mesmo tempo, é simpático e parcimonioso com o "homem da Tradição", parecendo ver em sua interação com os ecossistemas um gênio, bem ali onde os vínculos existentes entre os grupos humanos e seus ambientes configuram uma complexa relação entre *oykos* (o conhecimento e a economia da casa) e *anthropos*.

Nesse sentido, as paisagens missioneiras, em sua visão, revelam a experiência integradora do humano com o que seria uma biogeografia austral. A fisionomia de uma paisagem refletiria formas de relação com o mundo físico, mediante a modelagem exercida na ação humana sobre um conjunto de elementos que conformam os ambientes nativos, de maneira que os transforme mediante ações técnico-culturais autóctones associadas àquelas dos imigrantes europeus.

A narrativa do jesuíta sobre as paisagens remete às imagens bachelardianas, quando este faz referência à intencionalidade humana no trato da matéria e seus devaneios da vontade, implicados em uma dinâmica da "imaginação material", em que "a matéria é um centro dos sonhos" (Bachelard, 1991, p.55), visto que "é o ser humano que desperta a matéria, é o contato da mão maravilhosa, o contato dotado de todos os sonhos do tato imaginante que dá vida às qualidades que estão adormecidas nas coisas". Nesse caso, a paisagem não seria um estado da alma, mas "um caráter",[4]

---

[2] Os "castelhanos utilizaram-se dos guaranis e sem o auxílio deles ..., não teriam subsistido política e economicamente na Província do Paraguai e do Prata. As missões forneciam pano, algodão, tabaco, erva-mate, cavalo e gado aos espanhóis, constituindo uma antimuralha que protegia as colônias espanholas do avanço português" (Cabral apud Flores, 1986, p.19).

[3] Conforme Telmo Frantz: "Até inícios deste século [XX] a atividade agropastoril do Rio Grande do Sul se baseava sobre dois sistemas culturais bastante distintos: a policultura familiar colonial e a pecuária extensiva, tendo cada qual gerado uma estrutura socioeconômica peculiar. Elas não eram, entretanto, alheias e totalmente separadas uma da outra" (FRANTZ, 1979, p.1).

[4] Roger Bastide fala nos imigrantes, quando estes "conhecerão outras estrelas e outros costumes, construirão outras casas, criarão outra paisagem e enterrarão seus mortos noutros cemitérios" (BASTIDE, 1971, p.184).

pois "só a compreendemos dinamicamente se a vontade participa da sua construção, com a alegria de assegurar-lhe as bases, de medir-lhe as resistências e as forças" (Bachelard, 1991, p.58).

AS PAISAGENS DE TRABALHO E O CONTEXTO PLURIÉTNICO MISSIONEIRO

A chegada dos imigrantes europeus (alemães, italianos, poloneses etc.) nas Missões[5] parece ter sido um marco de contato e fricção entre etnias, implicando uma dinâmica de transformação dos territórios de pertencimento das comunidades autóctones missioneiras.

Entre as pessoas que conhecemos em Caibaté, está seu Dilo Welter (82 anos de idade) – calvo e muito magro, usava óculos de aros pretos –, morador há 75 anos na cidade. A sala de sua casa lembra uma capela, pois, na parede, há uma imagem de bom tamanho do Cristo crucificado. Os móveis são simples e austeros, distribuídos esparsamente. Algumas folhagens discretas restam penduradas. As paredes apresentam-se muito limpas e claras. Na espacialidade da sala reina uma aura de ambiência sagrada e um excesso de luz. Logo depois ele diria que "os de orige era muito católico!".

Seu Dilo afirmou, esboçando um misto de orgulho e amargura, que "não tem nenhuma pessoa de orige que mora a mais tempo em Caibaté do que eu!... Hoje eu sô pioneiro!". Ele fala de um "antes-tempo" para referir-se ao passado, mas também, "no primero tempo" quando chegou ao lugar e "era puro mato... aqui, pra cá, pra Guarani [cidade vizinha de Guarani das Missões, com predominância de poloneses] era puro mato, na costa do Ijuí!". Além disso, "começava campo e ia até São Borja, bem dizê!".

Pela fala de seu Dilo pudemos imaginar as extensas paisagens de campo que se perdiam no horizonte, recortados por capões ou mesmo de extensas florestas que costeavam os cursos d'água daquela região. Tratava-se do sertão gaúcho localizado na porção missioneira do estado, que "no início tinha tigre, leão".

"Naquele tempo não tinha nada, tinha pocas casas", cerca de dez ou doze no máximo, onde "só existia casa de capim... não tinha cidade aqui, só lá embaxo", mas "desde que emancipô mudô muito!", argumenta seu Dilo. Os imigrantes teuto-brasileiros chegaram à região tendo de conviver com paisagens selváticas, com as comunidades caboclas e os índios vagos que perambulavam pela zona missioneira.

[5] De acordo com Regina Weber: "A 'Colônia Ijuhy' foi fundada pelo governo estadual, em 1890, no noroeste do Rio Grande do Sul, e passou a ser ocupada por imigrantes de várias procedências e também por descendentes de imigrantes oriundos das 'colônias velhas'" (WEBER, 2002, p.11).

A entrada dos "de orige", como são chamados os descendentes de europeus nas Missões,[6] foi "marcando colonhia" – "tinha os agrimensor" –, ou ainda, "cortando a colonhia e vendendo". "Colonizando, porque nós entremo aqui depois com a colonização." Seu Dilo refere-se, portanto, a uma frente de expansão colonizadora que se instalou no local e redefiniria a fisionomia das paisagens missioneiras naquelas paragens. Sendo assim, o colono chega como "proprietário", ao passo que o caboclo torna-se o "excluído", figurando como agregado ou peão nas fazendas da região.

"As colonhia têm 25 hectaria", explicou seu Dilo, nas quais "plantava, e tudo a muque, feijão preto e milho." Quanto ao trigo, cultivava-se o vegetal "em quadrinho pra colhê pra farinha". Os colonos criavam muitos porcos naquela época.

Havia "famílias importantes" morando na região das quais cita alguns sobrenomes, todos de origem portuguesa. Eram sesmeiros. Segundo ele, "isso era de poucas famílias... isso eram dono de quase tudo!". Inclusive, como "era terra de ninguém isso aí", elas tinham "se adonado" de grandes extensões de terras. Os imigrantes teuto-brasileiros vêm introduzir o minifúndio em meio ao reino das fazendas luso-brasileiras e dos latifúndios em terras missioneiras.

Os colonizadores labutam nas minúsculas "colonhas" e dinamizam a economia local, surgindo um pequeno comércio que prospera. Seu Dilo colocou uma "casa de comércio", por isso afirmou: "me criei dentro do comércio". Ele iniciou um negócio fazendo fretes de mantimentos para outras localidades, daí que "os primeiros frete que eu fiz era de feijão e banha", transportados em "duas carroça grande com seis burro".

Uma de suas atividades de trabalho consistia em "derreter banha" visando a suprir a demanda do produto pelas comunidades missioneiras. Para realizar a distribuição deste utilizava uma carroça levando a banha para Santiago do Boqueirão e São Francisco de Assis.

Além do comércio os teuto-brasileiros dinamizaram a economia local introduzindo ofícios novos na região, como o de sapateiro, que "naquele tempo tinha três". Conta ainda que "tinha dois curtume, os primeiros moradores e duas serrarias". Seu pai, por sua vez, "tinha alambique de cachaça" onde "os peões ero tudo brasilero".

"Sabe que naquele tempo o povo não andava apertado!", reflete seu Dilo, deixando claro que se tratava de um tempo de fartura, pois, de acordo com o idoso, "não tinha banco", por isso os colonos guardavam "o dinheiro debaxo do colchão", portanto, "a gente tinha dinheiro em casa, não tinha banco".

[6] Sobre as relações interétnicas no planalto e a dicotomia entre "brasileiros" e "de origem", ver Regina Weber (2002).

A economia, por não estar pautada no lucro fácil e dada a ausência da burocracia bancária, resguardava um clima solidário na concessão de crédito e pagamento dos débitos entre os colonos. Ou seja, nas palavras de seu Dilo "a gente vendia fiado de ano a ano, não tinha inflação nenhuma". Sendo assim, os pagamentos se efetuavam "depois da colheita": "eu tinha uns quantos colono assim". A vida pacata dos colonos, no entanto, conhecia a turbulência das revoltas que, de tempos em tempos, colocava-os em contato com os piquetes de salteadores que atravessavam a região missioneira em seu nomadismo belicoso, sendo que aquelas paisagens culturais não foram exceção, como lembrou seu Dilo.

Seu Neto, no interior de São Miguel, demonstra em sua fala que o fluxo de descendentes de europeus atravessa a segunda metade do século XX na região, pois, segundo ele, "foi em 52 que veio esses italiano aí", que receberam colônias de 25 hectares na região do Campestre. Seu Emílio enumerou várias famílias "de orige" italiana que moravam nessa localidade, bem como "no Mato Grande", local onde "não foi o pessoal dali que devastô, foi gente de fora que o governo incentivô", pois "produziro muito fumo" – cultura que necessita de grande quantidade de madeiras para abastecer os fornos de secagem da planta –, naquela porção do município.

Na conversa entre seu Eduardo e seu Emílio ficaria evidente que "os primero que botaro colônia foro bem", citando uma família "de orige" que cultivou terras de campo sujo (capoeiras) e matos, ricas em matéria orgânica: "limparo o campo de espinilhal... limparo aquele campo, nos primero cinco anos se dero bem!".

Atualmente, boa parte do comércio em "terras miguelinas" está nas mãos de famílias de origem italiana que tiveram ascensão social, pois associaram as lidas campeiras (trabalho na agricultura e na pecuária) aos empreendimentos no setor terciário. Algumas dessas famílias são proprietárias de ferragens, supermercados e até mesmo de hotéis.

João do Mato – "como me chamavo lá na roça" –, sobrinho de seu Dorcino, comentou que trabalhava derrubando matas para "os alemão" e para "os gringo". O tio, durante a conversa, estabeleceu as diferenciações nas metragens da terra, pensando nos matos que foram derrubados. "Antes-tempo", as medidas eram de "uma quarta de mato", o que equivaleria a 25 x 50 metros, ou ainda, 55 metros equivalem a 25 braças, "pra vê como agora é deferente, agora é por hectária, o sistema nova", argumentou seu Dorcino.

Seu Juca Tigre, ao conversar sobre as matas que existiam na região, disse-nos que, quando era jovem, derrubavam aquelas com "madera boa" – de lei –, "pros alemão", mas não aproveitavam as madeiras, pois eram queimadas para desocupar a área onde seria realizado o plantio. Reflete sobre o assunto e exclama: "que judiaria!", pois, segundo ele, "naquele tempo não pensavo!".

Ouvi de algumas pessoas que o desmatamento das florestas na região foi acelerado com a chegada dos imigrantes, em especial italianos.[7] De acordo com seu Emílio "a serra foi trazida pelo imigrante pra serrá as madera e dispois ficô pro uso dos gaúcho. Até o dia de hoje existe em alguma casa, mais desativada", como de fato me mostrou seu João Furtado, um dia em sua morada.

A serra manual foi uma das ferramentas introduzidas pelos imigrantes, o que desencadeou a aceleração da derrubada de matas subtropicais na região missioneira (pressagiando a chegada da motosserra). A entrada dessa nova tecnologia de desbaste do mato obscureceu o machado, aumentando a capacidade do trabalho nas florestas e introduzindo novas características às paisagens em decorrência da entrada de ações técnico-culturais exóticas. Porém, rapidamente foram absorvidas pelas populações locais.

Seu Pedro Barbosa trabalhou muitos anos como serrador, prática que lhe deixou seqüelas, uma vez que apresenta sérios problemas de coluna, sofrendo por isso de fortes dores nas costas. Ele comentou o fato de que "serraro a muque no estalero... Eu também serrei muito no estalero!". Segundo ele: "Eu era profissional da madera", considerando-se "o campeão do machado". Nas suas atividades afirma que "farquejei madera", ou seja, aplainou tábuas. Um dos instrumentos que utilizavam era a "cunha de ferro" que, de acordo com seu Emílio, servia para "lascá madera".

De acordo com Seu Barbosa "as tora" utilizadas no passado, ou ainda, as madeiras de lei que sofriam manejo eram: "aqui se usava canjarana, grápia, loro, ipê, cedro, timbaúva, guatambu, canela-lajeana, canela-preta, canela-do-brejo, cabriúva, maria-preta, alecrim, guajuvira, açoita-cavalo, marmelero-do-mato". Ele diria ainda: "agora não tem nada!".

Há, portanto, uma tendência de algumas pessoas – considerando-se o contexto pluriétnico missioneiro – de atribuir aos "de orige" as ações transformadoras das paisagens. Aqueles que não eram de origem – "caboclo", "brasileiro", "pêlo duro", expressões ouvidas nas Missões –, consideram o caráter empreendedor dos "de orige" na nova política agropecuária, entre os velhos latifundiários de origem lusa, os responsáveis pela extinção dos matos nas Missões. Apesar de serem grupos com inserções sociais diferentes e antagônicas, ambos foram importantes na introdução de tecnologias, tanto na agricultura extensiva – novos tipos de cultivares, mecanização do cultivo e uso de "insumos agrícolas" – quanto na pecuária com caminhões boiadeiros, novas raças de animais, implementos veterinários e zootécnicos.

[7] A distribuição de colônias exíguas na região não propiciava aos colonos outra possibilidade que a de avançar sobre as áreas florestadas. O problema estava na política de distribuição de terras implementada pelo governo do estado que, associada aos grandes latifúndios, impossibilitava um "sistema de cultivo" que não provocasse a destruição dos ecossistemas locais.

As transformações socioeconômicas sofridas nas relações de trabalho e distribuição de terras a partir da chegada de imigrantes (alemães e italianos, principalmente) tornaram heterogênea a inserção dos missioneiros no mundo da labuta, definindo novas circunstâncias e escolhas sociais, envolvendo as diferentes experiências de grupos étnicos no processo de transformação das paisagens missioneiras. Isso aponta para o fato de que a participação dos "brasileiros" no ajuste das paisagens aos devaneios da vontade e do repouso (Bachelard, 1990; 1991), dentro das inovações modernizadoras do trabalho no campo, é mais intrincada do que parece a seus olhos, fazendo-os co-partícipes da dinâmica remodeladora do meio.

As formas de lidar com o mundo natural e de relação com o espaço (bio)geográfico ou mesmo com o excedente de produção estavam integradas a um simbolismo dinâmico de imagens nativas ligadas ao orgânico, mas abertas às mudanças técnico-culturais exógenas, voltadas à agroquímica e ao maquínico.

A MODERNIZAÇÃO TRANSFORMADORA DAS PAISAGENS MISSIONEIRAS

Já na primeira metade do século XX tem início o processo de mecanização das paisagens missioneiras, marcado pelo signo do novo e expressão do moderno – como sinal de distinção –, sob a forma do automóvel. Ele modificou a relação de espaço-tempo da aristocracia latifundiária, gerando espanto e admiração nas populações rurais pela constatação da existência de um meio de transporte completamente diverso daqueles que reconheciam como tradicionais em suas comunidades, agindo sobre a visão de mundo dos pequenos agricultores missioneiros. Referências ao aparecimento do Ford 29, por exemplo, são comuns. O surgimento do automóvel nas paisagens, como abertura à Modernidade, convivia com os bandos guerreiros e as imagens da barbárie consubstanciadas na degola do inimigo.

Seu Pedro Tufão, refletindo acerca das modernizações que ocorreram na região e geraram transformações inacreditáveis nos hábitos das pessoas, mencionou o fato de que o primeiro automóvel da região foi o do "Senador Pinheiro", aquele mesmo que vagava com "a malta de salteadores", como apontou Prestes Guimarães (1987) em seus relatos. A comunidade incrédula corria para ver o acontecimento inusitado, impressionada pela constatação de que "ninguém empurrava, ninguém puxava, só roncava muito!".

As oligarquias latifundiárias tinham acesso às inovações tecnológicas introduzidas pelo capitalismo emergente. Em Santa Bárbara, na fazenda e na cidade, Vítor Dumoncel Filho tinha telefone particular, algo pouco comum na época, como apontou seu Nico. O senador Pinheiro Machado perambulava entre a caboclada e os descendentes de imigrantes com seu

Ford 29. Ambos ostentavam seus signos de poder, também pelo domínio de instrumentos modernos de comunicação e deslocamento, em um contexto político obscuro e prenhe de violência.

Durante a conversa com o casal Milton e Zeza, eles comentaram sobre a "Limosine", que era o meio de transporte coletivo na região, onde "treze, quatorze passagero enchia de vereda". Segundo eles, seu dono trazia de Santo Ângelo uma série de remédios para abastecer a farmácia que possuíam, no povoado de São Miguel.

De acordo com dona Geci, a amiga de dona Cica que apareceu para visitá-la no mesmo dia em que resolvemos fazer o mesmo: "carro quase não existia ... era a Limosine que fazia a linha pra Santo Ângelo". Dona Cica complementou: "Limosine do Ricardo" que segundo ela é "igual a da novela da Tieta".

Algum tempo depois surgiriam os ônibus da Empresa Moraes naquelas paisagens que, quando atolavam, necessitavam de uma junta de bois para puxá-los, uma vez que ainda não existiam tratores na região, lembrou seu Emílio.

As duas senhoras recordaram – em meio a risos e comentários jocosos – os tempos idos. Fiquei com a impressão de que lhes pareceram ingênuos, quiçá atrasados. Havia nostalgia nas falas e memórias de alegrias compartilhadas. Afirmaram que um dos divertimentos das mulheres era "passeá na cumadre". Para tanto, usava-se a "aranha" para ir até a residência da pessoa. Mencionariam ainda que, ocasionalmente, poderia ser utilizado o trator no deslocamento até o local.

A abertura de estradas e o asfaltamento foram – e ainda são – necessidades inquestionáveis para a melhoria de vida em terras miguelinas, como foi possível perceber no dia que fomos até à casa de seu Bilo (noventa anos de idade) e de dona Morena (74 anos de idade). Conversamos com eles no quintal da casa. Seu Bilo falou na rua, bastante larga, que abriram em frente à morada do casal, da seguinte forma: "as minhas vacas perderam um pedaço de pasto, mas a gente precisa!".

Seu Velúcio, capataz em uma fazenda no distrito do Campestre – Rincão dos Morais –, afirmou que a ponte sobre o rio Piratini, bem próxima àquele local, foi construída em 1978, mas que desde 1950 "começou a barca". "Eu ajudei a abri aquelas estrada, aquelas picadas da barca!" Ou seja, ele detém parte da memória ligada às mudanças ocorridas no lugar. E continua, dizendo que "era caminhão, era auto, carroça, carreta", atravessando aquele importante curso d'água da região missioneira, pela barca. "Quando enchia o rio era de canoa" que as pessoas o transpunham. Durante a conversa Mara recordou que certa vez um caminhão carregando touros afundou com a barca.

A entrada em cena de máquinas automotivas no trabalho agrícola e dos caminhões boiadeiros acarretou mudanças significativas nas paisagens

culturais miguelinas, diante da fragmentação dos espaços e das transformações dos lugares que determinaram a derrocada do cavalo, como meio de transporte preponderante do "antes-tempo". As esteiras foram, paulatinamente, derrubando as matas – os tratores teriam aparecido entre 1970 e 1975 na região de São Miguel –; os caminhões boiadeiros, além de inviabilizarem as tropeadas, como lembrou seu Evaristo, ex-tropeiro na região, com os automóveis, impuseram o asfalto como meta, pois, segundo seu Fenelon, "onde era o asfalto, era tudo mato, capoeira!".

A diminuição das florestas subtropicais na região missioneira, como decorrência desse intenso processo de modernização das paisagens, parece ter modificado os vínculos das pessoas com determinados lugares – paisagens fantásticas, áreas de caça e ervais nativos –, para engendrar novas formas de relação com eles, dentro de um movimento de urbanização intenso em algumas cidades (Ijuí, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, Palmeira das Missões) e insipiente em outros (São Miguel das Missões, até a década de 1990 foi um desses casos), mas dinâmico em sua ação sobre os ambientes.

Certa feita, quando passávamos pela região na qual seu Emílio crescera – no Rincão dos Ataídes –, ele exclamou, ao observar um potreiro com o olhar perdido na paisagem de campos cultivados, que "quem dá a paisage bonita é a froresta", mas afirmou com certo desapontamento que "derrubaram tudo!". Ele mesmo foi um dos que plantaram lavouras naquela região com seus familiares.

As propriedades do rincão foram paulatinamente sendo "picadas" – como a que pertencia a sua família –, à medida que eram compradas ou arrendadas dos herdeiros, por colonos "de orige" ou não. A ação transformadora envolveu o próprio trabalho assalariado – ou quase escravo, por vezes – dos caboclos da região. Aquelas paisagens falam de relações diferenciadas de poder, atreladas às modernizações decorrentes do período Vargas que se desdobram no Milagre Econômico e na política econômica expansionista da década de 1970, em direção ao sertão missioneiro da região noroeste do estado.

Tal questão revela o que Sharon Zukim (2000, p.83-4) aponta como "uma ordem espacial imposta ao ambiente – construído ou natural". Nesta perspectiva, a paisagem "dá forma material a uma assimetria entre o poder econômico e o cultural", dizendo "respeito à chancela especial de instituições dominantes na topografia natural e no terreno social, bem como a todo o conjunto do ambiente construído, gerenciado ou reformulado de algum modo", emergindo como expressão de uma "paisagem de poder", onde haveria "uma inscrição do capital nas formas espaciais".

A redefinição do espaço e o conseqüente sistema de produção introduzido na área engendraram no Rincão dos Ataídes uma paisagem monóto-

na, apesar de bela: grandes trigais verdejantes – mas ainda muito baixos –, com árvores dispersas de erva-mate despontando deles. Alguns esparsos capões de mata formam conjuntos singelos de matinhas. Árvores maiores poupadas pela motosserra persistem como velhas senhoras na paisagem.

Seu Emílio diria ainda que naquela região, há vinte anos, tudo era mato – dona Elvira comentou que ali "tudo era mato sem mexê" –, ou seja, as paisagens nativas deram lugar a extensas monoculturas de trigo,[8] soja e milho nas "terras miguelinas", há cerca de trinta anos. Segundo ele, referindo-se ao mato que ali existiu outrora, "há quarenta e cinco anos atrás quando meu pai veio pra cá era quase tudo!". Além disso, afirma que "os antigo conheceram quase todo o tipo de bicho", e continua exclamando que "o hôme é o bicho mais destruidor que existe" e "a lavora incentiva tudo", pois resta "só fogo e fumaça!". As imagens da ruína remetem ao desaparecimento de paisagens – certas rupturas com memórias de determinados lugares –, para que outras emerjam em um cenário novo, de acordo com os ímpetos humanos na transformação do meio.

A tradição do novo (Baudrillard, 1985) que a Modernidade instaura nas paisagens agrícolas missioneiras pela introdução de tecnologias voltadas para o cultivo de grãos em grande escala redefine formas de relação das comunidades com as paisagens nativas. O sertão miguelino ao longo do século XX – entre as décadas de 1940 e 70 – significou uma frente de expansão do capitalismo no setor agropecuário em terras gaúchas.

Algemiro refletiu sobre as diferenças de um tempo de trabalho pautado pelas formas tradicionais de manejo e aquele vinculado à mecanização, movida pelo petróleo. Para ele, "as máquina devastaro tudo e não truxero riqueza", pelo contrário, "naquele tempo vivia com fartura... Agora virô tudo granja,[9] granjero" e o "pobrerio" vive, "apertado".

Naquele mesmo dia em que Algemiro expôs tais questões, dona Ambrozina – irmã de seu Emílio –, moradora do Rincão dos Ataídes, comentou coisas semelhantes comigo. Mencionou a dureza do trabalho na roça antigamente e de como mudou, considerando que agora os jovens não sabem como era o esforço que realizavam, pois tudo é com "a maquinária", uma vez que "os conforto que existe agora" facilitam a labuta no campo. "Antes-tempo era tudo com foicinha", quando plantavam culturas de linhaça,

---

[8] "A história da produção do trigo no Rio Grande do Sul já é antiga", remetendo à empresa jesuítico-guarani, além de ter sido "cultivado durante mais de 60 anos pelos açorianos" (FRANTZ, 1979, p.34). A produção de trigo seria retomada pelos colonos italianos a partir de 1870 em pequena escala.

[9] Conforme Frantz (1979, p.37), teria sido na década de 1940 que as "granjas aparecem sobre as terras de campo, marcando o início de um novo tipo de relação entre agricultores e pecuaristas, entre a região colonial e a pastoril. Após séculos, é a primeira vez que se pratica a agricultura sobre terras de pecuária".

milho e soja, entre outros. Para ela, o surgimento do "maquinário" também não representou melhoria na vida das pessoas que trabalham na roça.

Tanto Algemiro quanto Ambrozina indicam que as práticas agrícolas encontravam-se fora de um modelo produtivo capitalista, uma vez que elas estavam pautadas por relações de vizinhança, compadrio e amizade, associadas ao repasse de saberes e fazeres compartilhados pelas comunidades missioneiras aos mais jovens, garantindo, assim, a manutenção de uma economia local. Ou seja, o trabalho agrícola tradicional era compartilhado pelos moradores das localidades e assegurava, mediante a experiência da labuta grupal ("puxirão" e "quarteada") e dos "briques" (sistema de trocas de bens), uma rede de solidariedade no interior dos rincões missioneiros.

No passado, de acordo com dona Cleni, "era tudo braçal" no cultivo de plantações, como as que seu marido cita: "rama (mandioca), mio (milho), mindoim (amendoim), araruta (alpiste) e linhaça". Segunda ela, trata-se do "tempo que arrancava os pé de mandioca com o surucuá,[10]" máquina na qual a pessoa "nem forceja pra arrancá" a rama. Para dona Narcisa era "sacrificioso o tempo antigo de prantação", quando era necessário "lavrá com boi, ará". Perguntada sobre as máquinas agrícolas, se mudou muito o trabalho na roça, ela responde: "Melhorô!".

José Herter, ao analisar as dificuldades da vida no campo, a partir de sua experiência, afirma que é "bem sofrido, se judia!". Relembra o tempo de quando era pequeno, em Caibaté, que tinha como tarefa ir até a plantação colher batatas com um "cestinho de vime". O peão lavrava a terra com o trator e ele recolhia as batatas. Segundo ele, "juntava carroçadas de batata". Dona Cica comenta do tempo em que tinham de levar cestos cheios de batatas-doces para lavar no lajeado.

As facilidades de trabalho não representaram necessariamente êxito na colheita e, em conseqüência, dinheiro em caixa. Na verdade, o grosso da população empobrecida continua com a labuta "braçal" – remetendo à imagem da "foicizinha" trazida por dona Ambrozina. Nem todos dispõem de tratores, terras suficientes ou dinheiro para plantar. Por várias vezes, foi possível acompanhar certas lidas do campo e observar o quanto elas são extenuantes,[11] quando de seus ímpetos em dominar a matéria e em transformá-la segundo os desígnios humanos.

"Nóis era mais bicho do que gente!... Essa geração não faz mais nada disso", compara seu Neto, quando rememora os tempos em que era "capataz de tropa", período no qual vaqueava guiando tropa. "Eu quero vê esse piazedo fazê o que a gente fazia!", exclamou. Seu Doralino também é

[10] Variação de saraquá.

[11] Ruben Oliven refere-se ao fato de que uma das marcas do gaúcho seria "a sua bravura... ao lidar com as forças da natureza e a árdua vida campeira" (OLIVEN, 1992, p.49).

taxativo. "Agora, essa gente nova não trabaio mais, não conhece o sacrifício!" No entanto, seu Neto faz a ressalva: "agora, ganhava bem!".

Segundo seu Eduardo, o cultivo em tempos passados respeitava alguns preceitos, pois "onde tinha campo procurava o banhado, plantava arroz". Porém, em "terra de coxilha plantava mandioca", de modo que "naquele tempo o campo não valia muito, no campo não plantava! Era só nas colônia, no mato!". Teria sido com o advento da lavoura mecanizada e a monocultura extensiva – "a lavoura veio há uns trinta, trinta e pocos ano", segundo seu Emílio – que tal quadro se reverteria. Seu Jandir comentaria que "naquela época não existia granja, era tudo campo".

Na conversa que mantive com seu João Mosquito e dona Nena na casa dos dois, à sombra do pomar, ele contaria que seu pai trabalhava "só na lida do campo", uma vez que "o finado pai era vaqueano". Fica claro que as atividades de labuta estavam mais associadas à vida campeira, no sentido de lidar com "as criação". Seu João menciona que "andava muito a cavalo" e "ainda atiro um lacinho". Também gostava muito de "domá". Sempre que podia "pegava um redomão pra domá". Dona Nena afirmou que "meu finado avô só criava, era só campo".

Seu João Mosquito, pensativo, afirmaria: "mas é coisa séria o que a gente véve e rola!". E lembra que seu pai trocava seguidamente de trabalho, bastava que "não se adatasse ao patrão... Fomo de capataiz lá na costa do Uruguai... Lugar bom... por causa do serviço", que consistia em "colheta, quebrá mio, campo e lavora".

Ou seja, parece que as atividades respeitavam certa sazonalidade – e o caráter andarengo da vida do gaúcho –, implicando determinadas condições para a execução daquelas, pois, durante o inverno, trabalhavam derrubando mato com machado e cunha – "lascava com a cunha" as madeiras derrubadas. Para tanto, "ia pros mato tirá tora", "serviço no mato". Abatiam espécies como: cabriúva, angico, bassorinha, canela-loro e grápia. "Nóis tirava de tudo que era tipo de árvore" para fazer palanques. Além disso, "puxava lenha lá nos mato". Conta que abriam a madeira com pólvora, portanto, "não tinha pau que não abrisse".

Os trabalhadores rurais, além de capatazes, poderiam ser peões de fazenda, vivendo no galpão desta e executando tarefas na propriedade voltadas à lida com "as criação" (ovinos, bovinos, eqüinos, suínos). O agregado, por sua vez, segundo seu Emílio, "é quando faz casa... o fazendeiro dá um pedaço de terra". Em troca, o trabalhador realiza atividades na propriedade do patrão. Para os que possuíam capital – os colonos, em especial – era possível arrendar terras para constituir novas formas de cultivo com base em práticas técnico-culturais ligadas à granja. Outra modalidade de trabalho era como meeiro.

Seu Juca Tigre trabalhou como peão e, em suas palavras, "pegá, como eu peguei, peão por mêis", quando tinha de "ombreá trinta, quarenta fexe

de cana", levando até a carreta de boi que tinha de "cangá". Muitas vezes sob geada. Com a experiência de quem trabalhou muitos anos em engenho de cana, ensina: "bagaço tem que passá duas veiz, pra fazê a guarapa".

Explica o motivo pelo qual abandonou o campo: "Eu vim pra cidade pelo seguinte... plantava e o patrão me tomava a terra... assim eu passava de ano a ano, plantando de sociedade. Mas aí eu cansei!". Decidiu: "eu vô pra São Miguel vê se arrumo um terreno, as criança vão pro colégio e eu trabaio de peão!".

Segundo ele, "vendia com o bloco do patrão e ficava com a metade das pranta". Dessa forma, "ficava um ano" trabalhando para ganhar um valor ínfimo. Sendo assim, "eu fazia as terra braba; me tirava as terra e ficava com o lucro!". "Eu só trabaiei pros otro, não podia criá nada, tinha que andá com os fio pra lá e pra cá!", concluiu.

Arlindo, irmão de seu Emílio, certa vez me contou que "trabaiava por troquinho" e, até mesmo, "por comida" para "um hôme rico" da região. Portanto, era explorado por um latifundiário local que o fazia carpir extensas faixas de terra e tratar de animais em troca de cinco quilos de arroz, bem como de uma carteira de cigarros a cada fim de semana. Tal prática de rapina deve ter sido comum na região, ou seja, um tipo de relação entre latifundiários e pequenos agricultores que expropria a força de trabalho daqueles que são oprimidos pelo capitalismo, reatualizando os tempos do coronelismo na região. Como se não bastasse, relatou que durante o governo Collor permaneceu um ano e quatro meses acampado com o Movimento Sem Terra, "debaxo de barraca, sofrendo". Até narrou um episódio em que ocorreu um conflito entre o MST e a União Democrática Ruralista (UDR) no qual veio a falecer um companheiro seu de Palmeira das Missões.

O trabalho árduo das lidas campeiras e da derrubada da mataria me pareceu se consubstanciar na pessoa de seu Pedro Barbosa, que labutou derrubando as densas matas da região, provavelmente sendo explorado como mão-de-obra barata pelas grandes madeireiras. Esse fenômeno socioambiental delineou os aspectos atuais da fisionomia de numerosas paisagens da região noroeste do estado. O que faz o senhor concluir que "agora não tem mais madera!".

Tais imagens e sensações já haviam surgido quando da visita, em São José, à casa de seu Osvaldo, chamando atenção uma estética campeira que apontava para o *éthos* do trabalho naquelas paisagens: o cultivo na roça, o trato dos animais domésticos ("as criação") e a ação de colher as plantações na lavoura, reveladas pelas mãos calejadas, com unhas partidas – tanto das mãos quanto dos pés –, pelos pés manchados, pela terra vermelha aderida à pele, avermelhando-a e escurecendo sob as unhas grossas. Os agricultores estão sempre com chinelo de dedo ou descalços, muitas vezes pouco agasalhados para os dias invernais.

Em um encontro com dona Damásia, sempre muito arredia em falar conosco, diria em relação à lavoura: “Mais óia, prantava várias coisa: mio, soja, fejão... e dava bastante!”. Naquele tempo “a gente prantava e dava”, mas compara com o presente: “E, agora, pranta...não dá... virô granja, granjero!”, isso “dispois que veio a mioria”.

Dona Damásia revela um paradoxo. Na verdade, o princípio contraditório está implicado no olhar nativo. Instaura o conflito: como pode a melhoria piorar?

Seu Emílio, um determinado momento, quando argumentava acerca do “antes-tempo”, demonstrou o impasse, pois, de acordo com ele, “antes-tempo era tudo lento, mais fácil... fica mais fácil, mas dificulta tudo!”. Quando afirma que era “tudo lento”, aponta para o fato de que a rítmica temporal diversa daquela vivida sob a influência do capitalismo agrário era experienciada por formas de viver o tempo em que as comunidades missioneiras tinham um elo com o mundo cósmico de caráter sensível. Portanto, o “mais fácil” decorre da adesão à rítmica das paisagens capturadas pelo tempo lento, onde os grupos humanos experimentavam o enlace afetivo, propiciado pela solidariedade ligada à labuta, bem como a abertura ao lúdico e a intensa sociabilidade.

O mais difícil – “mas dificulta tudo!” – parece decorrer do esforço despendido mediante as práticas técnico-culturais do mundo tradicional – daí os “rigole” por que passou Cristiano em sua vida, aludindo ao “sacrificioso” de dona Nanísia, ou “os sacrifício” que muitos mencionaram –, vinculado ao trabalho na zona rural no “antes-tempo”. Apesar do esforço tratava-se de um tempo de abundância.

Seu Eduardo, considerando sua experiência na terra, argumentou que na “colonha”, mediante o intenso trabalho, “o pequeno agricultor com horta bem diversificada” conseguia viver sem problemas, mas depois entrou a soja e as coisas começaram a mudar.[12] Prudente, seu Eduardo explicou: “eu era pequeno agricultor, plantava pra subsistência, pra depois plantá soja”, por isso, segundo ele “eu tinha fartura!”.

Teceu um comentário acerca da “locura da soja” que fez as pessoas arrancarem inclusive seus arvoredos para plantá-la. Diria ainda, com ar de descrença: “o arvoredo rapaz, arrancá pé de bergamota que nem essa [aponta para uma bergamoteira carregada de frutos, do outro lado da rua] pra plantá soja!”.

A soja, cultura que, sem sombra de dúvida, prepondera na região missioneira, acompanhada de perto pelo trigo, foi vista pela primeira vez

[12] A partir de 1968 há uma “retomada do apoio à produção tritícola [que] se fez não sem exigências. Os granjeiros endividados junto ao Banco do Brasil S/A, foram favorecidos por moratórias. Mas para obterem novos empréstimos tiveram que aceitar certas imposições culturais e técnicas: uso de adubos, herbicidas, inseticidas, calagem e práticas de conservação do solo” (FRANTZ, 1979, p.41).

por seu Emílio como "uma novidade", há cerca de 38 anos (aproximadamente 1968).

O surgimento da soja nas paisagens agrícolas missioneiras foi estimulado pela expansão do sistema capitalista no setor agrícola no noroeste do estado. A introdução em larga escala deste cultivar, totalmente diverso das culturas tradicionalmente plantadas pelas comunidades locais em suas pequenas propriedades, estava voltada para a política de exportação levada a cabo pelo governo brasileiro na década de 1970. Seu Emílio afirmou em relação ao fato que "no começo era um incentivo muito grande. Isso se o senhor tinha quinze hectares, entrava no banco e comprava um trator!". Seu Eduardo complementou, de modo irônico, a fala do amigo: "Incentivo pra fazê dívida!".

De acordo com seu Nico, morador de Cruz Alta:

> O soja entrô há, há, há... , a planta agrícola lá, com máquina, entrô em 1950, em 1950 que começô com o trigo. E soja, foi em sessenta, foi sessenta pra cá que o soja tomô conta, né! Daí, em cinqüenta começaro a abri lavoura nos campo, né! Esses coronéis; esses fazendero não querio! De jeito nenhum, né, de jeito nenhum! E aí, foi indo, foi indo e foro aumentando a plantação naquelas fazenda lá, virô tudo em lavoura! Mais, isso foi de sessenta pra cá! E, de cinqüenta, cinqüenta e um começô o trigo! Porque plantavo sim, mais na colônia! Na terra de mato, sem adubo, sem nada! Nem se conhecia adubo nem se ouvia falá! Não existia praga! O pessoal lidava. Depois de cinqüenta pra cá, foi aí que começô a plantação de trigo! Também, se colhia trigo, agora, plantava em maio e colhia em novembro... Um tempo longo!
>
> E, depois, quando entrô o soja; de 59 pra 60 começô o soja. Eu vim conhecê o soja aqui em Santa Rosa!

Nesse sentido, as palavras de seu Velúcio, morador do Campestre, são elucidativas do problema, pois em 1960 "viremo pro soja" porque "naquele tempo dava o soja" e o "trigo era muito poco". No entanto, ocorreram mudanças por causa do desgaste do solo e dos problemas com financiamentos para adquirir implementos agrícolas (máquinas, adubos e agrotóxicos). Daí ele apontar para o fato de que "o pessoal tão penando com o tal do soja, dá perjuízo... tão ficando enrabado nos banco!".

Segundo ele, "antigamente prantava uma borsa de soja (60 kg) e colhia noventa sacos". Agora planta-se uma bolsa e a colheita não excede os quarenta sacos de soja (pesando em média 20 kg cada um). Seu Honorival, em certa ocasião, comentou orgulhoso: "Fui campeão de produtividade em 1983, colhia sessenta sacos de soja por hectare", o equivalente a seiscentos ou setecentos sacos. Isso ocorreu nos tempos áureos da produção agrícola na região noroeste do estado, quando a Cooperativa Tritícola Santo Angelense (Cootrisa) ainda não havia sido alvo de corruptos que a levaram à decadência. Atualmente, essa marca de produtividade parece ser impossível para os pequenos agricultores da região. De acordo com seu Honorival,

sua família era pobre, portanto, “nóis era meiero, parceiro”. Trabalhou muito na sua vida: “perdi unha, taio na mão!”, contou resignado.

Durante a visita à casa de seu João Maria conversamos antes com seu Eduardo, filho desse senhor, quando comentou que “nóis aqui já era a enxada, o cavalo, a máquina pra prantá! [referindo-se ao saraquá]”, pois o trabalhador rural sempre desempenhou um papel importante na produção de alimentos. Sendo assim, seu Eduardo não hesita em deixar claro que “a agricultura sempre precisa dessas pessoas!”. Fato que seu Emílio concorda mediante sua constatação: “ai do povo da cidade, se não tivesse o pessoal pra prantá!”.

“Eu tenho terra lá fora, eu vendi pra comprá na cidade... Como a coisa mudô né”, disse seu Eduardo. No entanto, seu Emílio diz que “a terra vai caí!”, ou seja, o seu preço baixará com o tempo, pelo fato de que as pessoas parecem não estar dispostas a viver na zona rural da cidade: “Se não fosse essas máquina o povo tava tudo na lavora... produzindo, tudo tranqüilo, produzindo pro povo da cidade!”.

Segundo ele, “a coisa mudô”, pois “agora tá com vontade de prantá o arvoredo!... Não vai cinco ano, a maioria vai voltá o tempo antigo! ... É verdade!”, concorda seu Eduardo.

OS BIOCIDAS E O “ESPAÇO DA MORTE” NAS PAISAGENS MISSIONEIRAS

Em conversa com seu Antônio Furtado, ele diria que as pessoas agora “não sabe benzê uma bichera! Não sabe benzê uma coisa”. Após essa afirmação perguntamos-lhe se antigamente as pessoas benziam as plantações com freqüência. Ele nos respondeu:

> Mais, bá! Mais que nunca! Óia, ninguém ocupava veneno pra essas granja tudo, que eu conheci! Eu, aqui, nunca botei veneno! Mais eu sabia, muitas veiz tava que tava de lagarta! Eu sabia fazê o benzimento... nos trêis canto da lavora, dexava um. Daí, vinte e quatro hora, desaparecia tudo! (risos)
>
> Lascava, lascava uma maderinha, ó! Pegava uma lagarta, baita lagarta assim, prensava ali a otra aqui, Deus o livre! Cravava no chão, uma cruiz na terra e fazia um Pai Nosso, o benzimento. Aí, no otro dia você ía lá, tava limpo! Não ejistia aqueles bicho! Nunca botei veneno! Agora, é um veneno! Benzia! E sabia benzê!

Perguntado se ele deixava um canto da lavoura pras lagartas, respondeu: “Só um canto pra elas í embora!... Dexá, não encerrá elas! Daí, não tinho donde saí! Fugiu ali! A gente orava, procurava uma morta, se foro!”.

De acordo com seu Jandir, “naquela época tu prantava dois quilo de fejão e coía cinco saco, mas agora é tudo cheio de veneno, agora, aqueles bicho vêm e estrago tudo!”. Sua análise perspicaz acerca dos implementos quí-

micos utilizados na agricultura demonstra que as chamadas "pragas" são o reflexo dos desequilíbrios ambientais. Esses são engendrados pelo empobrecimento da biodiversidade pela simplificação dos ecossistemas, associados aos efeitos de resistência genética que os organismos adquirem com o passar do tempo em relação à agroquímica. "A maioria é tudo com veneno, essas granja e lavora", comentaria ainda, enquanto observávamos da janela de sua morada a paisagem de extensas monoculturas, na localidade de Carajazinho. Seu Doralino também refletiu sobre o assunto: "Tudo o que a gente come é envenenado; de primero não encarecia nada disso!".

Uma conversa que transcorreu entre seu Emílio e o genro de dona Odete é ilustrativa do problema do veneno:

> "– O secante foi terminando tudo!" (homem)
> "– Essa história de prantá direto, usava secante, terminô com as natureza!... Esse 4 D é o pior de tudo! Esse veneno vem tudo de lá, dos Estados Unidos!" (seu Emílio)

Comentam que "entrô o veneno" na região há 36 ou 38 anos, pois naquela época "era tudo mato e campo nativo". Portanto, não era necessário veneno no cultivo dos vegetais.

Em um diálogo entre seu Emílio e seu Frutuoso, no inverno de 2001, ficamos sabendo que o primeiro, quando adolescente, se intoxicou com veneno. Ele e seus irmãos pulverizaram agrotóxicos na lavoura – uma plantação de soja – por ordem de seu pai sem a devida proteção, tendo de passar dias no hospital. Na conversa com seu Velúcio ele deixaria claro que "nos primeiros tempo não era botado veneno, dispois tudo percisava de veneno... Muita gente foi pro hospital, morreu!". Ou seja, a lavoura revela-se como o novo "espaço da morte" (Taussig, 1993) após o término do período revolucionário.[13]

Ao que tudo indica era comum passar veneno na lavoura sem máscara e luvas de proteção. Aliás, fato esse que é comum observar até hoje na região. Por numerosas vezes observamos trabalhadores rurais aplicando veneno na plantação sem nenhuma proteção (máscara, luvas e botas). As intoxicações com defensivos agrícolas parecem ser algo freqüente na investida do "progresso" na região missioneira.

Os casos de envenenamento são muitos. Dona Cleni, certa vez, sofreu com os efeitos de borrifadas do "secante" que, trazidas pelo vento, atingiram-lhe os olhos. Na mesma semana Valter teria mencionado uma intoxicação em seus olhos em decorrência da manipulação do veneno que tratou "as criação". Um homem que manipulou o recipiente com veneno veio a falecer dias após o ocorrido.

[13] A região das Missões foi o cenário de numerosas guerras fronteiriças e revoluções intestinas que ceifaram a vida de um grande número de pessoas ao longo dos séculos XVIII e XX.

Há enorme falta de informação sobre o uso correto dos venenos. Muitas pessoas não têm condições financeiras para adquirir os instrumentos adequados. Na casa de seu Otávio, no Assentamento Santa Helena, por exemplo, vimos na parede da sala um cartaz da Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) bastante técnico e ilustrativo, ensinando o uso correto dos agrotóxicos, mas parecendo mais cumprir mais uma função decorativa do que instrutiva naquele contexto cultural agrícola.

Seu Emílio contou-nos que pretendia plantar 5 mil pés de rama em sua propriedade. Deixou claro que o cultivo do vegetal mudou devido à presença dos insumos, pois: "pranta em setembro e colhe em abril, fica na terra... ficava oito a dez anos antigamente, agora não resiste por causa dos químico, apodrece!".

Se, como afirmam os missioneiros, a soja surgiu há pouco mais de meio século na região, constata-se que em menos de uma década a soja transgênica entrou no estado pelo rio Uruguai pela fronteira com a Argentina. Novamente, a tecnociência gera formas de dependência ao capital econômico internacional sem os devidos esclarecimentos para a população sobre tais biotecnologias. Pelo que nos informaram, a soja transgênica teria sido introduzida na região missioneira a partir de 1995, tendo sido contrabandeada por canoas pelo rio. Dada as "vantagens" nas colheitas, vendia-se um saco de soja cujo valor seria de R$ 12,00 por R$ 100,00.

A soja geneticamente modificada estava sendo cultivada em vários pontos da região missioneira, entre 2001 e 2002, no período em que permanecemos no noroeste do estado. "Aqui todo mundo pranta... se facilitá uns 60% vai sê transgênico!", escutamos de uma pessoa que acredita que "a genética que botam na folha dele é mais forte que quarqué árvore aí!". Ouvimos comentários de que a soja transgênica foi cultivada em uma das esquinas de São Miguel, onde o agricultor plantou 1.600 a 1.800 bolsas de sementes e colheu cerca de 50 mil sacas de soja.

Em uma conversa, duas pessoas argumentavam que as abelhas perecem por causa da intoxicação decorrente do cultivo da soja transgênica. Acreditam, ainda, que as folhas do cinamomo estão amarelando precocemente devido à presença desses transgênicos na região.

CAPITALISMO AGRÁRIO E DIMENSÃO ESPECTRAL

Com a chegada do sistema de produção agrícola mecanizado, veio também a redução da complexidade ecossistêmica pela intensa derrubada das florestas e a introdução das monoculturas. Disso decorre o surgimento de "pragas" e o aumento do uso de defensivos agrícolas (agrotóxicos) nas paisagens culturais missioneiras, tornando-as suscetíveis aos efeitos dele-

térios sobre o meio e os organismos vivos que nele existem em relação com os homens. A "cultura do terror" emerge mediante a experiência de sofrimento provocado pelos incontáveis casos de intoxicação, por venenos empregados no cultivo das lavouras. Tal fenômeno é acompanhado pelo desaparecimento de espécies animais e vegetais das paisagens missioneiras, fragmentando a memória dessas e agindo sobre os laços simbólicos com o lugar.

Fica evidente que "as mioria" que dona Damásia mencionou representam a introdução "dos maquinário", fazendo o homem e os animais descansarem como lembrou seu Emílio. No entanto, a dificuldade parece estar associada à dimensão fragmentadora da diferença, reatualizada na ação das "tecnologias duras" sobre as paisagens nativas, transformando-as rapidamente e engendrando crises no sistema delicado das solidariedades missioneiras – como a prática do puxirão –, ao mesmo tempo que ressitua o "espaço da morte" pela experiência violenta de intoxicação pela agroquímica ("o veneno").

É por isso que seu Emílio afirmaria, em relação a uma máquina agrícola como o trator: "mas só o que fez isso foi os trator... fico pensando: terminô as fartura", referindo-se ao desmatamento, mas certamente cogitando dívidas que, na região missioneira, tendem a desencadear suicídios e assassinatos como formas específicas de vivenciar a "cultura do terror".

A situação de dependência dos implementos agrícolas é tão grande que as formas de produção se alteraram enormemente, a ponto de ouvirmos uma conversa no ônibus de Santo Ângelo para São Miguel em que um senhor de bastante idade, com ar desiludido, comentou com um jovem que sentou a seu lado: "não dá mais pra trabaiá, tem que i pra cidade!". Outros dois homens, próximos, conversavam algo como: "hoje tem que sê moderno pra prantá... tem que tê trator, maquinário, não dá... E as dívida?". A questão pairou no ar.

Aqui surge, em nosso ponto de vista, um dos desdobramentos da "cultura do terror" em terras miguelinas, a partir do advento da mecanização da lavoura e do sistema de financiamentos atrelados ao processo. Ouvimos numerosos relatos de suicídios por enforcamento entre a população missioneira, em decorrência das dívidas contraídas com empréstimos bancários solicitados por pequenos agricultores para o cultivo de lavouras que não foram pagos.

A vergonha perante a comunidade e as instituições financiadoras, por não poder honrar[14] seu nome, desencadeia um processo complexo que mescla estigma (Goffman, 1988) e sofrimento psíquico na pessoa. É preciso lembrar a importância do "fio de bigode" no passado para as negociações vultosas que ocorriam entre os homens – assegurando a hombridade

[14] Sobre o tema da honra, ver Pitt-Rivers (1992).

como valor supremo –, como signo de honestidade em uma "civilização guasca" (Reverbel, 1985), para compreender o suicídio em terras missioneiras na atualidade.

Dona Anísia comentou sobre o "causo" de um suicídio por enforcamento que ocorreu na região em decorrência da perda da terra ocasionada por dívidas bancárias, quando um pequeno proprietário teria-se enforcado "nuns matos" de São Miguel. Ela exclama: "isso é uma tentação... um espírito maligno que domina!". E esclarece: "é uma idéia estranha que acompanha", estando relacionada ainda à "distância da religião".

Na cosmovisão pentecostal de seu Emílio, ele explica que o suicida "vaga no mundo" perturbando os vivos. Falaria também sobre os problemas mentais de uma pessoa de sua família que "tem uma perturbação no espírito!". O problema dela teria surgido após o assassinato de seu pai devido a uma dívida relacionada à venda de um trator. "Ele entrô em depressão e ficô fraco da mente!". Hoje vive "atormentado por um espírito", pois "um espírito diabólico se aloja na pessoa", e mesmo "um espírito da sujera faz que nem banho queira tomar".

A figura do suicida está relacionada à do demônio, à tentação maligna. "O inimigo que preparô uma cilada", como diria uma senhora pentecostalista em São Miguel. Se, na realidade, a imagem demoníaca está aderida às representações de um catolicismo popular – ressignificados pelas experiências pentecostais –, sua potência está desdobrada nas formas fragmentadoras das paisagens. Nesse contexto, o "Outro" que também constitui a paisagem, considerando-se as práticas biocidas que intoxicam o ambiente e os sujeitos, compartilha de "dramas sociais" relacionados ao endividamento e à perda da terra, introduzidos pela ordem social capitalista entre os campônios missioneiros. O demônio habita aquelas paisagens como expressão de uma "cultura do terror", sendo ressituado no tempo turbulento missioneiro.[15]

No diálogo com dona Jeny e sua filha Gládis, tais imagens aterradoras emergem como "experiência onírica" sob a forma asfixiante da "fragmentação do outro" (Taussig, 1993) e do teratológico como expressão das "formas informes" (Rocha, 1994) em terras missioneiras. Segundo a senhora:

> Moramos numa casa muito antiga, antiguíssima! Ela era bonita, né, Gládis! ... Uma casa antiguíssima. E nós alugamo aquela casa. E aquela casa lá, eu chegava... enorme casa, uns quantos quartos que tinha. Eu tinha elas pequenas. Eu não dormia direito!... Eu não dormia direito porque me acordavo! Me acordavo! Uma noite, uma coisa me acordô e eu sentei na cama, assim. Apareceu uma pessoa enforcada naquela porta, enorme assim, balanceando!
>
> Eu levava cada susto! E eu não tava ainda acostumada, sabe. Começou mais lá, né, Gládis. Começô lá a me aparecê coisa! Inclusive, lá a Gládis, eu acho que

[15] Sobre a questão do "cativeiro da besta-fera" ver Otávio Velho (1995).

> tinha uns três, quatro anos, é, e tinha um varandão grande, assim, e a Gládis veio nuns grito assim, muito, sabe quando uma criança se emociona? Ela tremia! Mãe, ali, ó, ali, ó, tinha um bicho! Tinha duas guampinha e um rabo bem comprido. Ela se lembra até hoje!
>
> Gládis – Ele era preto! Eu lembro, era um bicho que não existe, nunca vi nada parecido!
>
> D. Jeny – E, ela tremia, sabe! Então, a gente via que não era mentira, que era verdade!
>
> Gládis – Eu vinha passando... a casa tava vazia, eu voltei né, bem em direção ao banheiro, caminhando!

Seu Aureliano também teve uma experiência fantástica em terras miguelinas, na localidade de Coimbra, onde de uma paisagem imaginária de terror emergiu a figura demoníaca. Naquela tarde ele narrou o seguinte:

> É! Eu vô contá a história. Isso aí, é... tem que contá! Passô por mim, né, senhor!... Então, tava, tinha doze ano! Tava num capãozinho de mato assim, assim! E, daí, eu era muito caçador de passarinho! Bodoque! Parei, assim, olhei! Parado, perto de mim, assim. Ah!... Mais tinha os óio bem grande, cor de fogo, barbudo, peludo! Aquela cara e uma coisa dobrada assim, ó! E um corpo grosso e a perna fina, pra baxo! Cheio de cabelo, preto!
>
> Daí parei! Parei e fiz a menção de pegá uma pedra! Digo, te atiro uma pedra que, comigo tu não pode! E não atirei a pedra, daí fiquei! Daí, ele agarrô, se apartô um poco pelo meio, numa árvore assim e, se juntô no outro lado! E, quando se juntô virô numa tormenta mais braba do mundo! Deitô o mato tudo! Ficô limpinho!
>
> Tu olhava assim, não tinha uma árvore, caiu tudo! E, depois, vortô de novo, o mato veio, o mato tava completo!
>
> Dona Iara – Isso aí é imaginação tua!
>
> Seu Aureliano – Não! Eu tinha doze ano! Uma pessoa bem sã né, sô! Até agora ficô gravado pra mim! É, isso aí!

É preciso considerar que, tanto na narrativa de dona Jeny e Gládis quanto na de seu Aureliano, a imagem do "inimigo" – como se refere seu Emílio ao demônio – aparece sob a forma do monstruoso, da bizarria terrificante que percorre as paisagens missioneiras, sejam elas a do interior da morada no espaço urbano de Santo Ângelo, ou nos matos da localidade de Coimbra, nas paisagens rurais de São Miguel das Missões. Essas experiências emocionais e desestabilizadoras dos sujeitos envolvendo as imagens do terror têm raízes profundas e complexas no contexto missioneiro, remetendo à mística jesuítico-guarani dentro do espírito do catolicismo da Contra-Reforma na América barroca e à conformação de paisagens singulares.

O mundo missioneiro na atualidade, dessa forma, tende a sofrer um forte impacto, visto que processos agressivos envolvendo a destruição das paisagens de pertença se desdobram na negação do que os missioneiros chamam de "antes-tempo", ou seja, de um tempo de outrora relacionado às práticas locais de labuta, das formas de sociabilidades camponesas, das expressões de reciprocidade e do rico imaginário relacionado às "visages"

e seres fantásticos que habitam as "matas-fantasmas". No entanto, a força da memória coletiva impede que o mundo missioneiro se estilhasse diante de uma modernização que nega a diferença.

As comunidades missioneiras têm conseguido lidar com as múltiplas faces do capitalismo no campo, pela capacidade de seus moradores se solidarizarem e manter seus vínculos simbólico-afetivos com suas paisagens de pertencimento, ao mesmo tempo que conseguem, mediante um pensamento sutil e inteligente, interpretar as expressões da violência física e simbólica sobre seu corpo e suas práticas culturais. Essa interpretação se fundamenta em uma complexa leitura de seus dilemas, por intermédio da "potência subterrânea" das imagens e do "espaço fantástico" da memória (Rocha e Eckert, 2000) que animam o imaginário nas Missões, tornando-a um universo cultural singular devido a seus vínculos complexos com a terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHELARD, G. *A Terra e os devaneios da vontade*: ensaio sobre a imaginação das forças. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_______. *A terra e os devaneios do repouso*: ensaios sobre as imagens da intimidade. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BASTIDE, R. *Brasil – Terra de contrastes*: corpo e alma do Brasil. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

BAUDRILLARD, J. "Modernité". *Encyclopaedia Universalis*. v.12. Paris: 1985, p.424-6.

BRUXEL, A. *Os trinta povos Guaranis*. Porto Alegre: EST/Nova Dimensão, 1987.

FLORES, M. *Colonialismo e missões jesuíticas*. Porto Alegre: ND/EST, 1986.

FRANTZ, T. R. Evolução da Agropecuária no Planalto Gaúcho. *Cadernos da FIDENE*. Ijuí, 1979.

GOFFMAN, I. *Estigma*. Notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GUIMARÃES, A. F. P. *A revolução federalista em cima da Serra*. Porto Alegre: Martins, 1987.

MONTOYA, A . R. de. *Conquista espiritual*. Porto Alegre: Martins, 1997.

OLIVEN, R. G. *A parte e o todo*. A diversidade cultural no Brasil-Nação. Petrópolis: Vozes, 1992.

PITT-RIVERS, J. A doença da honra. CZECHOWSKY, N. (Org.). *A honra*: imagem de si ou o dom de si – um ideal equívoco. Porto Alegre: L&PM, 1992, p.17-32.

RAMBO, B. *A fisionomia do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Unisinos,1994.

REVERBEL, C. *O gaúcho*. Aspectos de sua formação no Rio Grande e no Rio da Prata. Porto Alegre: L&PM, 1986.

ROCHA, A. L. C. da. *Le Santuaire de désodre*: l'art de savoir vivre des tendres barbares sous les Tristes Tropiques. Paris V, Sorbonne, 1994.

ROCHA, A. L. C. da.; ECKERT, C. *Os jogos da memória*. ILHA, Florianópolis: 2000, p.71-84.

SILVEIRA, F. L. A. da. *As paisagens fantásticas e o barroquismo das imagens*. Estudo da memória coletiva dos contadores de causos da região missioneira do Rio Grande do Sul. 2004. Tese (Doutorado) – PPGAS/UFRGS, 2004.

TAUSSIG, M. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem*. Um estudo sobre o terror e a cura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

VELHO, O. *Besta-fera*. Recriação do mundo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

ZUKIM, S. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, A. A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000.

WEBER, R. *Os operários e a colméia*. Trabalho e etnicidade no sul do Brasil. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

6
De "produtor" a "consumidor": mudanças sociais e hábitos alimentares

Maria José Carneiro

Pretende-se, neste capítulo, discorrer sobre as mudanças na dinâmica recente da reprodução social de um campesinato que se estabeleceu no Brasil com base em uma experiência de colonização com migrantes de descendência européia na região serrana do estado do Rio de Janeiro. Há várias maneiras de se perceber e analisar as mudanças vivenciadas por um grupo social. Neste capítulo, optou-se por orientar o foco de análise para os hábitos alimentares. Parte-se do seguinte pressuposto: o que se come, assim como as relações sociais que envolvem o consumo dos alimentos, está relacionado a valores resultantes da relação dos indivíduos com a sociedade, como também, no caso dos agricultores, das condições de produção dos alimentos.

A hipótese explicativa que orientou o estudo é a de que a produção agrícola, nesse contexto, ganha sentido não apenas por seu significado econômico como fonte de renda para as famílias de produtores, como também por seu conteúdo social, seja na garantia da segurança alimentar, seja na manutenção de redes de sociabilidade que garantem a coesão do tecido social. Supõe-se que, para determinados grupos, a função social pode permanecer, ao passo que a econômica já teria desaparecido.

OS ANTECEDENTES

A primeira experiência de colonização oficial brasileira praticamente caiu no esquecimento ao ser obscurecida pelas que lhe sucederam nos estados do Sul. Em 1819, desembarcaram no Rio de Janeiro as primeiras famílias de migrantes suíços logo encaminhadas ao pequeno núcleo de casas cons-

truídas especificamente para abrigá-las na fazenda de Morro Queimado, no alto da serra fluminense, dando origem à ocupação do território que viria a constituir o município de Nova Friburgo. Aí receberam lotes de terra onde deveriam praticar a agricultura com base no trabalho familiar, no intuito de realizar um dos objetivos da política de colonização de D. João: contrabalançar a mão-de-obra escrava negra com trabalhadores livre e brancos. As péssimas condições de instalação dessas famílias repercutiram de modo negativo na Suíça, fazendo que a emigração para o Brasil ficasse restrita a essa primeira e única leva. Poucos anos depois, em 1824, esse contingente de europeus foi acrescido de imigrantes alemães.

Diversos são os motivos apontados pela bibliografia para o insucesso desse empreendimento: o número de migrantes muito superior ao acordado (apesar das numerosas baixas durante a viagem); a topografia muito acidentada, dificultando a agricultura e a comunicação entre os lotes; a deficiência das acomodações; a fragilidade dos meios de comunicação com os centros urbanos, dificultando a comercialização da produção; além da ausência de uma administração eficaz. Há de se considerar, também, que essa ocupação não era de bom grado aos olhos dos latifundiários produtores de café já estabelecidos na região. Como ressalta Seyferth (2000, p.36), esse modelo de colonização pautado no trabalho familiar teve de “coexistir com o latifúndio escravista, ficando em sua periferia” cabendo aos colonos as terras menos férteis. Nesse contexto, instalou-se, logo de início, a primeira crise entre os colonos, provocando uma dispersão em busca de lugares mais favoráveis à agricultura ou ao exercício de suas profissões, já que quase a metade dos migrantes era composta de artesãos de diferentes especialidades (Nicoulin, 1995).

O isolamento em relação ao mercado, a falta de recursos do estado para investir nesse empreendimento e as pressões contrárias dos latifundiários à implantação de um modelo de agricultura não escravista teriam impedido a realização do objetivo da política de colonização de D. João. Mais do que ocupar o vasto território brasileiro, a vinda de migrantes europeus era motivada por um ideal “civilizador”, que incluía a vinda de camponeses (agricultores familiares livres) e de uma diversidade de técnicos e artesãos que deveriam difundir seus saberes nesse território que se construía como nação (“branca”) voltada para a Europa.

As dificuldades enfrentadas pelos colonos que insistiram na agricultura[1] provocaram um deslocamento para outras regiões em busca de terras mais férteis e aptas ao plantio, favorecido pela nova distribuição de terras em

[1] Documentos do acervo do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro revelam a grande insatisfação de boa parte desses migrantes contida nas numerosas reivindicações registradas como solicitações de novas terras e pedido de autorização para se desligarem da Colônia a fim de se dirigirem para Porto Alegre ou mesmo para a cidade do Rio de Janeiro onde pretendiam retomar a antiga profissão, ou se alistarem no Exército.

1822. Desse movimento, resultou a formação de povoados como os de Lumiar e de São Pedro da Serra,[2] enfocados neste capítulo. Ainda que tenha prevalecido, nessa região, um campesinato pobre com dificuldades de se manter com base na produção de uma agricultura rudimentar e de difícil comercialização, aí se estabeleceram também aqueles que, seja por sorte,[3] seja por possuírem meios próprios, instalaram unidades produtivas mais rentáveis em terras mais férteis e mais planas, fundando um processo de diferenciação social nessa população de migrantes.

A constante peregrinação em busca de terras melhores é uma importante chave para a compreensão da dinâmica de constituição e de reprodução desse campesinato livre em uma região cercada de fazendas de café com base na mão-de-obra escrava. Ocupando um espaço econômico marginal nas franjas do mercado dominado pelas grandes fazendas, a agricultura praticada por esses camponeses, voltada para o abastecimento de alimentos de suas próprias famílias e, secundariamente, para o da população urbana,[4] não chegou a gerar, por parte da maioria das famílias, rentabilidade suficiente para promover acumulação de bens ou para reinvestir na produção. Os descendentes dos colonos suíços e alemães enfrentaram, assim, uma situação que em nada diferia das condições de vida dos demais camponeses pobres das regiões do país. Apesar de não ingressarem na camada de "despossuídos", porque eram proprietários de terra, o isolamento, as dificuldades de comercialização e os limites econômicos impostos pela hegemonia das fazendas agroexportadoras restringiram as condições de reprodução social dessas famílias submetendo-as a uma situação de pobreza e de instabilidade que se perenizou ao longo desses quase dois séculos.

Embora a sobrevivência estivesse garantida pelo acesso à terra e pela produção para o autoconsumo, a localização das propriedades (afastadas das vias de escoamento da produção) e a inadequação das terras à atividade agrícola promoveram freqüentes deslocamentos dessas famílias na busca de condições mais estáveis durante toda sua permanência nessa região. Algumas mantiveram suas propriedades e se estabeleceram como "colonos" ou "parceiros"[5] em terras mais bem localizadas e mais férteis. Outras foram impulsionadas a vender suas propriedades, que não rendiam o sufi-

---

[2] Lumiar foi o primeiro distrito criado no município de Nova Friburgo, em 1889.

[3] Os lotes eram distribuídos por um sistema de sorteio e muitos depararam com precipícios e terras não apropriadas à agricultura.

[4] É bom lembrar que Nova Friburgo iniciou um processo de industrialização com a instalação de indústrias têxteis, de origem alemã, na primeira década do século XX (Cf. COSTA, 1997; e CORREA,1985).

[5] Essa duas categorias são utilizadas localmente para se referirem a dois tipos de relação com a terra semelhantes, mas que guardam uma diferença importante. "Colono" é aquele que trabalha e mora na terra do proprietário estabelecendo como pagamento pelo uso da terra a meação, ao passo que "parceiro" reside normalmente em casa própria (em terra da família), mas trabalha na terra de outro pagando pelo acesso à terra um terço de sua produção.

ciente para garantir a manutenção de suas famílias, indo engrossar a categoria de parceiros ou se juntar à população pobre da sede do município.

Além das adversidades apontadas, o costume da partilha igualitária da terra como forma de transmissão da herança familiar também contribuiu para o deslocamento de famílias, uma vez que a fragmentação sem limites da propriedade resultava em áreas insuficientes para a manutenção da lavoura.

O sistema de parceria, amplamente praticado na região, surge como uma alternativa de acesso à terra; no entanto, por mais perene que fossem as relações entre proprietário e parceiro, esse contrato implica, por princípio, uma relação transitória com a terra responsável pelo agravamento da situação de instabilidade do agricultor. Submetido a constantes negociações pelas condições de acesso à terra, o parceiro é impelido, muitas vezes, ao rompimento do contrato ou à saída voluntária para outras áreas na expectativa de melhores condições de produção. A situação de migrante eterniza-se, assim, levando à dispersão dos novos núcleos familiares que se formam com o casamento (Carneiro, 1998).

A produção agrícola era bastante diversificada, o suficiente para garantir certa autonomia das famílias em relação ao consumo de alimentos. Porém, essa característica não excluía a produção mercantil que tinha no café e na carne de porco os principais produtos.[6] Os alimentos consumidos e não produzidos eram obtidos por um circuito de trocas intercomunitárias que também compunham as relações de sociabilidade. De acordo com os relatos dos moradores mais antigos, a vida comunitária era intensa, com pouca interferência de elementos “externos”; os dias de feira nos povoados vizinhos eram considerados dias de festa, em que os laços de amizade eram reforçados.[7] Os espaços de sociabilidade distribuíam-se em círculos concêntricos que incluíam o espaço doméstico, o círculo de vizinhança e as comunidades contíguas. Com a melhoria das vias de comunicação, esse quadro vai aos poucos se modificando e a produção mercantil vai ganhando espaço na roça familiar.

O isolamento desses povoados perdurou durante todo o século XIX. Na região estudada, somente na década de 1950 foi aberta, por iniciativa de alguns moradores, uma estrada acompanhando o trajeto das tropas de mula que ligava Lumiar à Mury, encurtando a via de acesso à cidade de Friburgo. Somente no início da década de 1980, quando a estrada é asfaltada, os

[6] Apesar de alguns pés de café resistirem até o início da década de 1990, a importância mercantil desse produto para os produtores locais não resistiu à crise da década de 1930.

[7] Eric Wolf, ao descrever a comunidade como forma de organização social camponesa, destaca a importância das feiras no abastecimento dessa população. A ocorrência dessas trocas intercomunitárias revela, segundo o autor, a existência de certa especialização de produtos por comunidades (WOLF, 2003). Relatos pessoais sugerem que talvez tenha havida tal especialização na região estudada, mas não dispomos de informações precisas para essa confirmação.

agricultores começaram a sentir os efeitos do contato com os “de fora”: introdução de novas técnicas de produção, intensificação da relação com o mercado, valorização das terras – agora com objetivos turísticos – e surgimento de fontes de renda alternativas ou complementares à agricultura.

Com a estrada chegaram os insumos agrícolas – basicamente os agrotóxicos e alguns tratores – que introduziram os agricultores no processo de modernização agrícola. Verifica-se, a partir desse período, uma intensificação da relação desses pequenos agricultores familiares com o mercado e a crescente e gradativa dependência aos produtos industrializados, tanto no que se refere à produção quanto ao próprio consumo, restringindo o sistema de trocas, que prevalecera até então, ao círculo de parentes próximos. A generalização das trocas mercantis veio fortalecer também a diferenciação social sustentada na propriedade dos meios de comercialização. Aqueles que no passado possuíam animais de carga, adquiriram veículos motorizados para o transporte de mercadorias, se especializando no papel de atravessadores, ainda que mantenham até hoje suas terras cultivadas por parceiros.

Esse processo é acompanhado por uma mudança no modo de vida desses camponeses que pode ser apreendida com observação das práticas alimentares e dos valores a elas associados.

TURISMO E AGRICULTURA

O estado do Rio de Janeiro vem observando uma fragmentação das pequenas propriedades desde a década de 1970 (Garcia, 1998), tendo crescido em 51% o número de estabelecimentos com menos de 10 ha no período de 1970 a 1985. O município de Nova Friburgo acompanha esse movimento que, no caso, é estimulado tanto pela especulação imobiliária provocada pelo turismo quanto pelo sistema de herança baseado na partilha igualitária da terra entre todos os herdeiros, incluindo as mulheres. A divisão excessiva do patrimônio familiar, assim como a venda de terras, antes agricultáveis, a turistas deve ser entendida no contexto de uma região onde a agricultura não tem oferecido resultados atraentes e suficientes para garantir a reprodução social das famílias de produtores. É bom esclarecer que essa avaliação deve ser lida com referência ao padrão de vida da população rural do município, relativamente elevado se comparado ao de outras regiões do estado. No que se refere ao IDH, por exemplo, Nova Friburgo ocupa a quarta posição no Estado.

A grande maioria (80%) dos estabelecimentos rurais do município tem menos de 20 ha, sendo que os de até 10 ha representam 53% do total. A exploração da terra é feita, na maioria, por proprietários (56%) e parceiros (32%).

As localidades estudadas nesta pesquisa vêm passando por mudanças no padrão de ocupação de seu território decorrente da intensificação do turismo, o que tem surtido efeitos sobre a dinâmica de reprodução social das famílias de agricultores. A maioria dos agricultores que ainda permanecem em atividade cultiva poucos produtos e em condições precárias: pequenos lotes acidentados, instrumentos de trabalho tradicionais e sujeitos aos intermediários para comercializar a produção. Aqueles que se dedicam exclusivamente à agricultura têm capacidade limitada de ampliação por causa da valorização vertiginosa das terras em decorrência da crescente procura pelos turistas. O espaço agrícola vem sendo substituído, paulatinamente, por sítios de recreio, pousadas e casas de aluguel, o que, no entanto, não nos permite decretar o fim da agricultura como atividade responsável, em grande parte, pela garantia da segurança alimentar da população rural.

“A agricultura está acabando” é, paradoxalmente, a constatação dos moradores do lugar, sobretudo dos descendentes de famílias agrícolas. No entanto, as várias áreas de lavouras plantadas nas encostas dos morros nos estimulam a aprofundar o significado dessa frase revelando seu conteúdo relacional. Primeiro, chama a atenção o fato de que o campesinato dessa região tenha passado por vários momentos de crise durante sua história sem, contudo, desaparecer integralmente.

Na década de 1990, a exploração do turismo desloca outra parte das terras agricultáveis para as mãos de veranistas e neo-rurais, processo que perdura até os dias de hoje e é complementado e reforçado pela atuação dos organismos ambientalistas em defesa da “preservação” da Mata Atlântica (Carneiro e Teixeira, 2004). Se, de um lado, a exploração turística estimulou o comércio local e o setor de hotelaria (pousadas e casas de aluguel), contribuindo para aumentar as alternativas de trabalho e, em conseqüência, a renda familiar dos agricultores, de outro, desestimulou a atividade agrícola, seja pela concorrência dos rendimentos mais elevados no setor de serviço, seja pelo apoio à repressão às práticas agrícolas que ameaçam a “preservação da natureza”.

“VENENO”, O MAL NECESSÁRIO

Com a generalização da produção voltada para o mercado, implanta-se o modelo de produção convencional sustentado na utilização intensiva de agrotóxicos, ocasionando o abandono paulatino do sistema tradicional de plantio baseado no *pousio* de terras.

O *pousio* é um manejo conservacionista adotado para restaurar a fertilidade do solo em ambientes onde os nutrientes foram exauridos por exportação nas culturas ou, pela erosão. No *pousio* o solo é deixado em repouso por um período que pode variar entre 4 e 10 anos, em média, no qual se

expressam sobre o solo a sucessão ecológica e o desenvolvimento gradual de uma vegetação de capoeira, podendo chegar à formação de uma floresta secundária mais avançada. Quando termina o período de descanso, a capoeira é derrubada e queimada, o solo recebe resíduos vegetais e os produtos da queima e é, então, preparado para um novo período de produção. As regiões onde normalmente essa prática é realizada se restringem às situações onde existe mata em abundância, gerando muitas fontes de propágulos (sementes e mudas) de espécies florestais. Em situações onde não há essa grande presença de floresta já formada, é impossível estabelecer o *pousio*. O período em que o solo é submetido ao descanso é fundamental para o bom funcionamento da técnica. Se o período for curto (normalmente por volta de 2-3 anos), o sistema torna-se instável e não ocorrerá a recuperação das propriedades físicas e químicas do solo . Recentemente, esta prática passou a ser considerada um dos tipos de sistemas agroflorestais (Dubois, 1996 apud Magalhães e Freitas, 2003).[8]A ação repressiva dos órgãos de fiscalização ambiental tem contribuído para acelerar a substituição da lavoura tradicional pelo cultivo convencional: utilização freqüente e intensa de pesticidas, herbicidas e adubos químicos e emprego de arados e grades com a finalidade de revolver o solo para criar condições mais favoráveis para a cultura. O esgotamento do solo que não "descansa" é compensado com o uso cada vez mais intenso desses insumos químicos e com a aração excessiva. Estabelece-se um círculo vicioso: o revolvimento constante do solo facilita a erosão e a perda de nutrientes criando maior demanda por adubos químicos, o que contribui para o encarecimento do custo da produção.

As lavouras para fins exclusivamente comerciais, como o tomate, o pimentão, a couve-flor, a berinjela e a abobrinha, são as que "exigem" a técnica convencional de plantio. Já os "produtos da roça" – inhame, aipim, batata-baroa, batata-doce – que servem alternativamente para o consumo e para a venda não requerem, ou requerem menos, o uso de agrotóxicos. São considerados mais resistentes às pragas por serem "daqui mesmo", e por isso servem para "limpar" o terreno das pragas de outros produtos e recuperar parcialmente a fertilidade quando plantados no sistema de rodízio. "Eu faço rodízio de lavoura, porque o terreno é pequeno, não é muito grande para deixar *encapoeirar,* descansar, como se diz. Aí a gente troca de lavoura. Aonde tem couve-flor coloca (batata) baroa ou, senão, inhame e bota a couve (-flor) em outro terreno aonde já tinha baroa", explica o seu José Maria, agricultor-feirante, proprietário de alguns pequenos "sítios" de lavoura. Seu filho Giovani, solteiro, que trabalha com ele, acrescenta: "porque nem toda lavoura consome os mesmos nutrientes da terra".

[8] Texto extraído da monografia de Ana Paula Barbosa Silva, Faculdade de Formação de Professores, Departamento de Geografia, UERJ, São Gonçalo, 2005.

Já os produtos orientados para o mercado exigem um cuidado especial, são mais suscetíveis às pragas e doenças e as sementes são adquiridas em lojas especializadas na cidade de Nova Friburgo. O imperativo de comprar sementes selecionadas é atribuído à necessidade de se plantar em grande quantidade para vender no atacado, e ao fato de serem sementes selecionadas, isto é, que não são “da terra”. “Todas [sementes] são compradas porque são selecionadas, você não tem como fazer isso na lavoura. As sementes hoje em dia são tudo modificadas, são geneticamente modificadas, então você não tem como selecionar na lavoura. Às vezes você seleciona uma ou duas. Se você tirar 100 de uma lavoura, daquelas 100 só 10 vão ser perfeitas, o resto é tudo que não vai prestar”, esclarece Giovani. José Maria acrescenta: “É por isso que eu parei com o tomate. Você até tem semente barata, mas a que rende na colheita tá custando na faixa de 250 a 300 reais 1000 sementes”. “É um tomate que não dá muita doença, rende na colheita”, esclarece seu filho. “Ela sai a 25 centavos cada uma sementinha daquela; ainda vai para estufa, você perde porque (tem) alguma que não nasce ou dá alguma zebra, porque sempre dá perca até chegar no ponto de botar na terra...”.

A orientação da lavoura para o mercado atacadista (o Ceasa do Rio de Janeiro ou o de Conquista, em Nova Friburgo) é considerada a principal mudança nas práticas agrícolas, da mesma forma que o acesso fácil ao mercado varejista de alimentos é indicado como uma “facilidade” que contribuiu para modificar os hábitos alimentares. Quando perguntados por que utilizam tanto agrotóxicos hoje em dia, quando no passado isso não ocorria, os agricultores respondem que naquela época eles só plantavam os “produtos da roça”, ou “da terra” e em “pequena quantidade”, ao passo que, hoje, é necessário plantar muito para vender no Ceasa. Além disso, atualmente plantam produtos que “vêm de fora”, “sementes híbridas”, que exigem cuidados especiais. Reconhecem também que, para conseguirem um bom preço, é preciso oferecer uma “boa qualidade”, os frutos têm de ser “bonitos”, o que não se consegue sem “engordar a terra” com os adubos químicos e sem combater as pragas com os “venenos” e as “doenças” com os “remédios”. Entendem que, se não recorrerem aos agrotóxicos, as sementes “não vingam” ou “degeneram” porque não são “da terra”,[9] o que também acontece quando se tenta replantar sementes retiradas da lavoura. “Se você for na lavoura e tirar semente desse tomate (de semente comprada) que você plantou, vai nascer o tomate muito *degene...,* como se diz, muito menorzinho. Em vez de sair aquele tomatão bonito, vai sair aquela

[9] Podemos entender a expressão “sementes da terra” de duas maneiras: sementes nativas do lugar, ou tidas como tal porque fazem parte da tradição agrícola do lugar; e sementes que ficam dentro da terra, ou seja, raízes, e, por isso, seriam menos suscetíveis a insetos e pragas.

coisa miudinha", explica Giovani. A noção de "degeneração" é recente, mas parece ter sido rapidamente assimilada pelos agricultores, por força de suas próprias experiências e, por certo, do discurso dos vendedores dos insumos químicos e de um ou outro técnico agrícola em rara visita ao local.

Essa dependência ao mercado se reflete no custo da produção aumentando a instabilidade da maioria dos pequenos agricultores, sobretudo daqueles que não são proprietários e se vêem obrigados a arcar com o investimento feito na lavoura, além do pagamento pelo uso da terra. Em geral, esse pagamento é feito transferindo para o proprietário 20% do resultado da lavoura, independentemente de quanto tenha investido na produção, arcando, assim, com os riscos da produção. Alguns produtores reclamam que, caso ocorra a infestação por alguma praga, não sobra nada após descontarem as despesas. Por isso mesmo, a maioria prefere contratos de parceria que garantam que o "empate" – os gastos empatados na produção –, fique por conta do proprietário da terra. Mesmo que esse tipo de contrato implique porcentagem maior no pagamento ao patrão, ele é tido como mais vantajoso porque o agricultor não "empata" nada. Se a lavoura não der "lucro" é o proprietário quem arca com o prejuízo, o parceiro "só entra com o trabalho" e, na lógica camponesa, "o trabalho ninguém conta", como diz seu José Maria. Esse sistema de relação de trabalho tem duas conseqüências: a garantia de uma lavoura "bem-sucedida", já que conta com os insumos disponibilizados pelo proprietário da terra, e o aumento do uso de agrotóxicos. Como o proprietário comercializa o total da produção de seus parceiros com a sua própria, é necessário que a qualidade dos produtos seja a mesma. Do ponto de vista do trabalhador, é vantajoso porque ele tem a qualidade e a comercialização garantidas, o que seria impossível de manter caso fosse plantar por conta própria.

O sistema de parceria é antigo na região, sendo possível nos arriscarmos a afirmar que ele tem sido responsável pela permanência da agricultura e de agricultores sem terra nessa localidade. Alguns contratos duram por toda a vida ativa de um homem e ainda são transmitidos à geração seguinte. A aquisição de uma moto ou de um "fusca" e até mesmo a compra de um "lote" e a construção de uma casa para morar (ou até mesmo para alugar a turistas) são os sinais da viabilidade desse tipo de relação.

Porém, há em São Pedro da Serra apenas dois "grandes" proprietários que investem na produção em larga escala, recorrendo ao sistema de parceria para ampliar a área cultivada sem serem obrigados a arcar com as despesas da mão-de-obra contratada. Visivelmente, os parceiros desses proprietários são os que se encontram em melhores condições de vida. Os demais, os que arcam com o custo da produção, lutam com grande dificuldade para enfrentar os custos cada vez mais elevados dos insumos exigidos pelas lavouras convencionais, já que não lhes restam alternativas, uma

vez que estão impedidos de plantar nos moldes do sistema tradicional de pousio. Sua condição é agravada pela dependência do atravessador que comercializa sua produção sem que o produtor tenha nenhum controle sobre o preço obtido por seu produto. Esses agricultores se consideram muito penalizados e lamentam o fato de não terem tido “condições” para abandonar a agricultura e ir para a cidade. Normalmente, atribuem a sua situação à “falta de estudo”.

O “agrotóxico” é considerado um “mal necessário”. Seus efeitos negativos, porém, não são os mesmos para todos os trabalhadores, dependendo da “natureza” de cada um. Os de “natureza fraca” são mais suscetíveis e ficam doentes. Como a “força” é uma qualidade apreciada e necessária ao homem do campo, todos os que “lidam com a terra” são, por princípio, “fortes”. Seguindo essa lógica, não há uma preocupação muito grande com a prevenção contra a contaminação. Alguns, os mais cuidadosos, se protegem com camisa e calça compridas de seu vestuário comum e cobrem o nariz e a boca com um pedaço de pano molhado, porque “a água não deixa passar o veneno”. No que diz respeito ao consumo dos alimentos, consideram importante levar em conta o tempo de ação do veneno antes de colher para vender ou comer. No entanto, admitem que nem todos obedecem a essa regra. Observou-se, também, que o conhecimento sobre esse tempo é variável, sendo menor entre aqueles que não compram diretamente os insumos que utilizam. Alguns falam que “basta esperar umas 12 horas” para colher, outros preferem tirar o produto para comer um dia antes de colocar o “veneno”. O conhecimento sobre a ação do veneno no alimento também não é uniforme; para alguns “basta lavar bem lavado” para tirar a contaminação, o que reforça a idéia de que os alimentos fáceis de lavar, como o tomate e o pimentão, são menos prejudiciais que a couve-flor e o repolho, que “guardam o veneno dentro deles”. Outros não acreditam nos efeitos sobre a saúde, ao passo que, alguns poucos, plantam uma pequena roça de alimentos para consumo próprio na qual não utilizam agrotóxicos.

A QUALIDADE DA COMIDA: PUREZA, VITALIDADE E FORÇA

De modo geral, os agricultores acreditam que a contaminação por agrotóxico prejudica a qualidade dos alimentos, entretanto, consideram que têm controle sobre a qualidade do que plantam. Essa percepção faz que dêem preferência a comer o que produzem: “mais saudável porque a gente sabe a quantidade de veneno que a gente *tá* botando; sabe se *tá* num lugar limpo, se não passa nenhum rio ...; a gente sabe o que *tá* colhendo”. Essa idéia do controle sobre o que se planta é essencial para a definição da alimenta-

ção "saudável" na compreensão desses agricultores.[10] De preferência, consome-se o que se produz, mas é rara a existência de uma roça sem uso de agrotóxico apenas para o consumo familiar, com exceção da "horta" onde cultivam almeirão, couve, alface, brócolis e alguns temperos e ervas medicinais. Como os hábitos alimentares estão ainda pautados, em parte, pelo consumo dos "produtos da roça", aqueles que não exigem muito "veneno", os agricultores de São Pedro da Serra consideram que correm menos riscos na alimentação que na produção (destinada à comercialização). Indagado sobre o consumo das lindas couves-flores e berinjelas vistas em sua lavoura, um "grande" agricultor respondeu que não comia porque "não gostava, não estava habituado". No entanto, ouvimos comentários de que esse mesmo produtor consome os alimentos plantados por um pequeno lavrador que faz "produção orgânica", ou seja, sem agrotóxico, e aconselhava seus parceiros a não colherem os produtos da lavoura para comer. Talvez esse cuidado excepcional e raro na região seja decorrente do grave problema de saúde sofrido por esse produtor pelo uso descuidado de agrotóxico no passado, o que resultou em sua aposentaria prematura.

A avaliação de comida "saudável" tem como referência o que "se comia antes". Antigamente, a comida era "mais pura", não continha "química". A referência à "pureza" como definidora de comida saudável serve, como chama a atenção Brandão (1981), para se estabelecer diferenças e avaliações sobre o modo de vida do passado e o de "hoje em dia". Atualmente, a qualidade da comida deu lugar à variedade possibilitada pelo fácil acesso ao mercado,[11] o que seria responsável por problemas de saúde que não existiam antes, como o "colesterol". "Antes todo mundo só comia gordura de porco e ninguém tinha colesterol" porque "a pureza da carne está na alimentação do animal". A "carne boa" é aquela que é alimentada com "comida da roça", "lavagem" para porco, por exemplo. Estabelece-se, assim, uma hierarquia entre as carnes com base no grau de artificialidade no processo de criação e na ausência de controle do consumidor sobre esses cuidados. As carnes de porco e a de gado criados na roça eram mais saudáveis porque os animais recebiam comida "limpa", já a galinha "*sana* a terra e dá até nojo", reage dona Jacira, que também não come "carne de açougue" porque ouviu na televisão que dão "vacina" nos bois. "O porco era engordado só com produtos que se colhia, não gastávamos nada, não dava ração. O porco era *saudável*, *orgânico*. Hoje é totalmente diferente, em poucos meses o animal já está em ponto de abate", afirma Fernando, 29

[10] Em pesquisa realizada em outras regiões do país, foi comum encontrar essa mesma referência à noção de alimentação saudável associada à idéia de "saber o que está comendo" quando se planta (Cf. CARNEIRO e MALUF, 2003).

[11] Durante mais de dez anos esse povoado contava apenas com uma mercearia que vendia "de tudo". Atualmente, há mais três mercearias, de portes diferenciados, que oferecem os chamados "manufaturados".

anos, que sempre trabalhou na agricultura, apesar de ter feito curso de formação de professores na escola estadual localizada na sede do distrito.

Os agricultores mais jovens têm uma compreensão de “alimentação saudável” que combina os valores transmitidos pelos pais, sustentados na valorização do trabalho camponês, com os valores da sociedade moderna adquiridos quer na escola, quer pela mídia, quer pela relação com os novos residentes. Assim, mesmo os mais jovens que permaneceram na agricultura falam do orgulho que têm de comer o que produzem não só porque é fruto de seu trabalho, mas também porque consideram que esse alimento é mais “saudável” do que o comprado no mercado. Reconhecem, também, os riscos do “colesterol” e da necessidade de se comer sempre “salada” e “legumes” para contrabalançar. A comida “balanceada”, explica um jovem agricultor, “deve ter muita variedade no prato, sete ou oito qualidades, um produto intera com outro e a comida fica balanceada”. No entanto, essa “receita” parece falar de um ideal raramente colocado em prática. A comida do dia-a-dia é a comida possível, daquilo que se tem disponível na lavoura em cada período do ano, complementado com o que se ganha por trocas entre vizinhos e parentes e com o que se pode comprar no mercado. Soma-se a esses ingredientes o critério da praticidade, a comida deve ser “rápida” de se preparar e também conter os alimentos “fortes” para sustentar o trabalhador por toda sua jornada de trabalho. A combinação dos “produtos da roça” com algum “manufaturado” comprado produz um cardápio rico em carboidratos e alguma proteína. Arroz, macarrão, feijão e algum tubérculo (aipim, inhame ou batata-baroa) estão quase sempre presentes. Acrescenta-se alguma verdura (repolho ou almeirão) e, às vezes, a “mistura”: lingüiça ou algum tipo de carne.

Essa dieta, contudo, varia conforme a idade. As pessoas mais idosas que não trabalham mais na lavoura devem comer em menor quantidade e alimentos considerados menos “pesados”, evitar carnes em geral e gordura de porco. Diferentemente do pessoal que “trabalha no pesado”, que pode (e deve) comer comida “pesada” que não faz mal à saúde. Já os idosos alimentam-se de “verduras” e “comida da roça”: inhame, repolho, batata, feijão que, às vezes, é cozido com a beterraba.

Come-se mais “carne de açougue” e de frango congelado que no passado, ainda que se entenda que elas representam um risco à saúde. A quantidade de “hormônio” na carne é tida como responsável, por exemplo, pelo desenvolvimento acelerado das meninas que “crescem antes do tempo e ficam inchadas”. Já os rapazes, “dos 18 aos 40, perdem o encanto pelas mulheres”, o que acontece também por causa da bebida, acredita seu Benilto, ex-agricultor que vive hoje de alugar cavalo para os turistas.

Há consenso de que as mudanças dos hábitos alimentares e das práticas agrícolas trouxeram problemas de saúde que não existiam antes, apesar de ter havido uma ampliação da diversidade do que se come e do que

se planta. Se, de um lado, essa mudança é encarada como positiva, sobretudo na praticidade de se ter "tudo para comprar" e pela variedade, de outro, é vista como negativa quando se pensa na qualidade. "Não adianta comprar no mercado que tudo que se compra lá também tem veneno. O quê que não tem veneno? Até galinha e carne de gado tem veneno. O leite de caixa também é ruim, botam o mesmo remédio que botam nos cadáveres. Tem um cheiro horrível e não estraga. O leite de vaca, se você bobear, ele estraga e o de caixa não. Só a cerveja não tem veneno", brinca Rivelino, rindo da sua [nossa] própria sorte.

A comida no passado era completada também com alimentos extraídos da *mata*. "Antigamente tiravam muita coisa da mata para comer: palmito, *buta* [um cacho como o de uva] era muito gostoso de chupar, meio amargo. Hoje, colocam na cachaça. Comia também broto de bambu, broto de samambaia, olho de bananeira, broto de abóbora... tudo minha mãe fazia", lembra Rivelino, um jovem chefe de família que há alguns meses abandonou o trabalho na construção e retornou à lavoura, integrando uma equipe formada por mais dois cunhados, todos parceiros.

A avaliação positiva sobre a aquisição dos produtos no comércio local está associada à facilidade da vida de hoje comparada à do passado. O principal fator que possibilitou essa melhoria no modo de vida é atribuído ao acesso ao dinheiro. O turismo e a intensificação da lavoura mercantil ("antigamente se plantava pouco e se vendia pouco") aumentaram a quantidade e a circulação da moeda, possibilitando a compra de alimentos no mercado.

Essa nova realidade facilitou a vida, sobretudo das mulheres que, no passado, por serem as responsáveis pela organização do consumo familiar, incluíam em suas tarefas domésticas a criação dos pequenos animais de quintal: o porco, a galinha, a galinha d'angola, conhecida localmente como "cacoete", peru, pato, ganso etc. Porém, a necessidade e a facilidade da comercialização atraíram as famílias de agricultores para perto dos estabelecimentos comerciais, o que, com a exploração turística do lugar, provocou um crescimento da "rua" – a área "urbana" compreendida pela sede do distrito. O maior adensamento das famílias acarretou também o abandono da criação de quintal, já que as casas são construídas em pequenos lotes, muito próximas uma das outras e distantes dos sítios de lavoura. Essa situação liberou a mulher de parte de suas tarefas produtivas na roça e no quintal, ao mesmo tempo que a tornou disponível para trabalhar como empregada doméstica na casa dos turistas e nas pousadas, aumentando o ingresso da renda monetária familiar. Morando na "rua" não se pode criar "galinha caipira", logo, as galinhas são criadas presas, o que exige que se dê ração comprada porque, caso contrário, elas não põem ovos, ensina Edinéia, que cuida da casa, do quintal e do galinheiro de um casal que mora no Rio de Janeiro. Isso também acontece com o peru das ceias de Natal, que passou a ser comprado congelado.

Outra qualidade da comida saudável é a “vitalidade” que está relacionada à idéia da comida “fresquinha”, que se come na hora em que se colhe, como o aipim presente nas refeições de quase todos os dias. O alimento do mercado fica exposto durante muito tempo, além de levar outro tempo até chegar ao mercado, o que faz que perca sua “vitalidade”, fica “velho”; já o alimento da roça tem mais qualidade porque é “fresquinho”. Podemos entender que o alimento “fresco” preserva seus componentes que contribuem para manter a saúde do homem, como também preserva mais sabor.

A “vitalidade” e o “frescor” dos alimentos também estão associados à “força”, pois é o que se planta e se colhe para comer que dá a força para o homem trabalhar na lavoura. Porém, nem todos os alimentos “fortes” são considerados “saudáveis” atualmente. Por exemplo, há um consenso de que a gordura de porco, muito apreciada pelo sabor que acrescenta à comida, não seja muito saudável. “Um aipim frito na gordura de porco é muito mais gostoso”, afirma Rivelino que, apesar de seu gosto e de sua juventude, só come com óleo vegetal para evitar o “colesterol”, preocupação de todos os entrevistados. O óleo vegetal é considerado “fraco” porque não sustenta o homem que trabalha na roça. Assim como as dietas indicadas pelos médicos não são apropriadas para quem “vai pegar um enxadão, uma foice, um machado... não tem força”, observa seu José Maria.

Inferimos que, na percepção dos agricultores, a força dos alimentos está também relacionada ao sabor, ao gosto forte. A explicação do “professor” Giovani acrescenta à lógica do sabor um argumento mais técnico para dar conta da “força” da gordura de porco:

> porque a gordura de porco, ela é proteína né, e o óleo não, o óleo é vegetal. A diferença é muito grande aí, sem contar que, por exemplo, às vezes eu faço pipoca aí, a gente bota um cadinho de gordura na pipoca, dá muita gordura, no total fica gostoso, macio. O óleo não, assim que você bota seca tudo, você não sabe pra aonde vai aquilo, até o sabor da comida influencia, em matéria da gordura.

Apesar da difusão dos efeitos negativos da gordura de porco para a saúde, parece que a restrição a seu uso está muito mais associada às dificuldades de se manter uma criação de porco do que à obediência aos conselhos médicos e informações divulgadas pela mídia. A mãe de João, agricultor de 35 anos que cria porcos, prefere gordura de porco porque acredita que o óleo lhe faça mal aos ossos. Para quem mantém ainda a criação, a gordura de porco é utilizada como antigamente: após matar o porco, se frita toda a carne, que depois é guardada com a banha em uma grande lata. Diariamente, a cada refeição, retira-se o tanto necessário de gordura para o preparo de cada alimento.

No entanto, nem só o que tem “proteína” é considerado “forte”. Os produtos “da terra”, que sempre foram cultivados no roçado e sempre alimentaram e sustentaram os lavradores de São Pedro por gerações, também

são considerados "fortes". É o caso do aipim, do inhame, da abóbora. Uma demonstração da "força" desses alimentos é a "broa de planta", uma receita antiga que misturava todos esses "produtos da roça" e os temperos, que podiam ser salgados (toucinho, sal, pimenta) ou doces (açúcar, canela e erva-doce). Fazia-se uma massa, enrolava-se na folha de bananeira e assava-se no forno de barro esquentado a brasas de lenha. Serviam de alimento para os agricultores que as levavam para a roça, já que não podiam voltar para comer em casa devido à distância das lavouras. Assim, sustentavam-se por todo o dia. Apesar das nostálgicas referências ao sabor dessas broas, elas não são mais preparadas. Alguns justificam isso pela inexistência de fornos a lenha. Mas há de se considerar, também, que seu preparo acionava praticamente todo o grupo familiar, "era feito em coletivo". Cada um tinha sua "especialidade"; entre os homens, um escolhia a folha da bananeira mais apropriada para enrolar a massa, outro escolhia a boa lenha para esquentar o forno, outro cuidava do fogo e limpava o forno antes de colocar a broa; entre as mulheres, algumas ajudavam ralando as "plantas" enquanto a dona da casa misturava a massa. Podemos inferir que, no novo contexto, a individualização do trabalho, decorrente da ocupação dos membros das famílias em outras atividades, dificulta essa organização coletiva. Atualmente, privilegiam-se os alimentos de preparo rápido, como o macarrão, que já se tornou um hábito rotineiro.

As mudanças na percepção e na organização do "tempo" dos dias de hoje se refletem também na preferência pelo fogão a gás e no abandono do fogão a lenha que ainda é usado por algumas famílias, em situações específicas. Nos fins de semana, quando se tem mais tempo para preparar a "comida de domingo", mais demorada, transformando o que era habitual – a "comida da roça" e o ritual da comensalidade com a presença de toda a família – em excepcional; ou para economizar gás durante a semana, deixando as panelas sobre o fogão a lenha para que permaneçam quentes até que cada um chegue para almoçar. Nesse caso, a comida é feita no fogão a gás e depois depositada sobre o de lenha já quente. Servem, também, para esquentar a serpentina para a água do banho. Há o caso de uma família que adquiriu, recentemente, um fogão a lenha industrializado, de ferro, para preencher essas finalidades, usando alternativamente um e outro tipo.

A lógica apontada acima, de que a "força" dos alimentos se baseia no critério da sustentação do corpo para o trabalho, exclui o arroz dessa classificação. Apesar de ter sido plantado antigamente pelos pais dos atuais lavradores e de se constituir em um alimento sempre presente nas refeições de hoje, o arroz é considerado "fraco" e "sem gosto", apesar de estar sempre presente nas refeições cotidianas. Por isso, é necessário que ele sempre venha acompanhado de alguma "mistura" – a carne – ou de outros alimentos "fortes".

"COMIDA DE MERCADO": A PRATICIDADE GANHA DA QUALIDADE

Percebe-se que as categorias de alimentos reconhecidas pelos agricultores de São Pedro da Serra são resultado da combinação de sistemas classificatórios distintos, expressão da situação atual, de maior convivência com os hábitos e os valores de outros universos culturais. A intensificação da comunicação entre códigos culturais distintos foi decorrência de duas grandes transformações na sociedade local nos últimos trinta anos, conforme já mencionado acima: a diminuição da atividade agrícola e o deslocamento da mão-de-obra para atividades não agrícolas relacionadas à expansão do turismo e à dependência quase completa do mercado para a aquisição e venda de alimentos.

As mudanças nas condições de produção, de venda e de acesso aos alimentos provocaram uma alteração no ritmo de vida e na dinâmica da economia local que surtiu efeito na avaliação sobre os alimentos e nas práticas alimentares, sobretudo nas gerações mais jovens.

Como já foi dito, a aquisição de alimentos no mercado é considerada grande facilitador da vida. São vários os depoimentos que comparam os hábitos alimentares de hoje com os do passado, enfatizando as mudanças positivas decorrentes desse processo em que o alimento deixa de ser necessariamente produzido pelo consumidor e passa a ser uma mercadoria. A existência de quatro estabelecimentos comerciais de alimentos nesse lugarejo aponta não só para o aumento da circulação de turistas e de novos residentes oriundos de centros urbanos, como também reflete a existência de um mercado consumidor cotidiano que não se restringe aos residentes e turistas dos fins de semana.

Já vimos como isso afetou a situação da mulher, liberando-a para o trabalho remunerado fora de casa; é interessante observar também como o fato de não se depender mais do que se produz para comer e da possibilidade de se poder contar com a oferta de alimentos manufaturados podem também ter afetado de maneira mais profunda as relações entre os gêneros, tornando viável outras formas de organização do grupo doméstico, impensáveis quando a economia local era sustentada exclusivamente na produção familiar. Estamos nos referindo em particular às unidades domésticas constituídas apenas por homens: pai com um filho, dois irmãos ou mesmo por um só homem aposentado. O consumo do macarrão, altamente apreciado e consumido com regularidade, expressa uma dessas "facilidades". A lingüiça ou a salsicha complementam o prato da refeição de domingo, "dia de descanso", de Fernando, jovem agricultor que mora com o pai.

No passado, conta o senhor Adereno, 71 anos, morador de um sítio em uma das áreas "mais agrícolas" do lugarejo, havia um comerciante que passava com suas mulas vendendo o que precisavam. Conta que seu pai pro-

duzia basicamente tudo de que necessitavam em termos de alimentos, com exceção do sal e do querosene para as lamparinas. Até mesmo o açúcar, que chamavam de "açúcar batido", era produzido por eles e colocado em grandes latões, durando, normalmente, até a próxima colheita de cana, apresentando um gosto azedo quando chegava ao final da lata. O café era plantado tanto para o consumo como para a venda. "Toda casa de família tinha um moedor de café." Como nos referimos acima, nessa época, o porco e o café eram os principais produtos comercializados pelos camponeses de São Pedro. Levavam os porcos "assados", sapecados no fogo para não estragar a carne, em tropas de mulas até Campos ou Nova Friburgo. Até hoje, algumas famílias guardam alguns pés de café para consumo próprio. O arroz e o feijão, de consumo cotidiano, também eram plantados, mas não comercializados. Seu Adereno, descendente de alemães, lembra que tinha medo do feijão porque havia o hábito de só plantar o feijão-preto e ele tinha medo das pessoas "pretas". Na época, praticamente não existiam "pretos" no local; quando raramente aparecia um, atraía logo todo tipo de reação preconceituosa, "tinha muito racismo naquela época", observa. Não soube, ou não quis explicar, o que o amedrontava, nem o motivo de não comer feijão até hoje, mas apontou para a sua pele branca quando falou do "preto" e associou ao racismo. Seria o medo de ficar preto ao ingerir um alimento dessa cor?

Há uma concordância dos mais velhos sobre a maior diversidade da lavoura familiar no passado, quando "se plantava de tudo um pouco" e havia a criação de quintal, o que é responsável pela idéia de "fartura". No entanto, a alimentação é tida como mais variada hoje, quando "tudo é mais fácil". Ainda que tenha ocorrido perda da qualidade dos alimentos, como já apontamos, a percepção é a de que se come melhor atualmente porque a comida é "mais variada" e tem "mais carne". Essa avaliação depende também da condição da família. Se a renda agrícola é complementada com algum recurso oriundo de atividade não-agrícola, a possibilidade de comprar no mercado aumenta, o que garante uma alimentação mais variada, com o consumo freqüente de carnes e leite. Em contrapartida, para quem tem apenas um pequeno quintal e a renda familiar é composta só de trabalho contratado fora da agricultura, a alimentação é menos variada, já que a dependência maior ao mercado não é compensada por uma renda monetária suficiente para adquirir bens alimentícios variados. No entanto, o acesso aos vizinhos e parentes que compõem uma sólida rede de trocas é uma realidade importante para essas pessoas.

COMIDA: UM LAÇO SOCIAL

Certa vez, conversando com alguns jovens agricultores, todos parceiros, na venda da Bocaina (bairro agrícola), perguntamos por que não organiza-

vam uma pequena feira com os produtos locais no centro do distrito, já que observáramos a ampliação da oferta e da qualidade de “legumes” e hortaliças no principal estabelecimento comercial, produtos comprados “de fora”, segundo a comerciante. A resposta imediata foi a de que ninguém compraria porque “todo mundo planta o que come e quem não planta apanha no vizinho”. Naquele mesmo instante observamos um rapaz caminhando na estrada carregando uma couve-flor. Chamamos a atenção de nossos interlocutores para o fato do que nos foi dito: “Está vendo, esse aí já garantiu o seu almoço”.

A segunda causa do não-interesse em organizar uma feira local é o desinteresse em vender em pequena quantidade, “não dá lucro”. Comercializam em “grandes” quantidades no entreposto do Rio de Janeiro (Ceasa); vender no varejo, em pequenas quantidades, não compensava o trabalho, além de desfalcar a produção para a venda no atacado.

Esse pequeno acontecimento despertou nosso olhar para a observação de um hábito corriqueiro que, até então, não havíamos registrado: o trânsito de pessoas carregando algumas raízes de aipim, algumas “baroas” ou outros “produtos da roça”. Observamos também que, na pequena venda da Bocaina, distante 3 quilômetros do centro do distrito, só existiam “manufaturados”, ou seja, produtos industrializados. Não é comum encontrar nesse pequeno comércio alguns dos produtos mencionados, fato esse que pode ser explicado por se tratar de um bairro onde predominam agricultores que, em geral, produzem os principais componentes de sua dieta alimentar. Aqueles que não são produtores devem se abastecer na roça do amigo, segundo o princípio da reciprocidade que opera nas relações entre vizinhos.

Da estrada de terra pudemos reconhecer, ao lado de plantações de pimentão, couve-flor ou berinjela, as roças de inhame e de batata-baroa que se sucedem, durante o ano, nas encostas dos morros, confirmando a classificação daquele bairro como “agrícola” ou “rural” em oposição à “rua” – o núcleo “urbano”. A fala do jovem agricultor se somava à paisagem, tornando mais incoerente a afirmação de que em São Pedro da Serra “não tem mais agricultura”. Restava saber de qual agricultura estavam falando.

O primeiro sentido pode ser atribuído à agricultura como ocupação principal dos moradores. Como sabemos, essa atividade vem sendo exercida por um número cada vez menor de famílias. Em contrapartida, a agricultura diminuiu também em termos da área que ocupa nesse território. Dizem que, antigamente, as lavouras subiam até o alto dos morros, e hoje ela diminuiu porque vem sendo duramente reprimida pelo “Ibama”. No entanto, se considerarmos a produtividade e o volume de produção por família de agricultor, sem dúvida houve um incremento de ambos. Fala-se que “hoje se produz e se vende mais do que no passado”, mas não se diz que a agricultura aumentou, porque esta ainda é considerada uma ativida-

de que integra e mobiliza o conjunto de pessoas de um grupo familiar, como fonte principal dos meios de vida. E, nesse sentido, como atividade que sintetiza um modo de vida, é certo que a "agricultura diminuiu" ou "está acabando".

No entanto, a fala de nosso interlocutor agricultor aponta para um outro aspecto aparentemente contraditório a essa constatação, o de que não haja um mercado de consumo de alimentos local, o que reforça a outra afirmação que acompanha a primeira: "aqui ninguém passa fome". Essa afirmação é corroborada pela ausência de menção, por parte dos entrevistados, à experiência de ter passado fome no passado. Sabe-se o quanto depõe contra o agricultor reconhecer que passou por situação de escassez de alimentos, pois seria assinar embaixo de sua má reputação como agricultor e como pai de família. Segundo essa lógica, quem "passa fome" e quem é pobre é sempre o "outro", ainda que não tenhamos registrada a menção a situações de carência alimentar. As raras referências a "passar dificuldade" aparecem associadas à situação daqueles que não tinham terra e ficavam sem nada para comer depois que saldavam a dívida com o proprietário.

Pesquisas realizadas em outras localidades rurais do mesmo município chegaram ao mesmo resultado: a importância da produção de alimentos, ou, em termos locais, "da roça", para garantir a segurança alimentar das famílias, mesmo que essa produção seja economicamente inviável ou invisível, como também para manter a sociabilidade entre os próximos: vizinhos e parentes (Carneiro e Maluf, 2003). Essas duas práticas – a roça de alimentos para o autoconsumo e a troca entre os próximos – se combinam na garantia da vida social e física.

A referência ao passado associa, freqüentemente, dois aspectos mencionados acima que merecem ser enfatizados: a diversidade dos alimentos produzidos e a ausência de "dinheiro". Não havia, como dizem, "o hábito de comprar". Afora a comercialização difícil, porque feita no lombo de burros, de alguns poucos produtos na sede do município de Nova Friburgo e em Campos, no norte fluminense, não havia outra fonte de renda monetária. A aquisição de alimentos não produzidos pela família era feita em geral pelo sistema de trocas que integrava uma vasta rede de pessoas, até mesmo de outras localidades. As visitas às famílias das redondezas – que constituíam verdadeira "procissões", como relata dona Maria José, uma das principais guardiãs da memória local – cumpriam três finalidades: saldar as obrigações sociais ("visitavam os parentes, os doentes, quem tinha casado"), proporcionar momentos de lazer ("o pessoal de Santo Antonio esperava o pessoal de São Pedro, com fogos, churrascos....") e realizar as trocas econômicas ("então nesses encontros eles aproveitavam para fazer trocas, quem fazia rapadura, mel, melado trocava por ovos, por galinhas, quem fazia queijo... e era aquela troca porque não tinha comércio"). A

abertura da estrada que liga a região de Lumiar e São Pedro da Serra a Mury na rota de Nova Friburgo é tida como um marco no fim dessas trocas. A partir daí, ocorre um envolvimento crescente dos agricultores com o sistema de produção mercantil o que, em conseqüência, ampliou o consumo de bens “manufaturados”. Passa-se, então, a produzir cada vez mais para o mercado e menos para o consumo familiar, como também se passa a comprar mais o que não se produz. Nostalgicamente, o momento atual é vivido como o fim de uma época. No entanto, se o vínculo definitivo com a economia de mercado introduziu profundas modificações nas práticas de produção e de comercialização como em todo um modo de vida, não se esgotaram totalmente as relações de troca. Ainda que mais limitadas atualmente, as trocas entre parentes e vizinhos que, não raro, são parentes também, continuam a ser praticadas e funcionam como mecanismo importante de satisfação de necessidades alimentares das famílias mais pobres, sobretudo daquelas compostas por idosos. Como já registramos anteriormente, essas trocas desempenham também a importante função de reforçar laços sociais de solidariedade entre aqueles que se reconhecem como pertencentes a um mesmo grupo e compartilham a mesma história. Nesse sentido, dar e receber “produtos da roça”, que são incorporados à dieta alimentar, pode ser entendido como uma prática que, associada à preferência pela “comida da roça”, contribui para marcar e consolidar um sentimento de pertencimento a uma rede de relações entre pessoas e a uma localidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Plantar, colher, comer:* um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

CARNEIRO, Maria José. Memória, esquecimento e etnicidade na transmissão do patrimônio familiar. CARNEIRO, M. J. et al. (Orgs.). *Campo aberto:* o rural no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998, p.273-96.

______. Descendentes de suíços e alemães de Nova Friburgo: de “colonos” a “jardineiros da natureza”. GOMES, A. C. (Org.). *História de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, p.44-65.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. (Orgs.). *Para além da produção, multifuncionalidade e agricultura familiar.* Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

CARNEIRO, Maria José; TEIXEIRA, Vanessa Lopes. Pluriatividade, novas ruralidades e identidades sociais. CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Orgs.). *O novo rural brasileiro:* novas ruralidades e urbanização. v.7. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004, p.15-38.

CORRÊA, Heloisa B. S. *Nova Friburgo*: o nascimento da indústria 1890-1930. 1985. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense.

COSTA, Ricardo da G. R. Visões do “Paraíso Capitalista”: hegemonia e poder simbólico na Nova Friburgo da República 1997. (Mestrado em História) – Dissertação. Universidade Federal Fluminense.

GARCIA, Eduardo Henrique. Algumas considerações sobre a evolução recente do setor agroalimentar fluminense. CARNEIRO, M. J. et al. (Orgs.). *Campo Aberto:* o rural no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998, p.79-104.

NICOULIN, Martin. *A gênese de Nova Friburgo:* emigração e colonização suíça no Brasil (1817-1827). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995.

SEYFERTH, Giralda. A imigração alemã no Rio de Janeiro. GOMES, A. C. (Org.). *História de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, p.11-43.

SILVA, Ana Paula Barbosa. Influência do pousio nas propriedades físicas e químicas dos solos em Bioma de Mata Atlântica: o caso de São Pedro da Serra – Nova Friburgo. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005. 68f. (Monografia, graduação em Geografia).

WOLF, Eric. Tipos de campesinato latino-americano: uma discussão preliminar. FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. (Orgs.). *Antropologia e poder.* Contribuições de Eric R. Wolf. Brasília: Editora Universidade de Brasília. Campinas: Universidade de Campinas, 2003, p.117-44.

Parte 2

A COLONIZAÇÃO DIRIGIDA E A MARCHA PARA OESTE

7
A Colônia Agrícola Nacional de Goiás no aprendizado da itinerância

Jadir de Morais Pessoa

INTRODUÇÃO

A experiência do trabalhador rural brasileiro que mais se pode considerar consolidada e tendente a se reproduzir permanentemente é a itinerância. O trabalhador rural itinerante, em geral, é compreendido como aquele que temporariamente se desloca do município ou estado em que reside para vender alhures sua força de trabalho. Diversas situações determinam esse deslocamento: os desequilíbrios inter-regionais em termos de oferta de trabalho, as diferenças regionais de remuneração em determinadas fases de plantio e colheita – como é o caso das levas de cortadores de cana alagoanos que anualmente trabalham nos canaviais de São Paulo –, a fúria dos "gatos" que vendem fora de seus estados lotações e mais lotações de trabalhadores.

Embora esses sujeitos concretos, que muitas vezes são quantificados e até nomeados, aqui se tratará de um fenômeno social abrangente, ou da marca inserida por nossos cinco séculos de relações assimétricas de trabalho, na mentalidade e, muitas vezes, também no corpo de milhões de trabalhadores rurais brasileiros. Quer se trate de um deslocamento do campo para a cidade, da cidade para o campo, de uma prática produtiva agrícola ou de criatório para outra, de uma fronteira agrícola a outra, de uma região a outra por força de uma intervenção estatal expansionista, a categoria social trabalhador rural está permanentemente em movimento. Mas essa itinerância não é uma limitação do trabalhador ou mera fuga de depressões econômicas circunstanciais. Ela é engendrada, construída no próprio processo histórico de apropriação da terra, da força de trabalho e dos excedentes da produção agrícola familiar. Ou seja, não é um acidente de

percurso, e sim, um instrumento do qual se lança mão na hora que convém. Por isso, tornou-se uma predisposição ou, como veremos com Bourdieu, um *habitus itinerante*, adquirido ou aprendido concomitantemente à socialização das novas gerações de trabalhadores.

Tal é o foco desta releitura de parte do material coletado em nossa pesquisa para o mestrado, realizada ao longo de 1988 e 1989, no município de Ceres (GO), herdeiro maior da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang), a primeira das oito colônias nacionais criadas por Getúlio Vargas em 1941. Para o caso de uma compreensão mais abrangente de resultados e interpretações dessa pesquisa, que tem como eixo as implicações do processo de modernização político-pastoral do catolicismo no Brasil das décadas de 1970-80, indicamos a leitura da dissertação (Pessoa, 1999). Aqui, nos deteremos nessa marca recorrente do trabalhador rural que é a itinerância.

A MARCHA PARA O OESTE

Segundo Neide Esterci (1972, p.14), a passagem da década de 1930 para a de 1940 continha uma verdadeira avalanche ideológico-propagandística em torno da campanha "marcha para o oeste". Com certeza, se não a política de ocupação da terra que daí decorreria, pelo menos a ocupação de espaços vazios e seu sentido geográfico – do leste para o oeste – terão sido inspirados no processo de ocupação do oeste norte-americano em 1862 – o *Homesteads Act*. A marcha para o Oeste no Brasil surgiu simultaneamente com o Estado Novo. Getúlio investiu duramente sobre o que chamou de "rixas partidárias" estaduais – os partidos eram estaduais e não nacionais. Na sua fúria "nacionalizante", já nos primeiros meses do Estado Novo, Getúlio dizia que "o verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o oeste" (Dayrell, 1974, p.47-8).

O texto de maior expressão, desempenhando esse papel de legitimador das ações do Estado Novo, foi o livro de Cassiano Ricardo (1970), segundo o qual o único período até então em que houve democracia no Brasil foi o das Bandeiras. A Bandeira, por sua grande "mobilidade", venceu as distâncias raciais e geográficas. "Havia os perigos da selva, os índios inimigos, a fome." Mas tudo isso foi vencido, sem dependência do governo de Portugal. O governo era intrabandeira, exercido pelo "cabo de tropa" a quem todos obedeciam cegamente – que democracia, heim! O sentimento de solidariedade impediu que a Bandeira criasse a propriedade imobiliária: "a bandeira não criou primeiro a propriedade, mas sim o território". Depois vieram a Inconfidência e a Independência, mas na hora da elaboração do "regime de Estado", os "ismos" europeus contaminaram a realidade brasileira, via cidades do litoral. Aí, com o liberalismo deu-se

a anarquia, a ingovernabilidade. Só na década de 1930 é que o Brasil veio se dar conta do desvio e começou a voltar às suas origens. O Estado Novo foi a retomada do fio condutor das origens de nossa democracia. Como nas bandeiras, o Brasil enfrenta perigos: o liberalismo ("pelo excesso de liberdade, de autonomia dos estados"), o comunismo ("tem excesso de coletivismo, gera o ódio entre irmãos") e o fascismo ("como o comunismo, uma forma de totalitarismo"). Mas, de novo, ainda segundo o autor, surge a ação "providencial" do "cabo de tropas" na pessoa do presidente. Sérgio Miceli (2001, p.95) lembra que, depois de 1930, Cassiano Ricardo dirigiu o expediente do Palácio do Governo "ao longo de sucessivas administrações".

A mesma interpretação da história do Brasil foi constatada por Neide Esterci em um discurso do presidente Getúlio Vargas, proferido em Cuiabá, em 1941, em que Getúlio associou às bandeiras um passado de luta pela conquista da terra, busca de tesouros, desbravamento. Entre as Bandeiras e o Estado Novo houve um período em que não havia integração, mas núcleos isolados. No Estado Novo havia novamente a luta por recuperação econômica, união de grupos e regiões. "Inicia-se de novo a cooperação entre o interior e o litoral", afirmava Getúlio. A ponte era a "marcha para o Oeste", personificada pelo próprio presidente. Ele era o novo mediador, como o bandeirante de outrora.

> A minha visita a Mato Grosso, como a outras regiões centrais do Brasil, revela a ação essencialmente nacionalizadora do novo regime... O que mais nos preocupa no momento é a necessidade de estabelecer comunicações permanentes e seguras entre vossos centros de trabalho e os mercados do litoral,

explicava o presidente em Cuiabá (Esterci 1972, p.24).

Além desses objetivos, a "marcha para o Oeste" tinha também justificativas ligadas à segurança. Eliane Dayrell, citando artigos publicados pela revista *Novas Diretrizes*, de junho de 1940, constata nesse período forte preocupação com a possibilidade de imigrações decorrentes do conflito mundial. "Prenuncia-se que, após o término da guerra, excedentes de população deverão forçosamente procurar novas terras e é preciso que o Brasil se previna contra levas de imigrantes indesejáveis." E à medida que a guerra foi evoluindo, a preocupação com a segurança foi sendo incorporada também pelo discurso do presidente: "Mas agora a marcha para o oeste apresenta aspecto político novo e de incalculável alcance, sob o ponto de vista da própria segurança e sobrevivência da nacionalidade independente" (Dayrell, 1974, p.42). Essa preocupação gerou medidas práticas em dois níveis: restrição à imigração por um Decreto-Lei de 7.4.1941 (Esterci, 1972, p,18) e restrição à inscrição de lavradores estrangeiros nas colônias agrícolas.

A "marcha para o Oeste" foi concretizada por Getúlio em suas constantes viagens, na abertura de rodovias e ferrovias, na criação de núcleos

coloniais (Decreto-Lei nº 2.009 de 9.2.1940), mas, sobretudo, na criação de Colônias Agrícolas Nacionais, por força do Decreto-Lei nº 3.059 de 14.2.1941. Em seguida, outros decretos foram posicionando as colônias pelo território brasileiro, totalizando sete, ainda no Estado Novo, e uma já em 1948. O quadro das oito colônias, com suas respectivas datas e decretos de criação, é:

Quadro 1 – Colônias agrícolas decorrentes do Decreto nº 3.059

Decreto nº	Data	Nome
6882	19/2/41	Colônia Agrícola Nacional de Goiás
8506	30/12/41	CAN do Amazonas
8671	30/1/42	CAN de Monte Alegre, Pará
10325	27/8/42	CAN de Barra do Corda, Maranhão
12417	12/5/43	CAN de General Osório, Paraná
5941	28/10/43	CAN de Dourados, Território de Ponta Porá, hoje MS
16780	10/10/44	CAN de Oeiras, Piauí
25547	21/9/48	CAN de Jaíba, Minas Gerais

Fonte: Pessoa, 1999, p.37.

A COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE GOIÁS

A primeira colônia a ser criada, como aplicação do Decreto-Lei nº 3059, foi, portanto, a de Goiás. Os cidadãos brasileiros e, excepcionalmente, estrangeiros, com conhecimentos agrícolas especiais para servirem como exemplo e estímulo; maiores de dezoito anos; não proprietários e reconhecidamente pobres; com aptidão para os trabalhos agrícolas (art. 20); de todo o Brasil, foram chamados a Goiás, a partir de 1941 (Dayrell, 1974, p.86; Neiva, 1984, p.71), com alvissareiras promessas.

Receberiam gratuitamente lotes com área variando entre 20 e 50 ha (cujos títulos definitivos seriam expedidos posteriormente pela União) e, em cada lote, uma casa "do tipo mais conveniente à região", para residência do colono e sua família. O lote não estaria sujeito a nenhum tipo de imposto ou taxa, e para o seu cultivo direto, o colono receberia ainda: sementes, material agrário mais urgente e empréstimo, durante o primeiro ano, de máquinas e instrumentos agrícolas e de animais de trabalho. O decreto prometia ainda: aprendizado agrícola para a instrução rural aos filhos dos colonos, postos de monta com reprodutores selecionados; escolas primárias para a alfabetização de todas as crianças em idade escolar; cooperativa de produção, venda e consumo; assistência médica e farmacêutica e serviços de enfermagem.

Os colonos, em contrapartida, ficariam obrigados a preservar 25% das matas do lote rural e a cuidar da limpeza de valas e valetas e a conservar estradas e caminhos que atravessassem os respectivos lotes. O art. 24 ameaçava com a exclusão do ocupante do lote, caso ele: deixasse de cultivá-lo dentro dos prazos estabelecidos, explorasse matas sem imediato cultivo e, caso o colono fosse confirmado em inquérito administrativo, como elemento de má conduta e de perturbação para a Colônia. Antes da expedição do título definitivo de propriedade, os lotes não poderiam também ser vendidos, hipotecados, transferidos, alugados, permutados ou alienados.

Consta também, nos arts. 22 e 23, que no caso de falecimento do chefe da família ocupante, o lote passaria nas mesmas condições para os herdeiros ou legatários. Nesse caso, a viúva e os órfãos estariam isentos de qualquer débito contraído pelo falecido.

O decreto previa, também, a criação de uma sede da Colônia, observadas todas as regras urbanísticas, visando ao surgimento de um futuro núcleo de civilização. E os funcionários públicos federais, estaduais ou municipais não receberiam lotes urbanos nem rurais.

Nas décadas de 1920 e 1930, Goiás já atraía intenso fluxo migratório, em especial pela fertilidade das terras e pela riqueza florestal da microrregião do "Mato Grosso de Goiás", na parte centro-sul do estado (onde está localizada a área da Cang). Algumas transformações vieram somar-se a essas características puramente naturais. Em 1933 foi decretada a fundação da nova capital do estado – Goiânia – retirando-a da Cidade de Goiás, área de mineração em decadência. A transferência ocorreu em 1937. Ainda em 1935, a Estrada de Ferro Goiás, partindo do Triângulo Mineiro, chegava a Anápolis. Com isso, em 1940, Goiás já era a terceira unidade da federação em recebimento de migrantes: 18,9% de sua população eram naturais de outros estados. A população do "Mato Grosso de Goiás", por exemplo, em 1940, contava com 200 mil habitantes – 150% a mais que em 1920. Os "novos goianos" vinham sobretudo do oeste e sul de Minas Gerais, apontava Speridião Faissol (apud Neiva, 1984, p.101).

A marcha para o Oeste pegou essa deixa, mas Goiás acabou tendo outro papel nesse processo. Várias publicações de estudiosos da época falavam da cobiça internacional que mirava a Amazônia por sua exuberância florestal e fluvial. Havia até mesmo a menção à pretensão norte-americana de fazer da Amazônia um escoadouro para sua população ex-escrava. E o caminho para ocupar a Amazônia, antes que isso acontecesse, seria não o litoral, mas o Centro-Oeste. O presidente também aderiu a essa alternativa de acesso à Amazônia. Em um banquete que lhe foi oferecido em Goiânia pelo interventor Pedro Ludovico, no dia 7 de agosto de 1940, Getúlio Vargas (apud Dayrell, 1974, p.45) explicitou o sentido dessa ponte:

> Goiás apresenta-se na atualidade, com as energias revigoradas, colaborando, construtivamente, no progresso geral, a sua população aumenta em ritmo apreciável que se acelera e será ainda mais intenso quando os grandes cursos de água que regam o planalto se transformarem em ligação econômica entre o Norte e o Centro do país.

Havia, portanto, uma tendência mais do que favorável a que a primeira Colônia fosse criada em Goiás. Foi o que dispôs o Decreto nº 6882 de 19.2.1941, em terras cedidas pelo governo estadual, pelo Decreto nº 3704, de 4.11.1940 (Neiva, 1984, p.100).

Concomitantemente, aconteciam também a escolha do engenheiro agrônomo para implantar e administrar a primeira Colônia e a escolha da área a ser colonizada. A indicação para a administração partiu de Luiz Simões Lopes, oficial de gabinete de Getúlio e recaiu sobre o nome de Bernardo Sayão Carvalho Araújo. Os dois tinham sido colegas de infância e de adolescência (Sayão, 1984, p.53) e contemporâneos no curso de Agronomia em Piracicaba (Neiva, 1984, p.105).

A localização da Colônia tem justificativas divergentes. Uma primeira tendência, e a mais corrente, é de se dizer que a área escolhida o foi porque era a melhor do estado para esse fim. Um ex-topógrafo da Colônia diz que a escolha se deu "porque naquela época a área de mata virgem e de cultura mais próxima de Goiânia, era a Mata São Patrício". Aqui era o maior núcleo de mata contínua do Estado de Goiás.[1] O jornal *Cidade de Goiás*, em sua edição nº 113, de 9. 2.1941, somava-se a essa justificativa: "... a região escolhida é, sem favor, uma das mais ricas do interland brasileiro, não só pelo seu excelente sistema hidrográfico, como ainda pelas magníficas propriedades físico-químicas de suas terras".

Léa Sayão diz que seu pai, Bernardo Sayão, participou da escolha do local da Colônia, em uma viagem que fez – metade de carro e metade a cavalo – no dia 6 de abril, "juntamente com os doutores Oliveira Marques, Eduardo Cláudio, Luiz Honório Ferreira e Luiz Caiado de Godoy". Mas ela conclui que o "último objetivo" da expedição era a Mata de São Patrício, à margem esquerda do rio das Almas (Sayão, 1984, p.53). Sendo assim, aquela viagem não parece ter sido para a escolha como tal, porque, segundo os dados acima, isso terá acontecido pelo menos seis meses antes, com o decreto estadual de cessão das terras ao governo federal.

Um antigo tabelião de Ceres deu outra versão para os fatos. Diz, para resumir suas histórias, que, a leste da Mata São Patrício, havia uma propriedade de 90 mil alqueires, chamada Codora, de um grupo do qual participava o presidente do Dasp Luiz Simões Lopes. O nome original da fazenda era Lavrinha de São Sebastião, recebido no Registro Paroquial das Terras. Na época da criação da Colônia, a fazenda era administrada pela

[1] FJR, Depoimento em 1º fevereiro de 1988.

Codora. A escolha da área da colônia foi, portanto, com o objetivo de supervalorizar a região, para que a fazenda fosse loteada e vendida. E Sayão, durante sua atuação como administrador da Colônia, era também procurador do grupo para a referida transação. Segundo Neiva (1984, p.102-3), Simões Lopes confirmou a existência da operação.

Sediaria então a Cang a Mata São Patrício, região que tinha esse nome por ser banhada por três rios: o São Patrício ao norte, o Verde ao sul e o das Almas a leste.

Quem conseguiu atravessar o rio das Almas, de canoa e mais tarde por sobre a ponte de tambores, foi transformando aos poucos a mata tosca e fértil em nova relação entre trabalho e poder. Aos milhares, antigos meeiros, parceiros e arrendatários – necessariamente camponeses não proprietários e reconhecidamente pobres – foram ocupando os lotes para desmatamento e plantio. Passariam à condição de colonos/proprietários, em uma transição, quem sabe, para a ampliação da propriedade recebida, ou retornariam à condição anterior.

De uma "formosa mulher, de talhe majestoso e tez rosada", "olhos lânguidos" e cabelos louros que "caem-lhe em desordem sobre as espáduas", "peito forte", "seios erquidos" e "um punhado de espigas na mão direita", segundo a mitologia greco-romana (Commelin, 1957, p.50), veio o nome para a sede da colônia. Surgia então a Vila de Ceres, a deusa da agricultura.

Em 1946, a população da Colônia já era de 8 mil pessoas (Dayrell, 1974, p.126), número que crescia de modo gradativo. Os geógrafos "Faissol e Léo Vaibel, em 1947, observaram a composição dos colonos por naturalidade, identificando que 60% da população da Colônia era formada por mineiros, 20% de goianos e 20% de outros estados, principalmente paulistas e nortistas" (Neiva, 1984, p.116).

A determinação da administração era a de que os lotes deveriam ser de 30 ha. O serviço de topografia, pelos parcos recursos, era muito moroso e "a entrada de colonos era muito intensa". Sem lotes demarcados de modo suficiente, com uma média de 300 m cada um deles, os colonos eram colocados às margens dos córregos. Acabaram ficando amontoadas, "duas, três famílias numa volta de rio" e muitas delas aceitaram posteriormente a redução da área do lote para não terem de mudar de casa ou de roça. Com isso, a área média dos lotes caiu para 20 ha, havendo muitos de 18 e até de 16 ha. Além disso, mesmo antes da demarcação e do título de propriedade, já tinha início uma grande onda de compra e venda de lotes.[2]

Passemos das causas às conseqüências. A área doada de início pelo estado à União para a instalação da Cang era de 250 mil ha. Em 20.5.1946, o Decreto nº 403 do governo de Goiás reduziu essa área para 106 mil ha. Datis

[2] FJR, no depoimento já citado.

Oliva diz que na conclusão da demarcação dos lotes, o fechamento de todos os polígonos revelou que a área era ainda menor, ficando apenas em 94.523 ha, conforme fez publicar no *Guia Prático da Cidade de Ceres*. Ficaram excluídas as áreas correspondentes ao que atualmente são os municípios de Carmo do Rio Verde (à margem esquerda do rio Verde) e Rubiataba (à margem direita do rio São Patrício).

O Censo Demográfico de 1950 registra uma população de 29.522 pessoas em toda a Colônia. O *Guia Prático da Cidade de Ceres* diz que, em 1950, havia 1.313 lotes demarcados e mais de 4 mil famílias fixadas na zona rural. No entanto, no relatório pedido pela Comissão de Inquérito que investigou a administração da colônia, à pergunta "se foram construídas casas para residência de colonos", Sayão respondeu que "sim", em 23 lotes, citando nominalmente seus respectivos ocupantes (Sayão, 1984, p.105). Ou seja, a promessa de casas ("em cada lote") não foi cumprida. A assistência à saúde era praticamente reduzida ao trabalho do hospital de madeira na sede. Mas 93% da população estava na zona rural (Dayrell, 1974, p.127), onde a falta de assistência médica e de medicamentos era agravada ainda mais pela subnutrição. Por isso, o número de vítimas fatais de várias doenças, sobretudo a malária, era muito alto. Também não houve cumprimento do decreto de criação das colônias quanto à instalação do aprendizado agrícola e de cooperativa. Enfim, o antigo topógrafo conclui no mesmo depoimento: "nada do que foi prometido pelo decreto foi cumprido". Mas, ainda que seja para confirmar a regra, há pelo menos uma exceção detectada por Neiva (1984, p.83): "a única disposição cumprida ao pé da letra e durante todo o período de existência da Colônia foi a gratuidade da terra".

A despeito de tudo isso, os lotes iam sendo desmatados e cultivados, apresentando considerável produção agrícola. Em 1950 foram colhidas 25.200 toneladas de arroz, 1.530 de milho e 3.080 de feijão. Um dado curioso é que a produção de milho em 1947 havia sido de 30 mil toneladas. E a partir de 1950 já se verificava uma tendência para outras culturas, como cana-de-açúcar, mandioca e algodão (Dayrell, 1974, p.129).

A expansão populacional e o surgimento dessa produção agrícola determinaram o aparecimento até de outras cidades na região, como Rubiataba, Carmo do Rio Verde (em uma área inicialmente destinada à Cang) e Goianésia. Atraíram também indústrias, como a Companhia Geremia Lunardelli – a "cafeeira" – em Goianésia (Dayrell, 1974, p.85) e a Anderson Clayton & Company of Texas (refinaria de óleo e fábrica de algodão) em Anápolis (Dayrell, 1974, p.103).

Bernardo Sayão foi, por fim, enquadrado em um processo administrativo, com a formalização de duas acusações: compra de ações da Companhia Hidrelétrica São Patrício (Chesp) sem a devida dotação orçamentária e compra de uma lancha (Sayão, 1984, p. 102). Em fins de 1950, enquanto

corria o processo administrativo, Sayão foi substituído interinamente por Ururaí da Veiga.

Em 18 de janeiro de 1951, Datis Lima de Oliva foi nomeado substituto de Bernardo Sayão. A mudança de administrador significou a substituição do impulso bandeirante pela eficiência técnica. Datis Oliva teve passagem pela Vale do Rio Doce e estava administrando, desde 1947, a Colônia Agrícola Nacional do Pará (Neiva, 1984, p.125). Sua principal e imediata tarefa foi a regularização do próprio território da Colônia. Feito isso, a outra foi a demarcação definitiva dos lotes e a preparação para a expedição dos títulos de propriedade. Na administração Sayão foram demarcados 1.313 lotes e de 1951 a 1953 a administração Oliva fixou famílias em outros 2.230 lotes. Até essa data, faltava demarcar apenas a área requisitada pelos Helmuth, aguardando a definição da justiça.[3] A escrituração dos lotes, iniciada por Datis em 1954, estendeu-se até 1974, totalizando cerca de 3.996 lotes registrados e escriturados (p.126-7).

Todas as informações sobre a emancipação da Colônia parecem convergir em uma direção: buscaram-na interesses políticos e econômicos entrelaçados. Um comerciante de Rialma manifestou-se também sobre essa questão no depoimento já citado: "A Colônia entrou em colapso porque havia pessoas interessadas em investir economicamente na Colônia e usavam do tráfico de influências políticas para pressionarem na direção do fim da inalienabilidade dos lotes."[4] Isso vem reforçar o que Neiva aponta no capítulo 1 de seu texto: "a migração confirmava-se como evento historicamente determinado pela expansão do capitalismo, referida às exigências econômicas da circulação das forças produtivas" (p.28). E os políticos regionais da época não perderam tempo, como explica o então administrador: "A Colônia elegia um deputado. Então eles apressaram a emancipação para eleger seus prefeitos e deputados. Eu desejava ainda colocar em Ceres água encanada e luz. Então os deputados estaduais criaram o município. Tendo município tem que ter prefeito".[5]

Primeiro, portanto, aconteceu a criação do município, em 4.9.1953, pela Lei Estadual nº 767. A Prefeitura foi instalada em 7.1.1954, tendo como prefeito Geraldo Fonseca de Azevedo, no cargo de subprefeito do Distrito de Ceres desde outubro de 1951 (Publicidade Friedmann de Goiás, 1954). O primeiro prefeito eleito foi o médico Domingos Mendes da Silva, vitorioso no pleito de 10.10.1954.

A Colônia só foi extinta, no entanto, em maio de 1955. De 1953 a 1955 sobrepunham-se os dois poderes executivos em Ceres: o municipal e o

[3] Datis Lima de Oliva, depoimento em Brasília, em maio de 1988.
[4] Ibidem.
[5] Ibidem.

federal, ao que Datis Oliva conclui: "aí criou o confronto entre as duas administrações. Só tinha um jeito: emancipar".[6]

A população já era, em 1953 (último ano em que há dados disponíveis em relação à Colônia), de 36.672 pessoas, estando 33.222 (91%) no campo e 3.450 (9%) na cidade (Dayrell, 1974, p.127). Estavam definitivamente superadas, quanto a isso, as expectativas do começo da Colônia, como as do jornal *Cidade de Goiás*, de 30.3.1941: "... segundo os planos previamente estabelecidos, albergará a Colônia Agrícola mais de cinco mil famílias de colonos, o que equivale a mais ou menos 20 mil pessoas".

Quando realizamos a pesquisa em Ceres, em 1988-89, passava um pouco dos trinta anos da emancipação da Cang. E havia naquele período poucas vozes discordantes quanto ao sucesso da colonização ocorrida. O bandeirantismo "reencarnado" em Bernardo Sayão, somado a certa ascendência da cidade de Ceres em relação às de sua circunvizinhança – comércio mais robusto, maior concentração de representações regionais de serviços públicos, maior concentração de unidades de atendimento médico-hospitalar etc. –, garantia, no geral, uma avaliação marcadamente positiva, ufanista até. Enalteciam de maneira recorrente o grande benefício que o processo instaurado lá, a partir de 1941, trouxe para o desenvolvimento do município de Ceres e, por conseqüência, a outros municípios vizinhos que nem sequer existiriam, caso não existisse a colônia. Portanto, para essa visão corrente na cidade, a CANG foi o primeiro e bem-sucedido exemplo de reforma agrária do Brasil (Pessoa, 1999, p.74-8).

Vejamos a imprecisão conceitual, porque não dizer, o equívoco do cultivo dessa memória da colônia. Durante o período colonial (1500-1822), a posse e o uso da terra eram definidos pela Lei de Sesmarias (Lei de D. Fernando, de 26.5.1375, transplantada de Portugal para o Brasil), segundo a qual as terras eram doadas pela Coroa a certas famílias consideradas "merecedoras". O sesmeiro era sempre um homem de posses, "capaz de ajustar o destino da terra aos produtos exportáveis" (Faoro, 1989, p.126). A Carta Régia de 17.12.1695 limitava a extensão das sesmarias a 4 léguas por uma, e outra carta posterior limitava-as a 3 léguas por uma. Ainda no século XVII, outras cartas régias impunham diferentes condições, como a "demarcação judicial", mas a herança da sesmaria foi, definitivamente, a grande propriedade, improdutiva (p.418). Quando foi criada em Portugal, no bojo da crise agrária que precedeu a Revolução de Avis (1383-85), ambiguamente, a sesmaria atendia também aos interesses da aristocracia comercial, obrigando os proprietários de terras a produzirem alimentos (p.38). Mas, na prática, os três séculos de experiência sesmarial no Brasil resultaram na consagração das extensões latifundiárias (p.126).

[6] Datis Lima de Oliva, no mesmo depoimento.

A partir de 1822, com o fim do regime de sesmarias (Resolução de 17 de julho), começava um período em que a aquisição de terras era possível pela posse ou pelas ocupações de terras devolutas, por trabalhadores livres. O grande beneficiário do período das ocupações, entretanto, não foi o trabalhador livre e sim, mais uma vez, o proprietário rico. Este, com a falta de legislação do período, estava livre de dois aspectos menos vantajosos do regime sesmarial: a limitação das extensões e a obrigação de cultivo (Feres, 1990, p.139). Esse período teve curta duração. Uma crise do latifúndio escravista já começava a ser sentida. O lançamento do açúcar de beterraba pelas guerras napoleônicas provocou uma grave crise nos engenhos brasileiros, em especial nordestinos (Faoro, 1989, p.324). E, para que a classe patronal não entrasse em colapso em termos de mão-de-obra, o Império editou em 18.9.1850 a Lei nº 601, chamada Lei de Terras, dificultando o acesso à propriedade da terra. É do mesmo ano a proibição do tráfico negreiro, por força da Lei Euzébio de Queiroz – o ministro da Justiça – sob pressão da Inglaterra, para que o Brasil cumprisse o Tratado de Viena (Oliveria, 1985, p.178).

A Lei de Terras foi uma adoção literal dos pressupostos da Colonização Sistemática de Wakefield, em especial quanto à venda de terras devolutas a preços elevados e aplicação de parte do dinheiro arrecadado com a venda de terras na importação de mão-de-obra branca. O que se queria, é claro, era a vinda de imigrantes europeus para as fazendas de café, com a obrigação de alugar sua força de trabalho por um bom tempo, antes de virem a se tornar proprietários de terra (Lima, 2002, p.85-7). José Graziano da Silva (1982, p.25) resume bem o real objetivo da Lei de Terras: "Se houvesse homem livre com terra livre ninguém iria ser trabalhador dos latifúndios".

A Constituição de 1891 revogou a Lei de Terras, passando a regulamentação das terras devolutas para os estados, mas consagrou a propriedade em sua plenitude. E de lá para cá, em todas as fases da extensão da Revolução Burguesa ao Brasil, ao contrário do que tem acontecido em países capitalistas, como França, Inglaterra e Estados Unidos, e até em países capitalistas periféricos como Formosa e Coréia do Sul, nenhuma alteração da estrutura fundiária ocorreu no Brasil. A Constituição de 1946 e o restabelecimento de um governo civil em 1985 podem até ser consideradas boas oportunidades perdidas nesse sentido.

De modo que as Colônias Agrícolas Nacionais da década de 1940, em particular a de Goiás, nem de longe podem ser referidas ao conceito de reforma agrária, que, a rigor, nunca houve no Brasil. Reforma Agrária, segundo José Eli Veiga, implica "modificação da estrutura agrária de um país ou região, com vista a uma distribuição mais eqüitativa da terra e da renda agrícola" (Veiga, 1982, p.7). Veiga certamente classificaria a colonização, no máximo, como "transformações agrárias" do perfil de um país ou região, "impostas pelo crescimento econômico e por suas crises". A maior

"contribuição" das colônias agrícolas foi, sem dúvida, expressiva expansão da fronteira agrícola na região Centro-Oeste e na Amazônia Legal, sem contudo alterar a estrutura fundiária do país (ao contrário, reforçando-a). Quando era diretor-executivo da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), o prof. Plínio Moraes (1989) apontou como elemento fundamental para a distinção entre colonização e reforma agrária a questão do "poder", afirmando: "A Reforma Agrária transfere terra e renda, mas, antes de tudo, transfere poder".

Uma prova cabal de que as colônias agrícolas desempenharam outro papel no pós-guerra no Brasil, que não o de concretizar a distribuição de terras com o objetivo de se criar outra lógica na produção de renda, está em uma análise do desenvolvimento de seus remanescentes. Ceres o expressa bem. Para muitos trabalhadores rurais, Ceres representou uma esperança de vida melhor, mas em pouco tempo teve de ser considerado um novo ponto de partida. É certo que uma pequena burguesia rural e/ou urbana tenha emigrado à procura de escolas especializadas para os filhos ou de investimentos em áreas de maiores possibilidades de expansão agropecuária, como o norte do Estado – atual Tocantins. Mas é certo também que Ceres se constituiu em um campo eficaz de proletarização ainda maior do trabalhador rural. Em conseqüência, um novo catalisador teve de ser buscado; em geral, os centros urbanos mais próximos e mais prósperos: Anápolis, Goiânia e Brasília. Naturalmente, a sede do município tem apresentado, nos últimos recenseamentos, um crescimento populacional positivo, embora com limitada capacidade de absorção. As atividades industriais restringem-se à indústria de transformação, com incidência maior sobre a transformação de produtos alimentícios. Em 1980 essas atividades ocupavam apenas 357 pessoas. Afora essas ofertas, a sobrevivência na cidade tem de ser garantida pelo comércio, prestação de serviços, subemprego, biscates etc.

É por isso que o fenômeno migratório de que Ceres faz parte, seja como "lugar de destino", seja como novo "lugar de origem", não pode ser visto isoladamente, mas como resultado de um processo global de mudanças. Servindo-nos dos conceitos de Paul Singer, poderíamos dizer que Ceres, que já contou com fortes "fatores de atração" (em especial "demanda pela força de trabalho") em relação às correntes migratórias de outras áreas do país, passou em seguida a contar com "fatores de expulsão":

> a) "fatores de mudança, que decorrem da introdução de relações capitalistas de produção nestas áreas, o que acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários; e b) fatores de estagnação, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários. (Singer, 1985, p.30-40)

Os dados populacionais confirmam que isso vem se dando em Ceres, tanto no cômputo geral do município (para fora, portanto) como internamente, no sentido campo-cidade (ou para outras cidades).

Quadro 2 – Ceres – População residente

Ano	Total	Rural (%)	Urbana (%)
1953(1)	36.672	33.222 (91)	3.450 (9)
1960(2)	42.803	35.908 (84)	6.895 (16)
1970(2)	39.518	28.230 (72)	11.288 (28)
1980(3)	31.493	17.857 (57)	13.636 (43)
1986(4)	24.155	8.898 (37)	15.257 (63)
2000(5)	22.177	4.080 (18,4)	18.097 (81,6)

Fontes: Guia Prático de Ceres; IBGE, Censo Demográfico, citado por Dayrell, 1974, p.3); IBGE, Censo Demográfico de 1980; IBGE, Contagem em convênio com a Prefeitura Municipal; IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Esvaíram-se, portanto, os sonhos política e economicamente construídos de se erigir, na Mata São Patrício, um "santuário" à deusa da agricultura. Com tantas alterações operadas no "calendário litúrgico" e nas rubricas do ritual à deusa, o que ficou foi a cidade, para dar a notícia de que o trabalhador rural passou por lá – ainda que alguns poucos tenham permanecido no município, exercendo a atividade agrícola ou migrando para outra atividade – e seguiu seu percurso, acompanhando o processo de expansão da fronteira agrícola ou em direção a alguns pólos urbanos atraentes na região, em especial Goiânia, Anápolis e Brasília.

A LIÇÃO DA ITINERÂNCIA

Durante a pesquisa realizada em Ceres, em 1988 e 1989, um questionário foi respondido por cinqüenta pessoas que residiam em Ceres havia vinte ou mais anos. Desses, 29 nasceram no estado de Minas Gerais, 6 no próprio estado de Goiás, 6 na Bahia, 4 em São Paulo, 2 em Pernambuco, 1 no Ceará e 1 no Piauí. Um questionário não apresentou resposta. Dos 29 mineiros, 21 foram diretamente para a Colônia, 7 tomaram conhecimento dela já residindo em outras regiões de Goiás e 1 residia em São Paulo quando soube daquela distribuição de terras em Goiás. Nesse sentido há outros casos interessantes: o cearense trabalhava na construção de Brasília, um pernambucano e um baiano moravam em São Paulo quando souberam da notícia.

Além do questionário, foram realizadas entrevistas semidirigidas com pessoas representativas dos vários credos religiosos. O informante JPS, "cooperador" na Congregação Cristã do Brasil, explicou assim sua ida para a Colônia:

> Minha família é de Alagoas mas morava em São Paulo quando teve notícias da Colônia. Viemos para a Colônia em 1949. Cheguei ainda solteiro. Meu pai é que entrou no lote. Depois eu comprei o direito de um na cabeceira do Córrego do Oriente.

Portanto, o contingente formador da Colônia era predominantemente mineiro. Isso porque a Estrada de Ferro Goiás partia de Araguari e chegava até Anápolis, a qual era a maior cidade de Goiás e ficava justamente nas proximidades da Mata São Patrício. Por essa localização, Anápolis tornouse a base logística da abertura da Colônia, tendo sido, até mesmo, local da residência da família de Bernardo Sayão (Pessoa, 1999) na fase inicial da instalação da Colônia. Mas os trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro ligavam Campinas a Araguari (Faissol, 1957, p.36), o que significava a ligação de todo o estado de São Paulo e, por isso, a Colônia contou também com significativo número de trabalhadores desse estado, embora muitos tivessem nascido em outras unidades da federação, especialmente do Nordeste. Carlos Rodrigues Brandão (1986, p.133-4), tendo realizado pesquisa no município goiano de Mossâmedes, fala de uma certa "sucessão de fronteiras agrícolas", em uma seqüência de Minas Gerais, passando por Goiás e indo para o Mato Grosso. A história da ocupação do território da Cang mostra que esta sucessão já vem de muito mais longe. Tem raízes no esgotamento e nas crises econômicas do Nordeste, e passa pela saturação do emprego urbano e conflitos agrários no estado de São Paulo.

Retomando as palavras do geógrafo Espiridião Faissol (1957), o que mais era requerido da Cang, pelo processo de industrialização e urbanização da Região Sudeste, uma das reais razões de sua criação era a produção de grãos. Não foi, em absoluto, casual a escolha da área para sua instalação, em uma zona de mata fértil e nas proximidades do ponto final da estrada de ferro. Portanto, essa função a ser desempenhada pela Colônia na divisão social do modelo concentrado, dependente e conservador do desenvolvimento brasileiro, já estava plenamente assegurada no início da década de 1950. Vejamos a descrição de Faissol (p.37):

> A partir de 1935, o "Mato Grosso" de Goiás foi teatro de uma das mais ativas frentes pioneiras do Brasil. Entre 1940 e 1950, a população cresceu de 200.000 para 400.000 habitantes. A produção agrícola cresceu de maneira ainda mais surpreendente. Hoje em dia, o "Mato Grosso" de Goiás constitui cêrca de 8% da área do estado, produzindo mais de metade de quase todos os produtos agrícolas do estado. A produção de arroz para todo o sudeste do Planalto Central corresponde a cêrca de 25% da produção total do Brasil.

Tendo, pois, a Colônia garantido o descortinamento de mais uma região altamente produtiva e tendo incorporado os excedentes populacionais de outras regiões brasileiras, não havia mesmo necessidade de sua prorrogação por mais tempo. Assim agiram as forças políticas e econômicas,

precipitando sua emancipação, como foi assinalado no tópico anterior. O problema é que o legado desse modelo de colonização, já previa Faissol, não seria nada animador. O tipo de agricultura praticado era "o tradicional sistema de rotação de terras e queimadas" (p.51), que em pouco tempo não deixaria outra alternativa ao agricultor a não ser a retirada para outras regiões. Diz Faissol (p.52):

> O resultado dêste estado de coisas é que, depois de algum tempo, já não mais existirá prosperidade. Os solos estarão esgotados, a produção estará diminuída e não será proveitosa a criação de gado em propriedades de 25 hectares. Ao colono não restará outra alternativa senão emigrar para novas áreas florestais ao norte ou a oeste. Êste é o verdadeiro e dramático resultado desta marcha para o este, mais uma retirada como já se chamou do que uma penetração organizada.

Os dados populacionais assinalados no item anterior confirmam plenamente o vaticínio de Faissol quanto à emigração para novas áreas, o que também se pode dizer dos dados de produção agrícola em Ceres, de acordo com o levantamento exaustivo realizado em nossa pesquisa de mestrado (Pessoa, 1999). Apenas a título de exemplo, em 1960 foram produzidas 9.389 toneladas de feijão, e em 1985 essa produção caiu para 625 toneladas (p.81).

Voltemos ao percurso São Paulo-Minas-Goiás-Mato Grosso, referido linhas atrás. Nasci em uma família que migrou de Minas, no fim da década de 1940, para uma região próxima à Cang e conheço bem as histórias das crises mineiras aliviadas por suas promessas. Conta-se que havia até uma forma de se encorajar os mineiros mais medrosos a fazerem a mudança para Goiás. A eles sempre era dito: "dinheiro de burro dá burro outra vez". E, mesmo assim, nem sempre uma família se desembaraçava inteira rumo a Goiás. Uma parte se aventurava e, depois, se mandava boas notícias, a outra parte "criava coragem".

De modo que a Colônia Agrícola de Goiás, na mesma função, antes e depois dela, exercida por outras intervenções do estado, deu significativa contribuição para a formação do que se pode chamar, com Bourdieu, de um *habitus itinerante*, que sempre marcou e tende a continuar marcando o trabalhador rural brasileiro. Alguns tipos de *habitus* – como são os casos da língua, da religião – podem ser adquiridos ou formados nos recônditos da vida familiar ou de pequena vizinhança. Mas o que estou chamando aqui de *habitus itinerante* só pode ser formado em um tipo especial de estrutura social e de condições materiais, assim explicadas pelo próprio Bourdieu (2003, p.53-4):

> As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio social-

> mente estruturado, produzem *habitus*, sistemas de *disposições* duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente "regulares" sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente.

Não obstante a clareza da exposição teórica do autor, vemos ainda nesse excerto dois aspectos merecedores de pequeno comentário. O primeiro é sobre a perspectiva "estruturante" do *habitus*. O trabalhador rural, como categoria historicamente objetivada, já o aprendeu e introjetou, estando, portanto, pronto a repeti-lo em novos "chamamentos" da estrutura social envolvente. No caso dos milhares de brasileiros que acorreram a Ceres, bastou o anúncio do rádio. O segundo aspecto é o que, em outros textos, Bourdieu veio a chamar de "dissimulação", o que resulta dizer, de "violência simbólica". Ou seja, o trabalhador rural foi nitidamente levado à Mata São Patrício, sem que isso lhe parecesse "o produto da obediência a regras". Vai quem quer. Em termos. O anúncio do rádio fazia um apelo carregadamente moral, como mostra Neiva (1984, p.61), na fala de um ex-colono: "Lá no rádio era noite e dia falando aquela propaganda, falando da Colônia Agrícola e tal. Quem não fosse prá lá era preguiçoso, que o governo tava dando terra lá... Falava dessa maneira". Também esse apelo moral é constitutivo da formação do *habitus*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Marcha para o Oeste, com sua principal operacionalização, a criação da Colônia Agrícola de Ceres, não foi um ato de bondade do estado para com uma região sabidamente carente no conjunto da República Federativa. Foi uma intervenção muito bem calculada, preparando o avanço do capital em uma região em que, uma inserção deste, por conta própria, seria pouco vantajosa. O estado, como sempre, fez sua parte, preparando o terreno para os investimentos seguros. Estradas foram abertas, a mata foi derrubada, casas foram construídas e vários serviços públicos foram instalados. O colono que oficialmente seria o destinatário de todo o investimento realizado, não o foi efetivamente. Enquanto a Colônia manteve um alto nível de produção agrícola, os maiores beneficiários foram os cerealistas e os grandes comerciantes (Neiva, 1984, p.121). Depois, a maioria dos lotes foi sendo agrupada em grandes propriedades. Para exemplificar essa concentração, tomamos apenas o topo da escala, as propriedades com mais de mil hectares. No fim da década de 1980, elas já eram nove, somando juntas mais de 15% da área total do antigo território da Colônia (Pessoa, 1999, p.83).

A Colônia foi, entretanto, exitosa. O que o capital queria dela, por intermédio da ação do estado, era apenas a picada aberta para que pudesse avançar no sentido litoral-interior. E seu maior sucesso foi justamente, ao ser criada, encontrar milhares de trabalhadores rurais em vários cantos e recantos, como sempre, dispostos a atender a mais esse imperativo financiamento da concentração do capital. Quando as condições produtivas escassearam, lá estava o trabalhador rural novamente disposto a reunir seus poucos pertences e seguir adiante. É verdade que há sempre uma possibilidade de contrapartida a esse movimento. O migrante pode também conseguir "subverter os caminhos que lhe são apontados", como diz Marlene Ribeiro (1998, p.46), quando luta por conseguir sobreviver e criar novas relações sociais. Esse esforço resulta no que a autora chama de a "cultura do migrante", a dialeticidade do processo (p.44-5). Isso é perfeitamente verificável, afinal cultura é sempre essa via de mão dupla: somos afetados mas também afetamos. Mas, enquanto uns conseguem fazer essa "subversão", a maioria – a categoria social, portanto – continua reproduzindo o *habitus itinerante*. Mal chegam de uma região e já têm de manter acesa a predisposição para seguir em frente. A Colônia Agrícola de Ceres, em boa medida, apenas ensinou que é assim que o capital sempre se lembra do trabalhador rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. ORTIZ, Renato (Org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'Água, 2003, p.39-72.

BRANDÃO, Carlos R. Representações do trabalho entre lavradores de Mossâmedes. BRANDÃO, Carlos R.; RAMALHO, José Ricardo. *Campesinato goiano*. Goiânia: Editora da UFG, 1986, p.119-56.

COMMELIN, P. *Mitologia greco-romana*. Salvador: Progresso, 1957.

DAYRELL, Eliane G. *Colônia Agrícola Nacional de Goiás*: Análise de uma política de colonização. Goiânia. 1974. Dissertação (Mestrado) – Depto. de Didática da UFG.

ESTERCI, Neide. *O Mito da Democracia no País das Bandeiras*. Rio de Janeiro. 1972. Dissertação (Mestrado) – Depto. de Antropologia do Museu Nacional, UFRJ.

FAISSOL, Speridião. O problema do desenvolvimento agrícola do sudeste do planalto central do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, nº 1, ano XIX, jan./mar. 1957, p.3-65.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*: Formação do patronato brasileiro. 8.ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

FERES, João Bosco. *Propriedade da terra*: Opressão e miséria – O meio rural na história social do Brasil. Holanda: Cedla, 1990.

LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil*: sesmarias e terras devolutas. 5.ed. Goiânia Editora da UFG, 2002.

MICELI, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-45). *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAES, Plínio G. *Diário do Povo.* Campinas, 16.8.1989.

NEIVA, Ivany C. O Outro Lado da Colônia: Contradições e formas de resistência popular na Colônia Agrícola Nacional de Goiás. Brasília. 1984. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas, UNB.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. *Religião e dominação de classe*: Gênese, estrutura e função do Catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.

PESSOA, Jadir de M. *A igreja da denúncia e o silêncio do fiel*. Campinas: Alínea, 1999.

PUBLICIDADE FRIEDMANN DE GOIÁS. *Guia prático da Cidade de Ceres*. Goiânia: Publicidade Friedmann de Goiás, 1954.

RIBEIRO, Marlene. Migrante brasileiro: construindo a história, a vida e a palavra. *Sociedade em debate.* Pelotas, 4(3):37-64, nov. 1998.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*: A influência da bandeira na formação social e política do Brasil. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1970.

SAYÃO, Léa. *Meu pai, Bernardo Sayão*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1984.

SILVA, José Graziano da. *O que é questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Col. Primeiros Passos).

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 10.ed. 1985.

VEIGA, José Eli. *O que é reforma agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Col. Primeiros Passos).

8
Terra, trabalho e crenças: identidade e territorialidade camponesa

Bernadete Castro Oliveira

A luta camponesa tem demonstrado, como movimento social, mesmo em pequena escala, a forma dinâmica das estruturas sociais, em que os sistemas de hierarquia e ordem são relativizados no momento do conflito. Instaura-se um momento de ruptura das relações estabelecidas no interior de um grupo, que podem, então, assumir características diversas daquelas estruturadas em período de normalidade, adquirindo outra lógica que se impõe pela necessidade de sobrevivência ou enfrentamento.

O movimento camponês pressupõe um estado de contestação. Os ideais e as práticas contestantes são relevantes à medida que constituem uma interpretação divergente da ordem estabelecida, ou do "novo" que desestrutura as relações existentes. São comportamentos incorporados aos indivíduos como forma de resistência, podendo se desdobrar em movimentos mais amplos, criando novas condutas que pressupõem linguagens, rituais e práticas inovadoras (muitas vezes no sentido de reinvenção), elaborando uma visão utópica na qual se protegem do presente e prevêem o futuro.

O restabelecimento da unidade grupal, muitas vezes, buscada em um plano simbólico, permite ordenar as práticas dos indivíduos perante o enfrentamento na sociedade, revelando nova coesão dada por uma situação de conflito.

Eric Wolf (1974) reafirma a importância de se estudar as populações camponesas dotadas de um respeito profundo pela força da tradição e tanto a persistência quanto a mudança são pontos de indagação antropológica. As rebeliões camponesas do século XX são interpretadas não como problemas locais, mas reações às mudanças sociais mais amplas. A expansão do mercado e a industrialização instauram novas posições e interesses,

consolidando novos grupos. A autoridade política tradicional foi abalada e um diferenciado contexto social, econômico, cultural foi instaurado. A sublevação camponesa, por conseguinte, não se dá apenas por terra e liberdade, mas tenta impor ou fazer conviver uma nova ordem.

> As rebeliões camponesas do século XX não são respostas isoladas a problemas locais, se alguma vez o foram. São apenas as reações locais diante de grandes alterações sociais, colocadas em movimento pelas mudanças homogeneizantes da sociedade. A expansão do mercado tem destruído as raízes dos homens, e os tem arrancado das relações sociais nas quais nasceram. A industrialização e o avanço da comunicação tem originado novos agrupamentos sociais, entretanto inseguros de suas próprias posições e interesses sociais, mas obrigados pelo próprio desequilíbrio de sua vida a buscar um novo ajuste. A autoridade política tradicional tem sido minada ou derrubada; novas disputas pelo poder têm buscado novos adeptos para preencher os espaços da arena política. Assim, quando o protagonista camponês toma a tocha da rebelião, o edifício da sociedade já está em chamas e pronto para arder. Quando a batalha termina, a estrutura já não será a mesma. (Wolf, 1974, p.245)[1]

Theodor Shanin (1979), analisando um processo de mudança no qual o capitalismo desarticulava a sociabilidade camponesa, mostrou o que, de fato, está em jogo no mundo camponês, quando o que ameaça incide sobre a ordem geral da sociedade, isto é, sua própria existência:

> Uma posição de classe é basicamente uma inter-relação social, uma inter-relação de conflito com outras classes e grupos. Fora dessas inter-relações uma classe deixa de existir. Entretanto, " tendo em vista que a produção do agricultor é essencial e, no mínimo, suficiente para a existência humana, o trabalho do agricultor é necessário para a existência da sociedade; mas a existência da sociedade em conjunto não é necessária na mesma medida para a existência do agricultor" (Galeski, 1963, p.49). Os camponeses o demonstram retirando-se do mercado em situações de crise e, na verdade, às vezes usam conscientemente essa capacidade como meio de exercer a pressão política. (Shanin, 1979, p.228)[2]

---

[1] Las rebeliones campesinas del siglo XX no son ya respuestas sencillas a problemas locales, si alguna vez lo fueron. Sólo son lãs reaccion es local e s ante grandes dislocamientos sociales puestas en movimiento por el cambio aplastante de la sociedad. La expansión del mercado ha destroido las raices de los hombres, y los ha arrancado de las relaciones social; es en que nacieron. La industrialización y el avance de la comunicación han originado nuevos agrupamientos sociales, todavia inseguros de sus propias posiciones e intereses sociales, pero obligados por el desequilibrio mismo de sus vidas a buscar um nuevo ajuste. La autoridad politica tradicional se ha minado o derrumbado; nuevos contendientes por el poder están buscando nuevos segrudores para entrar a la arena política vacante. Así cuando el protagonista campcsino prende la antorcha de la rebelión, el edificio de la sociedad ya está humeando y listo para arder. Cuando la batalla termine, la estructura no será la misma. (Wolf, 1974, p.245)

[2] Una posición de clase es básicamente una interrelación social, una interrelación de conflicto con otras clases y grupos. Fuera de estas interrelaciones, una clase deja de existir. Sin embargo, "en vista de que la producción del agricultor es esencial y, al nivel más bajo,

A situação de mudança impõe a contestação de valores e comportamentos tradicionais, uma vez que a relação de dominação imposta pelos agentes do "mundo moderno" leva os camponeses a uma condição de "degradação moral". Quanto a esse aspecto, mostra muito bem Bailey:

> Aqueles que são tão marginais, que podem ser considerados descartáveis, podem ser usados como se fossem objetos ou instrumentos, sempre que aqueles que os usam tenham poder para fazê-lo: isso não é considerado uma relação moral, senão uma relação de exploração. Os níveis de honestidade, respeito e consideração, uma vez que são imperativos morais, diminuem à medida que a posição da pessoa no outro extremo da relação se torna mais marginalizada. Contudo, espera-se que o outro se empenhe da reciprocidade. (Bailey, 1979, p.271)[3]

É interessante notar que o camponês luta sempre para manter seus meios de vida, como bem descreve Antonio Candido ao se referir à parceria: ela é uma "situação de transição", tanto para a família camponesa quanto para o dono da terra. Ela estabelece uma relação de compromisso entre ambos, diferindo do agregado e do arrendatário. Representa, assim, uma precária estabilidade no processo de mudança, pois é intermediária entre a posição de proprietário ou posseiro e a de assalariado agrícola. Segundo Antonio Candido (1975, p.187-9) é uma forma de valorização moral.

No Brasil, a expansão capitalista em direção às terras livres, em grande parte devolutas, tem sido caracterizada pela oposição entre categorias de trabalhadores rurais, sistemas de uso do solo, formas de apropriação da terra, sistemas de crenças. As migrações para Oeste e as formas de resistência camponesa têm aparecido como processo político do campesinato no Brasil, envolvendo o tradicionalismo cultural mantido na memória camponesa (Martins, 1981). Em vários momentos, essa memória permitiu recuperar aspectos míticos, traduzidos em profecias que se constituíram em resistência e mesmo em luta armada. Esse traço da imaginação traz articuladas como lógicas equivalentes, embora distintas em sua natureza, a política e a religião.

---

suficiente para la existencia humana, el trabajo del agricultor es necesario para la existencia de la sociedad; pero la existencia de la sociedad en conjunto no es necesaria en la misma medida para la existencia del agricultor" (Galeski, 1963, p. 49). Los campesinos lo demuestran retirándose del mercado en situaciones de crisis y, em verdad, a veces emplean conscientemente esta capacidad como medio de ejercicio de la presión política. (Shanin, 1979, p.228)

[3] Quienes son tan marginales que pueden considerarse forasteros pueden usarse como si fuesen objetos o instrumentos, siempre que el usuario tenga el poder para hacerlo: esto no se considera una relación moral, sino una de explotación. Los niveles de honestidad, respeto y consideración, en la medida en que son imperativos morales, disminuyen a medida que la posición de la persona en el otro extremo de la relación se hace más marginal. Además, se espera que el otro revista reciprocidad. (Bailey, 1979, p.271)

> Tanto o messianismo quanto o cangaço indicam uma situação de desordem nos vínculos tradicionais de dependência no sertão. A apropriação da terra pelos grandes fazendeiros, que fora subproduto da escravidão, passa a ser condição da sujeição do trabalho livre, instrumento para arrancar do camponês mais trabalho. A característica violência pessoal e direta, que confrontava os camponeses entre si e entre eles e os fazendeiros, começa a se transformar numa resistência de classe. Daí que formas tão parecidas de resistência ocorram em áreas tão distantes e tão diferentes em muitos aspectos, como Canudos e Contestado. Ainda que essa resistência tenha ocorrido na moldura da dominação dos coronéis, messianismo e cangaço foram as formas primeiras de libertação, no sentido de manifestação de uma vontade própria. (Martins, 1981, p.62-3)

O conflito é latente na vida social, uma vez que as formas de controle e poder são amplamente disseminadas, preenchendo a vida dos indivíduos, obrigando-os a reinventarem no dia-a-dia estratégias diferenciadas. O político assume, desse modo, o caráter de instrumento mantenedor da ordem à medida que ordena e codifica as ações práticas e elabora um poder instituinte. Permite, de um lado, a conformidade, e, de outro, o inconformismo, como modos diversos e complementares de socialização. Essa reelaboração cotidiana é sentida e experimentada nas práticas dos sujeitos como experiências de diferenciação e/ou oposição, gerando contestações de diversos graus e natureza. Essas questões afetam vários estratos camponeses, posseiros, trabalhadores rurais sem terra, ou mesmo pequenos proprietários.

Há mais de uma problemática imposta pelo desenvolvimento da sociedade moderna ao campesinato, o qual não se reproduz em nível da pura reprodução capitalista, mas antes engendra contradições entre o modo de vida camponês e a sociedade capitalista. Contradições externas ao mundo camponês, que ora propõem a estes produzirem acima de suas necessidades e se engajarem no mercado; ora propõem reduzir seu consumo ou sua produção, para resistirem às situações hostis impostas pelo mercado nacional e/ou global.

Todavia, a perda da área de lavoura e da morada efetiva se traduz sempre em um movimento reivindicativo que põe o camponês em confronto com a sociedade (Moura, 1984). Nesses contextos, passam a estabelecer diferenças entre passado e presente, demonstrando o confronto entre duas ordens: uma tradicional, baseada na reciprocidade, costumes e posse da morada; outra moderna, ditada pelo trabalho assalariado, perda da morada (Sigaud, 1980) e novas situações de subordinação.

Lígia Sigaud registrou bem essa mudança ocorrida nas relações entre os camponeses e o patronato, onde foram alteradas fundamentalmente suas relações com a terra e, conseqüentemente, a estrutura familiar:

> No passado, a morada num engenho da Zona da Mata era uma alternativa concreta para aqueles camponeses do Agreste em dificuldades, alternativa essa que

> se distinguia da condição temporária de corumba, termo utilizado na Mata para classificar aqueles que vêm trabalhar nos engenhos no período da safra da cana, o qual coincide geralmente com a entressafra de suas lavouras, e que retornam para suas terras desde que tenham acumulado o suficiente para a destinação que haviam previsto, que pode ser tanto a reprodução física da família quanto a aquisição de gado ou mesmo terras. Ora, no momento em que são rompidas as relações de morada, a possibilidade de se ligar a um proprietário fecha-se mas abre-se outra que é a de obter um salário monetário superior ao pago no Agreste. Diferentemente de corumbas que atravessaram esse processo de mudança e continuaram indo e voltando, existem aqueles que se instalaram em caráter mais permanente nas cidades da Zona da Mata, após terem vendido suas terras ou simplesmente as deixado em estado de abandono, e passaram a viver, como os ex-moradores, do que conseguiam trocar no mercado pela venda de sua força de trabalho aos proprietárias de usinas e engenhos. (Sigaud, 1979, p.45)

Margarida Moura, analisando os processos de expulsão de camponeses no vale do Jequitinhonha, destacou as especificidades pelas quais a sociedade camponesa foi colocada diante do processo de transformação, tão bem registrada pela quebra das relações de reciprocidade:

> Uma sociedade agrária com tais predicados tem seus principais espaços de confrontação (a porteira da fazenda, o sindicato de trabalhadores rurais, o tribunal) preenchidos com alusões, discussões e explicitações sobre o passado e o presente das relações sociais. A esses espaços deve-se somar também a própria morada camponesa e a venda do povoado rural. A colocação de dois tempos, lado a lado, para melhor examiná-los, tem por finalidade efetuar verdadeiro exercício sobre o que foi, o que é e até mesmo sobre o que será a vida social, posto que sem esta explicitação da memória social – explicitação, que, de resto, é feita tanto pelos lavradores como pelos fazendeiros – ficaria impossível para cada fração explicar e justificar fatos e medidas de que se apropriam para fazer valer seus respectivos interesses.
>
> É então que se destacam as referências a um passado tenso, do mesmo modo que o presente é tenso. A diferença entre passado e presente não se radica na "paz" de ontem que se opõe à "luta" de hoje. A maldade do fazendeiro sempre existiu, mas era temperada pelo exercício da reciprocidade. (Moura, 1988, p.198)

Portanto, as transformações históricas levaram as sociedades camponesas a um processo de mudança que interferiu não só em sua estrutura familiar, assim como sua organização econômica, pois tiveram que se colocar dentro de uma nova ordem de relações impostas pela sociedade capitalista:

> Quanto mais complicada se tornou a produção industrial, mais numerosos passaram a ser os elementos da indústria que exigiam garantia de fornecimento Três deles eram de importância fundamental: o trabalho, a terra e o dinheiro.
>
> Numa sociedade comercial esse fornecimento só podia ser organizado de uma forma: tornando os disponíveis à compra. Agora eles tinham que ser organizados

para a venda no mercado – em outras palavras, como mercadorias. A ampliação do mecanismo de mercado aos componentes da indústria – trabalho, terra e dinheiro – foi a conseqüência inevitável da introdução do sistema fabril numa sociedade comercial. Esses elementos da indústria tinham que estar à venda.

Isto estava de acordo com a exigência de um sistema de mercado. Sabemos que num sistema como esse os lucros só podem ser assegurados se se garante a auto-regulação através de mercados competitivos interdependentes. Como o desenvolvimento do sistema fabril se organizara como parte de um processo de compra e venda, o trabalho, a terra e o dinheiro também tiveram que se transformar em mercadorias para manter a produção em andamento. (Polanyi, 1980, p.87)

Maria Isaura P. de Queiroz, quando analisou o messianismo, apontou em suas conclusões para o fato de que os movimentos messiânicos desempenham a função de criar uma nova estrutura e organização sociais, mediante uma configuração política que passa a reger os comportamentos dos adeptos. Esses movimentos se transformam em messiânicos, pela existência de um conjunto particular de crenças próprio dessas populações, o que denota a extrema eficácia do universo simbólico que esses camponeses têm capacidade de mobilizar diante do conflito.

O movimento messiânico não se define, pois, unicamente pela sua forma, ritmo, temas religiosos e finalidade, como também pela sua própria estrutura social interna, que é constante. Nenhuma destas propriedades, encontradas em todos os movimentos de maneira idêntica, oferece, pois, apoio para uma classificação interna; servem apenas para definir com precisão a ordem específica de fenômenos a que damos o nome de movimentos messiânicos, pois são as qualidades mais gerais que todos apresentam.

Faltava esclarecer dentro de que condições sócio-estruturais tinham lugar os movimentos, e verificou-se que surgiam sempre em momentos de crise de estrutura e organização, em sociedades cuja estrutura se regia pelo sistema de parentesco. Isto é, em sociedades cujo sistema de parentesco servia para localizar os indivíduos na estrutura social, e constituía o modelo para as relações sociais. As crises ora tinham lugar em sociedades estruturadas exclusivamente dessa maneira; outras vazes se passavam em sociedades que apresentavam dualidade de estruturas, isto é, em que os indivíduos ou eram distribuídos no espaço social de acordo com seu parentesco, ou eram classificados de acordo com seus bens econômicos. (Pereira de Queiroz, 1965, p.331)

O papel da religiosidade camponesa diante desse mundo em transformação tem, em conseqüência, de ser entendido em seus aspectos internos e externos, para que se possa dar conta de seu significado como prática social e como uma linguagem do ponto de vista cognoscente.

Se colocamos a perspectiva religiosa contra o pano de fundo de três das outras perspectivas principais nos termos das quais os homens constroem o mundo – a do senso comum, a científica e a estética – seu caráter especial emerge com bas-

> tante agudeza. Conforme indicou Schutz, o que distingue o senso comum como um modo de "ver" é a simples aceitação do mundo, dos seus objetos e dos seus processos exatamente como se apresentam, como parecem ser – o que é chamado, às vezes, de realismo ingênuo – e o motivo pragmático, o desejo de atuar sobre esse mundo de forma a dirigi-lo para seus propósitos práticos, dominá-lo ou, na medida em que isto se torna impossível, ajustar-se a ele. O mundo da vida cotidiana, sem dúvida em si mesmo um produto cultural, uma vez que é enquadrado em termos das concepções simbólicas do "fato obstinado" passado de geração a geração, é a cena estabelecida e o objeto dado de nossas ações. (Geertz, 1978, p.127)

O campesinato como classe social é abordado sob enfoques metodológicos que se contrapõem, como bem apontou Geertz, polarizando visões marxistas e não-marxistas quanto à análise de classe, levando a dicotomias conceituais do pensamento sociológico não marxista: "la hermandad frente a la competencia económica de Maine; lo familista frente a lo individualista de De Coulangue; la Gemeinschaft frente a la Gesselchaft de Tonnïes; o las socieades mecánicas (segmentadas) frente a las orgánicas de Durkheim…" (Shanin, 1979, p.228).

Quando Duglas Monteiro analisou o Contestado, mostrou o comportamento de uma comunidade que, enfrentando uma crise que atingiu totalmente seu modo de vida, teve necessidade de se auto-afirmar como grupo, buscando nova ordenação interna para se opor ao mundo exterior. Para isso, esses indivíduos se organizaram e lutaram contra seus adversários em um espaço e tempo míticos, elaborados pela comunidade. As formas de violência, o universo de valores e as condutas ritualizadas passaram a permear a vida desses camponeses, que transformaram seu enfrentamento com a sociedade nacional em guerra santa.

> Na sociedade rústica que se constituiu impunham-se a necessidade de cooperação e a vigência de um autoritarismo quase militar. Por outro lado, a manutenção das clientelas e o custeio das tarefas de desbravamento exigiam dos que comandavam uma disponibilidade mínima de recursos materiais. Tem-se, dessa maneira, os três elementos condicionadores da formação de um mundo social que, como ocorreu em outras partes do Brasil. iria caracterizar-se pela presença de laços de interdependência entre iguais e entre desiguais, de um autoritarismo escalonado em pirâmides de poder e de chefias fundadas na possibilidade de disposição de recursos. (Monteiro, 1974, p.21).

Essas formas de resistência e enfrentamento se colocam como se os camponeses tivessem de enfrentar a tragédia da mudança, vendo tudo se fechar a seu redor, e tendo de descobrir o caminho para passar para o outro lado e reconstruir a vida. Essa travessia, experimentada por tantos grupos camponeses, se traduz na busca de um caminho que quase sempre está no horizonte, onde, aos olhos daquele que vê e daquele que crê, terra e céu se encontram e muitas vezes não se separam.

Esses movimentos são bastante complexos por trazerem em si tradicionalismo e contestação, e sua extensão ou duração se inscrevem no âmbito das necessidades impostas pelo grupo e de sua realização no contexto social onde ocorrem.

A travessia aparece aqui como momento de liminaridade, de busca de valores e práticas que auxiliem no reordenamento do mundo, cuja lógica se encontra rompida pelas mudanças introduzidas de fora, trazidas pelas hostes do progresso.

Os grupos camponeses expostos a experiências de transformação de seu modo de vida procuram sempre dar sentido e significado ao novo contexto no qual se inserem; ou o contrário, quando não se ajustam às novas situações se põem nos limites do "fim do mundo".

Ernesto De Martino (1977, p.219) dá-nos grande contribuição ao trabalhar a noção de fim de mundo considerando fato antropológico permanente para aqueles que, em um momento de crise econômica e social, vêem perdidos seus valores culturais de referência, não se podendo enquadrar em um mundo que se põe à sua frente, perdendo a possibilidade de se fazer presente nesse mundo. Vivem o drama de verem terminada sua história e não poderem projetar em um horizonte seus próprios valores; é como se revivessem, em sua experiência individual, o drama do apocalipse cristão – ao que De Martino propriamente conceitua como apocalipse cultural (1977, p.287).

MIGRAÇÃO E RECRIAÇÃO DO SITIANTE: A PROFECIA DE APARECIDO GALDINO JACINTO

Estudando a região do sudoeste mato-grossense, percebe-se como se apresenta como um mosaico que se compôs tendo em vista a expansão continuada do povoamento. Em uma conjunção de períodos históricos diferenciados e categorias sociais distintas, permitiu a formação de áreas de "posseamento" antigo em terras de sesmarias; de fazendas tradicionais de pecuária; de áreas de colonização camponesa com populações do Sudeste e do Nordeste; áreas de "posseamento" recentes (décadas de 1960 e 1970) e implantação de projetos agropecuários. É nesse mesmo período, quando essa área se constitui em verdadeira frente pioneira, que surgem também os sítios em Mirassol D'Oeste e São José dos Quatro Marcos, composta pela população vinda do noroeste paulista.

Essas famílias camponesas vindas da região paulista da alta Araraquarense para o sudoeste mato-grossense eram pequenos arrendatários que conseguiram algum recurso monetário; como eles mesmos afirmam, "tiramos uma boa colheita" e, dessa condição, conseguiram fazer negócio de compra de terra barata aqui no Mato Grosso; outros também adquiriram

terras mediante ganhos na batalha judicial travada a partir dos conflitos de arrendamento de Santa Fé e Rubinéia, no fim da década de 1960.

Os agricultores encontrados nos municípios de Mirassol D'Oeste e Quatro Marcos são, por suas características socioculturais, o sitiante paulista tradicional. Moram e trabalham na terra com sua família, contratando eventualmente mão-de-obra; fazem a roça e lavoura comercial, associando com pastagens para a venda do bezerro ou do leite; são proprietários titulares de suas terras; em sua maioria católicos, com grande presença do compadrio e fortes laços de vizinhança, reproduzindo padrões associativos característicos de bairros rurais.

A situação de migração provocou nas novas áreas uma complexidade de interesses entre os novos sujeitos que passaram a compor esses espaços. Os conflitos dados pela desigualdade da posse de bens produziram também conflitos de significados, exigindo desses sujeitos novos posicionamentos diante do mundo e das coisas, estranhamentos e resistências.

Essas resistências se manifestam em várias esferas da vida desses grupos camponeses, reconstruindo relações em novos códigos, linguagens e representações. As relações da família, do trabalho familiar, das práticas religiosas, das festas se reinscreveram em um universo novo, que mescla a memória com as novas práticas, passado com presente (Castro Oliveiria, 1993).

> A nossa origem é estrangeira e pensava diferente, em possuir alguma coisa, em ter coisa. Hoje só se pensa em viver ... esse povo mais novo. Quando contrato camarada, os que vem da rua pra ajudar não se esforçam; estamos batendo feijão e isso tem hora. O sindicato interferiu no ritmo da vida das pessoas; o jeito do trabalho é mudado por essas coisas criadas. (Sr. Salvador, 1997, sitiante de Mirassol D'Oeste-MT)

O contato cultural entre segmentos diferentes da sociedade brasileira se processou historicamente nessas áreas, provocando desarticulações e reconstituição de modos de vida, exigindo desses grupos estratégias de sobrevivência. Por um lado, criaram mecanismos de enfrentamento com a sociedade; por outro, desenvolveram mecanismos internos que permitiram manter certa identidade como grupo. Nem sempre são grupos em oposição entre si, pois também se encontram presentes entre alguns desses segmentos relações de reciprocidade, diminuindo distâncias sociais, aproximando modos de vida.

A migração representou a alternativa possível de recriação da posição de sitiante, reconstruindo, em uma área de fronteira, a trajetória: pequeno arrendatário-sitiante; inverso daquela demonstrada por Candido (1975) em uma área de transformação acelerada.

O caso analisado neste capítulo permite, assim, pensar a persistência não no sentido de manutenção, mas no da recriação, pressupondo sempre a incorporação de elementos novos.

Embora tenham passado muito mais necessidades materiais no começo, quando tiveram de construir tudo o que têm, "era um tempo melhor". Depois, quando tinham o que precisavam, o sítio já estava organizado, as necessidades materiais mais bem complementadas, "fora um tempo pior que antes". Essa ambigüidade é intrínseca ao modo de vida dos grupos que passam pelo processo de mudança, pois algumas conquistas na vida material não repõem na mesma medida a sociabilidade perdida.

> Esse córrego aqui era onde a gente lavava roupa, não tinha água encanada ainda; eu tinha as crianças e logo descia pra lavar a roupa, por isso que a gente perde a saúde, faz muito esforço, não tem resguardo. Mas sabe que, às vezes, eu tenho saudade daquele tempo; vinha eu, mais duas ou três mulheres lavar roupa junto; a gente conversava, ria, hoje fica todo mundo separado. Não tem mais muita união. (D. Maria Figueira, 1997, sitiante de São José dos Quatro Marcos (MT)).

A polarização passado-presente aparece nos estudos de vários pesquisadores, remetendo às questões mudança-permanência, bem como sobre a própria noção de tempo para esses grupos. Para esses camponeses, o sentimento do tempo é algo concreto (vivido), não corresponde a uma marcação abstrata. Ele é sentido na mesma medida quando se refere ao passado, presente e futuro; os conteúdos podem ser outros, mas é o mesmo sujeito que os vive (é uma medida subjetiva do tempo calcada na experiência), não há uma fragmentação.

O passado está contido no presente, sendo possível revivê-lo ou reaproximá-lo pelo rito, pela festa: o presente contém também o futuro, sendo possível sabê-lo pelas predições, pelas profecias, pela crença no destino do homem.

O que muda de certa forma não são os modos do tempo – passado, presente e futuro –; mas a qualidade da experiência, os conteúdos que ela contém. O passado não é um conteúdo morto, imobilizado e findo; mas se prolonga até o presente, pertence ao presente. Há certa simultaneidade passado-presente, pois o processo (a vida) ainda continua – tem duração. A diversidade dos modos do tempo é recuperada na unidade da pessoa e na extensão de seu grupo de referência.

Quando Antonio Candido apontou para as mudanças substantivas no modo de vida caipira, pelas quais a valorização do passado era constante, fez por demonstrar três conteúdos básicos dos laços tradicionais de sociabilidade (abundância, solidariedade e sabedoria), que haviam sido quebrados (Candido, 1975, cap. 16). Na verdade, o resgate desses conteúdos só se fazia nas referências ao passado, nas "representações mentais", possibilitando o que ele chamou de "utopia retrospectiva". O que não significava uma volta ao passado, mas a possibilidade de *medir uma dimensão do presente* (que se põe diferentemente de "antes").

Quando esses camponeses apontavam para uma descontinuidade passado/presente, melhor/pior, se referiam aos arranjos internos da família, da autoridade, da organização do trabalho; elementos que sugeriam uma estrutura das relações sociais diferente da atual. E de como essa estrutura se relacionava com o mundo exterior, com o mercado, diferentemente do que ocorre hoje. Pois esse tempo a que se referem é um tempo vivido, tem um contexto (Sigaud, 1973).

A referência ao passado e ao presente parece envolver, simultaneamente, as estruturas internas do grupo doméstico que o coloca em situação diferenciada quanto à organização da família, ao controle das decisões, em que trabalho e produção passam pela determinação dos membros que a compõem. Do mesmo modo, a estrutura mais ampla na qual está colocada a família também sofre transformações profundas, mudando seus referenciais e até seus significados.

Nesse mesmo contexto de migração dos camponeses paulistas para o Mato Grosso, a região de Santa Fé do Sul (SP), onde ocorreram as revoltas camponesas do "arranca-capim", estava presente Aparecido Galdino Jacinto, o Aparecidão. Antigo boiadeiro e lavrador, depois de conviver com lideranças camponesas durante as revoltas, passou a benzer e orientar aqueles que o procuravam buscando amparo e proteção antes de migrar.

É importante considerar as previsões de Aparecido no que se referia ao futuro, pois ele aproximava o Reino de Deus do mundo dos homens, estabelecendo entre eles uma relação de correspondência, no centro da qual ele era o mediador (Queiroz, 1995, p.125).

> Então, se a pessoa pensá o que é que eu falava, porque que eu ensinava, por que eu benzia, é só olhá na profecia. Então dentro das profecia tem que quando tivesse rumor de guerra, peste, fome – então que se apreparasse, que o Reino de Deus está próximo. Isso está dentro da Bíblia. O Reino de Deus, quero dizê que corresponde a essa terra mesmo. Mas quero dizê que corresponde a uma geração melhor. Que o povo, ele se destrui pela ruína. Por isso ele não pode ser ruim... Que é o ponto de uma cobra ir comendo umas ás outras. Por isso tem que ensiná ele... Tudo que permaneceu nessa terra, amou seu irmão, ele herda o Reino de Deus. O Reino de Deus é aqui. Ele herda o mesmo Reino. O Reino de Deus é este. Isto aqui é nosso. (Higashi, 1995, p.179)

A profecia de Aparecido oferecia dois pontos de sustentação ao movimento no qual estava inserido e nos permite refletir: primeiro, que o *Reino de Deus é o Reino desse Mundo*; segundo, que o homem é *herdeiro* desse Reino. Isso aproximava, de um lado, o Verbo (a palavra de Deus) às ações dos homens – a conquista da salvação depende da prática dos homens. De outro, que os homens têm direito ao Reino, pois são herdeiros de Deus, o que legitimava a luta por uma vida melhor, "por uma geração melhor".

Essas ações, embutidas em uma prática religiosa, abriam uma brecha para pensar de que modo essa concepção de mundo entre setores do campesinato questionava e resistia à noção de progresso imposta pela sociedade que se modernizava. Nessa visão, o progresso em seu aspecto qualitativo e quantitativo evidenciava um certo grau de desenvolvimento das relações entre os homens e a natureza e dos homens entre si, condição que permitia a formulação de projetos globais (totalizadores). Inibia, assim, a formulação de outros tantos projetos que muitas vezes estavam em posição subalterna nas relações da vida material e, em posição antagônica, na esfera das representações. Apontavam para outra forma de consciência, ainda que estruturada segundo princípios inscritos nas tradições, no caso, na grande tradição judaíco-cristã.

Na visão de Aparecido, o mundo seria renovado, onde teriam lugar todos os que se unissem pela fé e na justiça. O homem atuaria na construção do mundo que virá; pois na visão daquele as mudanças já haviam começado:

> Eu, ainda quando benzia, tinha um companheiro daqui do benzimento que era pescador. Um dia ele chegou aqui trazendo uma pedra amarela que pesava umas seiscentas gramas. Ele tinha tirado ela da barriga de um peixe, aqui do rio; era um peixe muito grande. Ele perguntou pra mim se aquela pedra tinha valor. Eu disse que só tinha valor pra mim. E tenho ela até hoje guardada. Daí expliquei: sabe o que é essa pedra? A pedra vem da terra; é feita da terra. Ela significa a terra que o grande peixe engoliu; como um tubarão. O pescador pescou o peixe e matou; abriu sua barriga e tirou a pedra. Isso quer dizer, que toda terra que foi engolida pelo grande peixe, será devolvida pra aquele de quem ele tomou. (Aparecido Galdino Jacinto: Santa Fé do Sul (SP), 1998)

O benzimento como ato de purificação era uma forma de aliviar os sofrimentos, de afastar os males que recaíam sobre os homens. Males esses causados pelo momento de confronto e desapossamento que a população da região estava passando. Um conflito que arrancava grande número de famílias das condições do tempo de morada na terra. Era preciso preparar aqueles que se achavam unidos pela fraternidade, pois eles seriam a Nova Geração, e deles seria o Reino de Deus. Reino esse que é o reino desse mundo e está ao alcance dos homens.

Na profecia de Aparecido havia um novo lugar e um novo tempo; a travessia do rio representava essa conquista. A estrada colocava-se na frente dessa população que estava sendo expropriada de seus meios de vida. Pois é na estrada que o mundo se desencanta, mas é na mesma estrada que se pode fazer sua reconstrução. Esse vaivém constante, abrindo fronteiras, permitiu a criação de formas específicas de reprodução do capital e a recriação de modos de vida baseados na terra de trabalho e morada. A estrada é continuidade e não fim.

Essa forma de entendimento do mundo e da vida permite restabelecer na ordem cotidiana a esperança, que se põe como ato e utopia, permitin-

do ver o horizonte diante da caminhada. O conjunto de valores trazidos no bojo dos movimentos camponeses no Brasil não esvaziou de todo esses conteúdos, pois a figura da terra prometida é ainda uma bandeira de luta ao lado de tantas outras. São movimentos que se põem a lidar com a tradição e a modernidade em seu cotidiano e em suas crenças. As orações e as místicas são ritos de iniciação.

De modo geral, grande parcela do campesinato resiste ao processo de dominação e exploração capitalista pelas classes dominantes, opondo-se aos valores existentes, procurando estabelecer preceitos que sustentem suas causas, criando meios de ação concretos que orientam novas condutas contra as antigas. Ou tornam-se partidários de um sistema de crenças que permite uma elaboração doutrinária tanto em sua forma de organização quanto na expressão do descontentamento, lento e radical, apontando na direção da resistência. Sobremaneira, as formas de resistências não devem ser entendidas como congelamento da potencialidade de luta e enfrentamentos com a sociedade, mas, muitas vezes, como estratégias de superação das condições de exploração e dominação.

Essas estratégias de superação podem se manifestar de várias formas; seja como situação de enfrentamento na luta de classes, seja expressa pela situação de migração. Ou como construção de um referencial simbólico, ordenando um sistema de crenças que resguarda o potencial de confronto étnico, como no caso de grupos remanescentes de quilombos na luta por seus territórios.

Um exemplo desse tipo aparece no estudo que realizamos sobre o Bairro do Carmo (São Roque-SP), onde pudemos constatar que as festas de santo, em especial a de Nossa Senhora do Carmo, traduzia o rito de reencontro das famílias negras em seu território de origem. Um ato de refundação da territorialidade mediante festa e procissões, que demarcam nos espaços contíguos ao Bairro do Carmo as áreas das antigas posses tomadas deles por sucessivas fases de expropriação por fazendeiros, em 1920 e 1940; e por empresas imobiliárias na década de 1980.

As famílias negras guardam uma campesinidade viva nas práticas simbólicas que envolvem toda a comunidadde, cujos conteúdos atualmente representam um patrimônio cultural, a partir do qual é passível reivindicar direitos territoriais como grupo étnico remanescente de quilombo.

Não apenas a situação de expropriação obriga o campesinato a recorrer a fórmulas complementares de sobrevivência, sua e de sua família, mas também a divisão internacional do trabalho expõe o campesinato ao processo de exploração dado no contexto das migrações transnacionais.

Um fato corrente na América Latina atual, as migrações para os Estados Unidos e a Europa, como pudemos observar no Equador, camponeses indígenas deixando suas unidades familiares para emigrar em busca de salários, que assumem o papel de ingressos financeiros para as unidades

domésticas. Grande parte dos recursos é destinada à manutenção nas terras, possibilitando o acesso aos bens de consumo e à construção de novas moradas em seus lotes rurais. São bens incorporados ao patrimônio da família no sentido de melhoria das condições de vida. Esse campesinato, diante de crises econômicas e situação de escassez nos quadros da economia globalizada, é capaz de alterar as bases internas de suas relações de produção, diversificando as atividades de trabalho dos membros da família, a fim de conseguir, com o emprego no exterior, complemento da renda da unidade doméstica.

Na unidade de produção camponesa, a dinâmica do processo de trabalho e a organização da produção dependem não só das pressões externas, da sociedade mais ampla, como dos arranjos internos que é capaz de promover. O camponês não se vê sozinho com sua família, mas sempre se orienta em uma rede de relações de parentesco, vizinhança, territorialidade, que lhe permite definir-se como grupo. Faz parte de um universo de valores que o inscreve como categoria específica em uma ordem mais ampla.

O campesinato tem demonstrado ser possível flexibilizar sua capacidade produtiva diante de momentos de crise ou de ajustes globais da economia rural. Tem incorporado às relações de produção elementos externos, como o salário na indústria, na construção civil, no setor de serviços em geral, recursos proporcionados pela migração interna ou transnacional.

Muitas vezes incorremos no erro analítico de pensar a unidade camponesa de produção e consumo como modo de vida fechado em seu tradicionalismo, externo ao mercado e reticente à incorporação de novos valores. Um idealismo que trata o camponês fora da dimensão econômica nacional e global. Entretanto, a permeabilidade do modo de vida camponês em adotar elementos e valores de um mundo globalizado não significa, necessariamente, sua desagregação, mas ao contrário, ajustes necessários à sua reprodução.

A permanência na terra, a luta para conquistá-la e as representações que retêm o substrato da vida camponesa são traços muitas vezes de um tradicionalismo que surge ressignificado. O reconhecimento das territorialidades camponesas, em suas diversas formas, tem, no atual contexto, permitido identificar um campo de lutas significativo.

Os assentamentos, acampamentos, terras remanescentes de quilombo, os faxinais e muitos outros estratos sociais territorializados do campesinato surgem como comunidades políticas que se movimentam no sentido de um "conhecimento-emancipação". Tomo aqui uma reflexão de Boaventura Sousa Santos, quando se refere à reinvenção da vida comunitária a partir de meados da década de 1980, como expressão dos movimentos populares:

> Para podermos reconstruir o conhecimento-emancipção como uma nova forma de saber, temos de começar pelas representações inacabadas da modernidade,

ou seja, pelo princípio da comunidade racionalidade estético-expressiva: o conhecimento-emancipação é um conhecimento local criado e disseminado através do discurso argumentativo. (Santos, 2005, p.95)

No âmbito de transformações da sociedade civil e no cenário da globalização, o campesinato guarda identidade própria, multifacetada, em gênero, gerações e crenças, cujas representações não estão vazias de conteúdo ideológico. No campo das lutas pela terra e pelos direitos, o campesinato, representado por sujeitos sociais e históricos, é capaz de traduzir a tradição em modernidade – no caminho de elaborar projetos alternativos à ordem instituída, que não representa necessariamente a destruição dessa mesma ordem, mas o estabelecimento de limites à expansão avassaladora da sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAILEY, F. G. La visión campesina de la vida mala. SHANIN, T. (Org.). *Campesinos y sociedades campesinas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979, p.268-87.

CASTRO OLIVEIRA, B. A. C. Tempo de travessia, tempo de recriação: profecia e trajetória camponesa. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1975.

DE MARTINO, E. *La fine del mondo:* contributo all analisi delle apocalisse culturali. Torino: Giulio Einaudi, 1977.

GEERTZ, G. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HIGASHI, L. H. M. Crise e ressurreição. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

MARTINS, J. S. *Caminhada no chão da noite:* emancipação política libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

______. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

______. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MONTEIRO, D. T. M. *Os errantes do novo século:* um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MOURA, M. M. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986.

______. *Os herdeiros da terra:* parentesco e herança numa área rural. São Paulo: Hucitec, 1978.

______. Invasão, expulsão e sucessão: notas sobre três Processos sociais no campo. *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro, n° 82, 1984.

PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. *O campesinato brasileiro:* ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. São Paulo: Edusp, Petrópolis: Vozes, 1973.

______. *O messianismo no Brasil e no mundo.* São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

POLANYI, K. *A grande transformação:* as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

QUEIROZ, R. S. *A caminho do paraíso.* O surto messiânico-milenarista do Catulé. São Paulo: FFLCH/USP, 1995. (Col. Religião e Sociedade Brasileira).
SANTOS, B. S. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática.. São Paulo: Cortez, 5.ed. 2005. v.1.
A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.
SHANIN, T. El campesinato como factor político. SHANIN, T. (Org.). *Campesinos y sociedades campesinas.* México: Fondo de Cultura Económica, 1979, p.214-36.
SIGAUD, L. A Idealização do passado numa área de plantation. Contraponto, n.2, ano II, *Rev. de Ciências Sociais do Centro de Estudos Noel Nutels*. Rio de Janeiro, 1977.
_______. Trabalho e tempo histórico entre proletários rurais. *Revista de Administração de Empresas*, v.13, nº 3, set. 1973.
_______. *Greve nos engenhos.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
WOLF, E. La paysannerie et ses problèmes. *L'Anthropologie économique: un domaine contesté.* GODELIER, M. (Org.). Paris: Mouton Éditeur, 1974.
_______. *Guerras camponesas do século XX.* São Paulo: Global, 1984.

Parte 3

OS POSSEIROS E A IMPOSIÇÃO SILENCIOSA DA CONDIÇÃO CAMPONESA

9
Apropriação privada dos recursos naturais no Brasil: séculos XVII ao XIX (estudo da formação da propriedade privada)

José Heder Benatti

Buscar entender qual será o papel da propriedade rural no século XXI pressupõe antes de qualquer coisa compreender a função desempenhada por ela no passado e no presente. Assim, o histórico que pretendemos desenvolver não tem como objetivo descrever pura e simplesmente a realidade no passado, mas, sobretudo, tentar inferir, a partir de suas origens, suas conseqüências no presente e no futuro. Com esse intuito estudaremos a *história jurídico-social do direito de propriedade*, recuperando os significados dessa categoria para poder projetá-la sobre o futuro. Pretendemos, ainda, verificar como o debate sobre a propriedade se desenvolveu no campo jurídico e quais suas conseqüências. Precisamos compreender o "... que se realiza no próprio seio do mundo social, no seu conjunto, neste ou naquele campo especializado e, especialmente, no campo das ciências sociais" (Bourdieu, 1998, p.36), a fim de assimilar a complexidade do fenômeno jurídico dos regimes de direito de propriedade.

Para melhor compreensão da discussão, trabalharemos com três definições sociológicas de propriedade: a *propriedade sesmarial*, a *propriedade senhorial* e a *propriedade moderna.*[1] Não se trata de uma mera divisão didática, mas de uma visão distinta do fenômeno da formação da propriedade rural no Brasil, pois desejamos demonstrar que os autores que de algum modo discutiram a propriedade rural analisaram-na como uma categoria única, não compreenderam que, historicamente, tivemos no mesmo espaço uma disputa entre diferentes concepções de propriedade:

[1] Também poderemos utilizar a categoria propriedade individual ou liberal como sinônimos de propriedade moderna.

ora entre a propriedade sesmarial e a senhorial, ora entre a senhorial e a moderna.

Outro equívoco cometido é o de transportar para o passado a compreensão do presente sobre o direito de propriedade, desconhecendo, ou pelo menos ignorando, que se trata de diferentes épocas históricas e, conseqüentemente, de distintas categorias. O conceito de propriedade empregado nos séculos XVII e XVIII não é o mesmo do século XXI. Precisamos relativizar a concepção contemporânea de direito de propriedade ao empregá-la no período colonial e monárquico brasileiro.

Por isso, pretendemos estudar a formação histórica e jurídica do direito de propriedade, já que a análise de um dos instrumentos utilizados pelo homem para relacionar-se com seu meio ambiente natural permitirá a adoção de medidas efetivas de proteção da natureza. Em contrapartida, temos consciência de que o direito de propriedade não é por si só condição suficiente para a sustentabilidade dos recursos naturais, mas condição necessária.

Para se elaborar um conceito de propriedade mais abrangente, que incorpore os elementos da função social e ecológica, é necessário rever a formação da propriedade no Brasil, pois a propriedade é caracterizada pelas soluções encontradas pela sociedade em um momento histórico determinado. A superação do modelo atual (produtivista) está na capacidade de entender os elementos que o compõem e os condicionamentos históricos do direito de propriedade.

A propriedade rural brasileira passou por um processo peculiar, pois a propriedade foi um dos mecanismos utilizados para legitimar a apropriação privada das terras públicas. Como dissemos anteriormente, propriedade é toda relação jurídica de apropriação de uma coisa, e, em nosso território, essa apropriação deu-se basicamente a pretexto de "controlar" os recursos naturais. Em cada região do Brasil, foi elaborada uma estratégia específica para se apossar dos recursos naturais renováveis, o que, deduz-se, levou à formação de propriedades distintas com algumas características próprias. Assim, por exemplo, no século XIX, na Amazônia, o acesso à terra para a exploração extrativista deu-se pelo aforamento, ao passo que no Sudeste, para a exploração do café, foi mediante posse ou compra.

Por isso, estudar o processo de formação do direito de propriedade – ou os diferentes caminhos para a formação das propriedades – é de fato importante para entender como foi concebida a relação conflituosa entre o direito de propriedade (direito individual) e os direitos sociais (interesses difusos). Compreender esse processo é o primeiro passo para superar a concepção conservadora, com o escopo de contribuir para a conservação da natureza e também para o uso sustentável dos recursos naturais.

DEFINIÇÕES PRELIMINARES DE PROPRIEDADE SESMARIAL, SENHORIAL E MODERNA

Apresentaremos agora os elementos básicos que caracterizam essas três categorias e as definições serão aprofundadas no decorrer do capítulo, como também a análise histórica.

A propriedade sesmarial é aquela confirmada pelo rei, o sesmeiro requeria uma data de terra, cumpria as duas principais obrigações para receber a confirmação: o cultivo e a demarcação. Reconhecia como direito individual de propriedade da terra os que possuíam como título originário atos de concessão e confirmarção da Coroa portuguesa. O acesso à propriedade da terra era regulamentado no sistema sesmarial pela Ordenação e pelas diversas legislações esparsas emanadas da Metrópole portuguesa. Após a confirmação, a terra adquiria o *status* próximo ao que atualmente é conferido à *propriedade privada absoluta.*[2] Para os objetivos deste trabalho, consideraremos propriedade sesmarial também aquela terra que no Brasil não foi confirmada, mas para a qual houve a solicitação e ou despacho favorável do capitão-mor ou do governador – as sesmarias concedidas –, ou seja, o solicitante que obtinha a lavra da carta de data e sesmaria.

As Ordenações Manuelinas, como as Filipinas, definiam as sesmarias como "as datas de terras, casais, ou pardieiros, que foram, ou são de alguns senhores e que, já em outro tempo foram lavradas e aproveitadas e agora o não são" (Man., liv.IV, tít.67; Filip., liv.IV, tít.43).

A propriedade senhorial originou-se pelo apossamento primário da terra, ou seja, pela posse e não pela transferência oficial do bem público para o patrimônio particular, como ocorreu no sistema sesmarial. É o costume local e a concepção jurídica reinante na época que lhe deu o *status* de propriedade privada rural. Posteriormente, o Estado buscou reconhecê-la e legitimá-la dada a pressão dos proprietários senhoriais. De fato, ocorreu a apropriação privada das terras devolutas, ou seja, do patrimônio público. A legitimação dava-se com base no trabalho da terra e a legalização dessa se deu pela prescrição aquisitiva, transações de compra e venda e testamentos, realizados em documentos privados e "oficializados" nos tabeliães e juízes testamentários. Diria que a concepção de propriedade senhorial está mais próxima da noção sociológica, com elementos e fundamentação jurídica.

O fato de a propriedade senhorial ter sua legitimação na posse não a torna uma propriedade ilegal ou à margem da lei, pois é uma propriedade

[2] Denominamos sistema sesmarial o conjunto de normas que regulamentavam o acesso à terra pela concessão e confirmação real, pois as regras de funcionamento da sesmaria estavam contidas em prescrições genéricas das Ordenações, sendo que, no final do século XVII, houve intensa regulação normativa, "todas entretanto, padecendo do velho mal de, em vez de codificação geral, se baixarem determinações para casos concretos, para regiões determinadas, fixando não raro futilidades, deixando de lado os aspectos básicos e fundamentais" (PORTO, 1965, p.167).

de fato, que se fundamenta na doutrina jurídica dos séculos XVII e XVIII, ganhando força política e jurídica em virtude do poder do senhor da terra. Lembramos, ainda, que a propriedade senhorial era exclusivamente da grande propriedade, não incluindo os que não tinham poder naquela época, como os quilombolas, caboclos, ribeirinhos, os índios etc. A propriedade senhorial passa a ser ilegal no início do século XX com o fortalecimento da concepção da propriedade moderna.

A propriedade brasileira moderna é aquela que é demarcada e registrada em cartório, mecanismo utilizado pelo Poder Público para transferir seu patrimônio para o domínio privado. Enquanto as duas primeiras têm seu período de desenvolvimento do século XV ao século XIX, a última só irá surgir no fim do século XIX, mas apenas se torna hegemônica entre 1930 e 1960, dependendo da região brasileira. É preciso ressaltar que não se trata da substituição de uma categoria por outra: em um mesmo período histórico, elas coexistiram, sem necessariamente conflitarem.

Não se deve confundir a propriedade sesmarial, senhorial e moderna com a *propriedade absoluta* ou a *absolutização da propriedade*. Chamamos de propriedade absoluta a que tem como característica o caráter absoluto, exclusivo e perpétuo de seu *dominium*, ou seja, aquela em que o poder do proprietário sobre a coisa é absoluto e exclusivo.[3] Assim, o proprietário do imóvel pode usar, gozar e dispor da coisa como quiser, sujeitando-se apenas às limitações impostas pela lei ou pelo interesse público. Já na propriedade feudal, o *dominium* era compartilhado (não absoluto) entre dois sujeitos: o senhor e o vassalo. Em virtude dessa caracterização, é comum fazer a analogia entre a absolutização da propriedade e o fim do feudalismo. Contudo, devemos chamar atenção para o fato de que no Brasil, pelos motivos históricos que iremos demonstrar, a propriedade privada rural surge absoluta e individual, seja ela sesmarial, senhorial ou moderna.[4] Cada uma terá sua característica própria, seu procedimento peculiar de se apropriar da terra e dos recursos naturais, mas também há elementos comuns, principalmente entre a propriedade sesmarial e a senhorial.

Podemos citar como exemplo de elemento comum à propriedade sesmarial e à senhorial o fato de ambas, durante o período colonial, terem tido o centro econômico e político, absorvendo em si toda a vida a seu redor.

[3] O direito é absoluto porque o proprietário tem o monopólio sobre o bem, ficando o restante da sociedade excluída de explorá-lo, ou seja, tem o direito *erga omnes* porque os demais têm o dever de respeitar. Já exclusivo deve ser entendido como o domínio sobre imóvel recai somente em uma pessoa, não há divisão do *dominium*, como ocorreu no período feudal ou ocorre com o condomínio contemporaneamente.

[4] Quanto ao aspecto absoluto da propriedade, Faoro (1987, p.126) lembra-nos que "a mudança de rumo, mudança que o contexto comercial da economia acelerou, refletiu sobre o sentido da propriedade territorial, que se afasta da concessão administrativa para ganhar conteúdo dominial". Tratamos, neste capítulo, propriedade absoluta e propriedade territorial como termos correspondentes.

Por isso, pouco ou quase nenhum espaço foi deixado para o desenvolvimento da pequena ou média propriedade rural. Outro elemento comum, que desempenhou papel importante na formação dessas propriedades, foi a apropriação do solo e da floresta, que eram utilizados perdulariamente, sem nenhuma preocupação com a preservação ou com uma forma mais permanente de uso. Holanda (1995, p.50) afirma que:

> a regra era irem buscar os lavradores novas terras em lugares de mato dentro, e assim raramente decorriam duas gerações sem que uma mesma fazenda mudasse de sítio, ou de dono. Essa transitoriedade, oriunda, por sua vez, dos costumes indígenas, servia apenas para corroborar o caráter rotineiro do trabalho rural. Como a ninguém ocorria o recurso de revigorar os solos gastos por meio de fertilizantes, faltava o estímulo a melhoramentos de qualquer natureza.

Demonstraremos, também, que os poderes de cada categoria não são simétricos, ainda que tenham existências na mesma época histórica. O ponto em comum das diversas concepções de propriedades empregadas está no fato de que essas podem ser entendidas como os poderes que o proprietário tem de dispor livre e amplamente sobre determinado bem, ou seja, é a relação de poder que se estabelece entre o sujeito e o objeto.

A DISPUTA PELO MONOPÓLIO JURÍDICO ENTRE A METRÓPOLE PORTUGUESA E A COLÔNIA BRASILEIRA E SEU REFLEXO NO DIREITO[5]

Para estudar a história jurídico-social do direito de propriedade, o primeiro passo é superarmos o dogma da *completude estatal*, o qual afirma que

[5] Utilizamos aqui a concepção de Bourdieu de campo, ou seja, o espaço social de produção simbólica, conformada por grupos de agentes especialmente treinados que possuem autonomia relativa de trabalho específico. O trabalho realizado, apesar de atender aos interesses materiais e ideais de uma classe, não pode ser confundido com uma definição restrita de classe (MICELI, in: BOURDIEU, 1992, p.VLIV). Em nosso caso, analisaremos o conjunto de instituições jurídicas, o ordenamento jurídico estatal e extra-estatal, o vocabulário específico desses "funcionários" que são os advogados e juízes portugueses e brasileiros que atuavam, respectivamente, na defesa de seus clientes e na resolução dos conflitos pela disputa da terra e dos recursos naturais no Brasil Colonial. Contudo, como alerta Bourdieu, não podemos esquecer que os diferentes campos se relacionam e nas "lutas simbólicas desenvolvidas nos diferentes campos e nas quais está em jogo a própria representação do mundo social e, sobretudo, a hierarquia no seio de cada um dos campos e entre os diferentes campos" (1998, p.133).
Outro conceito importante em Bourdieu é o de *habitus*. Na concepção desse autor, *habitus* "designa uma maneira de ser e de agir, como o princípio gerador de estratégias que permitem fazer face a situações imprevisíveis. Sendo assim, *habitus* se constitui num esquema de percepção internalizado pelos indivíduos de acordo com suas posições na estrutura social" (BARP, 2001, p.25). A noção de campo e de *habitus* devem ser concebidas como dois elementos que se relacionam, ou seja, caracteriza-se pelo condicionamento mútuo.

a produção jurídica é monopólio do Estado, em nosso caso particular, da Coroa portuguesa. De fato, o que vamos encontrar no Brasil, analisando os cientistas sociais e juristas que comentaram o período colonial, assim como as legislações dessa época, é uma disputa no campo jurídico na concorrência pelo "monopólio do direito de dizer o direito", ou seja, encontramos contradições entre as normas emanadas de Portugal e o costume que vai se consolidando no Brasil. Essas contradições revelam a disputa pelo controle exclusivo da criação do sistema de normas jurídicas que regulam o acesso à propriedade.

Desse modo, as práticas e os discursos jurídicos distintos, e em certo momento contraditórios entre si, decorrem do fato de cada parte – os juízes e o corpo administrativo de Portugal, por um lado, e, por outro, os juízes, o corpo administrativo e os advogados brasileiros – buscar ordenar os mecanismos válidos para se ter acesso ao solo e aos recursos florestais, alcançando seus objetivos de acordo com as relações de forças específicas que possui cada grupo. Além disso, essas práticas e esses discursos são determinados pela "lógica interna das obras jurídicas que delimitam em cada momento o espaço dos possíveis e, deste modo, o universo das soluções propriamente jurídicas" (Bourdieu, 1996, p.211). Assim, é preciso partir do pressuposto de que a propriedade rural brasileira mostra-se como um gênero que, em dado momento histórico, desenvolve-se não como a propriedade, mas como distintas propriedades que coexistem inicialmente em dois "ordenamentos jurídicos" no mesmo espaço geográfico, porém advindas de fontes diferentes.

A divisão de interesses entre a elite colonial (em particular a dos senhores de engenho) e a Metrópole portuguesa fica evidente ao se mencionar que, embora fossem favorecidos e poderosos no âmbito local, os senhores de engenho eram fracos no acesso ao poder real, o que dificultava o atendimento de suas reivindicações políticas e econômicas (Schwartz, 1999, p.361), levando os grandes proprietários de terra colonial a buscar outros mecanismos sociais e jurídicos com o intuito de ter, em parte, suas vindícias respondidas.

O PERÍODO COLONIAL E A FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE SESMARIAL E SENHORIAL

Com o descobrimento do Brasil, todas as terras brasileiras passaram a pertencer a Portugal. Qualquer utilização dos recursos naturais ou da terra só era legalmente permitida com a concessão do rei. Assim, a constituição dos institutos jurídicos que instrumentalizaram e legitimaram em parte a apropriação do território brasileiro começa em Portugal com as Ordenações desse reino. É com base nas Ordenações Afonsinas, que representam

a última fase de evolução do sistema sesmarial, que esse instrumental legal reinol foi aplicado no Brasil, com o intuito inicial de colonizar as terras "descobertas" além-mar.[6]

A origem da sesmaria está ligada à conjuntura social e econômica pela qual passava o reino português.[7] No século XV, Portugal sofria o despovoamento e o abandono da propriedade rural e encontrava-se em uma fase agitada de conquistas e navegações, o que obrigou o rei a tomar medidas para superar a crise. Sua finalidade era promover o reerguimento da lavoura, "já oferecendo braços aos que tivessem terras, já oferecendo terras aos que as quisessem lavrar" (Lima, 1954, p.15-9).

Mais do que garantir a agricultura, era importante assegurar o repovoamento e, nesse aspecto, a agricultura surge como conseqüência daquele (Lima, 1954, p.21).

Um dos sérios problemas na sesmaria instituída no Brasil foi a falta de definição do limite (mínimo e máximo) das áreas que poderiam ser concedidas. Todas as cartas de doação e os forais deixaram em aberto essa questão, os critérios que poderiam embasá-la eram muito vagos, pois definiam que o possuidor da sesmaria deveria ter condições para explorá-la. A Coroa Portuguesa tinha a idéia preconcebida de que só os homens de "posse" e os de "qualidade" poderiam explorar economicamente as glebas doadas.[8]

---

[6] As Ordenações Afonsinas surgem em 1446 ou 1447, produto da revolução de Avis. Elas tinham a preocupação básica de legislar e dar unidade aos cargos públicos, aos bens e privilégios da Igreja, aos direitos do rei e da administração fiscal, à jurisdição dos donatários e às prerrogativas dos fidalgos. Representaram a substituição do direito local pela progressiva autoridade real. Porém, não lograram durar muito tempo, pois, em 1521, foram substituídas pelas Ordenações Manuelinas, que introduziram as reformas administrativas e financeiras que a realidade ultramarina exigia. Essas representaram uma profunda reformulação do direito vigente, ficando de fora apenas a fazenda real, que foi objeto das Ordenações da Fazenda. Mas foi com as Ordenações Filipinas, em 1603, com a confirmação de D. João IV em 1640, que o absolutismo real – a centralização política e administrativa – foi codificado e consolidado, garantindo, assim, a intervenção do Estado na economia, nos negócios, no comércio marítimo, no tabelamento de preços e nas atribuições dos delegados do rei, fossem eles ligados à corte, à justiça ou à estrutura municipal (FAORO, 1987, p.64-5).

[7] Como afirmamos anteriormente, a definição de sesmaria foi a mesma nas Ordenações Manuelinas e nas Filipinas. Em ambas as "sesmarias são principalmente as dadas de terras, casaes, ou padieiros, que foram, ou são de alguns senhorios, e que já em outro tempo foram lavradas e aproveitadas, e agora o não são".

[8] Segundo Freire (1998, p.21-2), em geral os concessionários das sesmarias eram a nobreza da capital da capitania, sendo que muitos deles eram representantes do próprio governo português. Esse autor observa que as concessões no Nordeste brasileiro eram em geral de grandes extensões territoriais, diferentemente do que ocorria no Sul e no Sudeste. Estas abrangiam, na maioria das vezes, três léguas de extensão, ao passo que aquelas podiam chegar a 20, 50 e mais léguas. Freire destaca, ainda, outra diferenciação ocorrida principalmente no século XVI: enquanto no Nordeste os sesmeiros preferiam tirar a renda da terra por meio de escravos e agregados, no Sudeste, os próprios proprietários territoriais, com o apoio de seus escravos, realizavam o trabalho agrícola.

A primeira tentativa de fixar o tamanho máximo das áreas de sesmarias em 5 léguas foi feita com a Carta Régia de 16.3.1695. Esse ato normativo português e os demais que objetivaram restringir as datas de terras concedidas não foram respeitados pelas autoridades e pelos sesmeiros brasileiros (Sodero, 1968, p.192).

As áreas das sesmarias doadas eram muito imprecisas, pois seus confrontantes eram referências naturais e genéricas, o que não permitia, na própria demarcação, delimitar a extensão da área. Para se ter uma idéia de como eram vagos os pedidos, pois nem mesmo quem solicitava a gleba sabia com exatidão o que pedia, citaremos algumas expressões usadas nos pedidos: “limitada pelo outeiro que está sobre o Varadouro”; “pelo caminho... até o oiti que está ao passo onde mataram o Varela”; “toda a terra que se achar devoluta e sem dono”; “toda a terra e sobra que estiverem dentro das ditas confrontações”; “todas as terras que nestes meyos se acharem” (Porto, 1965).

A política de conceder imensas áreas, algumas vezes mais de uma gleba à mesma pessoa, tinha o objetivo de garantir que privilegiadas famílias portuguesas desenvolvessem a atividade açucareira. Durante os séculos XVI e XVII, as exigências para consumar-se a doação eram a comprovação do aproveitamento efetivo da área e o registro da doação no Livro da Provedoria do Governo. Só no fim do século XVII, com a Carta Régia de 27.12.1695, foi estabelecida a primeira delimitação para as doações. A partir desse momento, a legitimação das glebas doadas estava condicionada ao aproveitamento, ao registro e à dimensão máxima de 5 léguas quadradas, como também à exigência de que nas futuras doações se impusesse a obrigação de pagar “um foro, segundo a grandeza ou bondade da terra”.

Contudo, essas condições não eram respeitadas, na realidade o pretendente à sesmaria primeiro ocupava a terra, desmatava-a e só depois requeria sua regularização, quando o fazia.

Há vários motivos que estimularam os sesmeiros a reivindicar mais de uma sesmaria ou os posseiros a se apossar de grandes glebas. Entre eles podemos destacar seis:

a) O primeiro está na própria lógica da organização político-econômica colonial, pois a propriedade da terra era o mais seguro investimento, já que as terras “não eram taxadas, não eram atingidas pela inflação, não constituíam um bem tão ostentatório ou líquido quantos produtos comercializáveis, animais ou dinheiro; portanto, o governador não podia confiscá-las quando precisasse desesperadamente de recursos...” (Dean, 1977, p.27). Essa regra foi válida por trezentos anos, na exploração da cana-de-açúcar e do café, pois o que valia eram os escravos e não a terra, já que esta representava um décimo do valor daqueles (Faoro, 1987, p.126).

b) Outro motivo está ligado ao fato de as concessões representarem o privilégio mais importante que o rei poderia outorgar ao colono. Quanto maior era a terra que o fazendeiro adquiria – mediante compra, apossamento primário ou concessão do governador ou vice-rei – maior seu prestígio e poder político. Como dissemos, o "favor" de outorgar terras gratuitamente a pessoas ricas e influentes em suas vilas era um costume reinante no Brasil. Nessa visão só as pessoas ricas e bem-nascidas tinham as qualidades empresariais para levar à frente um grande empreendimento, pois "a terra, de base de sustento, expandiu-se para o título de afidalgamento, com o latifúndio monocultor em plena articulação" (Faoro, 1987, p.126).
c) Outro fator está ligado à tecnologia empregada, já que as "terras virgens eram tão necessárias para os que cultivavam o solo predatoriamente quanto para os que plantavam para exportar, pois uns e outros dependiam da maior fertilidade das terras recém-limpas a fim de manter a produção" (Dean, 1977, p.27). A destruição da floresta também era uma forma de garantir o apossamento de novas áreas, pois cumpria dois papéis importantes: expulsava de modo compulsório as populações tradicionais (caboclas) preexistentes na área e legitimava a posse ilegal, pois era por meio do trabalho (leia-se destruição da floresta) que se buscava o reconhecimento social da gleba de terra.
d) Era costume também se apossar de grandes glebas de terra e depois vendê-las para terceiros. O que comprava defendia a legalidade do ato, baseado no pagamento de imposto durante a transação da compra e venda. O fato de pagar esse imposto era a garantia da aprovação oficial, ou seja, mediante o pagamento de um imposto, legitimava-se um ato ilegal. A mesma prática tinha o sesmeiro: em geral era uma pessoa poderosa e influente perante o governador ou os capitães-gerais, que requeria grandes áreas de terra e depois arrendava-as, em parte ou em sua totalidade, para os sertanistas "anônimos", retirando rendas sem precisar desenvolver nenhuma atividade na terra (Porto, 1965:87).[9]
e) A violência também era um instrumento muito eficaz para se apossar de grandes glebas, pois era um modo prático e rápido de expulsar os antigos posseiros. "O sistema social das grandes lavouras era de extrema violência. A expulsão dos posseiros, a defesa dos limites

[9] O arrendamento a longo prazo não era utilizado normalmente em virtude de seu efeito jurídico. De acordo com o princípio contido nas Ordenações, o arrendamento de mais de dez anos passaria a ser considerado um contrato enfitêutico; portanto, somente a locação por um período inferior a dez anos era regida por uma relação de locação entre particulares, sem gerar o aforamento perpétuo da terra. Apenas com o Alvará de 3.11.1857 a locação foi reduzida à condição de contrato pessoal, "ainda que fosse de cem anos" (MEIRA, 1983, p.120).

imprecisos das propriedades, a supervisão da força de trabalho escravizada, o controle social dos que não tinham terras, tudo exigia o emprego da força" (Dean, 1977, p.36). Era mais fácil recrutar alguns capangas e arrendatários endividados, e/ou outro agregado da fazenda, para expulsar os "intrusos".[10] Muitos pequenos posseiros foram expulsos de suas terras por algumas poucas pessoas influentes que possuíam dinheiro suficiente para conseguir títulos de sesmaria. Assim:

> os dois meios – a sesmaria e a posse –, depois de coexistirem, se concentram na ocupação, no início forma de pressão nos latifúndios do lavrador humilde, grande e pequena propriedade, depois o processo de constituir o latifúndio. Verdade que o requisito do reconhecimento da posse será a cultura efetiva, mas o posseiro, a partir da sua lavoura, estendia a terra até onde a resistência dos outros não obstasse suas pretensões territoriais. (Faoro, 1987, p.408)

f) Por último, era possível alargar os domínios pela aquisição derivada, ou seja, iniciava-se o latifúndio com a doação, compra, herança, pois se compreendia que o proprietário de uma área tinha a faculdade de poder anexar a parte vizinha, desde que essa fosse inculta ou abandonada, norma essa advinda do direito romano, da chamada "adiecto" ou "epibole" (Porto, 1965, p.31).

De fato, a concessão das sesmarias não chegou a anular completamente os direitos dos primitivos pequenos posseiros. O problema era que os que permaneceram acabaram desempenhando papéis subalternos e dependentes, na economia de exportação, pois a legislação que regulava a sesmaria não reconhecia o direito do posseiro, arrendatário, "precarista", reconhecia tão-só o direito do sesmeiro, chegando mesmo a proibir a prática de arrendar a terra.

Desde o início, a Coroa portuguesa privilegiou a formação da grande propriedade fundiária, estimulando a exploração de produtos agrícolas para exportação, em particular a monocultura da cana-de-açúcar e do café. O costume de destruir a floresta para implementar a *plantation* foi uma prática constante, sobretudo a partir de 1750, quando as autoridades reais estimularam a cultura do açúcar. Dean (1977, p.40) afirma:

> Era preciso deixar a terra repousar de cada três a dez anos, e, em geral, ela era abandonada definitivamente depois de vinte. Assim, os fazendeiros eram quase tão itinerantes como os caboclos, limpando e queimando tratos de terra cada vez

[10] Intruso era a denominação dada aos ocupantes da terra de terceiro. Na prática, como em muitos imóveis rurais, os "proprietários" também não possuíam o título da terra, ou concessão, qualificar alguém como intruso era a forma encontrada para justificar a expulsão do ocupante, que na maioria dos casos era o pequeno posseiro.

> maiores, até que se tornasse preciso adquirir novas terras virgens. Esse regime era, apesar de tudo "econômico", pois a grande escassez de mão-de-obra e de crédito tornava impraticável despender qualquer esforço na preservação da fertilidade do solo.

Até o século XIX, não se viu nenhum movimento dos grandes proprietários procurando legitimar suas propriedades territoriais rurais, porque o que tinha valor eram os escravos e não a terra. Após o fim da escravidão, essa conduta política continuou em virtude da forma encontrada para se apoderar das terras públicas, ou seja, mediante o apossamento dos recursos naturais (terra e floresta).

Contudo, não podemos confundir dois aspectos importantes desse processo peculiar, mesmo que não sejam variáveis independentes: a abundância de terra e a disponibilidade da terra para ser apossada. No Brasil, embora a terra fosse abundante, não estava disponível para todos, nem mesmo para os primeiros ocupantes do território brasileiro, os escolhidos foram poucos "privilegiados" com força suficiente para manter seu "domínio". Desde o descobrimento, as vastas terras brasileiras foram destinadas à ocupação econômica sob a égide do capital mercantil e da grande propriedade senhorial rural exportadora, com a exploração de mão-de-obra escrava.

Podemos destacar alguns motivos que levaram os grandes proprietários a não se preocuparem em legalizar suas terras. O primeiro está ligado à resistência a pagar as despesas decorrentes da confirmação e do foro, em especial os gastos com a demarcação e a medição. O segundo motivo está ligado ao padrão de ocupação estabelecido desde o período colonial, que consistia na prática de uma agricultura de derrubada e queimada que exauria rapidamente o solo, sendo o mesmo cultivo utilizado na lavoura de subsistência. Esse processo obrigava os proprietários a constantemente incorporar novas terras à sua propriedade, o que na prática levava a um crescimento meramente extensivo das atividades produtoras. Não era preocupação dos fazendeiros a introdução de novas técnicas agrícolas ou de cuidados com o solo (Silva, 1996, p.69), pois, quando sua terra ficava "cansada", solicitavam outra sesmaria ou continuavam a apropriar-se de mais floresta primária para derrubar e queimar, porque a mata recobria os solos mais férteis.

Nessa lógica, que levava ao rápido esgotamento dos recursos florestais, interessava muito mais aos proprietários de terra ter suas propriedades indefinidas e em constante "alargamento", como também não lhes era conveniente informar às autoridades os limites exatos de suas glebas, para facilitar a incorporação do patrimônio público ao domínio privado.

Nesse contexto, a questão fundiária caracterizava-se pela falta de regularização da propriedade da terra. A agricultura estabelecida nas grandes propriedades era do tipo predatório e extensivo, seja no plantio de cana-

de-açúcar, algodão, café, fumo, seja nas áreas de exploração da pecuária. Enquanto foi possível a incorporação de novas terras por meio da apropriação primária das terras públicas (atualmente esse mecanismo é denominado grilagem), essa mobilidade característica da agricultura pôde continuar existindo e sua continuidade não foi baseada só no trabalho escravo e na existência de terras "livres", pois mesmo depois do final da escravidão esse modelo continuou a se reproduzir por algum tempo.

É o somatório dessas características que conformará a propriedade senhorial (falta de regularização, incorporação e destruição predatória dos recursos florestais e a mão-de-obra escrava). É preciso lembrar que não há uma relação direta entre a proporção de terra cultivada e a área apropriada por particulares, esta sendo muito superior àquela. O limite da propriedade respeitava mais a "raia" do poder político e econômico do senhor de terra do que uma linha real que separasse os terrenos entre si.

A nosso ver, dois outros motivos tornaram possíveis a "sobrevivência" por mais de três séculos da propriedade senhorial, que, durante um certo tempo, conviveu com a propriedade moderna, até que esta se tornasse hegemônica: a existência de recursos naturais renováveis "disponíveis" e "abertos" e a baixa densidade populacional.

Esse padrão não ocorreu de forma uniforme no Brasil, em cada região ele se repetiu com algumas características peculiares. Os elementos comuns foram a grande propriedade de terra, de limites indefinidos, a maneira com que foi transferido o patrimônio público para o privado e controle da mão-de-obra. Do mesmo modo, a preocupação com a legitimação da terra, a fim de constituir uma propriedade moderna, ocorreu em tempos distintos.

No período colonial, uma das principais formas de apropriar-se da terra e dos recursos naturais deu-se por meio do apossamento primário da terra e dos recursos naturais renováveis, com base em uma agricultura móvel, predatória e rudimentar.[11] A política oficial de criação da propriedade rural começou com a sesmaria, com o objetivo de formar uma produção colonial, apoiada na grande propriedade monocultora e produzindo para exportação, sustentada no trabalho escravo. Prado Júnior chega a afirmar que os três elementos que constituíram a organização agrária no Brasil colonial foram a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Para ele,

> a "grande exploração rural", isto é, a reunião numa mesma unidade produtora de grande número de indivíduos; isto é que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira. Como constituirá também a base principal em que assenta toda a estrutura do país, econômica e social. (Prado Júnior, 2000, p.121).

[11] Roberto Santos (1981), ao analisar o problema da terra na Amazônia, afirma que o apossamento primário foi um importante instrumento de formação do imóvel rural no século XIX e início do XX.

Desse modo, há uma clara associação entre a apropriação da terra, dos recursos naturais e da mão-de-obra. As grandes explorações agrícolas voltadas ao comércio exterior estavam apoiadas no trabalho escravo e na noção de recurso aberto. O processo de exploração colonial, que se repetiu até 1930, resultou em um tipo de ocupação da terra que teve sua expressão jurídica na propriedade sesmarial e senhorial. A introdução do trabalho escravo assegurou a mão-de-obra necessária à exploração predatória da floresta, e mesmo após o fim da escravatura os grandes proprietários irão reproduzir o modelo mediante o controle da mão-de-obra e a visão de acesso livre dos recursos naturais.

A propriedade sesmarial e senhorial constituíram mais do que a simples apropriação de grandes glebas de terra, mas também incluiu universos sociais e culturais, criando uma rede de controle político e social que aumentou a desigualdade na sociedade, envolvendo índios, escravos e administrados na relação estabelecida de troca de favores e proteção.

Em geral acredita-se que a posse deixa de ser uma simples relação de fato entre o possuidor e a terra e passa a adquirir a condição jurídica de uma relação de direito a partir de 1822, condição que perdurará até 1850 com a Lei de Terras. Tem-se por certo, ainda, que o sistema das sesmarias está relacionado com o grande proprietário de terra e a posse, com o humilde colono.

O que temos demonstrado é que essas duas visões do processo de ocupação do território nacional são limitadas e simplistas; acabaram fazendo uma leitura restrita da realidade histórica analisada. De fato, a apropriação privada da terra foi tão importante como a concessão de sesmaria para a formação da propriedade rural no Brasil. Conseqüentemente, a posse nunca foi um fenômeno restrito ou o principal instrumento de acesso à terra para os pequenos proprietários. O apossamento foi um fenômeno generalizado, que favoreceu muito mais os grandes proprietários do que os pequenos.

Temos de levar em consideração que não houve uma regularidade na escrituração relativa às concessões de sesmarias, nem era possível saber a quantidade de terras ocupadas ou solicitadas. Essa confusão na informação impossibilitou o Poder Público de ter o conhecimento de quais eram as terras que estavam apropriadas privadamente, ou as terras públicas ainda não ocupadas ou já abandonadas, e ainda hoje dificulta o levantamento de dados precisos sobre a situação daquela época. Contudo, os números coletados contribuem para demonstrar a tendência da apropriação privada da terra desde nos séculos XVIII e XIX, ou numa interpretação mais pessimista, que a crise do sistema sesmarial foi bem anterior a seu período de extinção, ou seja, em 1822.

Assim, não foi somente o sistema sesmarial que originou o latifúndio, os obstáculos jurídico-sociais para consolidar a propriedade sesmarial pos-

sibilitaram o surgimento da propriedade senhorial, ou seja, o não-cumprimento da legislação que regulava a concessão da sesmaria aumentou de maneira considerável a possibilidade de fortalecimento do latifúndio, pois a preocupação legal da Metrópole portuguesa em sustar a apropriação primária da terra foi constante, conforme demonstra a tabela a seguir com as principais legislações coloniais, e apresenta a legislação e os atos administrativos relativos à organização da propriedade no período colonial no Brasil.

Em contraposição, devemos destacar que mesmo a sesmaria confirmada não é uma garantia de que o sesmeiro respeitou os limites originários da concessão, ele talvez tenha tido o mesmo comportamento dos proprietários senhoriais, daí se afirmar que as sesmarias eram grandes demais. Além do mais, a maioria das descrições de localização da área solicitada que constava na carta de sesmaria era imprecisa, o que vem a corroborar nossa interpretação.

Não queremos dizer que não houve concessões de grandes sesmarias, pois há relatos históricos e cartas de sesmarias comprovando a existência de extensas concessões de terra; apenas ressaltamos a existência de outras possibilidades, no intuito de relativizar a importância da sesmaria na formação do latifúndio por dimensão no Brasil.

A estrutura econômica e social colonial possibilitou o surgimento da propriedade senhorial, o que, por sua vez, levou a um certo grau de autonomia, que resultou em uma contradição com determinadas diretrizes do sistema sesmarial. Esse sistema representava o direito codificado português, a propriedade senhorial, o direito costumeiro brasileiro. Foi a prática cotidiana e a construção de uma concepção jurídica favorável à apropriação privada que acabou consolidando a ocupação como uma das formas de se ter acesso à terra, conseqüentemente, a cisão entre a propriedade senhorial e a sesmarial.

Assim, fica mais fácil entender o paradoxo apresentado pelos diversos juristas quando afirmam que a sesmaria deu origem ao latifúndio e asseveram, contraditoriamente, que a sesmaria não foi respeitada no Brasil (Lima, 1954; Porto, 1965; Laranjeira, 1981; Sodero, 1968). De fato, trata-se de duas propriedades distintas, que têm origens sociais e embasamento jurídico diferentes, mas que objetivam a apropriação do solo e dos recursos naturais renováveis, ou seja, cultivar e beneficiar a terra.[12]

Do ponto de vista econômico, a origem da propriedade não era o aspecto mais relevante para as autoridades portuguesas – comprovada pelo título de concessão de sesmaria ou pelo apossamento primário –, pois sobre a terra não incidiam tributos. Daí o pouco interesse político da Coroa

[12] Considerar que o direito de propriedade tem como elementos legitimadores a cultura e a morada habitual parte do mesmo pressuposto de John Locke (1632-1704), segundo o qual o homem possui um direito natural àquilo com o qual "mistura seu trabalho".

portuguesa em coibir a propriedade senhorial, pois vivia-se em uma economia mercantilista, mais preocupada com a consolidação de políticas e estruturas monopólicas e imperialistas na circulação dos produtos.[13]

Portanto, podemos afirmar que, durante o período colonial, as concessões por sesmarias, as doações e até a simples posse constituíam um direito à aquisição das terras devolutas, pela sistemática sesmarial ou pelo costume jurídico. Ambas as formas levavam à formação da propriedade, sesmarial ou senhorial, mas absolutas.

Desse modo, Brasil e Portugal tiveram em sua história jurídica muitos pontos comuns, mas, antes de setembro de 1822, o direito brasileiro e o português começaram a trilhar caminhos distintos, em particular em relação ao direito de propriedade.[14]

O ARCABOUÇO JURÍDICO QUE LEGITIMOU A CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE SENHORIAL NO BRASIL

A apropriação privada da terra e dos recursos naturais constitui um fenômeno histórico, social e econômico, com repercussões políticas e ambientais, mas também se fundamentou em uma base jurídica que o legitimava. Desse modo, seria errôneo afirmar que a propriedade senhorial não estava sustentada juridicamente, pois não é essa a conclusão a que podemos chegar quando analisamos os institutos e as concepções jurídicas do século XVII ao início do século XX.

É importante entender a discussão dos séculos passados e a evolução do debate para que possamos, realmente, superar uma concepção e uma visão jurídica que muito contribuíram para a destruição dos recursos naturais, em particular da Mata Atlântica.[15] Essa visão perdulária dos séculos passados busca ainda alcançar o que temos em grande parte preservado: a floresta amazônica.

Para entender o direito de propriedade no Brasil, é necessário analisar a discussão jurídica iniciada em Portugal e para aqui transplantada. Uma das questões fundamentais é verificar se, ao se introduzir um conjunto norma-

[13] O mercantilismo compreende as políticas econômicas dos séculos XVI e XVII, enfatizava a importância do comércio exterior para a economia de um país e defendia a ação do Estado em favor da expansão das exportações e de seu monopólio por companhias de comércio.

[14] A distância entre os dois sistemas jurídicos tornou-se maior após a difusão das idéias liberais em Portugal, principalmente depois da Revolução de 1820, que instalou o regime liberal.

[15] Para mais informações sobre a destruição da floresta atlântica ver o livro de Warren Dean (1996): *A ferro e fogo*: a história e a devastação da mata atlântica brasileira.

tivo nas terras coloniais, foi criado um direito novo, ou se, devido a alguns fatores, foi modificado o que veio de além-mar.

O que temos discutido é que, além de ser modificado o que se implantou por aqui, em nosso caso particular o sistema sesmarial, foi também forjada uma estrutura nova que entrou em conflito com as concepções jurídicas da Metrópole. Essa colisão de concepções jurídicas, o "monopólio do direito de dizer o direito", está explicitada nas contradições encontradas entre as normas emanadas de Portugal e as normas brasileiras que vão estruturando o direito de propriedade. A disputa entre as práticas e os discursos jurídicos dos juízes e o corpo administrativo de Portugal e a colônia brasileira é assim descrita por Faoro (1987, p.176-7):

> Um esquema vertical na administração pública colonial pode ser traçado, na ordem descendente: o rei, o governador-geral (vice-rei), os capitães (capitanias) e as autoridades municipais. A simplicidade da linha engana e dissimula a complexa, confusa e tumultuária realidade... Os juristas e burocratas portugueses, pobres de inspiração criadora ... transplantam mais do que adaptam, exploram mais do que constróem ... O arbítrio, a desobediência, a rebeldia das autoridades coloniais, ao lado da violência, terão um papel criador, ajustando o vinho aos odres antigos, não raro desfigurados, deformados pelas pressões locais.

Contudo, é preciso esclarecer que os discursos jurídicos brasileiros coloniais não eram descabidos de fundamentação doutrinária, tinham suas justificações nas discussões filosóficas que se travaram nos séculos XVII e XVIII. As duas principais teorias de sociedade daquele tempo que buscavam legitimar o direito de propriedade foram a de Thomas Hobbes (1588-1670) e a de John Locke (1632-1704). Nas duas visões, a propriedade é um direito natural e universal.

Para Thomas Hobbes, o Estado assume o papel de organizar a sociedade, pois, segundo a condição natural dos homens, o mais forte se impõe. Vivendo em uma sociedade em estado de guerra, todas as pessoas tentariam apropriar-se dos recursos dos quais necessitassem excluindo as demais pessoas. Para contrapor-se a esse comportamento egoísta, surge o Estado com seu poder para "intimidar" o indivíduo e inibir seus instintos egoístas.

A lógica da norma de acordos entre indivíduos é submetê-los a uma regra comum. O estado político é um contrato social racional. Não pode haver administração de recursos sem regras políticas criadas pelo Estado. Logo, para Hobbes, o direito natural não é o direito natural de defesa da dignidade que transcende os seres humanos, mas um direito natural contratualista e não-democrático (Bloch, 1980, p.48, apud Lopes, 2000, p.92).

O contrato social proposto por Hobbes é um contrato que sujeita o indivíduo ao soberano, e este por sua vez subjuga os súditos com o objetivo de manter a paz na sociedade. Assim, a ordem é a finalidade do Estado. Desse modo:

> O Estado assume o direito e não restam direitos aos súditos, senão aqueles reconhecidos pelo soberano. Apenas em nome da paz e da ordem (segurança) pode-se contestar a autoridade, ou seja, é quando a autoridade se torna incapaz de manter um mínimo de ordem que ela deixa de ser autoridade. (Lopes, 2000, p.192)

Pode-se concluir que a legitimidade do soberano está em sua capacidade de garantir a eficácia do direito e a manutenção do pacto social. Nessa concepção, o acesso à propriedade se daria pelas normas estabelecidas pelo soberano, que buscaria com isso garantir a ordem e a paz. Thomas Hobbes sustenta a idéia de que a propriedade é o resultado do poder político, porque o Estado é a realidade primeira da estrutura social e considerava a propriedade como uma derivação daquele. Por isso, ele afirmava que sem poder soberano não podia haver propriedade nem possibilidade de acordar contratos válidos (Martínez, 1994, p.27).

Em John Locke vamos encontrar outros fundamentos filosóficos. Para Locke, o Direito Natural é conhecido pela razão, e a razão é encontrada no conhecimento humano, nos usos sociais, na experiência própria. Uma distinção importante entre Hobbes e Locke é que este acreditava que o contrato social é o que está no espírito do indíviduo, na sua razão, assim ele deixa de ser uma relação externa para ser algo interno. "A razão para a obediência a uma lei na sociedade civil consiste em confiar na razão dos seus semelhantes. Este exercício de racionalidade e razoabilidade transfere o contrato social para o foro interno" (Lopes, 2000, p.194). Dessa forma, o que garante a ordem não é a coação da autoridade, mas o convencimento que impõe o respeito recíproco. As idéias contratuais em Locke conduziram "à defesa da autonomia privada, essencialmente cristalizada no direito à vida, à liberdade e à propriedade". Esta concepção do individualismo possessivo irá influenciar em grande parte a teoria liberal (Canotilho, 1989, p.424).

Em Locke, a base para a posse dos recursos materiais é o trabalho que cada pessoa investe na natureza. A propriedade advinda de um direito natural fundamenta-se do trabalho humano. É o labor que legitima a apropriação da terra e dos recursos naturais. A propriedade é o tema geral e fundamental da organização da sociedade, pois na propriedade encontramos a união do direito subjetivo e da liberdade do indivíduo.

Contudo, o limite para a apropriação só ocorre quando não há mais abundância: com a escassez torna-se necessário instituir regras de acesso e uso para coibir o desperdício. No estado de natureza, há uma propriedade natural, mas no estado civil há outra propriedade, a propriedade convencional (Lopes, 2000, p.194).

Logo, o que distingue a legitimação da propriedade natural da convencional é a situação de abundância da terra. Assim como o trabalho é a condição prévia para a legitimação da propriedade, a abundância é outro ele-

mento que determinará se haverá ou não regras para limitar o acesso aos recursos naturais.

Mas em virtude da ênfase que Locke dava ao direito natural e ilimitado ao conceituar a propriedade, ele mesmo acabou revogando o limite que havia estabelecido, ou seja, que um homem pode apropriar-se de algo à medida que seja suficiente e em igual qualidade para os demais. Assim, a insistência em afirmar que o trabalho de um homem é propriedade sua acabou proporcionando um argumento de legitimação da apropriação individual ilimitada (Martínez, 1994, p.31).

Desse modo, o acesso à propriedade no Brasil está mais perto da concepção de propriedade natural do que da propriedade convencional, devido à abundância da terra e dos recursos naturais existentes naquele momento histórico. Logo, o que fundamenta a propriedade é o trabalho nela empregado, ou seja, a legitimação ocorre quando a terra é cultivada e beneficiada.[16]

O MALOGRO DA LEI DE TERRA COMO INSTRUMENTO JURÍDICO PARA MODERNIZAR A PROPRIEDADE PRIVADA

Um dos últimos atos da Coroa portuguesa com o intuito de assegurar os direitos dos posseiros, por nós denominados proprietários senhoriais, foi a publicação do Decreto de 21.5.1821, que assegurava a garantia do domínio e da posse contra qualquer pretensão do Estado, ou seja, caso o Estado necessitasse da posse ou propriedade deveria entrar em acordo com o possuidor ou proprietário quanto ao valor a ser pago pela Fazenda Real (Pereira, 1932, p.12).

Assim, garantia-se aos proprietários o direito absoluto sobre suas terras, cabendo ao Estado respeitar seus direitos ou indenizá-los. O Decreto, além de assegurar o direito dos proprietários, reconhecia que a aquisição da propriedade ocorria de forma simples e direta. O direito romano adotara para a transferência dos imóveis a pura e simples entrega da coisa transferida. As Ordenações seguiram o mesmo caminho. No sistema das Ordenações, mantinham-se os modos ordinários de entrega, não existindo nenhuma solenidade para validar a tradição.[17] Já as instituições do direito

[16] Para *common law*, a posse ou ocupação é a origem da propriedade, tendo como máxima que a posse originária é a raiz do título da propriedade (ROSE, 1985, p.75). A noção de Locke sobre propriedade exerceu forte influência nos fundadores dos Estados Unidos, como também continuou influenciando anos mais tarde a jurisprudência americana (UNDERKUFFLER, 1990, p.138).

[17] Entende-se por tradição a simples entrega da coisa com a intenção de transferir o *dominium*, ou seja, um modo de adquirir o *dominium.*

germânico exigiam formalidades para validar a transferência; essas formalidades se concretizavam pela realização de atos perante a autoridade pública (Pereira, 1932, p.149).

A propriedade senhorial adquire o mesmo *status* da propriedade sesmarial a partir do momento em que se passa a ter o entendimento de que com a ocupação e uso da terra ocorre de fato a tradição, já que a ocupação produz o *dominium*, pois não há nenhuma exigência legal de solenidade para validar a tradição.

Assim, vigorava o costume de que as terras devolutas poderiam ser adquiridas por ocupação, isto é, as terras públicas que não tivessem algum uso ou serviço no Estado, província ou município poderiam ser apossadas. Entendia-se por ocupação o modo de adquirir domínio sobre a coisa que não tem dono (*res nullius*), bastando para isso que o posseiro das terras devolutas as apreendesse com o ânimo de possuí-las como próprias.[18]

Esse costume continuou em vigência mesmo depois de promulgada a Lei nº 601, de 18.9.1850 – conhecida como Lei de Terras – ou porque não havia nenhuma sanção eficaz, pois o simples fato de não legitimar as terras ocupadas não foi suficiente para limitar o costume, ou porque havia o entendimento de que as terras devolutas podiam ser usucapidas, ou seja, quem estivesse na terra havia mais de vinte anos podia reivindicar sua propriedade. Assim, a prescrição aquisitiva (usucapião) é uma forma particular de adquirir o domínio, consagrado tanto pelo direito romano como também pelas Ordenações.

Na prática, a restrição à ocupação primária pela Lei de Terras teve mais o efeito de limitar a aquisição da propriedade pelo apossamento dos ex-escravos e dos recém-chegados imigrantes estrangeiros do que coibir a ação dos grandes proprietários, já que esses sempre alegaram a seu favor que ocuparam a terra o tempo suficiente para usucapi-la.

Um dos objetivos que se tentaram alcançar com a Lei de Terras foi o de pôr fim ao regime de posse e instalar o marco da primeira legislação fundiária brasileira. As principais características dessa lei foram:[19]

---

[18] A concepção de propriedade no século XVIII nos Estados Unidos era que o proprietário tinha domínios absolutos sobre sua terra, conferindo-lhe poderes para impedir qualquer uso de terceiros. As duas principais teorias que justificavam o direito de propriedade absoluto eram: o uso natural da terra (*natural uses of land*), entendido como uso para fins agrários; e a regra da prioridade (*rule of priority*), ou seja, quem primeiro ocupou a área tem o direito sobre ela (*first in time is first in right*) (HORWITZ, 1973).

[19] A Lei de Terra instituiu também o Registro Paroquial ou Registro do Vigário (art. 13), regulamentado pelo Decreto nº 1.318, de 1854, arts. 91 a 107. Sua finalidade era meramente estatística, pois o Governo Imperial pretendia conhecer a quantidade de terras que estava nas mãos de particulares e as terras que eram devolutas. O Registro Paroquial era uma declaração unilateral de ocupação, realizada perante o vigário que simplesmente anotava em livro próprio as informações, e não era necessário provar a ocupação da área declarada, como também o padre não poderia se negar a registrar o declarado, mesmo que duvidasse das dimensões do imóvel.

a) determinava que, a partir daquele momento, as terras devolutas só poderiam ser adquiridas pela compra, sendo vedada a aquisição pela posse; a área vendida a uma pessoa que quisesse cultivá-la deveria ser proporcional à sua capacidade de explorá-la;
b) revalidava as sesmarias ou outras concessões expedidas pelo governo, desde que tivessem sido cumpridas as condições prescritas nos respectivos títulos;
c) assegurava e legitimava as posses, desde que tivessem sido mansas e pacíficas, sem oposição de terceiros, adquiridas por ocupação primária ou pela compra e se achassem cultivadas ou com princípio de cultura e moradia habitual, devendo também ser anteriores à vigência da Lei;
d) estabelecia que, tanto na sesmaria como na posse, a mera derrubada ou queimada de matos ou campos, com a presença de simples roçado ou rancho, ou atos de mesma natureza "não constituíam nem seriam considerados como princípio de cultura";
e) instituía o conceito de terra devoluta, definido no seu art. 3º.[20]

Um dos objetivos da Lei de Terras era iniciar o ordenamento das terras brasileiras, distinguindo o público do privado. Para isso, estimulou-se a regularização da situação das sesmarias em comisso e das posses, exigindo-se a titulação das áreas que se encontravam irregulares, pois quem não o fizesse perderia o direito sobre a terra.

A Lei de Terras de 1850 buscava também a demarcação e venda de terras devolutas para financiar a imigração de trabalhadores. Assim, essa lei pretendia cumprir papel importante no processo de transição do trabalho escravo para o livre (Costa, 1999).

Contudo, mais do que regularizar as posses de agricultores sem título algum, que trabalhavam e cultivavam em pequenas áreas, a Lei nº 601/1850 fez respeitar as situações preexistentes, perdendo a oportunidade de redistribuir a terra. Legitimou em proporção muito maior as grandes propriedades e considerou crime o ato possessório dali por diante. Desse modo, os posseiros e lavradores sem-terra ficaram impossibilitados de adquirir a terra pela compra, pois não possuíam meios para tal fim; portanto, essa lei acabou restringindo a única via de acesso dos pequenos produtores rurais à terra.

[20] Definia o art. 3º e seus parágrafos como terras devolutas "as que não se acharem a algum uso público nacional, provincial ou municipal; as que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura; as que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas por esta Lei; as que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei".

De acordo com a Lei nº 601, a propriedade da terra deveria tornar-se uma propriedade mercantil, de valores monetários, sendo na prática inacessível aos que possuíam só a força de trabalho familiar, sejam eles ex-escravos, imigrantes ou pequenos posseiros. A grande propriedade não foi hostilizada pelo Estado, pois havia uma estreita relação entre a centralização política e o poder legislativo. Não é por outro motivo que os sistemas legais – da sesmaria à Lei de Terra – sempre privilegiaram o latifúndio, monopolista e exportador, já que os interesses econômicos se sobrepunham a conflitos e tensões sociais.

A principal legislação agrária da monarquia não alcançou êxito em alterar o caótico quadro fundiário em que se encontrava o país, pois não conseguiu demarcar as terras devolutas e legalizar as terras particulares, mesmo que no final o governo tenha-se preocupado mais em demarcar as terras devolutas. Desse modo, a tentativa de elevar o preço das terras públicas para que essas fossem vistas como uma garantia segura para os empréstimos não surtiu o efeito desejado, já que por um longo período o escravo ainda foi a principal garantia nos financiamentos (Silva, 1996).

Do ponto de vista jurídico, o motivo do fracasso está na leitura que os juristas daquela época fizeram de determinados mandamentos legais, que praticamente revogaram o art. 1º da Lei nº 601/1850.[21] Segundo esses juristas, a lei não obrigava os posseiros a regularizarem sua situação fundiária, pois a alegação da morada habitual e cultura efetiva bastava para garantir que fossem "mantidos na posse do terreno que occuparem com effetiva cultura, havendo-se por devoluto o que se achar inculto".[22] A questão era discutir as filigranas jurídicas sobre o que poderia ser considerado efetivamente cultivado e o que não estava cultivado.

Esses juristas defendiam, ainda, a aquisição das terras devolutas por usucapião. Portanto, a compra de terra do governo não era a única forma de se adquirir a propriedade, já que era possível apossar-se das terras e depois comprovar o período da prescrição aquisitiva para ter o direito ao domínio.[23] O corriqueiro era a venda da terra entre os privados.

Clóvis Bevilágua em seu livro *Soluções práticas de direito* (1930, III, p.107-8, apud Moura, 1946, p.71), ao discutir a possibilidade de usucapir as terras devolutas após a Lei de Terras, afirmou:

---

[21] Diz o art. 1º que "ficam prohibidas as acquisições de terras devolutas por outro titulo que não seja o de compra".

[22] Art. 8º da Lei nº 601/1850.

[23] Os mais ilustres juristas, tanto do período monárquico como do republicano, tinham o entendimento de que as terras devolutas podiam ser usucapidas, como Teixeira de Freitas, Carlos de Carvalho, Joaquim Ribas, Lafayette Rodrigues Pereira, Francisco Morato, Azevedo Marques, Rodrigo Otávio, Prudente de Moraes Filho, Mario de Assis Moura, Costa Manso e Rui Barbosa (SILVA, 1996, p.329). Pode-se dizer que a polêmica sobre a possibilidade de usucapir ou não as terras devolutas continua até nossos dias.

> Alguns contestavam a possibilidade de se usucapiarem essas terras, desde a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, cujo art. 1º prescrevia: “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”; mas esse preceito tinha por fim vedar ao governo fazer concessões gratuitas, exceto nas fronteiras, como em seguida o mesmo artigo declarava, e não impedir que pudessem ser objeto de usucapião.

O próprio art. 3º da Lei nº 601/1850 reconheceu que as áreas que se acharem no domínio particular por qualquer título não são consideradas terras devolutas. Ficava a dúvida jurídica sobre o que se entendia por título legítimo.

Teixeira de Freitas (1915, p.462) definiu “o título justo para essas aquisições derivadas de contratos, das disposições da última vontade, das decisões judiciais e determinação da lei”. Nessa linha, o Regulamento nº 1.318 de 1854, art. 25, já tinha caracterizado o título como aquele que segundo o direito é apto para a transferência do direito. Assim, qualquer documento passado entre particulares ou por escritura pública é considerado justo título.[24]

Ora, o fato de a Lei de Terras revalidar as sesmarias ou outras concessões do governo que se achassem cultivadas, ou com princípios de cultura (art. 4º),[25] ou legitimar as posses mansas e pacíficas adquiridas por ocupação primária (art. 5º), não deixa de representar o reconhecimento de que as terras devolutas podem ser alienadas, ou seja, são bens que não estão fora do comércio.

O art. 5º da Lei nº 601/1850 é bom exemplo de como os interesses dos posseiros foram assegurados, prevalecendo até em situações de conflito com os sesmeiros. Diz o artigo:

> Art. 5º Serão legitimadas as posses mansas e pacificas, adquiridas por occupação primaria, ou havidas do primeiro occupante, que se acharem cultivadas, ou com principio de cultura, e morada, habitual do respectivo posseiro, ou de quem o represente ...

Os bens imóveis *extra comercium* são aqueles que não podem ser objeto da propriedade privada, são as coisas legalmente inalienáveis. Mas as ter-

---

[24] Garcia (1958, p.146), quando discute a necessidade de o particular comprovar sua titularidade, diz que boa parte dos proprietários teria dificuldade de provar a origem de seus títulos ou até mesmo de apresentá-los, pois, “há 60 ou 70 anos atrás, era comum venderem-se grandes tratos de terra por documentos particulares, dado que as terras, em muitas regiões, tinham pouco valor. Esses documentos facilmente se deterioravam ou se perdiam. E como não havia o registro, não seria possível aos atuais proprietários conseguir a sequência da prova”.

[25] Art. 4º Serão revalidadas as sesmarias, ou outras concessões do Governo Geral ou Provincial, que se acharem cultivadas, ou com princípios de cultura, e morada habitual do respectivo sesmeiro ou concessionário, ou do quem os represente, embora não tenha sido cumprida nenhuma das outras condições, com que foram concedidas.

ras devolutas, bens patrimoniais, sempre foram alienáveis e não perderam essa característica mesmo com o advento do Código Civil, pois não estavam sujeitas às proibições previstas no art. 67 (Garcia, 1958, p.88; Moura, 1946, p.74).

O art. 8º da Lei de 1850 vai mais longe ao determinar que seriam considerados devolutos apenas os terrenos que se achassem incultos à época da lei.[26] Desse modo, a posse das glebas de terras que não fossem revalidadas ou legitimadas, com efetiva cultura, seria respeitada, o que leva Garcia (1958, p.50) a concluir que "... não são devolutas, além daquelas a que se refere o art. 3º da Lei 601, também aquelas terras que, em 1850, estavam na posse de alguém, desde que cultivadas".

O interessante é que, nesse artigo, a Lei de Terras faz uma distinção clara entre a área apossada (apropriada) e a área de posse, pois, ao não respeitar o prazo estipulado pelo governo para realizar a medição, o possuidor teria só direito sobre a área trabalhada e não sobre a gleba de terra apropriada ou reivindicada.

Uma das poucas sanções instituídas pela Lei (art. 2º) não alcançava quem ocupasse a terra devoluta. O objetivo da norma era proteger as florestas, pois as penalidades previstas eram aplicadas tanto aos que invadissem terras devolutas como às propriedades privadas (Cabral, 1943, p.55).[27] Assim, o mandamento contido no art. 2º não restringia a ocupação, mas era um mecanismo de prevenção contra um dano ambiental e um instrumento eficaz para a defesa dos direitos dos ocupantes.

Resumindo a discussão sobre a Lei de Terras e o decreto que a regulamentou (Decreto nº 1.318, de 30.1.1854), podemos dizer que essa foi a primeira tentativa legislativa de incorporar a propriedade senhorial ao sistema jurídico estatal. Em diversos artigos, encontramos a preocupação com a proteção da ocupação da terra, não importando se tratava de apropriação estabelecida em virtude de um título ou não, se o apossamento tinha ou não respaldo no sistema sesmarial.

Segundo essa linha de pensamento, assim se manifestou Messias Junqueira (apud Garcia, 1958, p.30):

[26] Art. 8º da Lei 601/1850: "Os possuidores que deixarem de proceder à medição nos prazos marcados pelo Governo serão reputados caídos em comisso, e perderão por isso o direito que tenham a serem preenchidos das terras concedidas por seus títulos, ou por favor da presente lei, conservando-o sòmente para serem mantidos na posse do terreno que ocuparem com efetiva cultura, havendo por devoluto o que se achar inculto".

[27] Art. 2º da Lei nº 601/1850: "Os que se apossarem de *terras devolutas ou de alheias*, e nelas derribarem matas, ou lhe puserem fogo, serão obrigados a despejo, com perda das benfeitorias, e demais sofrerão a pena de dois a seis meses de prisão, e multa de cem mil réis, além da satisfação do dano causado. Esta pena, porém, não terá lugar nos atos possessórios entre os heréos confinantes" (grifo nosso).

> Teve a Lei 601 um pensamento constante, fixo, quase uma obsessão: respeitar a todo o custo a detenção daquele que, sem título dominial em ordem, estivesse em contacto com o solo brasileiro, com ocupação expressada por dois requisitos absolutamente imprescindíveis: cultura efetiva e morada habitual.

Fazendo coro a essa preocupação da Lei de Terra, Rui Cirne Lima (apud Garcia, 1958, p.30) afirma:

> O reconhecimento incondicional da propriedade do posseiro, sobre o terreno ocupado com cultura efetiva (art. 8º), e a faculdade assegurada à legitimação da posse de extensão maior – adquiridas por ocupação primária' – desde que preenchida, ou começada a preencher a condição de cultura (art. 5º), – essas duas medidas regularizavam definitivamente, perante o direito escrito, já os verdadeiros direitos, firmados pelo costume, já as simples pretensões, criadas pela tolerância, de um número considerável de agricultores e criadores, com posição designada nos quadros de nossa vida social e econômica.

Ao mesmo tempo que a Lei de Terras buscou legitimar a propriedade senhorial, reconheceu a prescrição aquisitiva das terras devolutas. Logo, ao reconhecer a posse e criar mecanismos para sua proteção, também admitiu a aquisição do domínio pelo transcurso do tempo, prevista nos arts. 5º e 8º.

Desse modo, o direito de propriedade podia ser consolidado pela prescrição no período anterior a 1933, mas a partir dessa data o usucapião precisava ser declarado por sentença judicial. O Decreto Federal nº 22.785, de 31.5.1933, proibiu o usucapião sobre os bens públicos.

Restringindo o acesso à terra pela prescrição aquisitiva, a Súmula nº 340 do Supremo Tribunal Federal, anterior ao Estatuto da Terra, determina que "desde a vigência do Código Civil, os bens dominicais, como os demais bens públicos, não podem ser adquiridos por usucapião".[28]

Na prática, o apossamento das terras devolutas continuou. Dean (1977), ao descrever a ocupação da região de São Carlos (SP), já dizia que um dos motivos do fracasso da Lei de Terras foi o fato de as autoridades não terem meios de controlar a ocupação das terras devolutas, em particular em São Paulo, onde a expansão dos cafezais exigia sempre novas áreas. As tentativas de exigir o registro e a regularização das áreas apropriadas em diversos momentos sofreram sucessivas prorrogações, e tais práticas oficiais faziam crer que os proprietários não seriam privados de suas terras, não pelo fato de não cumprir a exigência legal.

---

[28] A Lei 6.969 de 10.12.1981, tornou obsoleta a Súmula nº 340, de 13.12.1963, do STF, pois tornou possível o usucapião das terras devolutas. Contudo, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 191, parágrafo único, reabriu a polêmica sobre a possibilidade de usucapir as terras devolutas ao instituir que "os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião".

CONCLUSÃO

Neste capítulo, partimos do pressuposto de que a propriedade rural brasileira, em dado momento histórico, desenvolveu-se não como uma única forma de acesso à terra – a propriedade sesmarial –, mas como distintas propriedades (sesmarial e senhorial), que coexistiram de início em dois "ordenamentos jurídicos" no mesmo espaço geográfico, porém advindas de fontes distintas.

Demonstramos que o usucapião foi um importante instrumento de legitimação da propriedade senhorial. Discutimos, ainda, que sob a égide do direito foi construído todo um arcabouço jurídico que legitimou o apossamento primário da terra, fundamentada na concepção de propriedade de John Locke, na aplicação da regra *odia restringi*, que admitia a ocupação como um dos modos de aquisição da propriedade e no reconhecimento do costume como uma fonte do direito, prevista na Lei da Boa Razão.

Com base na doutrina e no direito dos séculos XVIII e XIX, a apropriação privada das terras devolutas encontrou fundamento jurídico para se legitimar no Brasil. Os dois elementos que legitimaram a formação da propriedade senhorial foram a exploração da terra e dos recursos naturais e a morada habitual.

A distinção básica entre propriedade sesmarial e senhorial é sua constituição. A primeira advém da manifestação do Poder Público. A segunda do *animus* privado.

Ficou demonstrado que o direito de propriedade é o produto da relação entre a forma de apropriação e exploração do solo e da floresta, das relações sociais estabelecidas e das normas jurídicas que legitimam todo o conjunto. Logo, parte dos problemas ambientais na contemporaneidade está diretamente ligada às regras historicamente construídas de legitimação do direito de propriedade. Daí a necessidade de superar os problemas causados pelo confronto entre o direito de propriedade e a proteção dos recursos naturais, como se fossem dois aspectos separados e independentes.

Uma política pública que introduza novos instrumentos jurídicos que ofereçam ao homem e à mulher uma nova forma de relacionar-se com seu meio ambiente natural permitirá a adoção de medidas efetivas de proteção da natureza. O nosso estudo foi dedicado à historização do direito de propriedade, porque acreditamos ser necessário analisar a origem da estrutura do direito de propriedade no Brasil para compreender o processo dinâmico de desenvolvimento do direito de propriedade e poder traçar as perspectivas para o novo milênio. A estrutura tradicional do direito de propriedade está fundamentada na concepção produtivista que exclui os aspectos sociais e ambientais. A propriedade rural não foi utilizada como um instrumento de inclusão social, ao contrário, excluiu todos aqueles que não estavam "próximos" ao poder governamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARP, Wilson José. Teoria do conhecimento em Pierre Bourdieu. *Sociologia na Amazônia:* debates teóricos e experiências de pesquisa. COSTA, Maria José Jackson (Org.). Belém: Editora Universitária UFPA, 2001, p.13-30.

BOURDIEU, Pierre. *A economina das trocas simbólicas,* Introdução, MICELI, Sergio(Org.). 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_______. *O poder simbólico.*Trad. Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. Arquivo Nacional Brasil. *Relação de algumas cartas de sesmarias concedidas em territorio da capitania de Rio de Janeiro 1714-1800.* Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1968.

_______. Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários. Programa Nacional de Política Fundiária. *Coletânea: legislação agrária, legislação de registros públicos, jurisprudência.* Elaboração de Maria Jovita Wolney Valente. Brasília, 1983.

_______. 500 anos de legislação brasileira. 2 .ed. Brasília: Senado Federal, CDs, 2001.

CABRAL, Carlos Castilho. *Terras devolutas e prescrição*. Rio de Janeiro: Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, 1943.

CAENEGEM, R. C. Van. *Uma introdução histórica ao direito privado.* Trad. Carlos Eduardo Machado; revisão Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional*. 4.ed., 2ª. reimpressão. Coimbra: Almedina, 1989.

CIRNE LIMA, Ruy. *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas.* 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 1954.

CLAVERO, Bartolomé. Propiedades y propiedad, 1789: el derecho dominical en el momento revolucionário. *Historia de la propiedad en España: siglos XV-XX.*. DIOS Salustiano de; INFANTE Javier; ROBLEDO, Ricardo; TORIJANO, Eugenia (Coords.). Madrid: Colégio de Registradores de la Propiedad y Mercantiles de España, 1999, p.243-96.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república:* momentos decisivos. 7.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DEAN, Warren. *Rio Claro:* um sistema brasileiro de grande lavoura (1820 – 1920).Trad. Waldívia Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder:* formação do patronato político brasileiro. v.1 e 2, 7.ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

FREIRE, Felisbelo. *História territorial do Brasil.* Edição fac-similar de 1906. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998.

FREITAS, Augusto Teixeira de. *Consolidação das leis civis.* Annotado por Martinho Garcez. 5.ed. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1915.

GARCIA, Paulo. *Terras devolutas:* defesa possessória, usucapião e registro de Torres. Belo Horizonte: Oscar Nicolai, 1958.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORWITZ, Morton J. The transformation in the conception of property in American law, 1780-1860. *The University of Chicago Law Review*. 40:248, 1973, p.248-90.

IANNI, Octavio. *Origens agrárias do Estado brasileiro.* São Paulo: Brasiliense, 1984.
JUNQUEIRA, Messias. *O instituto brasileiro das terras devolutas*. São Paulo: Lael, 1976.
______. Formação territorial do país. *Encontro da UnB: terras públicas no Brasil – Documento*. Brasília: Ed. da UnB, 1978.
LARANJEIRA, Raymundo. *Propedêutica do direito agrário*. 2.ed. São Paulo: LTr, 1981.
LIMA, Ruy Cirne de. *Pequena história territorial do Brasil:* sesmarias e terras devolutas. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 1954.
LOPES, José Reinaldo de Lima. *O direito na história:* lições introdutórias. São Paulo: Max Limonad, 2000.
MARTÍNEZ, Fernando Rey. *La propiedad privada en la constitución española*. Madrid: Boletín Oficial del Estado: Centro de Estudios Constitucionales, 1994.
MEIRA, Sílvio. *Teixeira de Freitas o jurisconsulto do império: vida e obra*. 2.ed. revista e aumentada. Brasília: Cegraf, 1983.
MOURA, Mário de Assis. *Vendas de terras em lotes:* exame do Decreto-lei nº 58, de 10 de novembro de 1937, com as alterações trazidas pelo Decreto nº 3.079, de 15 de setembro de 1938. São Paulo: Livraria Acadêmica: Saraiva, 1939.
______. *Terras devolutas:* textos do Decreto-lei, diplomas federais e estaduais a que é feita remissão; ante-projetos, pareceres e decisões judiciárias. São Paulo: Saraiva: Livraria Acadêmica, 1946.
OCTAVIO, Rodrigo. *Do domínio da União e dos Estados segundo a Constituição Federal*. 2ªed. São Paulo: Livraria Acadêmica: Saraiva, 1924.
PEREIRA, João Octaviano de Lima. *Da propriedade no Brasil:* estudo sobre a origem e formação da propriedade no Brasil. São Paulo: Casa Duprat, 1932.
PEREIRA, Lafayette Rodrigues. *Direito das cousas*. Rio de Janeiro: Livreiro Editor, v.I, 1877.
PEREIRA, Osny Duarte. *Direito florestal brasileiro (ensaio)*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1950.
PORTO, Costa. *Estudo sobre o sistema sesmarial.* Recife: Imprensa Universitária, 1965.
PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro)
SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *Direito e mudança social:* o problema da terra na Amazônia brasileira. Belém, inédito, 1981.
SÃO PAULO. Secretaria da Cultura. Departamento de Museus e Arquivos do Estado. Divisão de Arquivo do Estado. *Repertório das Sesmarias*. Edição fac-similar. São Paulo: A Divisão, 1994.
______. Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo. *Manuscritos tempo colônia:* requerimentos e sesmarias 1721-1821. Caixas 80 a 85. São Paulo.
SCHWARTZ, Stuart B. O Brasil colonial, c. 1580-c 1750: as grandes lavouras e as periferias. *América latina colonial.*Trad. Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. São Paulo: Edusp: Fundação Alexandre de Gusmão, v.II, 1999, p.339-441.
SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio:* efeitos da lei de 1850. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
SIQUEIRA, Marli Aparecida da Silva e SIQUEIRA, Bruno Luiz Weiler. Tabeliões e oficiais de registros: da evolução histórica à responsabilidade civil e criminal. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, v.37, nº 148 out./dez., 2000, p.21-48.
SOARES, Antonio Joaquim de Macedo. *Tractado Jurídico Practico da Medicção e Demarcação das terras tanto particulares, como publicas*. Rio de Janeiro: Typografia do Imperial Instituto Artístico, 1878.

SODERO, Fernando Pereira. *Direito agrário e reforma agrária.* São Paulo: Livraria Legislação Brasileira, 1968.

______. Atividade Agrária. *Enciclopédia Saraiva do Direito* / FRANÇA, R. Limongi (Org.). v.8. São Paulo: Saraiva, 1978.

SMITH, Roberto. *Propriedade da terra e transição*: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

TELLES, José Homem Corrêa. *Doutrina das Acções* (Accomodada ao Foro do Brazil até anno de 1877) por Augusto Teixeira de Freitas. Rio de Janeiro. B. L. Ganier/ Livreiro Editor, 1880.

UNDERKUFFLER, Laura S. On property: an essay. *Yale Law Journal*, 100:127-149, 1990.

VASCONCELLOS, J. M. Pereira. *Livros das terras ou Collecção da Lei, Regulamentos e Ordens expedidas a respeito desta materia até o presente seguido da forma de um processo de medição organizado pelos juizes commissarios, e de outros trabalhos, que esclarecem e explicão as mesmas leis e regulamentos (sic)*. 3.ed., Corr. e Consideravelmente accrescentada, com Escriptos Novos, Curiosos e Interessantes. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1874.

VIANNA, Arthur. *Annaes da biblioteca e arquivo público do Pará*. Belém: Typ. e Encardenação do Instituto Lauro Sodré, Tomo Terceiro, 1904.

10
Os vira-mundos e a condição camponesa

Gil Almeida Felix

Parcela significativa de autores que, no Brasil, se dedicou a estudos acerca dos denominados grupos camponeses discutiu as implicações das migrações e dos deslocamentos populacionais. Nas regiões de expansão da fronteira agrícola nacional, sobretudo, tais deslocamentos são questão de abordagem praticamente obrigatória, dada a importância que tiveram – e continuam tendo – nos processos de formação social destes grupos.

No que se refere ao leste amazônico, durante todo o século XX, a chegada de um intenso e cada vez maior fluxo de indivíduos de outras regiões do país configurou uma paisagem social bem diversificada. Nas últimas décadas, com o advento do transporte rodoviário e a construção de novas estradas, interligando praticamente todos as cidades e povoados da Amazônia Oriental aos grandes centros do país, vieram cearenses, baianos, capixabas, paranaenses, mineiros e outros, além dos maranhenses, que já migravam em número considerável desde os tempos da "idade alta" dos ciclos extrativistas da castanha-do-pará e dos garimpos.

Tal confluência de pessoas constituiu, em um período relativamente rápido, a formação de cidades inteiras, vilarejos, aglomerados de casas, estabelecimentos rurais e ocupações camponesas por extensas áreas. Em determinada localidade, por exemplo, uma mesma geração de pioneiros condensou indivíduos cujas procedências não se repetem lado a lado. Os moradores não compartilham experiências anteriores comuns. É absolutamente plausível uma situação em que, fora o núcleo de familiares que, porventura, mudou-se em conjunto, os outros fossem desconhecidos até se verem como vizinhos. Vez por outra, tal heterogeneidade também é constatada na literatura jornalística, científica e acadêmica em geral. Pes-

quisadores, pretendendo qualificar socialmente seus interlocutores, quantificam essa diversidade de origens que compõe grande parte dos conjuntos de pequenos produtores da região com informações como: “x% de maranhenses, y% de goianos, z% de...”.

À constatação desses tipos de dados censitários, somaram-se mais recentemente outras de que os deslocamentos dos camponeses não se contariam no varejo, mas no atacado. Esses migrantes não apenas lograram se deslocar para ter acesso a uma faixa de terra no sul do Pará, mas a várias, mudando-se à medida que a fronteira agrícola avançava na direção da *mata*, desmatando e convertendo novas terras devolutas em áreas de cultivo. Esses camponeses não se portariam, portanto, como “migrantes que um dia migraram” apenas, mas seriam, permanentemente, migrantes em potencial, “migrantes sempre migrantes”. Constituiriam a própria empresa “espontânea” do avanço agrícola e da abertura incessante de novas áreas de fronteira. Essa propensão ao deslocamento, acredita-se, seria motivada pela pressão sobre as terras por eles integradas, valorizadas por seu próprio trabalho e, em conseqüência, transformadas no alvo de propostas de compra por outros agentes, ora interessados na construção de grandes empreendimentos agropecuários, ora agentes diretos ou indiretos em atos de expropriação, pelo emprego de coação e violência. No cerne da dinâmica desses deslocamentos supostamente incessantes, porém, advoga-se a tese de que as práticas dos camponeses carecem de “racionalidade econômica”.

Durante o período de nosso trabalho de campo em 2005, nas estadas intervaladas no município de Marabá, foi comum ouvirmos de agentes envolvidos na formalização jurídico-formal da propriedade fundiária comentários que interpretavam esses atos como fruto da irracionalidade presente, em especial, nas ações dos então designados *assentados*. Entretanto, as acusações pareciam ter adquirido novas adesões e já embasavam as diretrizes de uma série de atos coordenados pelo Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária (Incra), penalizando e reprimindo o suposto vírus regional que impregnaria parcela dos camponeses. Desde 2003, aproximadamente, foram implementadas tentativas de um plano geral visando ao que os técnicos do Incra chamaram – e chamam – de “moralização da reforma agrária”. Com isso, entre outras, instituíram um conjunto de medidas visando a coibir a venda de lotes nos *Projetos de Assentamentos*. Adotaram meios de se contrapor à destinação considerada “irregular” dos recursos recebidos pelos representantes das associações de *assentados* e pequenos produtores. Intensificaram o controle dos recursos entregues para os *assentados* construírem sua casa ou para adquirirem bens e instrumentos de trabalho (impedindo os repasses de dinheiro em espécie). Algumas vezes, essas acusações reverberavam de maneira que sugerisse que era preciso combater uma “indústria” ou uma “fábrica da venda de lotes”.

Em tal sentido, não é de hoje que os autores dos estudos que tiveram a Amazônia Oriental como campo empírico de investigação depararam com duas noções principais sobre os deslocamentos efetuados pelos camponeses: a) por um lado, uma noção que os relega a raciocínios economicamente irracionais, e b) por outro, uma noção que os relega a um ciclo ininterrupto de mudanças em direção a novas posses antes inexploradas, à medida que são expulsos pelos agentes interessados na exploração capitalista das terras por eles integradas. Todavia, essas noções derivam de uma concepção fatalista e etnocêntrica que nega a possibilidade de esses agentes construírem práticas e representações específicas diante das condições socialmente estabelecidas. Reservam assim, como única opção ou única intelecção possível, a adequação ao que pensam os outros agentes sobre eles mesmos. A primeira, referindo-se ao domínio desses agentes no campo das idéias, do pensar sobre o mundo e as coisas (por sinal, matéria em que a realidade empírica tem pregado boas peças). A segunda, mantendo-se no campo da denúncia e reduzindo, vezes mais, vezes menos, com mais ou menos consciência disso, a capacidade deles de elaboração e construção de estratégias no manejo das condições de possibilidades constituídas em cada contexto social. Nesse sentido, essa segunda noção se refere ao domínio desses agentes no plano das práticas possíveis, e acaba por refletir, de modo paradoxal, a pré-noção do camponês como um sujeito relativamente incapaz de pensar e agir sobre suas próprias práticas no mundo. Estas seriam mero corolário daquelas que as classes sociais dominantes lhes impõem, que eles se recusariam a compreender ou seriam por demais ignorantes para transformar qualquer aspecto em favor próprio.

Assim, os deslocamentos desses agentes são cogitados sempre no sentido *mata*, ou seja, sendo expulsos das áreas em valorização mercantil em direção a novas *terras*, acompanhando a abertura das novas fronteiras e juntando apenas os parcos pertences que levariam sempre consigo. Seriam uma espécie de seminômades. Com isso, despreza-se não só o *status* de sujeitos desses agentes, como também a existência de outros percursos, estratégias, ciclos de vida, (pre)visões e planejamentos de utilização dos recursos naturais etc. E assim acabam sendo desprezadas também as próprias regras e técnicas sociais em jogo, até mesmo para que esse certo tipo de *continuum terra !terra* seja possível. A concepção em que se fundamentam tais noções nega que os deslocamentos dos agentes sejam fruto de intenções deles próprios e, muito menos, portanto, que estejam voltados para outra direção que não para sua própria reprodução social "primitiva", atraídos que seriam sempre pelo magnetismo econômico da fronteira camponesa. Dessa forma, ignoram, *a priori*, a natureza das migrações e a diversidade de experiências adquiridas por eles que, ao contrário, sugerem algumas estratégias bem concretas de deslocamento, até mesmo articulando, ao longo das mudanças, arranjos familiares não-limitados aos arranjos

previstos em uma "unidade de produção camponesa", tal qual também já tinham constatado nas décadas de 1960 e 1970 Velho (1972; 1976; 1982) e Musumeci (1988).

Decorridos cerca de cinqüenta anos do início da expansão das frentes agrícolas no sudeste do Pará, antes do que supor generalizações, talvez seja preciso nos valermos de um investimento metodológico no intuito de dar *status* de ator aos "migrantes", ou seja, levar em consideração suas ações e pensamentos a fim de tentar compreendê-los em suas próprias especificidades. Neste capítulo, portanto, estamos considerando que a situação de pequeno produtor em um contexto de fronteira requer uma série de condições que esses ditos "migrantes" devem constituir e as quais não se compreendem com base apenas em um cálculo da média da oferta de terras livres pela força de trabalho familiar. Buscamos para isso priorizar unidades sociais de análise que não abordem apenas a "massa de migrantes", mas os trajetos que tais "migrantes" construíram durante seu percurso de vida, seja forjando as condições necessárias para constituir uma situação camponesa, seja para se reconstituir nessa situação ou mesmo para se voltar para outros ofícios *na rua*, em definitivo.[1]

Obviamente, há outras maneiras de se abordar essas questões e a que nos propomos aqui é apenas uma delas. As limitações dessa perspectiva devem, até mesmo, ser superadas por outros métodos de pesquisa ou mesmo de novos trabalhos de campo, seja mudando a escala de análise, as unidades sociais de referência, seja aprofundando as implicações teóricas brevemente sugeridas.

Os dados em que nos baseamos para este capítulo integram um estudo de caso referente ao processo de ocupação de uma área no estado do Pará. Analisamos, portanto, segundo sentidos atribuídos por agentes que, no momento da pesquisa, constituíam-se em uma certa posição social (pequenos produtores) e em uma determinada localidade de um *Assentamento* no sudeste do Pará.

A pesquisa de campo foi feita em uma região chamada "Maçaranduba", que, por sua vez, integra o *Projeto de Assentamento Agroextrativista Praia Alta/Piranheira* (doravante PAE). O *Assentamento* foi criado por Portaria do Incra em agosto de 1997, fruto da mobilização de agentes vinculados a diversos *movimentos sociais* e à Comissão Pastoral da Terra, técnicos do Incra, Sindicato de Trabalhadores Rurais do município e organizações de pequenos produtores da região, a fim de buscar assegurar o que seria um "novo modelo de reforma agrária" e de regularizar a situação fundiária daqueles

[1] *Rua* é um termo que caracteriza, atualmente, as cidades e os povoados com maior aglomeração de casas, pessoas, serviços e praças de mercado, como as sedes dos municípios, sedes distritais e *vilas* mais desenvolvidas; mas também pode ser empregado para se referir a grandes cidades em outras regiões (Rio de Janeiro, São Paulo, Goiânia etc.).

camponeses localizados à beira das áreas alagadas pelo reservatório d'água criado com a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí no rio Tocantins. O perímetro do PAE compreende várias localidades, tem cerca de 22 mil hectares e fica a aproximadamente 50 quilômetros por estradas de terra do núcleo-sede do município de Nova Ipixuna, que se localiza na margem da Rodovia PA-150 (km 34 no sentido Marabá—Moju).[2]

Os gráficos e quadros adotados no capítulo são um restrito exemplo dos itinerários dos agentes que integram um conjunto mais amplo por nós pesquisado. Eles compõem uma parcela da intrincada rede de deslocamentos que empreendem esses migrantes, não apenas provenientes de outras regiões, mas entre diversas localidades no estado do Pará. Sendo assim, têm todas as distorções que uma representação desse tipo acarreta. Uma delas é a possibilidade de "inexatidão" dos fatos, ou seja, a possibilidade de que o que foi privilégio de lembrança dos pequenos produtores que foram nossos interlocutores não registraria, fiel e de modo categórico, os deslocamentos/ocupações que teriam realizado em outros momentos de sua vida. Porém, ainda que a ordem dos fatos, as localidades ou os ofícios desempenhados em cada um dos casos abordados não se tenham dado tal qual foram inventariados aqui ou ali, devido aos mais diversos motivos, o que importa para nossa argumentação neste capítulo não é retratar a verossimilhança dos fatos de um ou outro "caso". Contudo, sem perder a perspectiva de análise dos dados no sentido propriamente objetivo dos fatos, interessa retratar apenas uma verossimilhança *social* dos percursos e dos conjuntos de informações citadas. Para a análise que fazemos neste capítulo, interessa menos a trama da "produção de si mesmo" (sempre em questão na construção de narrativas e de "histórias de vida") e mais a noção que Pierre Bourdieu designou *trajetória*, isto é, a série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente, em um espaço também submetido a transformações incessantes (Cf. Bourdieu, 1996).

Todavia, os deslocamentos que esses pequenos produtores haviam feito, antes de se tornarem vizinhos, eram bem peculiares e diversos em diferentes aspectos: locais variados, diversas as posições ocupadas em cada um deles, diversos os períodos envolvidos e as formas de mudança de um local para outro, ou de uma posição para outra. A forma com que vieram a se constituir como pequenos produtores, no entanto, envolveu uma série de condições, de conhecimentos e de acesso a determinadas situações, recursos e experiências prévias. Muitas dessas condições foram apresentadas, mais ou menos enfaticamente, nas questões que compunham as narrativas construídas por nossos interlocutores, durante as situações de pes-

---

[2] Entre abril e agosto de 2005, realizamos as entrevistas mais prolongadas, em um total de cinqüenta grupos domésticos, tendo como interlocutores, em geral, os homens chefes de família e/ou suas esposas.

quisa que provocamos. O que sugerimos neste capítulo é que essas condições guardam estreita relação com os deslocamentos que fizeram, à medida que acabaram possibilitando àqueles pequenos produtores que poupassem – ou que, em determinadas situações, não poupassem – os recursos tidos como necessários, por exemplo, para se constituírem na posição em que estavam. Evidentemente, uma análise do processo e do contexto no qual tais arranjos foram construídos exigiria uma perspectiva mais abrangente e mais extensa dessas questões que, entretanto, não faremos neste momento.[3] Abordaremos a seguir apenas parte dessas condições, especificamente, das maneiras e das situações que eles vieram a poupar os recursos tidos como necessários para alcançarem acesso à terra no PAE ou em outro lugar em que moraram antes dali.

TRANSAÇÕES ENVOLVENDO *TERRAS*

Os pequenos produtores do PAE, exploradores de pequenos lotes de terra, moraram em outras regiões do Pará e do país. Como essa região é uma área de ocupação relativamente recente, tendo os moradores pioneiros cerca de quinze a vinte anos na área, a maioria se deslocou de outras localidades. Predominantemente, entre os casos analisados, o acesso à terra se deu mediante compra da segunda, terceira ou quarta geração de posseiros. Houve, porém, um processo de legitimação da posse, que envolveu etapas anteriores de apropriação de terras devolutas, reconhecidas regionalmente como "tirar" e "cortar a terra". Isso significava que as terras, antes consideradas "sem dono", ganharam os primeiros "donos".

O ato de compra era firmado por certos meios de validação, em geral diante de testemunhas. A compra da terra, porém, envolvia transações baseadas em relações de confiança, às vezes instituída mediante trocas ou negociações diversas, sendo que o uso de moeda nem sempre esteve presente, sobretudo quando era feita entre agricultores ou entre agricultores e pequenos comerciantes. Nem sempre os agricultores interessados tinham acumulado recursos suficientes para pagar a terra de uma só vez ou apenas com dinheiro em espécie.[4] O uso de moeda e o pagamento imediato do valor da terra, por outro lado, estiveram sempre presentes quando se

[3] Ver "Mobilidade espacial e campesinato", dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense em 2006. Este capítulo foi baseado em parte das reflexões que fizemos em um dos capítulos da dissertação; aqui, porém, com modificações adequadas ao caráter desta publicação.

[4] Nesse sentido, o que com freqüência se denomina *posse* é uma referência a um processo que envolve mais agentes do que sugere a pitoresca imagem de senso comum (com surpreendente eco em alguns estudos) de um agricultor que se embrenha e se fixa no meio da mata até então "desocupada".

tratou de negociações entre esses agricultores e os denominados *fazendeiros,* compradores que visavam a construir *fazendas* de criação de gado, interessados nas pastagens plantadas pelos primeiros ocupantes.

Em geral, também são firmados registros em cartórios regionais, por escrituras de compra e venda, que contêm o nome do vendedor, do comprador, de testemunhas, a localização aproximada da terra, por pontos de referências ou nome de vizinhos, e o tamanho declarado. Essas escrituras são apresentadas pelos pequenos produtores que as possuem como prova de seus direitos sobre a terra e como garantia de que já eram "donos" antes da criação do *Assentamento*. Houve ainda pequenos produtores que disseram ser necessário "esperar o Incra", no sentido de que a presença de servidores dessa instituição representava para eles o último estágio para a legitimação de sua condição de proprietário perante as instituições públicas e governamentais.

Para eles, a apropriação direta da terra "sem dono", sem intermediários, foi descrita como atitude perigosa, no sentido de que, caso assim procedessem, estariam sujeitos a represálias violentas e à expulsão antes de conseguir fazer as primeiras *aberturas*. As *aberturas* são as áreas em que os pequenos produtores consideram "benfeitorias", feitas por seu trabalho ou pelo de seus familiares, em uma região antes desocupada: onde já *brocaram* e *derribaram*, fizeram suas *roças* ou construíram suas casas. Nesse sentido, houve agricultores que disseram ter preferido comprar a terra a *tirar* e *cortar*, pois não queriam "confusão", ou então que não tinham "condição para *cortar* a terra". Outros se referiram a uma falta de *conhecimento* na época, já que teriam vindo de lugares em que isso não ocorreria, o que os teria levado a ignorar a tendência à valorização das terras. Alegavam desconhecer a possibilidade de uma atividade sistemática de *cortar* e, depois, vender terras "sem dono". Tais menções eram uma forma de esses agricultores frisarem que a apropriação direta das terras representaria uma atitude diferenciada e, para tanto, dependeriam de recursos e condições de que não dispunham. Caso quisessem se apropriar de extensões maiores do que aquelas em que poderiam realizar benfeitorias, teriam de arcar com as despesas de assegurá-las.

Contudo, as transações de compra envolveram atos diversificados de pagamentos, como também foram diversificadas as formas de poupança utilizadas pelos agricultores que possibilitaram comprar terras nesta e em outras regiões. A maneira que os agricultores acumularam recursos que possibilitaram sua mudança para aquela região, em particular, variou de acordo com a situação em que se encontravam e com o período em que se deu o deslocamento. De qualquer modo, as terras foram valorizadas e mudaram os agentes que por elas também vieram a se interessar.

Em geral, o processo de pecuarização da região foi intensificado na década de 1980, primando pela substituição das antigas áreas de castanhais e

a exploração e abertura das últimas fronteiras agrícolas.[5] O empastamento de determinada propriedade, se, por um lado, garantiu a posse dos primeiros moradores da área, por outro, valorizou-as a ponto de atrair compradores dispostos a empenhar somas de dinheiro antes inimagináveis para os *colonos* e *posseiros*. Dessa maneira, instituiu-se um processo paralelo de reorganização das grandes propriedades, com a concentração ou reconcentração de terras (como nos casos de alguns "Projetos de Assentamentos" do antigo Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (Getat) – e do Incra), cercamentos, desmatamentos, formação de pastagens e criação de gado de corte bovino.

O processo de mercantilização das terras no sudeste paraense tem sido acompanhado de crescente valorização dos estabelecimentos, o que restinge as possibilidades de os pequenos produtores e demais trabalhadores rurais conseguirem poupar recursos suficientes para adquiri-las. Outrossim, constrangem-se as possibilidades de obterem acesso a tais estabelecimentos por transações que não envolvam pagamento imediato e em moeda, visto que, atraídos pela presença de estradas e frigoríficos, por exemplo, outros agentes (*fazendeiros*, profissionais liberais, *políticos*, empresários etc.) têm-se interessados na compra para a construção de *fazendas*, carvoarias ou mesmo para operações de especulação. Nesse sentido, a concentração fundiária tornou mais remotas as chances de encontrar "terras sem dono", ao menos no perímetro designado político-administrativamente como microrregiões de Tucuruí e Marabá, cuja Rodovia PA-150, construída em 1977-78 e asfaltada em 1986, representou a incorporação dos restritos domínios até então menos integrados. Em contrapartida, nas últimas décadas intensificou-se a prática de ocupações de *fazendas* com a organização de *movimentos* de trabalhadores rurais e a adoção desse método de reivindicação também por parte dos sindicatos de trabalhadores rurais. Isso garantiu, mesmo que de maneira localizada, uma guinada às avessas, abrindo uma alternativa que antes não estava dada aos trabalhadores rurais e filhos de pequenos produtores, *posseiros* etc. de terem acesso a um lote.[6] Até 2002, o impacto da ação dessas organizações de trabalhadores e camponeses no sudeste do Pará levou até mesmo a uma mudança do perfil agrário regional (cf. Leite et al., 2004).

A construção da estrada PA-150, geograficamente paralela ao curso do rio Tocantins, seria fundamental para a ocupação que se seguiu naquelas

---

[5] Sobre o processo que vem sendo designado como "pecuarização dos pequenos produtores", ver Michelotti e Rodrigues (s./d.).

[6] Estamos utilizando o termo "alternativa" no sentido cunhado por Sigaud (2005). Aparentemente, no contexto paraense, essa massa de filhos de migrantes e o fechamento do acesso à terra mediante apropriação direta, aliados ao crescente aumento do preço das terras, impulsionaram a expressiva adesão aos *movimentos* de ocupação.

localidades, transformando completamente o meio até então apenas timidamente modificado nos primeiros séculos de colonização. É a partir das cidades e povoados estabelecidos durante a fase de sua construção e da abertura de numerosas vicinais que se intensifica a exploração dos vales do Médio Tocantins, processo já avançado na margem oposta, com a construção da Rodovia Transamazônica (1970-74) e de todo o histórico de interligação por terra entre Marabá e Tucuruí, desde a Estrada de Ferro do Tocantins (linha Tucuruí—Jatobal, construída em 1944-46). Este último bem menos tempestuoso, intercalando refluxos que não existiram no caso da PA-150, cuja intensificação e potencial de atração só acumularam tendências de crescimento até o momento em que realizamos a pesquisa. Nesse sentido, considerando-se que a região continental ao sul e leste de Marabá foram rapidamente transformadas desde a construção do *ramal de Marabá*, em 1970 (PA-70, atual BR-222), da Estrada Belém—Brasília e da própria Transamazônica, anos depois, a região em questão, ao Norte, naquele contexto significou a abertura de uma *fronteira* relativamente tardia. Com a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (finalizada em 1984), que impediria a utilização da via fluvial, a PA-150 substituiu em definitivo o rio Tocantins como meio de locomoção e sacramentou a opção rodoviária dos transportes na região.

Portanto, quando os pequenos produtores se referem a uma "compra" da terra, em grande parte referem-se a um momento no qual puderam ter acesso a essas terras; que tomaram conhecimento de sua existência – no caso, de uma existência compatível com as condições que tinham para se interessarem por elas – pelos filhos, outros parentes ou por *conhecidos* que o fizeram antes. Porém, em geral, a terra no PAE não foi a primeira que tiveram. E sua compra envolveu um processo anterior de poupança e negociações.

Citaremos três exemplos dessas transações de compra e, a seguir, algumas questões sobre os arranjos sociais estabelecidos pelos pequenos produtores para os processos de deslocamento de sua família.

Exemplo 1

Sônia e seu marido trocaram suas terras por outras duas vezes, depois que compraram uma primeira. O casal morou em uma casa junto à do pai de Sônia, em numa *fazenda* no município de Bom Jesus do Tocantins (PA) em que trabalhavam para o dono, desde a mudança de Meritizeiro (MG), cidade em que nasceram, casaram e tiveram os dois primeiros filhos. Em 1983, o pai recebeu um lote de terra em uma área de *Assentamento* do Getat e, alguns anos depois, com seu falecimento e o de sua mãe, Sônia vendeu sua parte da terra que ficou de herança do pai para seus dois irmãos mais novos. Ela e o marido, a partir disso, compraram uma terra no município

de Jacundá (PA), na região limítrofe do então município de Nova Ipixuna (PA). Nos anos seguintes, essa terra foi trocada por outra na região da Maçaranduba, que, por sua vez, foi trocada novamente por outra, na mesma região. Ao contrário da primeira, em que o casal pagou em dinheiro a quantia estabelecida pelo vendedor na época, as demais foram permutadas, uma pela outra.

Exemplo 2

Branco era assalariado em uma *fazenda* em Medeiros Neto (BA), na qual trabalhava fazendo cercas (*cerqueiro*), contratando *peões* para serviços temporários (*gato*) e vendendo e comprando bezerros para o rebanho da *fazenda*. Nessa *fazenda*, acumulou um pequeno rebanho de gado, com a parcela que recebia do dono quando era o responsável pela compra e venda de bezerros. Branco vendeu o gado que tinha e se mudou com sua família para uma casa na terra da avó da esposa, em Bom Jesus do Tocantins (PA), onde morou durante oito meses e trabalhou como *vaqueiro* para um vizinho, até comprar a terra em que está na Maçaranduba.

Exemplo 3

Jorjão, sua esposa e seu primeiro filho moraram durante cerca de um ano no lugarejo que veio a ser a sede do município de Nova Ipixuna (PA). Em 1978, comprou uma terra próxima a uma *vila* na região, trocando um revólver calibre 38 por 20 alqueires de terra e mais uma espingarda. Após vinte anos instalado ali, vendeu-a para comprar outra terra na Maçaranduba, com 12 alqueires, e mais algumas cabeças de gado bovino.

O acesso que esses pequenos produtores tiveram à terra em que estavam foi, portanto, resultado de determinadas estratégias de formação de poupança, que compreenderam uma série de negociações, sintetizadas e agrupadas sob o termo "compra". Da filha casada que, com parte do que lhe foi atribuído pela herança do pai, compra uma nova *terra* e, por meio de troca, se desloca outras vezes na companhia de marido e filhos; dos pequenos produtores que estabeleceram transações de compra com armas, animais ou que, migrando de outras regiões, já haviam formado poupança suficiente para se mudar e para, com dinheiro em espécie, comprar uma *terra* no sudeste do Pará.

As transações envolvendo lotes de terra ocorreram entre pessoas que tinham diferentes posições sociais em suas respectivas famílias, possuíam recursos diferenciados, advindos de situações anteriores, não obstante, díspares. O que para elas pôde ser considerado vantajoso no momento em que compraram uma terra, também pôde, em um momento seguinte, ser

tido como passível de melhora, considerando-se que a situação e a composição de sua família mudaram, que acumularam outros recursos, antes inexistentes, ou que a mudança lhes permitiria colocar em prática projetos que anteriormente não tinham condições de concretizar.

As mudanças de uma *terra* para outra, então, são partes de outras tantas transações que teriam feito, das quais são inseparáveis e, para eles, só têm sentido quando compreendidas em conjunto. Até porque, em muitos casos, foram feitas em conjunto e dependeram umas das outras. A "compra" da *terra*, em certos casos, é um trato entre dois agricultores que pode envolver compromissos recíprocos por até três anos, desde o início das transações até a possível ida ao cartório ou convite de outras pessoas para testemunharem o momento em que formalizariam o fim da transação.

Tais transações de "compra" não pressupõem a adesão desses agentes a uma concepção proto-rentista do uso da terra, assim como não pressupõem que estivessem em jogo noções similares de "propriedade", tal qual a têm fixado, por exemplo, as regras jurídico-formais de privatização impostas pelos agentes do Estado. É importante salientar que a relação com a terra também não era a mesma entre aqueles camponeses vindos de fluxos migratórios distintos e contavam com experiências anteriores também bem diferentes, conforme já esboçou Musumeci (1988). Antes da chegada das cercas das *fazendas* e do interesse dos primeiros *fazendeiros* sobre as posses dos camponeses, muitas vezes já datava de longe, entre esses agentes, uma relação mercantil de controle do acesso à terra e aos *direitos*.

DESLOCAMENTOS E CONDIÇÕES DE POUPANÇA

De maneira geral, aqueles que migraram das Regiões Sul e Sudeste do país, ou de estados geograficamente mais distantes, como a Bahia, vieram por meios diferentes daqueles que se mudaram dos estados do Maranhão, sobretudo, e, em menor grau, de regiões compreendidas no atual Tocantins ou de outras regiões do Pará.

Entre os primeiros, a mudança foi predominantemente de um casal com filhos, quase sempre crianças. Eram pequenos proprietários em suas regiões de origem, onde encontravam constrições impostas por fatores dos mais variados. Por isso resolveram vender seus estabelecimentos e ir para a região sudeste do Pará. Alguns já haviam se mudado certas vezes nas suas regiões de origem, mas, em grande parte, encontravam-se de posse de pequenas propriedades. Em outros casos, eram assalariados em *fazendas*, *meeiros*, arrendatários ou moravam em *terras* de seus sogros. Porém, antes de empreender a mudança, já haviam acumulado recursos suficientes para adquirir *terras* no Pará. Não raro, após a mudança, poupavam recursos durante um determinado período até encontrarem uma parcela de terra em

situação que lhes permitisse estabelecer transações de compra consideradas satisfatórias. Nos casos em que eram agregados de *fazendeiros*, vizinhos etc., para os quais trabalhavam, se não puderam poupar recursos suficientes para pagar as despesas de mudança, o fizeram à custa daqueles, na condição de acompanhantes, e pagaram as dívidas de viagem em trabalho, durante um ano ou mais.

Esses migrantes constituíam apenas um núcleo familiar, composto pelo casal e filhos não casados. Algumas exceções foram registradas por casais acompanhados de seus filhos já casados ou, mais raro ainda, de filhas casadas e seus respectivos genros. Tais mudanças consolidaram a formação de novos núcleos familiares, com a separação dos demais parentes de sua região de origem: irmãos, tios, primos etc. O contato entre os que se mudaram e os que ficaram foi interrompido durante anos ou era intermitente, restrito a algumas situações específicas, como, entre outras, quando envolvia assuntos relacionados à morte de parentes. A mudança, no entanto, em todos os casos sobre os quais obtivemos informações, já se deu na condição de casados, quando a migração reproduziu a condição anterior de pequenos proprietários ou a tornou viável após período relativamente curto de tempo. Embora em sua região de origem não conseguissem ter acesso ou enfrentassem dificuldades para manter a propriedade da terra com os recursos de que dispunham, no sudeste do Pará, no período em que migraram, isso foi possível.

Mesmo nos casos em que o chefe de família não dispunha de recursos suficientes e a mudança foi financiada por um vizinho para o qual trabalhava, a migração possibilitou o acesso a terra. A possibilidade de poder contrair dívidas com despesas de viagem, estada etc., e de poder pagá-las depois, não impediu o emprego dos recursos acumulados antes da mudança em uma transação por um lote de terra e as primeiras atividades neste. Dessa forma, em alguns casos, a migração permitiu ao chefe de família uma posição que ele não tinha e a qual dificilmente poderia alcançar na região de origem.

Em contrapartida, diferentemente desses primeiros, houve migrantes que se separaram de suas famílias e se deslocaram para a região sem ter antes constituído poupança. Saíram sozinhos ou com esposa e os primeiros filhos ainda pequenos, em busca de situações que permitissem acesso à terra mediante trabalho, ou mesmo a trabalhos assalariados em *fazendas*. Eram filhos de famílias que, por exemplo, tinham estabelecimentos que não permitiriam um parcelamento entre todos os irmãos ou que não tinham *terra* propriamente; trabalhando em *terras* de tios ou de outros parentes. Eram *diaristas*, *meeiros* ou simplesmente *botavam roça* em áreas cedidas por outros. Eram assalariados e/ou moravam em *fazendas* etc. Quando se mudaram com esposa e filhos pequenos, o fizeram para se juntar a irmãos já casados e estabelecidos na região, moradores de bairros nos ar-

redores do município de Marabá ou de outros municípios, em *vilas* ou em lotes de terra. Esses irmãos, entretanto, separaram-se de seus pais com idades que variaram entre treze e vinte anos, ainda solteiros, a fim de buscar trabalho e moradia nas *fazendas*, garimpos ou *vilas* da região. Sua saída da companhia dos pais, entretanto, não significou a adesão desses pela venda de todos os recursos familiares e sua mudança ou mesmo de todos os irmãos. Em alguns casos, ainda depois de determinado período da saída dos primeiros familiares, foram seguidos por outros tantos irmãos, já casados ou não, ou de seus próprios pais. As condições encontradas pelos primeiros familiares migrantes (moradia, possibilidades de acesso à terra), relativamente melhores, foram consideradas atrativos mais ou menos convincentes para a adesão ao percurso desses pioneiros. Em outros casos, como tais vínculos foram interrompidos durante décadas, outros parentes não se mudaram.

Quando estava em jogo a mudança de uma *terra* para a outra, os filhos – em particular os mais velhos – exerceram o papel de batedores ou de exploradores (aquisição de novos recursos, de bagagens de informações, testemunhos, relações, *conhecimentos* etc.). A posição de batedores pode também ser ocupada por parentes mais distantes, vizinhos, genros ou, da mesma forma, filhos mais velhos que já tinham migrado para o sudeste do Pará. Estes últimos, ou trouxeram recursos a fim de comprar *terra* na região; ou chegaram a ficar por mais de um ano morando em *terras* de parentes ou trabalhando em *fazendas*, até estabelecerem transações consideradas satisfatórias.

Os termos "batedor" e "explorador" permitem uma analogia com a função que esses filhos acabariam exercendo. Os batedores como aqueles que se dirigem para os locais almejados pelos pais, que se fixam e adquirem *conhecimento* do local. Às vezes, fazem as primeiras atividades de um ciclo agrícola e intermedeiam as transações envolvendo a nova *terra* entre o pai e o interessado na venda. Os exploradores como aqueles filhos que, dispersos *no mundo* há mais ou menos tempo, terminam voltando para convencer seus pais para se dirigirem a um local que avaliaram satisfatório e melhor do que aquele em que estariam. Isso, porém, após já terem se instalado, adquirido sua própria *terra* e constituído sua própria família desde que saíram da companhia dos pais *no mundo*. Esses últimos nem sempre são bem-sucedidos, dependendo da situação de seus pais e irmãos que não saíram *no mundo*. Todavia, ambos são fundamentais para a tarefa de produção de *conhecimento*, ou seja, responsáveis por construir as relações e acumular o capital social necessário que possibilite um deslocamento entre *terras*.

O período compreendido entre a saída daqueles que se separaram sozinhos de seus pais e o retorno do contato com eles, em certos casos, foi

de décadas. Tal delonga correspondeu ao exercício de ocupações diversas e a moradias em várias localidades da região, principalmente até o primeiro casamento.

Apresentaremos, a seguir, alguns exemplos desses dois conjuntos de migrantes que lançaram mão de distintas estratégias de formação de poupança para se constituírem na condição de pequenos produtores. No caso dos primeiros, enfatizamos de que forma o deslocamento de outra região do país lhes proporcionou a condição de pequenos produtores, que estaria precarizada, ou eles não ocupavam onde estavam antes (arrendatários, agregados, assalariados e demais tipos de trabalhadores rurais, entre outros). Nos outros, destacamos como os deslocamentos que fizeram lhes permitiram constituir as condições necessárias para estarem naquela posição no momento da pesquisa. Daí, portanto, a menção aos "deslocamentos que advêm das poupanças" e às "poupanças que advêm dos deslocamentos" que utilizamos como princípios para agrupar os percursos dos pequenos produtores tomados como casos típicos.

DESLOCAMENTOS QUE ADVÊM DAS POUPANÇAS: OS CASOS JOEL E SEVERINO

No fim dos anos 1970, o pai de *seu* Joel não tinha *terra* e morava junto com o sogro numa região no município de Pinheiro, Espírito Santo. Com seus onze filhos, quatro destes casados, seu pai se mudou em companhia do vizinho para o qual trabalhava em troca de *diárias* e *empreitas*. Após esta primeira mudança, nunca mais voltaram ao Espírito Santo, conforme se verifica nas informações detalhadas no quadro a seguir.

Quadro 1

Seu Joel veio do município de Pinheiro/ES com pai, mãe e mais dez irmãos, sendo que sua mãe ainda teve mais um filho, já no Pará. Seu pai não tinha terra no Espírito Santo e trabalhava na terra do sogro que, quando faleceu, ficou com seus outros irmãos e com a sogra. O pai de Joel não conhecia ninguém no Pará. Apenas uma pessoa, vizinho na região de Pinheiro, no Espírito Santo, para quem o pai, de vez em quando, costumava trabalhar por "diárias" ou "empreitas", posto que o empregador era colono em Rondon do Pará/PA. Tendo adquirido uma terra, voltou e trouxe a família de Joel. Isto foi, aproximadamente, em 1979. Desde então, nunca mais foram ao Espírito Santo. Quando a avó materna de Joel (sogra de seu pai) faleceu, sua mãe não foi e não participou da divisão da terra. O pai de Joel vendeu o gado e as outras criações que tinha e comprou uma terra de 15 alqueires em Rondon do Pará, pagando uma parte com o dinheiro que tinha e a outra em serviço para o ex-dono. Para a terra com o pai foram, a princípio, os dois filhos e as duas filhas mais velhos. Estes filhos já eram casados. "Na rua" ficaram a mãe e o restante

dos filhos numa casa alugada, que tinha o aluguel pago pela pessoa que o trouxe para o Pará (que era vizinho no Espírito Santo). O pai de Joel, por sua vez, pagava-o em serviço. Depois de cerca de cinco ou seis meses foram todos "pra dentro da terra", onde ficaram 16 anos. O pai de Joel, antes de vender esta terra em Rondon do Pará, comprou uma casa "na rua" na Vila Pajé, onde ele e os filhos ficaram até seguirem para uma nova terra, nas proximidades desta Vila, de 15 alqueires, que também foi comprada. Junto com o pai, vieram todos os filhos, inclusive os casados, com suas esposas e filhos. O pai de Joel, após cerca de oito anos, vendeu esta terra, mudou-se para uma casa "na rua", em Nova Ipixuna, e comprou uma outra terra em que hoje estão os três filhos que ainda moravam com ele e que são solteiros (um deles, porém, foi casado, mas está separado). A terra fica na região da Praia Alta, no município de Nova Ipixuna. Joel morou dois anos com o pai na terra na Vila Pajé, casou-se e se mudou para uma fazenda em Rondon do Pará, onde era "vaqueiro". Saiu desta fazenda no início deste ano, quando veio para a casa em que está, na terra do sogro, em região próxima à Maçaranduba (Tracoá). (Baseado em entrevistas em junho de 2005 com *seu* Joel, 36 anos, e familiares)

Se, por um lado, a migração significou a divisão de um determinado núcleo de parentes, entre o pai e a mãe de Joel e seus irmãos, pais etc., que permaneceram no Espírito Santo, por outro, prolongou a permanência de seus filhos e filhas junto a si, ou seja, assegurou em sua companhia filhos e filhas que, em outra situação, poderiam já ter-se separado. Ainda em sua segunda mudança, entre localidades situadas em dois municípios na mesma região do Pará (Rondon do Pará e Jacundá), cerca de dezesseis anos após a migração, o pai de Joel tinha a companhia de todos os seus filhos, inclusive dos casados. A desagregação entre pais e filhos, comparativamente a outros casos, ocorreu em momento bem posterior à sua fixação na região.

Contudo, muitos não se tratavam de marinheiros de primeira viagem. A ida para o sudeste paraense foi apenas parte de percursos de longos deslocamentos e ocorreu por meio de situações que envolveram transações bem peculiares. É o caso do agricultor e sua família mencionados no quadro seguinte. O processo de trânsito do agricultor envolveu seguidos deslocamentos por cinqüenta anos e é bastante ilustrativo de um certo tipo de acondicionamento social que foi conferido a uma parte dos sujeitos pesquisados.

Quadro 2

Severino nasceu em Jequié, na Bahia, e é o irmão mais velho de uma família que morava na beira de um rio, lugar em que a terra era "comum". Com 18 anos de idade, Severino se mudou com a mãe e três irmãs para Ecoporanga, no Espírito Santo. O pai os seguiu depois, mas "arrumou uma outra mulher pra morar" a cerca de dez léguas da localidade em que estavam na época. Severino, num primeiro momento, trabalhou em "terras dos outros" em troca de porcentagens de 30% do que produ-

zia e, em seguida, comprou uma terra de cinco alqueires. Nesse município, Severino "tomou conta" das irmãs e da mãe; "casou" todas as irmãs e também se casou e teve os primeiros cinco filhos. Após 16 anos da primeira mudança, Severino vendeu esta terra no Espírito Santo (onde estaria "no meio de fazendeiros") e foi para Nova Aurora, no Paraná, onde trabalhou durante 13 anos em troca de porcentagens de 30% da produção numa terra de 20 alqueires que "tomava conta para o dono". A mãe de Severino e seu irmão mais novo ficaram morando na cidade de Nova Aurora e não acompanharam sua família na mudança para Ipixuna, no Pará, onde foram para uma terra de 10 alqueires, por sua vez, fruto de um processo de divisão da herança da esposa de Severino. Aproximadamente 10 anos depois desta mudança, todos os cunhados de Severino tinham vendido suas terras e se mudado para outras localidades no sudeste do Pará e a empresa Eletronorte construiu uma Linha de Transmissão atravessando a terra de Severino, que a vendeu e comprou outra de 20 alqueires no município de Tailândia. Nesta última, Severino morou durante cerca de 16 anos, até que, devido aos roubos que teria tido e à "violência", ele vendeu, mudando-se para o estabelecimento em que estava na região da Maçaranduba, em Nova Ipixuna/PA, há um ano. (Baseado em entrevistas em maio e junho de 2005 e janeiro de 2006 com *seu* Severino, cerca de 75 anos, e familiares)

Entre as demais condições de poupança de recursos tidos como necessários para garantir o acesso a terra no sudeste paraense, as chamadas *terras de herança* também foram referências bem significativas de mobilidade e não apenas de fixidez – como habitualmente se remete ao se analisar outros contextos sociais. Para essa parcela de migrantes, filhos e filhas de pequenos proprietários, a existência de uma *terra de herança* não deixou de significar o acesso a recursos que, por sua vez, vieram a viabilizar certos planos de mudança das condições em que estavam em dado momento. Ainda que estivessem dispersos e que o processo de divisão costumeira dos bens não lhes reservassem uma parcela das terras propriamente ditas, o acesso a alguns recursos viabilizou novos deslocamentos, seja entre localidades na microrregião em questão, seja mesmo entre distintas regiões do país. Um exemplo mencionado anteriormente se refere a um caso no qual, com o dinheiro da "venda" de sua "parte" da *terra de herança,* a filha estabeleceu uma transação de compra de uma posse em outra localidade.

No Quadro 2, uma *terra de herança* ensejou projetos de migração não apenas para um, mas para todos os filhos-herdeiros, possibilitando projetos coletivos de deslocamento. As transações de venda e de compra da *terra de herança* feitas por um dos herdeiros acabaram assegurando os meios necessários para dividi-la em parcelas maiores para os demais herdeiros que, inclusive, não mais residiam conjuntamente. No interior do estado de Minas Gerais, onde estava situada de fato a pequena propriedade herdada, a divisão desta *terra de herança* não permitiria desfecho semelhante. O saldo destas operações possibilitou a alguns dos herdeiros a oportunidade de

mudar de uma situação na qual eram arrendatários ou agregados nos estabelecimentos em que trabalhavam para a de efetivos "donos da *terra*". A possibilidade de acesso a estes recursos permitiu que S. Severino, chefe de família, trocasse uma situação em que morava e trabalhava como arrendatário, no Paraná, para assumir uma parcela da *terra de herança* de sua esposa, no sudeste do Pará.

POUPANÇAS QUE ADVÊM DOS DESLOCAMENTOS: O CASO JESSÉ

Seu Jessé saiu da companhia dos pais com 14 anos, de Pinheiro, no Maranhão, e desenvolveu várias atividades entre os anos 1950 e o fim dos 1980, quando comprou o lote de terra em que se encontrava no momento da pesquisa, na região da Maçaranduba. Neste ínterim, teria ficado cerca de 36 anos sem contato com outras pessoas da sua família, que permaneceram no Maranhão. Quando as reencontrou, Jessé estava em seu segundo casamento e já tinha duas de suas filhas casadas, que, como ele, eram moradoras de um distrito no município de Marabá. Na região da Maçaranduba, seu Jessé estaria em sua quarta experiência como possuidor de pequenos lotes de terra, desde que saiu de seu município natal. A primeira *terra* foi comprada com recursos adquiridos através de seu trabalho com familiares de um ex-patrão, que, inclusive, também seriam os responsáveis pela ocupação de áreas antes desocupadas numa região da estrada Belém-Brasília. A segunda, em outra área de ocupação recente, no município de Rondon do Pará, teria sido comprada com recursos adquiridos com a venda da primeira. Mas Jessé, após breve período de trabalho na *terra*, teria sido expulso por *pistoleiros*. Com a perda da *terra*, ele trabalharia como *meeiro* e seria *peão* numa *fazenda*, em outro município. Buscou "*terras* sem dono" ao longo da Rodovia Transamazônica, sem sucesso. A terceira *terra* foi comprada de outro agricultor e paga num acordo que envolveu determinados compromissos assumidos por mais de dois anos. Com a venda desta última para um advogado, que efetivou o pagamento em dinheiro, numa poupança bancária, Jessé voltaria a residir com sua família no distrito de Morada Nova (Marabá/PA) e a trabalhar como ajudante de pedreiro, bem como em diversas outras ocupações. Segundo *Seu* Jessé, com a capitalização dos juros dessa poupança, anos depois da venda, ele adquiriu uma *usina* de arroz (máquina de beneficiamento, descascadeira) e a *terra* na região da Maçaranduba, já no fim dos anos 1980, quando estava com aproximadamente 50 anos de idade e se separava de sua segunda esposa. O Gráfico 1 correlaciona os municípios ou localidades pelas quais Jessé transitou com as atividades que desenvolveu em cada uma delas, desde a saída da casa dos pais até a atual moradia na região da Maçaranduba.

Gráfico 1

Pinheiro/MA
saída de casa,
pai agricultor
→
Viseu/PA
plantação de malva,
casa de agricultores,
moradia *de favor*
→
Bragança/PA
ajudante/ carregador numa lancha,
1º casamento,
1ª separação
→
Marituba/PA
trabalhador de um seringal,
num viveiro de mudas
↓
[estrada Belém-Brasília]
trabalhador numa *turma* de desmatamento para a construção da estrada
←
Marituba/PA
carregador de couro, compra e revenda
←
Ipixuna do Pará
agricultor,
compra da 1ª terra,
2ª casamento
←
Rondon do Pará/PA
vendedor de tecido,
agricultor,
compra da 2ª terra,
expulsão da terra
↓
Marabá
assalariado numa fazenda
→
Repartimento/PA
busca de *terra sem dono*
→
Marabá/PA
(Morada Nova)
produção de farinha
→
Marabá
(Igarapé Fleixeira)
compra da 3ª terra,
agricultor
↓
Marabá
(Morada Nova)
ajudante de pedreiro,
compra de usina de arroz,
casamento das filhas,
saída dos filhos,
2ª separação
←
Nova Ipixuna/PA
(Maçaranduba)
compra da 4ª terra
3º casamento

Seu Jessé, da saída da cidade natal até a compra de sua primeira *terra* e de seu segundo casamento, mudou-se acompanhado de um primo que se vinculava nas mesmas atividades que ele: carregador/ajudante em lancha, trabalhador em Seringal, na construção da rodovia Belém-Brasília etc. Nestas ocupações, *Seu* Jessé não construiu casas e residia em hospedagens cedidas pelos empregadores. Nas mudanças seguintes, ele construiu, alugou ou comprou casas nas sedes dos municípios ou de *vilas*, em viagens anteriores ao deslocamento definitivo de sua esposa e filhos menores. Assim, operações como a busca de "*terras* sem dono" ao longo da Rodovia Transamazônica e a estadia necessária para as primeiras *aberturas* dos lotes comprados em Rondon do Pará e no Igarapé Flecheira, foram realizadas sozinho ou apenas com a companhia de filhas e filhos mais velhos. Nas mudanças decorrentes de venda e compra de nova *terra*, sua esposa e fi-

lhos faziam o percurso casa na primeira *terra* → casa *na rua* → casa na segunda *terra*, mesmo que, em dados momentos, tivessem ocorrido fatos tidos como extraordinários.

O caráter de exceção é conferido à mudança tendo em vista a expulsão da *terra* em que estava por *pistoleiros*, bem como à noção de "retorno" a uma condição de *diarista*, de ex-"dono", perdedor dos recursos acumulados. A exceção é ainda dramatizada pela forma como o interlocutor considera absurda a possibilidade de mudança nos moldes que fez para Marabá: uma aventura, com todos os pertences, na companhia de esposa e dos seis filhos, sem nenhum contato anterior com parentes ou *conhecidos* e sem ter, previamente, construído, alugado ou comprado uma casa.

Se nas mudanças anteriores Jessé teve a companhia da esposa e dos filhos, quando foi para a região da Maçaranduba, separando-se da segunda esposa, levou consigo apenas dois filhos, sendo que apenas um, o mais novo, permanecia morando com ele no período da pesquisa. O outro, assim como todos os demais, vincularam-se em atividades não-agrícolas (vendedor, vigia em posto de saúde, vigia em colégio, ex-trabalhador em empresa no Rio de Janeiro ou em São Paulo e aposentado pelo INSS por motivo de saúde) e a maioria das filhas estava casada. Uma delas ainda morava com a ex-esposa, *na rua*; outra foi trabalhar nos Estados Unidos; e duas mais eram professoras em colégios municipais de Marabá.

Portanto, o processo de circulação destes pequenos produtores variou de acordo com o ciclo de vida deles próprios e de seus filhos. Nas mudanças, por vezes estabeleceram vinculações em mais de uma localidade ou município na região do estado, em ocupações distintas. E condicionaram as alternativas alocadas às companhias com as quais contavam em cada novo deslocamento.

As transações que permitiram o acesso à terra foram fruto de vinculações, acumulações e/ou negociações que se estabeleceram principalmente após a mudança. O próprio deslocamento e as situações, ocupações e atividades desencadeadas a partir da mudança, em muitos casos, possibilitaram a alguns pequenos produtores a formação de poupança e o acúmulo dos recursos que detinham.

Entre os filhos de agricultores que se mudaram para a região, sozinhos ou com esposa e filhos, em geral acompanhando irmãos ou outros *conhecidos* que já moravam nesta região do Pará, nem todos chegaram a possuir *terra*. Em certos casos, nem mesmo voltaram a desenvolver atividades ligadas à agricultura, pecuária etc. Estabeleceram-se em núcleos urbanos, exercendo outras ocupações. Contrariamente, foram as vinculações como trabalhadores de empresas nestas localidades que permitiram que acumulassem poupanças e comprassem *terras*; ou, por outro lado, que por longos períodos de suas vidas se fixassem em determinados empregos distanciados das atividades agropecuárias. É o caso de *seu* Divino, *vaqueiro* em, no

mínimo, cinco *fazendas* na microrregião de Marabá e carregador de caminhão de carvão numa empresa de prestação de serviço para uma siderúrgica. Como *vaqueiro*, ele acumulou parte dos recursos necessários para comprar uma casa nos arredores de Marabá e, com uma indenização trabalhista, que recebeu pelo trabalho na siderúrgica, anos depois, comprou a *terra* na região da Maçaranduba.

Todavia, alguns desses agricultores, mesmo após uma série de vinculações de trabalho e de experiências em diversas ocupações e atividades na região não chegaram a acumular recursos para comprar uma *terra*. Tiveram então acesso aos primeiros lotes através de outras situações. Nestas condições, o acesso aos primeiros lotes de terra, por outro lado, também não necessariamente significou para estes pequenos produtores maior estabilidade, no sentido de lhes ter assegurado maior permanência naqueles locais.

Seu Zé, que se mudou com esposa e filhos de Santa Inês/MA, onde moravam seus pais, foi trabalhador numa empreiteira prestadora de serviço nos arredores de Marabá e *diarista* em Nova Ipixuna. A posse do primeiro lote de terra se deu por meio de uma *invasão* junto com outros agricultores. Contudo, foi removido pelo órgão responsável pela execução de políticas relacionadas à *reforma agrária* na região para uma área de assentamento, que, por sua vez, tornou-se uma única *fazenda* quatro anos depois. Apenas após a venda do lote no assentamento para um *fazendeiro*, Zé comprou a *terra* na qual estava havia dezenove anos. A maioria dos filhos de Zé se casou quando o agricultor já morava nesta última *terra* e, ao contrário de outros vizinhos seus, três deles se estabeleceram nesta mesma área, construindo outras casas.

A reprodução social dos filhos destes migrantes, entretanto, não se deu por meio da transmissão de supostos legados diferenciados entre um conjunto e outro de pequenos produtores, por exemplo, entre aqueles que se deslocaram de regiões no Sul e que se deslocaram de regiões geograficamente mais próximas, como Maranhão. O processo de mudança de pais que migraram em pequenos núcleos familiares após terem vendido pequenas propriedades nas localidades de origem ou acumulado anteriormente recursos suficientes para comprar *terra*, provenientes das regiões sul e sudeste do país e de estados como a Bahia, nos anos 1970 e 1980, não foi o mesmo de parte de seus filhos. A posse de terras que alguns de seus filhos obtiveram é decorrente de um processo de circulação e de acumulações feitas após suas saídas da companhia dos pais, às vezes, já fixados em estabelecimentos na região. Assim, embora a condição de "donos de *terra*" dos pequenos produtores daquela geração tivesse sido assegurada com a migração, na maioria das vezes, tal garantia não se estendeu, anos depois, aos seus filhos. A segunda geração destes migrantes, por sua vez, também reiniciava um processo de deslocamentos, me-

diante separação dos pais, geralmente por vinculações como assalariados em *fazendas* etc., sem ter constituído poupança anterior para a compra de um outro lote de terra.

Entretanto, assim como no caso da geração dos pais destes novos migrantes, a ocupação com atividades agrícolas era uma das situações entre muitas outras que estes filhos desempenhavam no momento da pesquisa. O destino dos filhos era, principalmente, outras localidades na mesma região do estado, entretanto, também havia exceções mais diversificadas – e inexistentes na geração anterior. Os filhos de Jessé, por exemplo, tinham ou tiveram ocupações na microrregião de Marabá, nos Estados Unidos e no eixo Rio de Janeiro-São Paulo.

UM LEGADO EM ABERTO

Fatos como esses são muito significativos, uma vez que se permite pensar em uma parcela de pequenos produtores migrantes cujas técnicas de mudança asseguraram condições de acesso à terra nas últimas décadas, às vezes, em migrações seguidas, exercendo atividades agrícolas no sudeste, no sul e também no norte do país. As "migrações internas" de uma ou duas gerações numa mesma família parecem ter constituído uma fração de camponeses que acumulou certos aprendizados, condições e técnicas necessárias para se deslocar.

Nesse sentido, o acesso a um cabedal de aprendizados e de experiências acumuladas nestas circunstâncias parece ter sido também a aquisição dos saberes necessários para a opção de o deslocamento ser plausível de consideração para uma certa fração destes camponeses. Ou seja, eles se constituíram tendo o deslocamento como uma das opções de vida e podendo visualizar a mudança como uma das possibilidades de projeto futuro. Reverteram certo recurso adquirido das mais diferentes maneiras no capital necessário para uma nova mudança. Mediante uma percepção de adversidade, empregaram uma série de práticas preparatórias para uma mudança. Transformaram, enfim, percepção de adversidade em percepção de necessidade de mudança.

A capacidade de perceber certos recursos como os necessários para viabilizar uma opção pelo deslocamento ou de assim proceder diante de situações tidas como demandantes de mudança, permitiu que pudessem se mover por diversas regiões do país. Também permitiu que estabelecessem trajetos que articularam com pouca ortodoxia uma suposta busca limitada no horizonte único da "reprodução social camponesa" e na indissolubilidade da "unidade de produção camponesa", que, como propõem, por exemplo, Velho (1982) e Neves (1995), se apresentam mais como arranjos do que como "essências".

Contudo, ao conversar sobre esses deslocamentos, algo que não deixava de saltar a nossos olhos era o sentido que nossos interlocutores davam a suas *histórias* e a suas experiências pretéritas, sugerindo a incorporação de uma determinada noção de vida como trajetória. Essa noção estaria a informar certa maneira de encarar e de organizar o mundo sob situações às vezes bem perversas. Expressava-se, por exemplo: na crença na busca pelo "sucesso"; na crença na mudança como opção para se alcançar este sucesso, ou como opção de recomeço, ou de prosseguimento; na crença na terra como algo que pode, ou que deve, ser transformado; na crença na existência de terras livres a Oeste; na crença na reconstrução do mundo do parentesco e da reagrupação familiar original; na crença na noção de que o patrimônio *da família* pode "se mudar", seja no sentido da acumulação, seja no de que pode se transferir espacialmente, de um local para outro; enfim, na crença da vida em geral como uma espécie de "universo aberto". Ao conceberem a vida como uma trajetória, atribuíam sentido a certas situações como características relacionadas a um "retorno" ou a um "avanço". Falavam, portanto, sobre a ocasião em que se "voltou a sair *na diária*" ou na que se "passou a ser *dono da terra*". Tal noção também estaria relacionada a um sentimento de transitoriedade, motivando o incômodo (ou a aceitação) com uma situação de assalariamento e/ou de estar sem acesso a terra considerada própria. Assim como estaria relacionada a percepções de mundo que agem como amortizadores das reais condições de vida e como amenizadores do sofrimento. Sendo que o próprio sofrimento é visto, então, tanto como necessário quanto como eternamente passageiro.

Nesse sentido, a suposição de que estes camponeses necessariamente constroem projetos de fixação quando se vêem numa situação de acesso a terra seria uma suposição que não leva em conta os próprios projetos idealizados pelo agente a quem se credita esta imobilização. O acesso a terra é apenas uma das condições necessárias para se constituírem como pequenos produtores e, sendo assim, como tantas outras que eles devem manejar visando a adquirir todas as demais, a *terra* pode vir a ser um meio, por exemplo, de adquirir outra *terra*, de conseguir algumas cabeças de gado, de ter vizinhos *conhecidos*, de solucionar conflitos com *fazendeiros* vizinhos, de montar um açougue ou de comprar uma casa *na rua*.

Logo, os deslocamentos não podem ser analisados pelos sentidos que lhes querem impor que tenham, mas do sentido que está buscando quem se desloca, já que, como é o caso do conjunto de pequenos produtores pesquisados, mudar de um lugar para outro foi condição para se constituírem na posição que tinham. Um percurso importa mais do que uma situação de deslocamento para compreender estes camponeses que se lançam na estrada buscando se constituir como pequenos produtores. Sair de uma situação de acesso a terra num determinado local pode se inserir num pla-

no maior para, justamente, acumular as condições necessárias para conseguir se fixar noutro lugar.

É nesse sentido que determinada parcela dos pequenos produtores na Maçaranduba, por exemplo, forjou a poupança necessária por meio dos deslocamentos que fez, enquanto outros utilizaram estratégias de migração para o sudeste do Pará como forma de se reconstituírem na condição de pequenos produtores ou mesmo de a viabilizarem com a poupança que fizeram com base em uma situação que poderia ser permanente onde estavam (assalariados em fazendas, arrendatários, *meeiros*, agregados nas *terras* de *parentes*). Ou seja, transformou uma pequena poupança numa possibilidade de deslocamento espacial e também social.

O legado dessas estratégias de deslocamento e migração é ainda um campo em aberto. No entanto, ao que tudo indica, tais maneiras de lidar com o desenraizamento, ou com um aprendizado do desenraizamento, imposto pelas experiências e circunstâncias vividas por essas pessoas, parecem ter condicionado a constituição de uma "teimosa" – mas também extremamente "flexível" – fração de camponeses que persiste, em especial, nas regiões de fronteira amazônica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica". *Razões práticas:* sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996. p.74-82.

FELIX, Gil A. *Mobilidade espacial e campesinato*: gestão de alternativas escassas. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, mimeo., 2006.

LEITE *et al. Impactos dos assentamentos:* um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MICHELOTTI, Fernando; RODRIGUES, Francisca. "Desafios para a sustentabilidade ecológica integrada a trajetórias de estabilização da agricultura familiar na região de Marabá". Marabá, mimeo., s/d.

MUSUMECI, Leonarda. *O mito da terra liberta*: colonização "espontânea", campesinato e patronagem na Amazônia Oriental. São Paulo: Vértice/ANPOCS, 1988.

NEVES, Delma P. "Agricultura familiar: questões metodológicas". *Reforma agrária*. nº 2 e 3, v. 25, Campinas: ABRA, 1995.

SIGAUD, Lygia. "As condições de possibilidade das ocupações de terra". *Tempo Social*, Jun 2005, v.17, nº 1, p.255-280.

VELHO, Otavio G. *Sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

______. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1976.

______. *Frentes de expansão e estrutura agrária*: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

11
Os posseiros e a arte da negociação política

Margarita Rosa Gaviria

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, analisando os vários campos de luta em que gerações de posseiros negociam a legitimidade da apropriação da terra e demais recursos naturais, destacamos os múltiplos recursos e fatores com que, em cada conjuntura, negociam a construção de identidades contrastivas, elaboradas politicamente para, afinal, confirmarem e reafirmarem a legalidade das diversas formas de posse.

Para entender a situação social de antigos posseiros e seus concorrentes, enfatizamos as condições que favoreceram sua criação e as contradições e ambigüidades inerentes ao processo de reprodução social do direito costumeiro, atualmente oficializado pela inserção em processo de "assentamento rural". Na primeira parte do capítulo, discorremos acerca do cenário político e econômico do município e da região, que favoreceu a emergência da posse como recurso de constituição desse campesinato. Assinalamos quais foram as instituições que participaram desse processo e como atuaram; e descrevemos o processo de criação do assentamento mediante os conflitos que afetaram o percurso político e os desdobramentos sob as condições de existência social. Na segunda parte, analisamos o universo social dos agentes em concorrência e a participação das demandas do direito de posse para se reafirmarem como grupo beneficiado pelas "terras do Incra", bem como a construção de saídas possíveis perante as adversidades decorrentes da precariedade de condições de existência. Nesse cenário, salientamos o papel de agentes eclesiásticos como estimuladores de tendências opostas, umas direcionadas para a preservação da tradição do grupo de camponeses, outras buscando sua "transformação".

A especificidade do caso aqui considerado exalta-se pelas confluências de diversas tendências econômicas derivadas tanto da crise na produção agrícola quanto da valorização do espaço rural por suas propriedades ambientais. Esse fenômeno provoca a ampliação das atividades econômicas para outros setores como turismo e negócios imobiliários, conjuntura que induz à ampliação das funções da atividade agrícola. Nesse contexto, a agricultura passa a ser mais valorizada pela conotação cultural da prática em si e do produto alimentício, do que pela finalidade econômica da produção. Portanto, a expansão das atividades produtivas para além das agrícolas nem sempre é vivenciada como ruptura com o estilo de vida camponês construído por agricultores da localidade. Ao contrário, manifesta-se como estratégia econômica utilizada para garantir a reprodução social dessa condição social de existência.

OS POSSEIROS E OS CONTRAPOSTOS AVENTUREIROS

O município de Parati (RJ), cortado por caminhos de pedras que uniram florestas e montanhas ao mar, no litoral fluminense, destacou-se durante o período colonial, no século XVII, como porto por onde escoava o ouro para Portugal. Já no século XIX, o porto serviu para o escoamento do café produzido no vale do Paraíba. Com a abolição da escravatura e a construção de estradas no vale do Paraíba, a exportação de café e a produção interna de açúcar e aguardente caíram. Em conseqüência disso, o município ficou no isolamento. Esse quadro começou a ser revertido pelo Plano de Colonização de Terras Devolutas e a construção da BR 101 – estrada Rio-Santos (Almeida, 1997).

A migração de enormes contingentes humanos para Parati, estimulada pelas propriedades geográficas da região, tem sido um fato recorrente no processo de formação do município. Esse processo migratório, nas décadas de 1950 e 1960, sofreu a intervenção governamental pelo Plano Nacional de Terras Devolutas. O propósito desse Plano era fomentar a migração de famílias de lavradores de outros estados brasileiros para o município de Parati, de maneira que colonizassem as terras desocupadas depois da abolição da escravatura, usufruindo delas e investindo na produção agropecuária.

A implementação do mencionado Plano, contudo, gerou conflitos agrários na região, agravados com a construção da BR 101, estrada que uniu, na década de 1970, os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo pelo litoral. A mudança na estrutura fundiária decorrente do Plano de Colonização e da BR 101 gerou impactos negativos na região. Apesar de a nova estrutura ter tornado viável a atividade turística e o escoamento de produtos locais, como a banana e o peixe (Almeida, 1997), e ter contribuído para o desen-

volvimento de projetos de grande envergadura na região, como a usina nuclear de Angra dos Reis, atraiu grileiros e especuladores, dando origem a um rápido processo de incorporação das terras à custa dos "caiçaras" (Medeiros e Leite, 1999).

A propriedade da terra em Parati passou ser cobiçada por investidores paulistas e cariocas, os quais chegaram à região querendo expulsar as famílias de agricultores que ali residiam desenvolvendo a atividade agropecuária. Esse fenômeno provocou deslocamentos massivos da população rural, interveio nas condições de vida dos índios guaranis, negros de quilombos, camponeses e pescadores, que ocupavam a região (Bragatto, 1997). A população rural que ocupava a região foi assim surpreendida com a atuação de inúmeras pessoas chamadas de "proprietários" daquelas terras. Esse fato teve como reflexo a progressiva especulação imobiliária e os empreendimentos turísticos e imobiliários, sobretudo no litoral e em locais dotados de belezas naturais.[1]

A crise gerada pela disputa por terra entre diversos atores sociais, entre eles, empreendedores turísticos e imobiliários e famílias de agricultores da região, precisou da intervenção governamental na regulação fundiária. A intervenção ocorreu na década de 1980, por intermédio do Plano Regional de Reforma Agrária do Rio de Janeiro, feito pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra), quando o município de Parati passou a ser considerado, pelo Decreto Federal nº 70.986, de 16.8.1972, "área prioritária para reforma agrária". Cabe destacar que o processo de consolidação da nova estrutura agrária foi lento e difícil por causa da falta de consenso entre as autoridades do Incra. Havia diferenças nas condutas entre os atores sociais gerenciadores do processo. Uma vez superadas as adversidades e reconhecido Parati como área prioritária para reforma agrária, o Incra iniciou a avaliação dos imóveis rurais do município sujeitos à desapropriação, entre eles a fazenda Taquari.

A POSSE E A CONSTITUIÇÃO DO CAMPESINATO: O CASO DA FAZENDA TAQUARI

A fazenda Taquari, com área de 1.197,6 hectares, foi cadastrada pelo Incra como "latifúndio por exploração", localiza-se no distrito de Tarituba, a 24 quilômetros, aproximadamente, do município de Parati. A BR 101 divide Taquari em duas áreas, uma entre o mar e a estrada e a outra entre a estrada e a serra. Esta última está no perímetro do Parque Nacional da Serra da Bocaina.

[1] Carta da prefeitura de Parati à direção do Incra, em 27.1.1981.

Quando o Incra começou sua atuação na região, Taquari, assim como os outros dois assentamentos do município de Parati (São Roque e Barra Grande), era uma fazenda onde moravam e trabalhavam posseiros, nascidos no local ou provenientes de outros estados (São Paulo, Paraíba, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo). Os posseiros residiam em pequenos lotes à margem da estrada Rio-Santos, perto do mar. Nos termos dos próprios moradores, essa área correspondia à parte da "fazenda para baixo", lugar conhecido como "Barra de Taquari".

Na época, uma característica da ocupação da fazenda era a descontinuidade entre as áreas de moradia e as de trabalho, separadas umas das outras. Nos lotes residenciais dos posseiros, havia pomares e plantações com culturas temporárias. Essa produção era consumida pelas famílias ou trocada por peixes e outros gêneros alimentícios. Afastadas das áreas de moradia, em locais de difícil acesso, conhecidas como "Sertão", "Morro Redondo" e "Morro da Usina", estavam as terras com bananais. Eram bananais dispersos pela mata, alguns situados dentro do Parque Nacional da Serra da Bocaina.

Se até 1950 tinham primado a tranqüilidade e a liberdade nas relações entre os posseiros e os "proprietários" da fazenda, a situação mudou uma vez que os proprietários passaram a marcar presença, a atuar permanentemente procurando se beneficiar da valorização das terras como resultado da especulação imobiliária dominante na região. Um fato histórico que marcou o início das lutas pela terra na região foi a chegada, depois da Segunda Guerra Mundial, de um conde italiano chamado Cambarelli, o qual comprou a área correspondente aos três assentamentos de Parati, em 1951.[2]

Esse personagem criou, em Parati, a Fraternidade Branca Universal do Arcanjo Mickael, com sede em São Roque, mas sua atuação se estendia a Taquari e Barra Grande. O assunto é abordado nos relatórios da Federação de Trabalhadores Agrícolas (Fetag).[3] O "conde" dizia atuar seguindo as "instruções que recebera em sonho", diretamente do arcanjo Gabriel. A família Cambarelli, para justificar a exploração, pregava que "os homens brancos estavam livres de pecado, ao passo que os negros deveriam se desenvolver mediante provações, até adquirirem a pureza espiritual, quando então nasceriam com a pele alva".

Os registros históricos da região indicam que, na área correspondente aos atuais assentamentos de Parati, a população foi vítima de pressões por parte dos Cambarelli. As tensões entre posseiros e proprietários se intensificaram em 1976, quando, de acordo com o registro dos fatos pela Fetag, o administrador, acompanhado de um policial, foi de casa em casa, usando de violentas ameaças para obrigar os posseiros a assinarem um contra-

[2] Segundo certidão do cartório de 13.3.1951.
[3] Fetag, 15.10.1981.

to com os proprietários da fazenda. Tal como expressaram os protagonistas da história relatada, o valor cobrado variava. Podia ser de acordo com o volume de produção: entregavam um médio, um terço ou 10% do produto, ou pagavam com trabalho (certos dias da semana eram destinados à lida nas culturas dos donos da fazenda). A resposta dos posseiros aos contratos de parceria propostos pelos fazendeiros, no entanto, não foi unânime. Conforme afirmou um posseiro, "uns dava, outros não dava, começou a briga com o povo, alguns foram despejados". Houve quem assinasse os contratos de parceria, mas a maioria não assinou.

Além dos "contratos de parceria", outra forma de exercer pressão sobre os posseiros foi pela indenização. Os proprietários ofereciam dinheiro para que as famílias deixassem as terras, valor que correspondia, segundo os protagonistas da situação, a uma "mixaria". Como nem todos os posseiros aceitaram as propostas de indenização, os proprietários da fazenda começaram a promover ações de despejo contra os que se recusavam a aceitar aceitar a negociação. Nesse sentido, no início de 1981, a companhia proprietária da fazenda desencadeou um bombardeio de ações de despejo contra os posseiros. As investidas da empresa que visavam a desalojar os posseiros de suas posses geraram um clima de intranqüilidade permanente e grave tensão social pela disputa da terra.

Os contratos de parceria, as ações de despejo, as indenizações promovidas pelos proprietários da fazenda e o problema social decorrente dessas ações provocaram a mobilização de diversas instituições a favor dos posseiros. Entre elas, destacam-se a Fetag, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Câmara Municipal e a Prefeitura de Parati. De todas essas entidades, o papel principal foi desempenhado pela CPT, que atuou em defesa dos posseiros e assessorou a oposição sindical entre 1976 e 1985. Já a participação do STR nem sempre foi favorável aos posseiros, pois certos contratos de parceria, mediados pelos dirigentes do Sindicato, prejudicavam os trabalhadores rurais, o que fica evidente no comunicado da Prefeitura de Parati ao coordenador-geral do Incra, em 1981: "os posseiros foram orientados erroneamente a assinar contratos de parceria, há mais de cinco anos com os que se diziam proprietários das terras, perdendo assim seus direitos de posse".

Os argumentos das instituições e dos próprios moradores utilizados para defender o direito dos posseiros sobre essas terras e pressionar por medidas governamentais no âmbito federal, a fim de solucionar os problemas dos posseiros, apoiavam-se no tempo de permanência no lugar. As famílias que viviam na área constituíam-se de pessoas nascidas na fazenda, como também havia acontecido com seus pais e avós.[4] A existência de

[4] "Nós, lavradores e moradores das fazendas Barra Grande e Taquari, no município de Parati ... somos 130 famílias todos nascidos nestas fazendas como também nossos pais e avós", no dia 22.6.1981.

posseiros com cerca de noventa anos de idade, nascidos na propriedade, também foi usada como argumento a favor dos posseiros.[5]

Outra questão apresentada por parte das instituições para solicitar a atuação dos órgãos federais a favor dos posseiros foi a produtividade da terra, fato que aparece explicitado em uma carta do bispo da Diocese de Itaguaí, dirigida ao coordenador regional do Incra. Nela, o referido bispo pronuncia-se contra a empresa proprietária por manter abandonadas e improdutivas as terras. Mais tarde, esse argumento foi um dos critérios usados para justificar a desapropriação da área: o desperdício de uma área de terra com grande potencial produtivo. Levando em conta as argumentações anteriores, os posseiros da fazenda foram considerados habilitados para serem beneficiados pelo Plano Nacional de Reforma Agrária por sua vocação agrícola e por permanecerem vivendo e trabalhando por várias gerações na terra.[6]

No exame do processo, percebe-se que a legalidade do direito de propriedade foi também um dos argumentos adotados por diversos atores sociais envolvidos, ao se manifestarem contrários aos direitos sobre a fazenda defendidos pelos Cambarelli. Tanto os relatórios institucionais sobre o processo quanto os protagonistas (ex-posseiros) aludiram à questão. A veracidade acerca do fato de a fazenda pertencer aos Cambarelli era questionada, por nunca terem apresentado documento comprobatório, isto é, não mostraram o título hábil de domínio, fenômeno denunciado, até mesmo, pelos jornais do Rio de Janeiro.

Apesar disso, por causa de problemas financeiros, em 1982, os Cambarelli venderam Taquari e Barra Grande para um grupo de empresas que assumiu as dívidas e implantou os contratos de parceria. Os novos proprietários, interessados em desenvolver o turismo e a pecuária, assumiram sua presença na fazenda exercendo pressão sobre os posseiros para pagarem pela produção. Em conseqüência, os moradores da região afetada uniram-se para protestar. Realizaram manifestações em frente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e à sede do Incra, no Rio de Janeiro. Na menção aos acontecimentos da época, destaca-se a ocasião em que se manifestaram durante todo um dia (em 1983) em frente à Barra Grande, fechando a estrada Rio-Santos. O objetivo era pressionar o governo federal a tomar providências. Dessa sublevação participaram ainda os representantes das seguintes instituições: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Comissão Pastoral da Terra e Movimento dos Sem-Terra da Baixada Fluminense.

As lutas dos posseiros da fazenda, apoiados por instituições governamentais e não-governamentais, levaram à declaração da fazenda Taquari como de interesse social para fins de desapropriação. Pela desapropriação,

---

[5] Carta da Prefeitura ao diretor do DF Incra, Brasília, 1º.3.1981.

[6] Segundo consta nos documentos do processo do Incra de 1983.

procurava-se condicionar o uso da terra à sua função social, promover a justa e adequada distribuição da propriedade, obrigar a exploração racional da terra e permitir a recuperação social e econômica da região, uma vez que, segundo consta nos documentos oficiais, uma das características de Taquari era a desordem dominial de suas terras. A área registrada no Cartório de Registro de Imóveis, em 28.1.1983, é superior a cerca de quatro vezes a área física do município. No registro de propriedade, observaram-se informações contraditórias, tanto em relação ao tamanho da área quanto ao nome dos proprietários. A situação cadastral da fazenda era muito irregular, evidenciando, assim, um fenômeno – até hoje – característico das propriedades no município de Parati, os títulos superpostos.

O pedido de desapropriação do citado imóvel rural foi concedido pelo Decreto Lei nº 554, de 25.4.1969. Nele estipulou-se o prazo de três anos para a implantação de um projeto de assentamento. A partir do dia 7 de abril de 1983, Taquari passou a ser qualificada pelo Incra como área prioritária.

O Incra promoveu a definição da área da fazenda a ser desapropriada, em dimensão e situação capazes de solucionar o problema social. Depois disso, a direção desse Instituto liberou os recursos para o pagamento do imóvel e determinou que todos os moradores deveriam ser titulados pelo órgão.[7] No momento da desapropriação, o imóvel fazenda Taquari encontrava-se ocupado por famílias de agricultores que lá viviam e trabalhavam havia vários anos exclusivamente na produção agrícola, cujo item principal era a banana.[8]

No processo de desapropriação, a empresa proprietária preservou a área mais valorizada do imóvel: a orla marítima. Cabe destacar que a desapropriação nos três assentamentos excluiu a área das fazendas situadas entre a Rodovia e o mar, apesar de haver posseiros ali. No Decreto Federal sustenta-se essa exclusão por se tratar de áreas de interesse turístico.

Mesmo tendo sido oficialmente reconhecido Taquari como um assentamento do Incra desde 1983, essa condição não foi realizada imediatamente. Após o anúncio do Decreto nº 88.788 de 4.10.1983, sobre a desapropriação da fazenda Taquari, o proprietário do imóvel entrou com mandado de segurança no Superior Tribunal Federal contra as medidas autorizadas pelo presidente da República, alegando tratar-se de uma empresa rural. Esse fato obrigou o Incra a suspender suas ações no assentamento. A coordenadoria do Incra ficou aguardando a decisão judicial por doze anos, quando ganhou a causa. Dessa forma, a situação jurídica motivou a paralisação do trabalho iniciado pelo Incra em 1983, que consistia em delimitar o perímetro do assentamento e definir quem seria beneficiário. Entre os beneficiários, o Incra reconheceu sessenta famílias, das quais, segundo

[7] Relatório do Incra, 15.6.1984.

[8] Carta da Coordenadoria Regional do Incra ao chefe do Incra em 14.7.1983.

as regras do Instituto, 33 teriam direitos a crédito por possuírem mais de três hectares.[9] Quando da expropriação, cada uma das famílias ficou com áreas de dois ou três hectares. Em contrapartida, na fase de instalação do assentamento, os agricultores beneficiários receberam do Incra três meses de cesta básica e insumos – materiais e sementes (Gomes, 2002).

O PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BOCAINA: OS POSSEIROS E A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Paralelamente à intervenção governamental na questão fundiária da região, por intermédio do Incra, houve a intervenção do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) na regularização do uso do meio ambiente. Uma de suas ações consistiu na criação, em 1971, do Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB), com o objetivo de sustar os desmatamentos e recuperar áreas de vegetação sacrificadas. Esse Parque abrange parte dos municípios paulistas de Cunha, Bananal, Ubatuba e São José de Barreiro, e parte dos municípios fluminenses de Angra dos Reis e Parati. No município de Parati, localiza-se 41% da área do Parque (Brasil, 2002).

O interesse pela criação do Parque está no fato de uma área da fazenda Taquari estar no perímetro do PNSB. Para resolver a situação dos lavradores de Taquari, que continuavam a residir e a trabalhar nessa área, o IBDF e o Incra, em ação conveniada, compraram parte da fazenda Taquari e procederam à desapropriação de outra parte.[10] Nesse processo, o Incra tornou-se responsável pela área localizada fora dos limites do PNSB, e as áreas remanescentes, incluídas no perímetro do Parque, foram entregues ao IBDF, atual Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

A delimitação da área do PNSB, no entanto, não foi bem definida. Em decorrência disso, os técnicos do Incra demarcaram o assentamento em áreas acima da cota estabelecida como pertencentes a esse Parque, implicando a sobreposição de áreas. A expansão do assentamento dentro do PNSB aconteceu, apesar de, como mostra a comunicação das Instituições na época, ambos estarem cientes de que parte da área de desapropriação encontrava-se no perímetro do referido Parque.[11] Assim, desde 1983, considera-se necessário regularizar a situação do imóvel em relação ao Parque Nacional da Serra da Bocaina.

[9] Dados fornecidos pelo Incra à pesquisadora.

[10] Houve desapropriação de algumas áreas onde estavam os assentados e compra de outras áreas da fazenda que estavam dentro do Parque.

[11] A esse fato faz alusão o técnico do Incra em carta dirigida à Coordenadoria Regional do Incra em 30.6.1983.

Na época, a interrupção do projeto do assentamento impediu a elaboração de medidas necessárias para a definição dos limites das áreas do assentamento e do Parque em Taquari. As tentativas de demarcar os limites com o Parque só recomeçaram em 1999, quando o assistente técnico do Incra avaliou o processo de desapropriação da fazenda Taquari.[12] Naquela ocasião, a demarcação do assentamento ultrapassou a cota de 200 metros, abrangendo, em conseqüência, parte do PNSB. Segundo consta na carta da Procuradoria do Incra,[13] era sabido que aproximadamente 45,7% do perímetro encontrado estava dentro do PNSB e 54,3% constituíam o perímetro real desapropriado da fazenda Taquari, o que representava em torno de 520 hectares. Esse fato levou as autoridades competentes a manifestarem a necessidade de excluir do processo de desapropriação a área correspondente ao Parque e retificar o perímetro descrito no ato de imissão da posse do Incra, sob pena de haver sobreposição de áreas. O fenômeno era preocupante para as autoridades competentes, porque acabou sendo desapropriada uma área de preservação ambiental.

AUSÊNCIA DO INCRA E RECRIAÇÃO DO DIREITO DE POSSE

Ambos os fatos, a ausência do Incra do assentamento por doze anos e a sobreposição de áreas do assentamento e do PNSB, foram determinantes na construção do cenário econômico, social e cultural atual da localidade, caracterizado pela ampliação do universo social e pela multiplicação de interesses sociais em torno da utilização do espaço.

O assentamento vivenciou um vazio institucional deixado pela ausência do Incra, pois, ao ser classificado área de responsabilidade federal, a administração municipal não tinha condições legais para atuar, fatos que levam os assentados a agirem livremente, sem a intervenção de um órgão governamental que regulamentasse a ocupação. Apropriaram-se dos lotes de terra que, como não tinham sido demarcados pelo Incra, foram divididos socialmente, conforme a área de produção. Assim, cada um dos assentados assumiu direitos sobre sua área de produção de banana; contudo, o preço da fruta caiu, diminuiu sua produção e, paralelamente a esse processo, os assentados vivenciaram a demanda por terra e serviços turísticos de pessoas vindas para a localidade atraídas pelo baixo preço da terra e pela paisagem do lugar.

---

[12] Dados constam no Memorial da Procuradoria do Incra (19.3.1999); expressam discordância em relação aos valores apontados na avaliação da área desapropriada da Fazenda Taquari.

[13] Informação registrada em carta da procuradora do Incra à Procuradoria Regional, no dia 4.2.1999.

A proximidade entre a área do assentamento e a do PNSB tem contribuído para que ela seja usufruída como espaço de atração turística. Entre os atrativos turísticos, destacam-se as trilhas e quedas de água no interior do Parque Nacional da Serra da Bocaina, as cachoeiras beirando toda a área do assentamento e as praias marítimas do outro lado da BR 101. Esse cenário incita os moradores da localidade a investirem em empreendimentos turísticos, como acampamentos, bares na beira das cachoeiras, restaurantes e pesqueiros. As trilhas dentro do Parque são exploradas para fins turísticos, sem integração com a direção do PNSB (Gomes, 2002).

Paralelamente ao crescimento do turismo, ocorre o crescimento do negócio imobiliário. O negócio imobiliário é estimulado pelos preços baixos dos imóveis vendidos pelos assentados. Essa estratégia é empregada por eles para negociar, pois carecem de documentos registrados da propriedade de que usufruem. Assim, para registrar as vendas de lotes e das casas, recorrem a documentos de compra e venda autenticados no cartório do município. Além disso, o fato de o Incra ter alocado, em 1999, lotes exatamente na divisa entre o assentamento e o PNSB facilitou o desrespeito à divisa com o PNSB bem como o usufruto de suas terras por parte dos assentados e dos novos posseiros. No decorrer dos anos, os beneficiários do Incra têm usufruído dos recursos do Parque. Ali eles têm plantações e, até mesmo, comercializam os lotes, sentindo-se com direitos sobre essas áreas.

Por causa disso, há pessoas que compraram terras correspondentes ao PNSB, quer dizer, no assentamento Taquari. As áreas do Parque configuram um espaço social da localidade e estão sendo comercializadas por contratos de compra e venda. Mesmo contra a vontade institucional do Ibama, pode-se observar, ainda hoje, a construção de casas no perímetro do PNSB, sem nenhum impedimento. Não há notícias de autuações dos moradores decorrentes de construções de edificações nessas áreas.

Quando o Incra fez o cadastramento dos lotes, em 2001, posicionou-se querendo ressarcir os problemas criados pela invasão das áreas do Parque por assentados e demais atores sociais do assentamento. Para respeitar os limites com o Parque, procedeu conforme a lei ambiental e reduziu a cota de 200 metros acima do nível do mar para 50 metros; demarcou um cinturão de 20 metros entre o assentamento e o PNSB, a fim de que as áreas fossem cobertas de vegetação natural. Igualmente, frisou entre os moradores do assentamento a proibição de construir a 30 metros da margem do rio.

O Incra não incluiu, no cadastro de 2001, nem os moradores nem as áreas de trabalho dentro da Área de Preservação Permanente e apontou o Ibama como o responsável por fazer valer as leis ambientais no Parque.[14]

[14] A tarefa de fiscalização do Parque em Taquari por parte dos responsáveis é bastante conflituosa devido às intensas práticas de extrativismo e à caça predatória que a população local realiza (GOMES, 2002).

Nessa oportunidade, o Instituto comunicou aos moradores da localidade que os donos das áreas dentro do PNSB não receberiam os títulos de terra e caberia ao Ibama fiscalizar se os limites (enfim esclarecidos para os moradores) estavam sendo respeitados ou não. O técnico do Incra instruiu os lavradores que tinham sítios de trabalho no Parque (ou na Área de Preservação Ambiental) a "colher o plantado e não cultivar mais nada". Apesar das medidas protecionistas em relação ao Parque, na avaliação de um funcionário que trabalha em um órgão de fiscalização ambiental, a área do PNSB, em Taquari, é considerada uma das de maior conflito em relação ao extrativismo e à caça predatória.

A vigência das leis ambientais do Ibama, amparada pelo Incra, implica a repressão às atividades desenvolvidas pelos moradores no Parque. Os limites impostos por ambas as instituições são confrontados pelos moradores da localidade, os quais questionam a proibição da expansão agropecuária no Parque, pois limita a possibilidade de produzir.

OS POSSEIROS E A DIVERSIDADE DOS CONCORRENTES

As peculiaridades históricas do processo de construção do assentamento levaram à migração de amplo contingente humano após sua criação. Em Taquari, convivem com os beneficiários do Incra atores sociais com formas de inserção social diferente, sem "comunidade" de pertencimento e de interesses. A referida heterogeneidade manifesta-se em dimensões econômicas, sociais e culturais. Para abordar os elementos atuantes na construção e reprodução da heterogeneidade econômica, social e cultural, centro a atenção nas identidades, já que são indicadoras das fronteiras construídas pelos atores sociais em sua necessidade experimentada de marcar diferenças com "o outro" e/ou "os outros" quando perambulam por diversos espaços. Cabe destacar que a mobilidade física e social vivenciada pelos atores sociais em Taquari implica processos paralelos: a diluição de fronteiras em alguns contextos (entre o urbano e o rural, por exemplo) e, em outros, a reivindicação da diferença. Ambos os processos consubstanciam-se na emergência de identidades sociais múltiplas, construídas em relações de alteridade (Rémy, 1989; 1996; Lacasse, 1999; Carneiro, 2002).

As identidades são acionadas para assumir e sustentar posições e oposições na localidade, em diferentes âmbitos da vida. No universo social de Taquari, os atores sociais recorrem a elementos culturais para marcar posições expressas na origem social (entre os "nascidos e criados" e os "de fora"), no âmbito da produção ("vive da agricultura" e "não vive da agricultura") ou no âmbito religioso (entre "crentes" e "não-crentes"). O cruzamento das posições, nessas esferas da vida social, permite ver que a

definição de identidades gera ambigüidades que resultam do fato de as pessoas interagirem com quem, em alguns contextos, se identificam, mas com quem, em outras situações, mantêm relações de alteridade, portanto a articulação pela identidade com os outros é parcial. Em cada sujeito existem identidades contraditórias, empurrando em diversas direções. Essa pluralidade de identidades manifesta-se na forma de tensão e contradição nos atores sociais (Castells, 2002).

Em suma, tratando-se de um meio no qual a diversidade é cada vez maior em termos de contatos, diferenças e disputas, onde cada pessoa coloca-se diante dos outros individualmente e sem pertencimento fixo, exclusivo ou definitivo, as identidades, individuais ou coletivas, construídas nesse contexto são múltiplas, inacabadas, instáveis, sempre experimentadas, mais como uma busca do que como um fato (Hall, 2001). Referimo-nos a essas identidades segundo três eixos: a origem social, a atividade agrícola e a ética religiosa, como estratégias de reprodução social de interesses diferenciados no assentamento.

A ORIGEM COMO DIREITO NATURAL E SOCIAL

De modo geral, no cenário social, observa-se uma divisão entre os moradores instalados na localidade há duas ou três gerações, os "nascidos e criados", e os "de fora". Cada uma dessas categorias sociais representa uma identidade construída segundo a origem. Nesse caso, as diferenças de origem social constituem um referencial simbólico empregado para definir a classe de inserção na localidade. "Nascidos e criados", como o próprio nome indica, é a categoria usada pelos que nasceram e se criaram na localidade de Taquari para se identificar e se distinguir socialmente. Nela se inserem os gestores das lutas pela terra que deram lugar ao assentamento, ou seja, os antigos posseiros da fazenda ou, em alguns casos, seus descendentes. Por outro lado, "de fora" é uma categoria de identificação social que designa e autodesigna aqueles atores sociais de origem social diferente dos nativos. Entre os "de fora", há uma divisão social determinada pelo lugar de procedência ou pelo tipo de inserção. Distinguem-se os procedentes de outras áreas rurais, os procedentes de áreas urbanas, os que têm residência secundária e os turistas.

A origem que marca a fronteira entre "nascidos e criados" e os "de fora" é reforçada por outros elementos identitários. Entre os "nascidos e criados", a identidade é construída em torno de um vínculo com a terra, estabelecido por serem nativos da localidade e explicitado pela geração dos mais velhos, aludindo a uma ligação maternal com a terra, representada pelo fato de terem sido sujeitos do antigo costume de enterrar o umbigo das crianças, ao nascerem na terra da família. Nesse contexto, "ter o umbigo enterra-

do na terra" simboliza a incorporação e identificação de um ator social com a localidade desde seu nascimento e por seu nascimento na localidade. Portanto, a relação com o espaço é mediada por uma simbologia cultural, por sentimentos e por uma história comum, elementos que são acionados pelos atores sociais para sustentar suas identidades.

O sentimento de pertencimento é evocado também pelos "nascidos e criados", salientando a participação da família na construção da história da localidade. É o que se percebe na conotação social dos nomes das famílias. O "nome da família" para os "nascidos e criados", diferentemente dos "de fora", tem significado social. Ele está associado a uma série de valores e a uma história de vida social construída em Taquari. Representa personagens cujas ações incidiram sobre o rumo da localidade. Em outras palavras, é um elemento de fronteira e por meio dele se alude a um território no qual uma família (das pioneiras) é valorizada e respeitada, sobretudo pelo papel desempenhado por seus membros (sejam eles vivos ou falecidos) no passado da localidade. A menção ao nome das famílias dos "nascidos e criados" pelos próprios "nascidos e criados" remete a um território no âmbito do qual o nome tem um significado construído por várias gerações de nativos ao longo dos anos. Refere-se, portanto, a uma qualidade dos "nascidos e criados" em Taquari que, ao ser mencionada, reforça as fronteiras com os de "fora".

Ainda com referência à família, entre os "nascidos e criados", é recorrente a afirmação "aqui tudo é família", que evoca um conjunto de relações sociais permeadas por vínculos de parentesco estabelecidos entre quem se insere na categoria social de "nascidos e criados". Mesmo que essa expressão remeta a uma totalidade, ela não está referida ao conjunto da população, aponta apenas para um campo de relações amplas e dispersas pela localidade, em geral definidas como relações entre parentes. O sangue, nessa situação, é um elemento simbólico indicativo do parentesco, seja por consangüinidade ou por afinidade.

Quando os "nascidos e criados" salientam "aqui tudo é família", enunciam um território do qual os "de fora" não participam. Em vista de que os "de fora" não fazem parte das redes de parentesco dos "nascidos e criados", dificilmente há laços de parentesco entre essas duas categorias sociais. Desse modo, um elemento de distinção social entre os "nascidos e criados" e os "de fora" é o fato de os primeiros reiterarem constantemente que grande parte de suas relações sociais na localidade é reforçada pelo nexo familiar – aludindo a relações para além da família nuclear. Em geral são relações sociais distantes, apenas enunciadas, e, em escassa ou nenhuma ocasião, reverenciadas como próximas. Nesse sentido, postulamos que o parentesco é outro referencial simbólico das fronteiras sociais entre os "nascidos e criados" e os "de fora".

Outra questão recorrente nas narrativas dos "nascidos e criados" para argumentar seu vínculo com Taquari é a referência à história da banana. De acordo com Brandão (1999) e Woortmann (1995), o foco na história de uma plantação, no caso a banana, tem valor heurístico por ser indicativa de tempos sociais e naturais. Na localidade estudada, a história da banana é relatada como constitutiva da própria história de vida das famílias de agricultores e da localidade em geral. Assim, nas narrativas sobre suas histórias de vida, os nativos aludem a sua participação no desenvolvimento das atividades inerentes a um modo de vida construído em torno das plantações de banana. Quando a atividade principal era a banana e não havia outras opções econômicas, a produção dessa fruta absorvia toda a mão-de-obra local. Naquela época, as pessoas viviam e criavam seus filhos com os rendimentos da banana, ou, como disse um lavrador: "a banana e o peixe eram a vida de Parati", pois outra atividade desenvolvida paralelamente à produção da banana era a pesca, atividade executada por famílias que possuíam os meios de produção: rede e canoa. Em contraste com a produção da banana, a pesca não exigia nem muito tempo de trabalho nem muita mão-de-obra. Nos termos de um dos atores da história, "um único lance de rede dava peixe suficiente para comer, vender e dar".

Enfim, todos os elementos destacados na identidade dos "nascidos e criados" (ser nativo, pertencer a uma família que tem residido na localidade por várias gerações, estar vinculado a uma rede ampla de parentesco, ser protagonista, ou descendente, da história da produção da banana e das lutas pela terra) são enunciados para sustentar um poder na localidade. Esse poder se reflete em várias esferas. Na esfera política, os "nascidos e criados" sempre têm ocupado os principais cargos administrativos das diretorias da Associação de Moradores e Produtores Rurais de Taquari (Amprut), desde sua criação em 1980. No cotidiano, o poder expressa-se quando seus membros são prestigiados em situações limite: doenças graves e mortes.

Na vivência social, o poder dos "nascidos e criados" manifesta-se também em um posicionamento negativo diante dos projetos apresentados pelos "de fora", que estabeleceram sua residência em Taquari. Rejeitam as propostas inovadoras ou paternalistas apresentadas pelos "de fora" para melhorar a qualidade de vida na localidade. A resistência revela-se ao ignorarem as propostas ou obstaculizarem o desenvolvimento dos projetos.

Na esfera econômica, o poder dos "nascidos e criados" está implícito nas colocações em relação a certas práticas econômicas. Apesar da condição legal de assentados do Incra, sentem-se "donos" de suas áreas de moradia e trabalho, assumem propriedade sobre lotes, terrenos e casas demandadas pelos "de fora", posicionam-se com autonomia nos negócios que realizam (imobiliário, turístico, construção civil). Por meio dos negócios, abrem ou não espaço para os "de fora" e, no caso das parcerias comerciais (empreendimentos turísticos, bares), em geral são reticentes quanto à abertura.

Os diversos elementos de poder dos "nascidos e criados" aqui colocados são reiterados constantemente por eles mesmos, como um mecanismo de defesa de seus direitos sobre a terra, já que não têm documentos de propriedade da terra (até 2003) que comprovem a legalidade das formas de ocupação feitas por eles. A incerteza em relação aos direitos de apropriação do espaço, isto é, o caráter contingente de sua situação no assentamento, leva os "nascidos e criados" a acionarem seu poder, manifesto, sobretudo, em situações de confronto com o Incra, quando este se apresenta na localidade, impondo regras no uso da terra.

Como conseqüência, em Taquari, o Incra detém um poder institucional que disputa, na prática (na hora de impor suas regras), com o poder social de "nascidos e criados". Estes, para se contrapor ao Incra, salientam, principalmente, o tempo de permanência na localidade. O fato de estarem ali antes do Incra (o mesmo argumento usado nos confrontos com os fazendeiros) os faz sentirem-se com poder decisório na localidade. A antigüidade constitui-se em um elemento de construção do território dos beneficiários em sua relação de alteridade com o Incra.

O VIVER DA TERRA COMO ARGUMENTO DE AUTORIDADE

Se no tópico anterior assinalamos as circunstâncias nas quais a origem, representada simbolicamente no fato de terem o umbigo enterrado na terra, se constitui em elemento de poder social, neste destacamos o poder de "viver da terra". Essa é uma expressão local, utilizada para descrever a situação na qual o "lavrador"[15] obtém sua subsistência do trabalho agrícola, sem desempenhar outras atividades. Poder-se-ia dizer que é uma situação ideal, pois, na realidade empírica, isso não ocorre, conforme comprovamos a seguir.

Indagando pelos elementos de identificação com a agricultura, percebe-se que os moradores que desenvolvem práticas agrícolas são classificados entre quem "vive da terra" e quem "não vive da terra". Essas expressões são recorrentes para marcar fronteiras entre duas formas de se relacionar com a agricultura. As indicações das pessoas da localidade acerca de quem "vive da terra" permitiram fazer um mapeamento dos classificados como tais e também observar disputas a respeito da inclusão nessa categoria. Quem "vive da terra" distingue-se dos demais atores sociais porque, apesar do desenvolvimento de outras atividades, a agricultura representa a principal. Paradoxalmente, a maioria dos que dizem "viver da

[15] Categoria local utilizada para designar os agricultores.

terra” é “de fora”. Eles não nasceram nem se criaram em Taquari, não são filhos da terra, mas a cultivam, a nutrem, cuidam dela e, em troca, ela os sustenta. Em termos metafóricos, são filhos adotivos. Esse fenômeno é vivenciado socialmente pelos “de fora” como um poder adquirido sobre a terra e ativado em situações de confronto.

Em contraposição, entre os que se classificam como os que “não vivem da terra”, a maioria é “nascidos e criados”, que obtém seu sustento, principalmente, de fontes diversas à agricultura. Isso não quer dizer que a atividade agrícola esteja de todo ausente da vida produtiva dessas famílias, ela se incorpora como complemento. Esse caráter complementar se manifesta de duas formas. Em uma, os rendimentos da produção agrícola (ganhos em termos monetários ou de bens para autoconsumo) complementam a renda das famílias. Na outra forma, a agricultura é uma atividade desenvolvida apenas em períodos de recesso (fim de semana, férias, aposentadoria) ou quando ficam sem serviço nas atividades estacionárias (turismo e construção civil).

De modo geral, na ênfase dos atores sociais à distinção entre viver ou não da terra perpassa uma disputa fundamentada em um padrão de valores relativo às formas de usufruir dos espaços na localidade. Com base nesse padrão, pode-se perceber uma hierarquia de valores dos diversos usos do espaço, no âmbito da qual a agricultura ocupa um lugar de destaque, isto é, socialmente a agricultura representa a forma mais valorizada de usufruir do espaço. Em uma das situações em que essa disputa social se revela, alguns atores sociais enunciam as atividades extra-agrícolas desenvolvidas por quem diz “viver da terra”: “ele disse que vive da terra, mas também trabalha de pedreiro”, “ele não vive da terra, ele compra algumas coisas dos outros para vender na feira”.

Em tais considerações, a dedicação à agricultura denota um modo de vida que, além da prática econômica, compreende dimensões imateriais e engloba classes de relações tanto das pessoas entre si quanto delas com o ambiente rural. Nesse sentido, os indicadores da identificação com a agricultura são diversos. Entre eles, estão a natureza das relações sociais, as concepções de tempo e os valores morais ligados à produção e ao consumo de bens imateriais e materiais.

A ATIVIDADE AGRÍCOLA COMO MEIO DE HIERARQUIZAÇÃO SOCIAL

“Vivem da terra” os lavradores cuja maior fonte de renda provém da agricultura, mesmo complementando-a com recursos provenientes do exercício de outras atividades. Essa situação tem uma conotação positiva para os atores sociais cuja identidade com a localidade, diferentemente de ou-

tras categorias sociais, é mediada pela prática agrícola. Afirmam, com vaidade, pertencer à minoria social que consegue "viver da terra". Em outras palavras, no âmbito desse universo empírico, a prática agrícola exerce um papel simbólico muito importante no cotidiano, constitui-se em um elemento básico da construção da identidade social.

O significado da atividade agrícola para os lavradores que "vivem da terra" em Taquari vai ao encontro do balanço feito por Wanderley (2000) sobre os espaços rurais na atualidade: a atividade agrícola continua sendo, real e simbolicamente, um dos eixos definidores do espaço rural, apesar das limitações econômicas experimentadas. As limitações econômicas dos que "vivem da terra" ocorrem porque o rendimento monetário obtido na agricultura não é suficiente para suprir as necessidades básicas da família. A produção na lavoura destina-se tanto ao autoconsumo quanto à comercialização, mas, para obter os recursos necessários para a reprodução social da família, precisam trabalhar como diaristas nas lavouras ou em serviços extra-agrícolas. Nesse cenário, a situação dos lavradores é precária, eles têm dificuldades para vender a produção agropecuária e, quando trabalham nas lavouras de outros agricultores, recebem a metade do valor do pagamento que receberiam em ofícios como pedreiro e carpinteiro.

As dificuldades são reiteradas por quem "vive da terra" como um dos componentes da identidade social dos agricultores. Entre essas dificuldades estão o estresse e a deterioração física causados pelo trabalho na agricultura. O sofrimento e as dificuldades próprias de quem "vive da terra" são considerados inatos à vida do agricultor, são naturalizados e evocados como referência identitária. É uma identidade marcada por sentimentos negativos. Apesar disso, valorizam a vida do agricultor, já que da lavoura obtêm seus alimentos. O sofrimento e as dificuldades são compensados por poderem se alimentar do fruto do que plantam. A lavoura garante-lhes o alimento básico e não correm o risco de sentir fome.

Outros indicadores do significado simbólico de "viver da terra" foram o papel da família e o tempo de trabalho despendido na produção agropecuária. Quanto à família, esta se constitui em unidade de trabalho (no contexto da família nuclear) e/ou em unidade social (no contexto da família extensa), quando as relações sociais são reforçadas por relações de parentesco, em arranjos feitos conforme as demandas do modo de vida no campo (Chajanov, 1966; Heredia, 1979). Com relação ao tempo de trabalho, recorrer à agricultura como estratégia básica de reprodução social das famílias demanda dos lavradores dedicação integral. Desse modo, a maior ou menor ocupação do tempo nessa atividade define o grau de envolvimento dos atores sociais na agricultura.

Uma visão geral das identidades construídas no universo social de Taquari indica um predomínio da identidade com o modo de vida agrícola sobre a identidade com a prática agrícola em si. O significado social do

modo de vida agrícola permite elucidar dimensões imateriais da agricultura e, de acordo com elas, perceber como as diversas categorias sociais, os "nascidos e criados" e os "de fora", os que "vivem da terra" e os que "não vivem da terra", participam das atividades sociais (religiosas, cívicas, políticas) da localidade e manifestam sentimentos de identidade em relação ao modo de vida agrícola, definido não só pelas práticas agrícolas, mas pelo espaço físico e social em que se desenvolvem. Para fundamentar a identidade com a agricultura, os atores sociais se apóiam em sentimentos (amor à natureza, prazer de morar no campo) e revelam o lado prático. Valorizam as facilidades oferecidas pelo espaço físico da roça e a natureza das relações sociais ali concebidas. Todos os atores sociais residentes na localidade foram unânimes na valorização da localidade como espaço de moradia por seus atributos naturais e pela qualidade das relações sociais vivenciadas ali.

A identidade associada a um modo de vida camponês revela-se também quando, para desenvolver atividades não-agrícolas, apóiam-se no mesmo conceito de tempo que rege as práticas agrícolas. Assim, as atividades turísticas e comerciais, vinculadas ao mercado de trabalho informal, pela prestação de serviços diversos ou de trabalhos autônomos, ocorrem de acordo com os ciclos de produção agrícola e a dicotomia climática: calor ou frio. A demanda por serviço no turismo e na construção civil se dá segundo a estação climática. Na "época de calor", o fluxo de turistas aumenta e, com ele, o comércio e os demais empreendimentos turísticos são incrementados na localidade. Na "época de frio", cai o turismo e há maior demanda de serviço na construção civil, de pedreiros ou carpinteiros. A dedicação a uma ou outra atividade é temporária e a demanda por serviços varia conforme a época do ano. A opção por atividades sazonais revela uma característica importante do universo social: o vínculo plural e informal com o mercado de trabalho. Isso quer dizer que são trabalhadores cuja identidade social não passa pela atividade profissional exercida, mas por um modo de vida condicionado por mudanças ambientais em termos físicos e sociais, determinadas por flutuações climáticas e pela mobilidade populacional.

Outro elemento de identidade com o modo de vida apregoado, atuante na execução de atividades não-agrícolas, é a ética. No desenvolvimento das práticas extra-agrícolas, os atores sociais regem-se pelos mesmos princípios morais que norteiam as relações de trabalho na prática agrícola, como a autonomia, a independência e a valorização do trabalho familiar. As relações de trabalho em empreendimentos turísticos (bares e pousadas) e na construção civil são permeadas por laços familiares. Em concordância com esses princípios, a execução do trabalho fichado (com vínculo formal) e a posição de subordinação a um patrão têm uma conotação negativa.

A ÉTICA RELIGIOSA E A REDEFINIÇÃO SOCIAL DOS CONFRONTOS

A qualidade das relações sociais, o papel da família, as concepções de tempo e os valores morais ligados à produção e ao consumo de bens imateriais e materiais, em suma, todos aqueles elementos de identidade com a agricultura, são reforçados pela identidade com uma ética religiosa. Nesse contexto, a religião encarna valores morais que permeiam as relações sociais e dão sustentação à agricultura.

Assim como a agricultura, a identidade religiosa é ativada pelos "de fora" para assumir posições sociais na localidade. A falta da rede de parentesco, como a que têm os nativos em Taquari, é suprida pelos "de fora" estabelecendo vínculos religiosos. Como migraram para Taquari apenas com sua família nuclear e, em vista de que as redes sociais familiares no campo são importante espaço de sociabilidade, o apoio para além das relações familiares é dado pela religião. Passam a construir nexos com as igrejas que desempenham funções análogas aos laços familiares, ou seja, a ausência da família extensa entre "os de fora" na localidade é compensada pelas redes sociais estabelecidas em torno de uma igreja, a qual representa um espaço de socialização importante.

No processo de construção da identidade religiosa na localidade distinguem-se duas vertentes religiosas: uma enfatiza a tradição e a outra, a transformação. Ambas as vertentes distinguem-se entre si por crenças e símbolos, matéria-prima da construção das identidades (Reyes, 1997), que motiva e respalda disputas por diferentes formas de inserção na localidade, representadas no universo empírico estudado pelas categorias "católico" e "crente".

A identidade religiosa dos católicos vem sendo construída ou desconstruída em torno da tradição e em uma relação de alteridade com os "crentes". Um dos elementos intrínsecos à identidade dos atores sociais como "católicos" é a valorização da continuidade da tradição religiosa atuante na localidade por várias gerações, simbolizada na presença, durante sete décadas, da imagem de Nossa Senhora da Penha, padroeira de Taquari, e reverenciada uma vez por ano na celebração da Festa da Padroeira. Os fiéis participam dessa festa de maneira diferenciada, mas, em geral, destacam seu significado social. O evento representa uma oportunidade de os nativos revitalizarem a sociabilidade e a identidade local. Nesse sentido, é freqüente observar a identidade católica reforçada com a identidade de "nascidos e criados", ou seja, os que se identificam como católicos são preferencialmente os "nascidos e criados".

Outra situação em que a identidade católica se sobrepõe à identidade dos "nascidos e criados" em Taquari é na referência à história de luta pela terra e reforma agrária na localidade. A Igreja Católica, por intermédio da

Comissão Pastoral da Terra, foi um dos atores sociais envolvidos ativamente na luta, utilizando seu poder institucional a favor dos então posseiros da fazenda. Esse fenômeno reforça o vínculo dos nativos com a Igreja Católica por sua tradição no apoio às lutas pela terra.[16]

Mas a tradição "católica" não se restringe à vontade de continuidade com um passado religioso. Ela se expressa na preservação de um modo de vida, no *ethos*, fundamentado em valores culturais tradicionais, fenômeno observado, sobretudo, nas festividades. A congada e o forró, por exemplo, são manifestações que representam as marcas de uma tradição cultural com as quais se identificam os católicos.

Outro elemento da tradição católica, expresso na vivência religiosa, é a distância física e social entre as autoridades eclesiásticas e seus fiéis. Diferentemente de outras igrejas, por tradição, os representantes da autoridade da Igreja Católica não exercem um controle direto no cotidiano, um controle de caráter pessoal sobre o comportamento dos fiéis fora do local da igreja. O encontro dos fiéis com o padre ocorre de modo periódico (semanal ou quinzenalmente) durante os rituais religiosos na igreja. Essa religiosidade é qualificada socialmente como livre. A liberdade manifesta-se na possibilidade de perambular entre igrejas de outras religiões sem nenhum problema, na falta de restrições nas vestimentas, no uso do corte de cabelo, na permissividade de homens e mulheres freqüentarem bares, beberem e dançarem, e de crianças e adolescentes jogarem bola no campo de futebol. As atividades descritas anteriormente são proibidas no universo social dos "crentes" , norma controlada tanto pelos pastores quanto pela "comunidade" religiosa no cotidiano. No âmbito das igrejas crentes, há um controle do comportamento de seus membros sobre a participação nos cultos, as visitas à igreja e o seguimento às regras. É uma vivência religiosa fundamentada numa "lei"[17] pela qual se estabelecem limites em relação a algumas práticas sociais.

Enfim, o culto à tradição e a idealização do passado religioso dos católicos se manifesta em posicionamentos sociais contrários às mudanças. Desse ponto de vista, as mudanças são consideradas perdas sucessivas que anunciam o final de uma tradição, bem como o progressivo desmembramento da comunidade católica de Taquari. Se antigamente todos se identificavam como católicos, hoje as identidades religiosas são diversificadas, sendo a maioria delas crentes.

De maneira contrária à ênfase na tradição, fundamento da identidade católica, posicionam-se os seguidores da religião dos "crentes", a qual é favorecida por um processo de "(neo)pentecostalização" do campo religio-

[16] Apesar de estudos recentes (LEITE, 2003) apontarem para mudanças significativas no campo religioso, que levaram à redefinição da presença e do papel da Igreja Católica na sociedade.

[17] Categoria usada para se referirem às regras sociais impostas pela religião dos crentes.

so analisado por Velho (1997). Esse processo resulta da destradicionalização, identificada menos como uma quebra de tradição e "mais com a reflexividade e conseqüente perda de alinhamento automático com a tradição, o que seria aparentemente próprio da hermenêutica, que interrompe o pertencimento ao mundo por tradição a fim de significar" (p.55). Velho (1997) associa a "pentecostalização" a elementos vinculados à destradicionalização, como a ênfase no presente, nas diferenças, na experimentação e no indivíduo.

Desse modo, a religião dos "crentes" constrói formas de identificação e atributos identitários que geram orientações e instituem certos modos de intervenção social (Birtman, 2003, p.238). No universo social de Taquari, são "crentes" os atores sociais vinculados às igrejas Batista, Assembléia de Deus, Adventista e Deus é Amor, que sustentam a identidade religiosa na transformação. Um dos fatores determinantes da inserção em uma dessas igrejas é o poder de transformação atribuído a elas.

A opção dos atores sociais por uma igreja "crente" acontece como alternativa para enfrentar as crises sociais e existenciais de quem tem comportamento desviante (alcoólicos são quase sempre mencionados). Além do alcoolismo, um dos motivos apontados para a inserção na igreja dos "crentes" é a procura pela salvação, a qual ocorre, em certas circunstâncias, por morte física (em casos de doença grave) e, em outras, por morte social. A morte social ocorre quando as pessoas são muito conflituosas, agressivas. Nos termos dos crentes, "têm o demônio".

Nesse sentido, a conotação social da "transformação" em Taquari é equivalente ao conceito de "conversão" de Lienesch (1993), considerada pelo autor a essência do pensamento cristão. A "conversão" é um ato de fé e perdão praticado para tirar o pecado dos "pecadores" a fim de alcançarem a vida eterna. É o renascer da pessoa que passa por um processo de reconstrução.

A "transformação" ou "conversão" esperada e desejada com o pertencimento à religião dos "crentes" é também de ordem econômica. Diante das mudanças econômicas ocorridas no meio rural, decorrentes da diminuição da produtividade da agricultura, da ampliação das atividades não-agrícolas e do fluxo migratório, os atores sociais enfrentam instabilidade econômica. Nessa situação, as igrejas dos "crentes" se constituem em apoio, porquanto um de seus fundamentos é a assistência oferecida pela "comunidade" religiosa aos necessitados.

Por outra parte, a vontade de pertencimento à "comunidade religiosa" dos "crentes" surge em situações de rupturas sociais, seja pelo deslocamento para Taquari (no caso dos "de fora") ou pelos conflitos familiares e sociais entre "nascidos e criados". Nesse sentido, essa comunidade é conformada por atores sociais "de fora", que encontraram amparo na igreja, e por alguns dos "nascidos e criados", que romperam com um modo de vida "católico". Como foi apontado antes, nessa localidade, a vida em comunida-

de religiosa desempenha um papel social muito importante, equivalente ao da família camponesa, já que a união, a solidariedade e o apoio são também seus princípios morais norteadores. No que diz respeito aos "de fora", essa categoria social encontra na religião dos "crentes" uma forma de se firmar na localidade, criando vínculos religiosos com os nativos. Os laços de pertença à localidade para estes atores sociais são sustentados pela religião, mesmo que, com o passar do tempo, esses vínculos se estendam a outras esferas da vida social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, desde o início do século XX, a região onde se constituíram os posseiros e hoje se localiza o assentamento Taquari tem sofrido mudanças determinadas por interesses diversos das populações. As pessoas têm-se mobilizado nos diversos espaços por causa da luta pela terra, das oscilações nas atividades econômicas (agropecuária, especulação imobiliária e turismo) e da progressiva valorização do espaço rural por suas propriedades ambientais (utilizando o espaço para moradia e explorando seu potencial turístico). Ao mesmo tempo que essa mobilidade resulta de processos sociais heterogêneos, ela gera processos sociais heterogêneos, ou seja, é, simultaneamente, construtora da heterogeneidade e construída pela heterogeneidade.

Em um meio social como o descrito, em que a heterogeneidade se manifesta nas diversas dimensões da vida, os atores sociais recorrem às identidades como forma de se posicionar diante da diversidade. Ao assumir as identidades, os atores sociais estabelecem rupturas e afinidades com os diversos elementos da vida social que direcionam a mobilidade, de maneira distante ou próxima do modo de vida camponês que consagram. Portanto, a distância ou a proximidade com essa visão de mundo não se manifesta em todas as dimensões da vida das pessoas, mas varia conforme a natureza dos elementos da construção das identidades sociais. No universo empírico estudado aqui, mostramos que as identidades se constroem fundamentalmente em torno de três eixos: o poder social que os nativos detêm, o lugar da agricultura na reprodução social das famílias e o papel da religião na definição de estratégias sociais que garantam ou não a reprodução de valores culturais. Nesse sentido, as identidades expressam formas de participação dos atores sociais na reprodução ou dissolução do modo de vida camponês.

Paralelamente, tal como se observa no relato histórico do processo de construção do assentamento Taquari, há forte influência do quadro institucional nas mobilizações dos atores sociais que reivindicam a legitimidade da posse. Essa situação se torna explícita na interferência dos interesses

do Incra e do Ibama nas áreas do assentamento e do Parque Nacional da Serra da Bocaina, áreas apropriadas pelos que hoje desejam ser reconhecidos como assentados e moradores da localidade em geral. Nesse contexto, as referidas instituições participam da definição dos processos produtivos e da construção e desconstrução de espaços sociais e políticos de maneira contraditória entre si. Enquanto o Ibama se coloca contra o desenvolvimento de práticas agropecuárias em áreas de proteção ambiental, o Incra cobra o desenvolvimento de práticas agropecuárias de seus beneficiários e reprova sua utilização em outras atividades (negócios imobiliários e turísticos).

Pelo exercício de poder, as duas instituições impõem regras que coíbem certas práticas e estimulam outras, gerando confronto de poderes, pois o poder institucional debate-se com o poder social dos atuais assentados, sendo sustentado este último, basicamente, pelo vínculo com a terra-assentamento desde o nascimento. Igualmente, interferem as igrejas mediante a promoção de crenças e práticas destinadas a conduzir as diversas experiências intrínsecas à vida camponesa, condicionando o modo de vida das pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Mariza Costa de. Concepções de natureza e conflitos pelo uso do solo em Parati-RJ. 1997. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

BIRTMAN, Patrícia (Org.). Imagens religiosas e projetos para o futuro. *Religião e espaço público*. São Paulo: Attar, 2003.

BRAGATTA, Sandra. Descendentes de escravos em Santa Rita de Bracuby: memória e identidade em luta pela terra. 1997. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O afeto da terra*. Campinas: Unicamp, 1999.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama. Diretoria de Ecossistemas – DIREC. Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina. Brasília: FEC/UNICAMP, 2002. Encarte n° 5.

CARNEIRO, Maria Jose. Do "rural" como categoria de pensamento e categoria analítica. CARNEIRO, M. J. (Coord.). Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Relatório final de pesquisa CLACSO, Buenos Aires, 2002.

CHAJANOV, A. V. On the theory of non-capitalistic economic systems. THORNER et al. *The Theory of the Peasant Economy*. Illinois: American Economic Association, 1966.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GOMES, Laura Jane. Conflitos entre a conservação e o uso da terra em comunidades rurais no entorno do Parque Nacional da Serra da Bocaina: uma análise interpretativa. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola na área de concentração em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 6.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

______. Old and new identities, old and new ethnicities. *Culture, Globalization and the World System*. New York: University Macmillan, 1993.

HEREDIA, Beatriz. *A morada da vida*: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEITE, Sérgio et al. *Impactos dos assentamentos*: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: UNESP, 2004.

LIENESCH, Michael. *Redeeming America: Piety and Politics in the New Christian Right*. Chapel Hill: University of North Caroline, 1993.

REYES, Regina Novaes. *Do corpo e alma*: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

REMY, Jean. La question rurale, la ruralité et sa sociologie. *Recherches Sociologiques*, Paris, v.XX, n.3, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sergio (Org.). *Introdução à formação dos assentamentos rurais no Brasil*: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

VELHO, Otávio. Globalização: antropologia e religião. In: ORO, Ari; STEIL, Carlos (Orgs.). *Globalização e religião*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.43-62.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades avançadas: o "rural" como espaço singular e ator coletivo. Estudos Sociedade e Agricultura. *Revista do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n.15, p. 87-146, out. 2000.

WOORTMANN, E. F. *Herdeiros, parentes e compadres*: colonos do sul e sitiantes do nordeste. São Paulo: Hucitec/UnB, 1995.

Parte 4

OS SITIANTES: CONDIÇÃO REFERENCIAL DO CAMPESINATO BRASILEIRO

12
A "riqueza do pobre". Relações entre pais e filhos entre sitiantes tradicionais brasileiros

Lia de Freitas Garcia Fukui

Introdução

Entendemos por sitiante tradicional o pequeno produtor rural, proprietário, arrendatário, posseiro ou parceiro, que trabalha a terra para viver, com ajuda da mão-de-obra familiar, sem objetivo de lucro e que vende o excedente de sua produção em troca de produtos manufaturados. Culturalmente, o sitiante tradicional é o caboclo, cuja denominação varia segundo a região onde vive, mas aqui é distinguido como categoria social específica de acordo com as formas de produção que lhe garantem, bem ou mal, autonomia de trabalho para si e sua família (Mendras, 1956).

Durante muito tempo a importância dessa categoria social no meio rural brasileiro foi menosprezada. Trabalhos recentes, datando em especial de 1963, têm mostrado a peculiaridade, a importância numérica e mais ainda a homogeneidade do gênero de vida desta camada pelo Brasil quase inteiro.[1]

É impossível avaliar precisamente qual a porcentagem de população rural tradicional que é sitiante. Tentativas aproximadas, como a de Jacques Lambert (1959, p.85), no entanto, permitem afirmar que é uma camada bastante numerosa, espalhada por toda parte, tanto em regiões novas como em regiões de povoamento antigo e também em regiões que sofreram o impacto e as conseqüências da urbanização e da industrialização.

[1] Em especial os trabalhos de Pereira de Queiroz 1963, p.85-97; 1968, p.103-23;1968, p.269-87; 1967, p.63-208; e *Relatórios de pesquisa do Centro de Estudos Rurais e Urbanos,* inéditos, São Paulo, s./d.

A vida familiar dessa categoria social é praticamente desconhecida. Dois ou três trabalhos foram publicados sobre o tema: “A vida familial do caipira”,[2] de Antonio Candido (1964, p.184-209) que descreve, em uma perspectiva etnológica, as instituições que norteiam as relações entre os membros do grupo familiar do caipira paulista; o estudo de comunidade “Família e Comunidade” de Oracy Nogueira (1962) que descreve alguns traços distintivos da família desta camada rural e o artigo “Status e papel social da mulher em Palmeirinhas” de Odete Rosa da Silva (1968), que analisa a mudança da posição da mulher, no grupo familiar, no decorrer de duas gerações, em um bairro rural tradicional paulista.

Este capítulo alia-se aos trabalhos acima citados e procura focalizar as relações pais e filhos no grupo familiar do sitiante tradicional; tem o objetivo de verificar os traços distintivos da família na camada sitiante para depois apreender a que modelo estrutural ele se refere.

Tendo sido verificada, em trabalhos anteriores, a homogeneidade do gênero de vida do sitiante tradicional brasileiro pelo Brasil inteiro,[3] lançamos aqui a hipótese de que a educação e, conseqüentemente, as relações pais e filhos são semelhantes para toda esta camada.

Os dados apresentados neste capítulo foram obtidos em duas regiões diferentes do ponto de vista do desenvolvimento econômico: o sertão da Bahia, município de Santa Brígida, em pleno Nordeste seco, considerada uma das regiões mais tradicionais do Brasil, e o município de Juquitiba, sertão de Itapecerica da Serra a 80 km da cidade de São Paulo. A pesquisa teve por objetivo estudar grupos de vizinhança existentes em cada um dos lugares citados. Tratava-se de verificar a existência ou não de traços diferenciais decorrentes da diversidade de desenvolvimento nas duas regiões. Estamos, com estes dados, em uma perspectiva um pouco mais ampla que os trabalhos sobre a família citados, já que podemos comparar duas áreas diversas e verificar a homogeneidade e heterogeneidade da vida familiar nos dois grupos.

Os grupos de vizinhança estudados compõem-se de famílias vivendo em hábitat disperso, com organização social não estratificada baseada na ajuda mútua no trabalho, na participação em festas religiosas e nas relações de compadrio. O sistema de parentesco é bilateral. A forma comum de união é o casamento costumeiro, isto é, sancionado pelo próprio grupo, não sendo habituais as sanções religiosas e legais. Do ponto de vista da organização familiar encontramos: a família conjugal completa, formada por pai, mãe e filhos solteiros, às vezes um velho viúvo, ou filhos adotivos; a organização é patrifocal, se bem que marido e mulher tenham uma posição quase igualitária. O segundo tipo de família é composto de mãe e

[2] Ver trabalhos de Pereira de Queirós, M. I.
[3] Poliandria sucessiva: a mulher une-se sucessivamente a diversos companheiros.

filhos e, eventualmente, de um companheiro da mãe; ela se caracteriza por uma "poliandria sucessiva"[4] e é matrifocal, ou seja, a mãe é o centro da família e os filhos lhe pertencem exclusivamente.

Encontramos esses dois tipos tanto no grupo de vizinhança localizado no Nordeste seco quanto no localizado em São Paulo. Quais as relações entre pais e filhos nesses dois tipos de família?

DEFINIÇÃO DA INFÂNCIA E IMAGEM DA CRIANÇA

A infância entre os sitiantes tradicionais tem uma duração muito breve e não ultrapassa a idade de seis, sete anos.[5] Depois desse limite de idade, meninos e meninas tornam-se responsáveis por determinadas tarefas.

Até os três anos de idade, a criança é considerada um ser frágil e irresponsável. Seus caprichos, suas necessidades, sua inaptidão são tolerados de boa vontade. A educação limita-se a restringir seus movimentos e à satisfação de suas necessidades básicas. Algumas regras elementares de comportamento e algumas noções tradicionais de higiene lhe são também inculcadas assim como a obediência aos pais e aos padrinhos; se ela desobedece é repreendida e, às vezes, castigada fisicamente. No entanto, freqüentemente, os pais chegam a bons resultados recorrendo unicamente à sua autoridade moral.

De modo geral, a criança é considerada um ser rebelde que deve se tornar submissa e dócil com os adultos, deve trabalhar e cumprir suas obrigações familiares. Mas suas responsabilidades aumentam com a idade e os castigos tendem a diminuir à medida que a criança se submete às prescrições dos adultos. Paralelamente, assim que começa a trabalhar, pode tomar iniciativas e goza de maior liberdade.

Um pequeno rito de passagem marca o fim da infância e a entrada na vida adulta; o acesso à propriedade dos instrumentos de trabalho; ganha uma enxada para o trabalho da roça, um facão para cortar lenha e também para se defender. Daí em diante a criança goza de liberdade de trabalho; deve, no entanto, ajudar os pais em troca de casa e comida. A menina deve ajudar nos trabalhos domésticos e suas tarefas são mais pesadas. As crianças são assim consideradas adultos em miniatura e suas atividades ajudam de modo substancial o grupo familiar.

Aos treze, catorze anos, espera-se dos jovens um comportamento adulto. O adolescente é inteiramente responsável por seus atos, deve ser ca-

[4] Nisso, o filho do sitiante tradicional não é diferente das demais crianças pertencentes a camadas inferiores, mesmo das cidades.

[5] Tal comportamento não parece diferente daquele do parceiro que recebe um pedaço de terra para cultivar e dá "dias de trabalho" ao proprietário. Parece possível dizer que a parceria começa no interior da família.

paz de trabalhar a terra, cuidar dos animais, caçar, pescar, fazer objetos de indústria doméstica e os trabalhos, caso se trate de uma jovem. São regras de conduta primordiais; o respeito aos mais velhos e às relações de solidariedade com as pessoas da família e com os vizinhos. São essas as principais regras morais que orientam seu comportamento em grupo.

Não encontramos até aqui diferenças nem entre os dois tipos de família nem entre os grupos de vizinhança das duas regiões; nem, o que é mais importante, entre meninas e meninos; a definição de infância e a imagem da criança parecem semelhantes nos dois casos. A diferenciação por sexo começa depois dos sete anos.

PARTICIPAÇÃO DA CRIANÇA NA VIDA SOCIAL E ECONÔMICA

O TRABALHO DA CRIANÇA

Desde os três ou quatro anos, as crianças começam a trabalhar e a contribuir para a manutenção do grupo familiar. Graças à mão-de-obra infantil o nível de vida de uma família pode melhorar pouco a pouco. Não é, portanto, sem razão que as crianças são consideradas “a riqueza do pobre”. Há mesmo um ditado popular no Norte que afirma:“os últimos escravos do Brasil são as crianças” (Wagley, 1958, p.401), ilustrando bem a importância e a posição subordinada dos jovens na empresa familiar.

A criança começa a ajudar seus pais executando pequenas tarefas: fornecer água àqueles que trabalham na roça, cuidar dos bebês enquanto os pais se ocupam das tarefas cotidianas, empilhar lenha, dar de comer e beber à criação. Ela aprende a utilizar os instrumentos de trabalho imitando os gestos dos adultos e usando para isso pedaços de velhas enxadas e foices por esses abandonadas.

Pouco a pouco, a criança é solicitada a cumprir tarefas mais complexas e mais difíceis; acender o fogo, fazer café, lavar roupa, procurar lenha etc. Sua habilidade, sua disposição para o trabalho, assim como sua coragem no cumprimento de tarefas difíceis, são sempre elogiadas pelos adultos, o que estimula seu desenvolvimento e sua boa vontade. As técnicas que deve aprender são rudimentares e a criança tem apenas de seguir os adultos, tentando alcançar o mesmo ritmo destes. Sua participação no trabalho é progressiva, determinada pelo crescimento de sua força física e habilidades. Ela aprende um pouco ao acaso a semear milho, feijão, a plantar mandioca, a fazer roçado e a cuidar dos animais. Assimila os conhecimentos tradicionais sobre a mudança das estações, sobre os períodos propícios às diversas culturas, sobre a escolha dos melhores solos. Adquire noções indispensáveis à fabricação de objetos domésticos.

Por volta dos nove, dez anos, uma criança é capaz de trabalhar no mesmo ritmo de seus pais e também de escolher os melhores solos e prepará-los para o cultivo. O menino sabe cuidar dos animais e fazer trabalhos com metal e couro, bem como manejar armas de fogo usadas para a caça e a defesa pessoal. A menina da mesma idade executa todos os trabalhos domésticos, faz sabão, rapadura, farinha, banha. O artesanato também não foi esquecido: ela sabe fabricar cestos de palha, utensílios de cerâmica. Outrora aprendia também a fiar e a tecer, mas essa técnica, atualmente, desapareceu quase por completo.

Quando a criança já aprendeu o essencial das técnicas tradicionais, ganha do pai um pedaço de terra para cultivar por conta própria, nos momentos em que não é obrigada a trabalhar na roça dele. Se ela recebe dos padrinhos alguns ovos que faz chocar, uma galinha, um bacorinho ou mais raramente, um bezerro, pode desenvolver sua criação, aumentando assim, pouco a pouco, seu pequeno patrimônio.[6]

Com a devida permissão do pai, o adolescente pode trocar ou vender uma parte de seus bens e comprar roupas, um par de sapatos, um facão ou mesmo um frasco de perfume. Tais objetos podem ser trocados por outros, procurando assim obter algum lucro, aumentando seus haveres. Seu trabalho individual tem por fim sempre aumentar seu próprio patrimônio.

Quando o adolescente começa a fazer trocas, começa a ter maior contato com outras pessoas além dos familiares; vai só ou acompanhado por seu pai às feiras ou vendas do bairro ou da vila. À medida que o menino estabelece contatos com a comunidade procura aprender outras atividades, agora no grupo da localidade e não mais no grupo da vizinhança; pode tornar-se aprendiz de ferreiro, padeiro ou marceneiro, ou então trabalhar a soldo para um comerciante ou um feirante que vai de vila em vila vender sua mercadoria.

A menina recebe tratamento análogo ao do menino; no entanto, goza de menos liberdade em relação às pessoas que não pertencem ao grupo de vizinhança. Ela pode fazer trocas com outras meninas ou com vizinhos; pode tornar-se aprendiz de costureira ou ajudar a mulher de algum comerciante a cuidar de seus filhos.

O respeito à propriedade privada e aos bens, o gosto pelas trocas e os negócios são inculcados muito cedo nos jovens pelos adultos.

O mutirão – trabalho coletivo não remunerado destinado à ajuda mútua entre vizinhos – atrai periodicamente adultos e jovens. Toma ares de festa, é ocasião de reunião em um grupo de vizinhança. O menino e o pai participam do mutirão propriamente dito – trabalho de enxada e foice –,

[6] Outros trabalhos citados que poderão ser consultados; Fukui, Lia F. G. *Sertão e bairro rural* – a família do sitiante tradicional. São Paulo: Ática, 1979. Gomes, Josildeth S. A educação nos estudos de comunidade no Brasil. *Educação e Ciências Sociais,* 1(2)1956, p.63-105.

ao passo que a menina e a mãe participam da cozinha, destinada a alimentar a todos os presentes. Assim, os sitiantes tradicionais obtêm maior número de braços do que aqueles existentes no grupo familiar e roçados mais extensos conforme suas necessidades.

Tal descrição mostra que a idade escolar coincide com o momento em que a criança começa a ser braço útil à família. Além disso, de modo geral, o ano escolar coincide com os ciclos agrícolas; como era de esperar a freqüência à escola é mínima. Mesmo quando não há longas distâncias a percorrer (e era o caso do grupo de vizinhança que estudamos no Nordeste), as crianças freqüentam pouco a escola. A maioria não chega a completar um ano de escolaridade e em geral as poucas noções aprendidas são em seguida esquecidas porque não são utilizadas na vida cotidiana.

Ao chegar aos quinze, dezesseis anos, os jovens acumularam todo conhecimento que os tornam em adultos capazes de viver de modo independente. Amealharam alguns bens, podem romper os elos econômicos com os pais. Resta-lhes encontrar um cônjuge e formar nova célula familiar. Se não acumularam bem, casam-se e continuam a trabalhar como parceiros do pai, do sogro ou mesmo do padrinho, dividindo seu tempo entre o trabalho individual e aquele nas terras de outro adulto mais poderoso.

AS FORMAS DE EDUCAÇÃO E AS RELAÇÕES SOCIAIS

Tanto nas famílias conjugais quanto nas famílias incompletas, a criança é socializada até a idade adulta no interior dos grupos primários (família, vizinhança) e vive isolada de outros meios sociais mais complexos.

Desde o nascimento, uma criança é tratada quase exclusivamente pelas mulheres do grupo doméstico; a mãe, as irmãs e, eventualmente, a avó. Os homens participam pouco da educação dos filhos; sua responsabilidade consiste em obter recursos para a manutenção do grupo familiar. O pai ocupa-se da venda do excedente das colheitas e dos produtos da indústria doméstica e da troca dos animais A aspiração de todo sitiante tradicional brasileiro é tornar-se comerciante estabelecido no bairro ou na vila, o que é símbolo de ascensão social. A maior parte, porém, não chega a realizar essa aspiração e continua a trocar e a vender os produtos no grupo de vizinhança, nas vendas, nas feiras dos arredores. Antes da colheita, não há muito trabalho no campo; o pai deixa o sítio sob inteira responsabilidade da mulher e dos filhos e vai procurar trabalho fora, de preferência em sítios e fazendas de agricultura comercial.

Para a criança, o pai representa a autoridade. Suas relações são caracterizadas pela distância social, pelo respeito e mesmo pelo medo. As crian-

ças têm diante do pai sempre uma atitude reservada, falam pouco e em voz baixa. Ficam quietos enquanto o pai conversa com outros adultos, nunca participando da conversa. Nunca interrompem os mais velhos, não respondem quando repreendidas. É raro que uma criança saia com o pai. Os homens não têm paciência com elas; educar é considerado "obrigação de mulher". No entanto, assim que a criança é julgada quase adulta, quando já é responsável por algumas tarefas de importância, adquire o direito de fazer companhia a seu pai, mantendo sempre uma atitude de respeito; por exemplo, os jovens não fumam diante do pai e devem obedecer-lhe enquanto morarem sob o mesmo teto.

No entanto, a influência do pai cessa completamente a partir do momento em que o filho deixa a casa paterna, o que este faz com freqüência desde que seja considerado adulto. Os rapazes podem trabalhar por conta própria, fazer longas viagens ou viver com algum parente ou padrinho. As moças da mesma idade têm menos liberdade, mas podem sair de casa para trabalhar sem por isso sofrer sanção alguma.

A mãe é realmente o centro da vida familiar; se, do ponto de vista da autoridade a família é patrifocal, do ponto de vista da organização das relações ela é, ao contrário, matrifocal. Está sempre ocupada no trabalho da roça, na indústria doméstica, no conjunto de trabalhos domésticos; além do mais ela se ocupa da educação dos filhos e do cuidado de velhos e doentes. Ela tem direito, como seu marido e seus filhos, de vender ou tocar produtos e objetos da indústria doméstica para comprar produtos manufaturados. A natureza dos trabalhos por ela empreendidos, não obstante, obriga-a a uma vida mais estreitamente ligada ao sítio.

As relações entre mãe e filhos são muito próximas; mãe e filhos estão juntos por toda parte na roça, nas feiras, nas festas religiosas. O bebê é sempre transportado em seus braços, apoiado a tiracolo, em sua cintura. Mesmo um bebê de algumas semanas é levado à roça. Enquanto sua mãe trabalha, ele é deixado em uma rede ou em uma grande gamela de madeira, ao abrigo do sol e sob sua vista.

A criança é amamentada mais ou menos até os dois anos de idade. Come quando tem fome, sem nenhuma disciplina; recebe toda espécie de carinhos e atenções, e dorme na mesma cama ou rede que sua mãe. A única exigência que lhe é feita é que fique tranqüila; se chora sem motivo é castigada. Assim que um bebê aprende a andar, a falar, a fazer pequenas tarefas, sua vida muda muito; recebe menos carícias e menos atenções, passa a dormir com seus irmãos e a ser tratado por estes. É a partir desse momento que as diferenças de atividades de menino e menina tornam-se sensíveis; a menina é solicitada pelos trabalhos domésticos e o cuidado dos irmãos; o menino é levado a fazer trabalhos fora de casa; no entanto, se não há meninas na casa, o irmão ajuda igualmente sua mãe nos trabalhos

domésticos habitualmente reservados às meninas. Cuidando dos irmãos mais jovens, a menina ajuda a mãe e, ao mesmo tempo, aprende o papel que desempenhará no futuro. Os irmãos pequenos, submissos às irmãs, tornam-se seus iguais uma vez que desempenham tarefas de alguma responsabilidade.

A família cresce em geral pela inclusão de filhos adotivos. Não há nenhuma diferença entre estes e os filhos legítimos; eles são acariciados ou punidos da mesma maneira que os demais. Economicamente são valiosos porque assim que se tornam maiores, aumenta o número de braços na família e o nível de vida dela se eleva.

A exteriorização de afeto entre mãe e filhos, ou mesmo entre crianças, diminui com a idade e é substituída por relações carregadas de respeito com os mais velhos. Não obstante, mãe e filhos permanecem muito ligados; vão juntos a festas religiosas, a romarias, a reuniões familiares (casamentos, velórios) e às visitas aos membros da parentela. Conversam, contam histórias e as últimas novidades da vizinhança, tanto nos momentos em que trabalham quanto nos momentos de lazer. Durante a estação chuvosa, sentam-se perto do fogo, contam lendas, histórias fantásticas adivinhações e provérbios; assim os adultos da família transmitem aos jovens sua sabedoria e experiência, assim como a do grupo. Se vizinhos ou parentes visitam a casa, as crianças não têm o direito de participar da conversa com os adultos. De maneira geral, nas visitas, há separação segundo os sexos e a idade: as mulheres ficam na cozinha, os homens ocupam a sala ou a frente da casa; as crianças ficam à parte segundo os sexos – meninos de um lado, meninas, de outro.

Fora do grupo doméstico, a criança mantém elos estreitos com seus padrinhos, que devem substituir seus pais, se necessário. Na vida cotidiana, as relações entre padrinhos e afilhados limitam-se à troca de presentes, a uma ajuda quando o afilhado começa a trabalhar por conta própria ou por ocasião de seu casamento. O afilhado deve também ajudar o padrinho se este se encontra em dificuldades ou se tem necessidade.

Além de seus deveres em relação ao padrinho, o rapaz ou a moça e deveres para com os demais membros da família (tios, tias) assim, como para com os vizinhos, sempre no sentido da cooperação e da ajuda mutua.

A grande diferença entre a família conjugal completa e a incompleta reside no fato de que, se na segunda, a mãe desempenha o papel de chefe da família; na primeira ela assume sua direção. Seu companheiro desempenha um papel secundário. Desaparece quase por completo a importância do pai, ao passo que a relevância da mãe aumenta de modo considerável. A sobrevivência da família depende, pois, também e muito do auxílio trazido pelas crianças ao trabalho do sítio; participam dos mutirões e se empregam nos sítios vizinhos ou nas fazendas nos períodos em que o tra-

balho no grupo doméstico diminui. Se os filhos são numerosos, a mãe tenta "dá-los" a outras famílias, ficando apenas com os que podem ajudá-la, para poder melhor prover as necessidades do grupo e à própria subsistência.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A POSIÇÃO DA CRIANÇA NA FAMÍLIA DO SITIANTE TRADICIONAL BRASILEIRO

A descrição que acaba de ser feita mostra de maneira bastante clara algo que nos surpreendeu: enquanto a separação entre os sexos, na família, é um fato que reflete, sobretudo, a atribuição de tarefas especiais às meninas, a imagem da criança, sua posição no interior do grupo familiar e suas relações com os pais não parecem diferenciar-se muito, quer se trate de menino, quer de menina, a não ser quando se tornam mais velhos. Mesmo no que concerne às obrigações de trabalho, a divisão não é absoluta: se não há meninas, os meninos se ocupam dos trabalhos domésticos. Haja ou não meninos, as meninas trabalham sempre na roça A separação entre os sexos parece, portanto, muito mais moral do que funcional. Esta é uma hipótese que a análise precedente nos autoriza a formular, mas que necessitaria ser verificada por estudos mais aprofundados.

A facilidade com a qual a mãe assume a direção da família quando falta o pai é talvez o resultado dessa espécie de homogeneidade na socialização e na educação de meninos e meninas na família do sitiante tradicional brasileiro.

Fala-se muito do "patriarcalismo" da família brasileira no sentido de que em nosso tipo de família a dominação do homem sobre a mulher seria sempre total. Ora, isso não parece confirmado por nossa análise para a família do sitiante tradicional brasileiro. Ela nos parece nitidamente "gerontocrática", porém não "patriarcal": isto é, que o adulto de ambos os sexos tem uma posição evidente de dominação em relação ao imaturo. Seria necessário também analisar em profundidade qual a posição dos *velhos* no grupo familiar; apenas tal análise poderia confirmar nossa hipótese de "família gerontocrática". Mesmo assim, o que acabamos de descrever permite afirmar que os grupos familiares analisados pertencem a uma organização camponesa de vida, a qual é caracterizada por maior importância do grupo adulto em relação ao grupo pouco avançado em idade e pela autoridade dos idosos sobre os jovens.

A existência de camponeses no Brasil foi durante muito tempo controvertida: estudos socioantropológicos recentes demonstraram sua existência. O estudo de família que efetuamos em dois grupos de vizinhança tão distantes geograficamente um do outro traz uma nova prova; a socialização das crianças aparece conforme àquela que se encontra nos grupos campesinos em geral.

A DECADÊNCIA DO SITIANTE TRADICIONAL, REPERCUSSÕES SOBRE A VIDA FAMILIAR E A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS

Os efeitos da industrialização e da urbanização intensas em certas regiões do país provocaram uma transformação irreversível no gênero de vida do sitiante tradicional brasileiro. As transformações que sofrem são distintas de acordo com a região e a maior ou menor proximidade das cidades industrializadas. Nos dois grupos de vizinhança estudados, a decadência era completa no sertão de Itapecerica, ao passo que no sertão da Bahia uma transformação lenta se processava, havendo equilíbrio entre o gênero de vida tradicional e as mudanças socioculturais que eram paulatinamente assimiladas (Pereira de Queiroz, v.XXVIII, s./d.).

A decadência, portanto, verifica-se sobretudo na Região Sul. A cidade industrializada é abastecida por agricultores e não mais por sitiantes tradicionais. Estes perdem o mercado para sua produção e caem na miséria total. As famílias abandonam o trabalho de suas terras e procuram cada vez mais um trabalho assalariado. O salário pago individualmente ao marido ou à mulher é insuficiente para a sobrevivência do grupo familiar. Nas fazendas de agricultura comercializada, é raro o emprego de crianças, elas se tornam assim, até os catorze anos de idade, um encargo para os pais. A partir dessa idade, é possível encontrar algum trabalho e, em conseqüência, um ganha-pão. A falta de mercado igualmente para os produtos da indústria doméstica acelera o desaparecimento das técnicas tradicionais e de um trabalho mais adaptado às crianças. Adultos e crianças são forçados a contar apenas com sua força física e aceitar toda espécie de trabalho pesado.

Enquanto no Sul a industrialização transforma rapidamente a organização das famílias de sitiantes tradicionais, no Nordeste o êxodo da população rural masculina que parte para o Sul à procura de uma vida melhor deixa no meio rural mulheres, velhos e crianças. As famílias incompletas tendem a se tornar mais e mais numerosas na medida em que um desequilíbrio demográfico se instala na região. Estas famílias, por sua vez, têm um nível de vida cada vez mais baixo, pois lhes falta o trabalho do homem adulto. Para enfrentar novas dificuldades as mulheres são obrigadas a intensificar a fabricação e a venda de objetos artesanais e a recorrer ao trabalho das crianças. Estas são sobrecarregadas com as inúmeras tarefas domésticas e sua educação tradicional se transforma, empobrecendo cada vez mais; se tornam unicamente braços válidos para o trabalho bruto, segundo sua força física.

Enquanto a organização da família era a mesma nos dois grupos de vizinhança que analisamos, os quais tinham conseguido manter relativo equilíbrio de vida, outros grupos na região de Itapecerica sofriam um processo de transformação ou desapareciam. No Sul, o grupo tende a desaparecer; é preciso observar, porém, se este desaparecimento se encontra por

toda parte, ou se ele não é apenas característico da periferia das grandes cidades industriais, como foi o caso que estudamos. No Nordeste, o grupo se transforma com a proliferação de famílias incompletas e a diminuição de famílias completas. Em ambos os casos, o nível de vida baixa consideravelmente e a socialização das crianças se modifica. Outras pesquisas são necessárias para analisar as mudanças. Ao que tudo indica, como mostramos antes, as modificações na socialização da criança serão diferentes, quer se trate de uma transformação parcial da organização familiar do sitiante tradicional (Nordeste), quer de uma transformação total (São Paulo).

Artigo publicado na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros,* nº14 São Paulo, 1973, p.67-77.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FUKUI, Lia F. G. *Sertão e bairro rural.* A família do sitiante tradicional. SãoPaulo: Ática, 1979.

GOMES, Josildeth S. A educação nos estudos de comunidade no Brasil. *Educação e Ciências Sociais,* 1(2)1956, p.63-105.

LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis.* Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro, 1959, p.85.

MENDRAS, H. *Manuel de Sociologie Rurale.* Institut de Sciences Politiques, Paris, 1956, 3 fasc. fotocopiado.

NOGUEIRA, Oracy. *Família e comunidade* – estudo sociológico de Itapetininga. CBPE. série VI, Sociedade e Educação. Rio de Janeiro, 1962. 2.ed.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. Uma categoria rural esquecida. *Revista Brasiliense,* n.45 jan./fev.1963, p.*85-97 Revista do Instituto de Estudos Brasileiros,* n.51968, p.103-23.

______. Lê paysan brèsilien et la perception des étendues *Perspectives de la sociologie contemporaine.* PUF: Paris, 1968, p.269-87.

______. Bairros rurais paulistas.*Revista do Museu Paulista,* nova série, v.XVII, 1967, p.63-208;

______. *Relatórios de pesquisa do Centro de Estudos Rurais e Urbanos,* inéditos, São Paulo, s.d.

______. Desorganisation de petites communes brèsiliennes. *Cahiers Internationaux de Sociologie,* v.XXVIII, Paris, s./d.

SILVA, Odete Rosa da. Status e papel social da mulher em Palmeirinhas. *Cadernos de Estudos Rurais e Urbanos.* v.I, n.1, 1968.

SOUZA, Antonio Candido de Mello e. A vida familiar do caipira. *Parceiros do Rio Bonito.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1964, p.184-209.

WAGLEY, Charles. *Ita, uma comunidade amazônica* Brasiliana: Companhia Editora Nacional, série 5, 1958, p.401.

Parte 5

CONSTITUIÇÃO E REPRODUÇÃO DO CAMPESINATO BRASILEIRO

13
Constituição e reprodução do campesinato no Brasil: legado dos cientistas sociais

Delma Pessanha Neves

Os autores que participam da constituição dos dois volumes do tomo "Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil" estão de acordo quanto à contraposição a interpretações de tantos outros que, na sociedade brasileira, também têm-se dedicado ao estudo da estrutura agrária e das relações de produção agropecuária, ressaltando, todavia, o caráter marginal e secundário das formas de produção agrícola que se fundamentam na gestão e no trabalho familiares. Por essas intenções, todos procuramos reafirmar sociologicamente a diversidade de condições de integração da força de trabalho, entre elas, a constituição do campesinato e a importância de sua eleição como objeto de estudo.

O CAMPESINATO COMO OBJETO (AUTÔNOMO) DE REFLEXÃO

Devemos reconhecer que a contraposição interpretativa por nós proposta se faz necessária, porque as perspectivas analíticas anteriormente citadas, até recentemente hegemônicas, ainda geram incompreensões que dificultam ou subtraem o reconhecimento da participação direta e complementar dos produtores agrícolas, em especial dos que, nos campos político e acadêmico, têm sido qualificados de modo genérico pela referência às formas camponesas. Pelas interpretações analíticas aqui postas em causa, todo um campo acadêmico se constituiu. Seus afiliados colaboraram para a sedimentação de visões preconceituosas que insistem em atribuir irracionalidade às práticas sociais de produtores familiares. Em conseqüência, irreconhecem assim o papel econômico e político desses agentes produti-

vos na constituição e na reprodução da sociedade brasileira; e sua luta pelo acesso a meios de produção que lhes assegurem autonomia relativa, em geral qualificada pela contraposição a formas abusivas de exploração e à instabilidade na posição de trabalhador. Abraçando investimento contraposto, temos por objetivo, então, demonstrar a magnitude dessa presença produtiva, tanto na condição de camponeses integrados sob tutela imediata como também na condição de produtores parcelares autônomos.[1]

Uma das vertentes mais difundidas das perspectivas analíticas por nós questionadas foi consagrada pela polêmica travada por seus próprios protagonistas. Por elas foram vulgarizadas certas formas hegemônicas de interpretação da organização das relações de produção no período colonial: contraposição entre feudalismo e capitalismo mercantil, dois princípios analíticos concebidos como organizativos da então vigente sociedade agrária. Essa polêmica marcou a produção intelectual, em especial durante a década de 1960,[2] quando se intensificava a institucionalização de processos de construção de concorrentes projetos políticos para a sociedade brasileira,[3] mas também de dissolução de formas tuteladas de existência camponesa. Tais efeitos não podem ser desconsiderados, quando desejamos tornar legítimos e consagrados os investimentos intelectuais e políticos que pretendem libertar aquelas relações sociais das sombras a que eram encobertas, mas cujos valores de referência ainda atribuem significados às ações de mobilização e associação dos trabalhadores que lutam pelo acesso à terra e aos fatores dela coadjuvantes.

O caráter dualista daquelas interpretações, em sua vocação mais generalista, também fazia ressaltar, com base na contraposição entre o novo e o arcaico, um conjunto de produtores espalhados pelo interior do país, vivendo em condições de pobreza material e por descontínuos vínculos institucionais e universos cognitivos com a sociedade abrangente ou com o sistema de poder hegemônico. Por essa razão, qualquer interpretação assim comprometida pressupunha de imediato a transformação modernizante dos produtores familiares, comumente anunciada ou legitimada pela valoração de formas de integração definidas como inovadoras: alfabetização, higienismo, produtivismo, desenvolvimentismo, associativismo, comunitarismo, coletivismo etc. Como o olhar interpretativo que reconhecia a subsumida produção agrícola baseada na gestão familiar imputava-lhe os qualificativos da ausência, ela foi por isso explicada por elementos que não continha ou não a abarcavam como traço fundamental: não-capitalista, de

[1] Nos dois volumes, reafirmo, não tivemos oportunidade de incluir análises e exemplos de situações de campesinato parcelar, constituído pelo controle da propriedade privada da terra e pela transmissão geracional do patrimônio familiar e do título correspondente, em geral reconhecido como sitiante ou pequeno proprietário/produtor.

[2] Ver Palmeira, 1971 e Velho, 1976, 1982, p.40-7 e 100-6.

[3] Ver, por exemplo, Delgado, 2005, p.51-90.

subsistência, minifúndio, pequena etc. Portanto, foi então compreendida pelo distanciamento para com a forma de organização produtiva contextualmente reconhecida como moderna e hegemônica porque capitalista.

Foi preciso que pesquisadores, insatisfeitos com interpretações dualistas e polarizadas, viessem a redefinir os termos da reflexão. Entretanto, alguns deles, devedores dos parâmetros teóricos e metodológicos norteadores da reflexão contextualmente possível nos campos acadêmico e político, enfatizaram os instrumentos com que se apresentavam dotados. Para compreender as especificidades das interdependências, acentuavam os fatores que intervinham no sentido da expropriação massiva. Outros, entretanto, deslocando-se em termos de construção de novas unidades de análise, puderam então revelar a natureza social da diversidade de expressões da organização socioeconômica, inclusive de formas camponesas.

Constituídos mediante a participação em aparatos institucionais de construção profissional do saber acadêmico, sobretudo das ciências sociais, muitos autores superaram o ensaísmo e conseguiram, por diferenciadas interpretações, *desentranhar* a produção familiar do olhar que pressupunha sua finalização apressada, sua extinção súbita ou dissolução decisiva; reconheceram a importância da transmissão de patrimônio de valores que norteava e ainda norteia a luta dos trabalhadores para constituirem suas condições sociais de existência na posição de camponeses. A morte pré-anunciada, de qualquer forma, por essa perspectiva analítica, também revelava os investimentos práticos de aplicação de mecanismos de expropriação, quando nada pela intensificação da precariedade das condições de existência. Como, naquela condição acadêmica e política, a forma camponesa de organização da produção não fora de fato objeto de política de valorização por programas públicos, embora sucessivamente anunciados, as soluções mais dignas apontavam para a alvissareira fuga de unidades familiares ou dos filhos que alcançavam idade socialmente reconhecida para o trabalho produtivo. Valorizava-se então o abandono da posição de produtor independente pela busca de condições de vida mais adequadas, decididamente na condição de assalariado nas áreas qualificadas como modernas ou urbano-industriais.

O aparato institucional de criação de agentes intelectuais e políticos dotados de novos olhares só se tornou possível quando, no primeiro caso, paulatinamente, foram se estruturando os cursos de pós-graduação, cuja titulação dos alunos estava associada, quase sempre, à elaboração de estudos de casos com base em trabalho de campo. No segundo caso, este novo olhar esteve coadunado a imposições políticas, decorrentes da mobilização e da construção de visibilidade social de trabalhadores que, por questionamentos coletivos a regras jurídicas e a formas de dominação exacerbadas, integraram a cena política, mediante questionamento de formas ilegítimas de exercício da autoridade pelos proprietários de terra a que estavam vinculados. Desse questionamento, apresentaram-se socialmente

como portadores de mediados projetos políticos, contrapostos para a ordenação da vida social e da estrutura de poder na sociedade brasileira, mormente no que diz respeito à concentração fundiária.

Como expressão de processos diferenciados de inserção social dos familiares desses próprios produtores, vale ainda destacar, sobretudo pelos objetivos assumidos pelos autores que integram esta coletânea, que muitos dos pesquisadores que assim se constituíram eram e são originários do mesmo *status* social que elegeram como objeto de análises empíricas. Eram e são filhos de produtores agrícolas cuja prática social estava referenciada a formas de vida e organização produtiva reconhecidas como camponesas. Tornando viável a reprodução do patrimônio familiar, ampliaram o nível de instrução formal e assumiram esse outro legado, uma das contrapartidas sendo o investimento na visibilidade social de seu próprio grupo de origem ou de condições camponesas. Alguns deles vieram também a compor quadros de agentes interventores, tanto em prol da modernização agroindustrial como ainda de interpretação e de defesa da contraposta tradição camponesa pela qual foram socializados.

As condições de possibilidade de emergência desse novo quadro de pensamento e interpretação da sociedade têm sido bastante analisadas. Vários autores vêm se dedicando à elaboração de resenhas sobre a produção correspondente. A viabilidade da produção de resenhas bibliográficas já revela o acúmulo de textos, como também orienta e referencia a produção no campo temático, visto que é devedora de critérios pelos quais os temas são resenhados. A partir daí, tornou-se crescente a produção intelectual voltada para o estudo da vida social no campo ou da estrutura agrária brasileira, reconhecendo, no entanto, *sitiantes, colonos, moradores, meeiros, parceiros, extrativistas* etc. como agentes econômicos fundamentais.[4]

Um dos primeiros investimentos intelectuais no sentido do reconhecimento social de formas mais completas de organização camponesa, no caso da sociedade brasileira identificadas pela posição do *sitiante*, esteve ligado aos chamados *estudos de comunidade* (investigação das condições de existência humana em pequenos agrupamentos, isto é, unidades interdependentes constituídas por vínculos de subordinação à sociedade abrangente).[5]

Emergem então, desse esforço intelectual coletivo, as primeiras interpretações a respeito do campesinato brasileiro. Os autores, assim mobilizados, tentaram delimitar algumas das características das condições de

[4] Sugerimos, para acompanhar a profusão de estudos sobre o segmento de agentes qualificados pela produção familiar, os seguintes textos mais ou menos comprometidos com o gênero resenha: Antuniassi e Bergamasco, 1985; Brumer, 1989; Brumer e Tavares dos Santos, 2000, p.33-69; Monteiro Carvalho, 1978; Gnaccarini e Moura, 1983, p.5-22; Pereira de Queiroz, 1973; Sigaud, 1992, p.30-42; Tavares dos Santos, 1991, p.13-51.

[5] Abordagens sistematizadoras dos estudos de comunidade sob a forma de resenha podem ser consultadas in Guidi, 1961; Nogueira, 1955, p.15-28; entre outros.

organização produtiva e dos processos de constituição de agentes sociais reconhecidos como *sitiantes* e *colonos*. Ênfase especial foi dada aos estudos sobre processos de imigração européia.[6] Em termos analíticos, a diversidade de situações registradas já exaltava as características atribuídas às formas camponesas, entre as quais sua plasticidade organizativa.[7]

No bojo desse processo de caracterização social de formas camponesas, programas de pesquisa em ciências sociais foram organizados, levando em conta os então vigentes processos de criação de condições de constituição de um campesinato tutelado e também marginal, isto é, forjado politicamente pela expectativa de vir a ocupar os chamados *espaços vazios*.[8] Valorizaram-se, de certa forma, as estratégias anteriormente adotadas por esses próprios produtores, que tomaram a posse da terra, supostamente questionável em termos de propriedade, como possibilidade de construção de controle da autonomia no uso dos meios de produção, das relações e do produto do trabalho.

Embora seja possível citar um conjunto expressivo de estudos de caso nas diversas situações consideradas, reconhece-se que não houve ainda um esforço intelectual a fim de caracterizar os processos mais gerais que permitiram a emergência, a expansão, a reprodução e a dissolução de formas camponesas entre produtores agrícolas, agropastoris e extrativistas. Contamos com alguns ensaios gerais visando à caracterização de processos, mas quase sempre destacando aqueles que permitiram não só a constituição mas também que configuraram fatores associados à destituição de condições camponesas.

Como a coletânea da qual os volumes deste tomo são parte, visa a contribuir para o registro da história social do campesinato no Brasil, isto é, agregar parte desse pulverizado esforço coletivo de tantos e tantos pesquisadores, coube-nos certa sistematização e tentativa de complementação de investimentos já objetivados.

FORMAS DIVERSAS E COMPLEMENTARES DA CONDIÇÃO CAMPONESA

Para os objetivos proclamados e entre outros autores, é fundamental o reconhecimento da importância do investimento intelectual de Otávio

[6] Ver outros artigos da mesma autora, aqui destacando Seyferth, 1988.

[7] Consultar, por exemplo, Cândido, 1964; Fukui, 1979; Pereira de Queiroz, 1973.

[8] Destaca-se a constituição de Programas de pesquisa vinculados a cursos de graduação e pós-graduação das universidades públicas brasileiras. Entre os programas de pesquisa, há reconhecido realce para os pioneiros: Estudo comparativo do Desenvolvimento Regional (1968); Emprego e Mudança Social no Nordeste (1970); Hábitos alimentares em camadas de baixa renda (1973); O processo de colonização dos vales úmidos (1975); todos vinculados ao PPGAS/MN/UFRJ.

Guilherme Alves Velho, cujas interpretações mais imediatas foram elaboradas no contexto do citado processo de investimento intelectual coletivo, visando à demarcação da presença e da mudança de formas camponesas na sociedade brasileira. Neste capítulo conclusivo dos dois volumes em apreço, retomamos, em longa citação, um trecho do texto do livro *Campesinato e capitalismo autoritário*, publicado em 1979, em que o autor articula alguns desses importantes processos, analisados sob o prisma das condições de estruturação de sistemas de dominação política, sustentados por formas de repressão da força de trabalho. Outrossim, o autor põe em destaque os investimentos políticos para integrar e expandir territórios, mediante reconstrução de exaltados atributos da grandiosidade espacial da nação brasileira, idéias e valores que, sacralizando o desenvolvimentismo, legitimaram formas de dominação pela imobilização da força de trabalho, mas também de expulsão de trabalhadores das áreas de *plantation*.

Tanto pela síntese por ele apresentada como por nossas contribuições de pesquisa, asseguramos, por conseguinte, continuidade à caracterização de processos de constituição do campesinato na sociedade brasileira. Ora, no atual contexto político, valorizar as diferentes perspectivas de constituição do campesinato é tornar mais bem reconhecidos alguns dos fundamentos morais das lutas por expansão do território destinado à agricultura camponesa. É tornar compreensíveis alguns dos princípios de idealização da vida social que instituem o imaginário de projetos familiares; ou do sonho coletivo de muitos dos trabalhadores que, insistentemente, nos períodos de vigência de formas democráticas ou de ditaduras, buscaram e buscam a conquista ou a reafirmação do acesso a lotes de terra para se instalarem como produtores autônomos.

No texto a seguir transcrito, Velho põe em destaque um dos primeiros investimentos econômicos a fim de integrar a produção familiar: as *plantations* açucareiras, compreensíveis se analisadas pelas especificidades constitutivas da hegemônica dominação econômica e política institucionalizada na sociedade brasileira. E também em grande parte explicativa da consolidação de específicas formas camponesas e de sistemas de significação de sentidos, ora contrapostos, ora coadjuvantes, ambigüidades decorrentes da posição social subordinada (e politicamente ressentida) dos *colonos, moradores e parceiros*.

> As colônias de *plantation* ... foram desde o início uma fonte de acumulação primitiva capitalista ...; embora não necessariamente para a própria mãe-pátria. No caso do Brasil, boa parte do excedente extraído eventualmente encontrou o caminho da Grã-Bretanha, em relação à qual Portugal, sobretudo depois de 1703, mantinha um *status* dependente semicolonial. O Brasil, assim, tendeu a tornar-se espécie de colônia britânica "oculta". A independência brasileira em 1822 foi, do ponto de vista britânico, uma maneira de completar o estabelecimento de um vínculo *direto*, o que havia se iniciado em 1808-10 com a abertura dos portos brasileiros ao comér-

> cio com as nações "amigas" e a fixação de taxas alfandegárias sobre os produtos britânicos (15%) que eram menores do que as sobre os produtos de outros países (24%) e menores, até, do que as cobradas dos próprios produtos portugueses (16%).
> ....
> Todavia, aqui estamos interessados principalmente não nas formas de "dependência" *per se*, mas nas formas gerais de dominação interna. (Velho, 1976, p.111)

As formas camponesas que de início se tornaram possíveis na sociedade brasileira são coadjuvantes ou correspondentes aos fluxos e refluxos dos recursos de repressão da força de trabalho, pêndulo que agia na contraposição aos meios de instalação da pequena produção independente; ou que a estimulava como reserva de mão-de-obra disponível nos contextos de expansão da demanda desse fator. A contrapartida era a criação de alternativas para a constituição de um campesinato tutelado no interior das fazendas, sob a forma colonato ou morada.

> para os nossos propósitos o que interessa basicamente é uma caracterização geral das *formas de dominação*, expressas pelas relações entre as instâncias política e econômica, não a caracterização de modos de produção. Nesses termos pode-se certamente dizer que fundamentalmente assiste-se no Brasil às manifestações de diferentes variedades (e variações) de um sistema de repressão da força de trabalho, incompatível tanto com a pequena produção independente quanto com a formação de um mercado de trabalho livre. Nesse sentido, pelo menos, houve uma grande homogeneidade geral. Houve também grande estabilidade, de tal maneira que a independência política e até a abolição da escravatura em 1888 não parecem terlhe constituído golpes mortais, mas partes de diferentes capítulos em sua longa história. (Palmeira, apud Velho, 1976, p.12)

Se as *plantations* do litoral aglutinavam a efervescência da vida econômica e política, muitos dos trabalhadores adentravam-se optando por uma vida isolada ou marginal, por vezes redefinindo pertencimentos comunitários nas margens dos rios navegáveis ou nos pequenos povoados, marcando assim a conquista e a apropriação nos termos dos apoios estratégicos às bandeiras ou à expansão da pecuária. A imobilização da força de trabalho no interior das fazendas contrapunha-se a alternativas criadas para constituição do (pequeno) sesmeiro, do posseiro ou *intruso*, formas toleradas como atividade complementar à economia mercantil exportadora.

> As *plantations* da costa constituíram o centro dominante mais estável da sociedade brasileira por muitos anos. Mas não eram o seu único elemento. Já mencionamos a exploração mineral. Deve-se também referir à coleta das especiarias da floresta junto às margens dos rios na intrincada bacia amazônica, as quais eram drenadas e concentradas para a exportação em Belém, próximo ao mar e à embocadura do Amazonas. A criação de gado, levada a cabo numa área muito extensa e que lentamente avançou para o interior onde quer que houvesse pastagens naturais também deve ser mencionada. Havia também, esparsamente, o que se poderia denominar um "campesinato marginal".

Todavia, todas essas diferentes formações ou eram estruturalmente análogas à *plantation*, ou subordinadas a ela ou constituíam apenas uma forma de economia próxima à subsistência e à marginalidade, nesse último caso representando a face contraditória do sistema de repressão da força de trabalho que não retira a tensão provocada pela existência de terras fisicamente "livres".

Apesar disso, essas outras modalidades de economia foram largamente responsáveis pela extensão de nossas fronteiras políticas muito além do domínio físico efetivo da *plantation* e também dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas. Deram forma às fronteiras do Brasil, juntamente com razões de natureza política expressas em diferentes tratados no século XVIII ...

No caso da pecuária, os *resultados* num certo sentido lembram da expansão bandeirante. A criação de gado no Brasil a princípio estava inteiramente ligada à *plantation*. Mas com o tempo a expansão das culturas levou a uma separação física: a criação foi forçada para as terras menos férteis do interior e foi responsável por uma boa parte da "conquista" do *hinter-land*... Durante certo tempo a atividade mineradora (e as cidades que cresceram com ela) constituíram um mercado alternativo, mas a tendência geral foi para um afrouxamento dos laços com os mercados exteriores...

....

Descritivamente poder-se-ia então dizer, com grande simplificação, que se formaram três grandes regiões: a região de *plantation da costa* (que no caso do café do Centro-Sul do século XIX em diante tenderá a se tornar itinerante e avançar para o interior), a extensa região de criação de gado (por vezes incluindo áreas mineradoras ou de *plantation* decadentes) com uma ocupação rarefeita, e uma região – sobretudo de floresta tropical – politicamente garantida mas de fato não ocupada. Nesse último caso, continuou a existir em muitas áreas uma precária extração mineral ou vegetal, especialmente junto às margens dos rios, que deu origem ou permitiu a sobrevivência de alguns povoados e cidades que serviam como o centro inicial de comercialização dos produtos extraídos.

Dentro dessas diferentes regiões eventualmente também se desenvolveu o que Kalervo Oberg (1965) denominou um "campesinato marginal": indivíduos conhecidos por vezes como *caboclos* ou *caipiras* que tentavam reproduzir-se basicamente através de uma agricultura voltada para o autoconsumo, mantendo laços frouxos com o mercado e que, como estereótipo, eram conhecidos por serem preguiçosos e sem ambição, apenas interessados na mera sobrevivência, sem estarem dispostos a qualquer esforço suplementar. Muitos desses indivíduos na verdade constituíam uma espécie de "exército agrícola de reserva" para a *plantation* em seus momentos de expansão cíclica. Muitos outros, no entanto, nunca foram apanhados pela expansão da economia de *plantation*...

O fato principal, no entanto, para o país como um todo, é que embora houvesse casos em que a repressão da força de trabalho não fosse evidente, era estruturalmente o traço dominante. Para os indivíduos, em termos gerais, o preço de não estar ligado a ela era a marginalidade. Certas áreas para além da *fronteira econômica* efetiva tornaram-se, a não ser por fugazes momentos de expansão bandeirante que gradativamente desapareceram, um *locus* para esses marginais, e em o sendo constituíam um aspecto paradoxal mas complementar ... do sistema de repressão da força de trabalho...

...

da segunda metade do século XVII em diante as *plantations* açucareiras do Nordeste embarcaram em um gradativo processo de decadência. É a partir dessa época (e

sobretudo no século seguinte com o desenvolvimento da mineração em Minas Gerais) que o Nordeste – até então a região mais próspera da colônia – começou a se "atrasar" em relação ao Centro-Sul. Essa tendência prosseguiria no decorrer do século XX, quando o Nordeste transformou-se na grande "região problema da América Latina, combinando pobreza e uma alta densidade demográfica. Tratou-se, no entanto, de processo complexo, cheio de altos e baixos, apesar da tendência geral reconhecível.

A *plantation* gradativamente teve dificuldades crescentes na absorção do seu próprio crescimento demográfico natural e essa é certamente uma das razões pelas quais a abolição da escravatura não encontrou grande oposição entre os senhores de terras nordestinos. Essas dificuldades, conseqüentemente, levaram ao crescimento de uma pequena agricultura subordinada no Nordeste. Desenvolveu-se tanto dentro quanto fora do domínio físico da *plantation* e estava voltada fundamentalmente para o autoconsumo, o que não excluía a existência de trocas mercantis e não-mercantis. Ao mesmo tempo, serviu como uma espécie de "depósito" de mão-de-obra de que a *plantation* lançava mão nas suas atividades principais quando em expansão ou em determinados períodos particulares, como época de colheita.

...

De meados do século XIX em diante deu-se um êxodo populacional gradativo. É a partir daí que as cidades no Nordeste e também no Centro-Sul começaram a receber um influxo populacional.

Por essa época, no entanto, deu-se uma nova ocorrência que dirigiria para outro lado parte desse êxodo. A revolução industrial estava criando uma grande demanda de *borracha* e a região amazônica era a mais importante fonte de borracha natural. As atividades produtivas exigiam (e exigem) uma grande quantidade de mão-de-obra a fim de extrair a borracha das árvores da forma a mais primitiva: dentro da floresta, sem nenhum cultivo regular, simplesmente buscando as árvores onde quer que se encontrassem *in natura*.

A primeira grande onda de nordestinos para a Amazônia na década de 1870 coincidiu com uma grande seca e uma queda de preços para o algodão nordestino devido ao término da Guerra Civil norte-americana. O êxodo foi visto pelas autoridades como um modo de evitar o perigo potencial representado pelos refugiados que se concentravam nas cidades costeiras. Em meio século, de acordo com algumas estimativas, cerca de quinhentos mil nordestinos foram para a região amazônica, que experimentou um grande período de auge econômico...

...

Combinado com outros fatores, isso levou, aproximadamente da década de 1920 em diante, a um grande crescimento das cidades brasileiras. Simultâneamente, deu-se um menos óbvio e não muito bem percebido *crescimento do "campesinato marginal"*.

Isso tudo significava que as circunstâncias estavam agora levando a uma *gradativa liberação da força de trabalho*. Tratava-se, no entanto, sobretudo da liberação da força de trabalho *excedente*: a *plantation* continuava, através de suas transformações, a manter relativamente imobilizada, utilizando toda sorte de artifícios (dívidas contraídas nos *barracões*, doação de pequenos lotes de terra, a simples violência em casos extremos etc.) a mão-de-obra realmente necessária.

...

O ponto básico a ser acentuado é que em última análise assiste-se aqui, mais uma vez, ao *desenvolvimento capitalista de um sistema originalmente baseado na repressão da força de trabalho, através de sua transformação gradual e não-revolucionária*... (Velho, 1976, p.111-9)

Por conseguinte, associando-se mais ou menos imediatamente aos grandes empreendimentos econômicos, no decorrer da colonização e da institucionalização do país politicamente autônomo da Coroa portuguesa, condições diferenciadas de constituição do campesinato foram se consolidando: no interior e ao redor da *plantation;* nas ilhas de povoamento que cristalizaram vilas e vilarejos de apoio a outras alternativas da economia mercantil; nos núcleos espalhados por beira dos rios navegáveis, por onde escoavam borracha, especiarias e ouro; pela imigração de estangeiros para, na condição de colono ou produtor tutelado, reproduzir, pela soma de subunidades de produção, as fazendas canavieiras ou cafeicultoras; ou para se aglutinarem em povoados ou colônias, agora imigrantes dotados de unidades autônomas de produção, meios pelos quais consolidaram o campesinato parcelar do Sul e do Sudeste do Brasil.

Valorizando a perspectiva analítica construída por Velho, os processos de constituição do campesinato no Brasil devem ser compreendidos pelas condições diferenciadas de realização do sistema de repressão ou de imobilização da força de trabalho, princípios de gestão da formação populacional correspondente aos pressupostos organizativos dos sistemas hegemônicos de dominação econômica e política. No caso brasileiro, princípios referenciadores das alternativas de existência da pequena produção independente e da formação de um mercado de trabalho livre, oscilando entre concessões de acesso direto à parte do produto do trabalho ou à perda total do controle, até do próprio corpo (como na escravatura) (cf. Velho, 1979).

Tendo em vista o caráter dependente e tutelar do acesso à terra e aos correspondentes meios de produção, para interpretações formalistas e essencializadas, tais formas se apresentam por uma quase ou pré-posição social, um limbo socioeconômico. Isso porque esta crença intelectual vem negar, se furtar ou subtrair de imediato a interpretação da diversidade ou das heterogeneidades contextuais, todas ainda correspondentes aos princípios de repressão da força de trabalho e de dominação política que, na sociedade brasileira, por diversas formas, vêm se cristalizando.

Por tal razão, nos artigos que integram este tomo estão reafirmadas a complexidade e a diversidade de situações sociais e históricas em que se expressa a organização produtiva de famílias mediante o reconhecimento de formas camponesas. Visto que, como vimos insistindo, a condição camponesa não é uma essencialidade, mas um modo de organização de produção e de vida social segundo valores referenciais, elaborados também pela convivência em espaços de interculturalidades, as alternativas de integração social são constituintes das configurações possíveis e expressões da diversidade situacional. Em conseqüência, são aspectos fundamentais para se pensar as diferenciadas trajetórias possíveis. Em certos processos, destacam-se as conjunturas mais ou menos favoráveis à expansão desse modo de produzir e de consumo mercantil dos produtos que os campone-

ses podem oferecer. Em outros, ressaltam-se os contextos mais ou menos favoráveis à mobilização política para a organização de estratégias de luta visando a redefinir os modos de constituição e reconstituição na posição; e também processos de expropriação do acesso aos meios de produção e imposição ou aberturas para escolha do assalariamento.

Ora, no Brasil, como já demonstramos, uma das formas mais genéricas veio a se constituir por subordinação econômica e política ao grande proprietário de terra, correspondendo às necessidades de imobilização da força de trabalho nos empreendimentos voltados para economia de exportação e/ou articulados à agroindústria. Outras tantas formas, entretanto, também emergiram no rastro dos investimentos econômicos que visavam a consolidar a produção mercantil (sedentária ou itinerante), cabendo aos camponeses, nessa modalidade de divisão social do trabalho, o abastecimento alimentar, base fundamental para a constituição das cidades como centros de comércio e de serviços. Em certos casos, os próprios porta-vozes do Estado tornaram viável essa complementaridade, estimulando a constituição de cinturões de produção hortigranjeira no entorno das cidades, mormente as que apresentavam intensa dinâmica de crescimento econômico e populacional. Outras vezes, também pelo estímulo ao deslocamento de agricultores e seus sucessores, situados em áreas de tensão ou de fortes mecanismos de pressão sobre a apropriação da terra e elevação do índice de desemprego no setor agropecuário. Portanto, programas estatais foram elaborados para constituição e reconstituição do campesinato em outros espaços físicos. A alternativa mais consagrada até nossos dias, como destacamos, recaiu sobre os imigrantes, sobretudo europeus e japoneses que aqui chegaram e, no decorrer do tempo, constituíram as colônias, tão reconhecidas nos estados do Sul do Brasil, mas também menos amplamente em estados como Rio de Janeiro e Espírito Santo ou Pará. As ações públicas mais recentes de intervenção para estimular autorizadamente o deslocamento de trabalhadores desejosos de se instalarem como proprietários dos meios de produção e apropriadores dos produtos do trabalho, ainda na modalidade de programas de colonização, recaem sobre as colônias agrícolas constituídas no cerne da Marcha para Oeste, durante o Estado Novo (1937-45); e o programa de colonização dirigida do governo militar (1964-85), instrumento institucional pelo qual foram transferidas enormes levas de famílias para os estados das regiões Norte e Centro-Oeste.

Para efeitos da coletânea "História Social do Campesinato no Brasil", optamos pelo registro das mais diferenciadas condições de existência e de constituição de experiências de grupos camponeses, tanto as que se reafirmaram e perduraram como as que, dados os tipos de vínculos ou pelo caráter contraditório a elas inerentes, foram dissolvidas com os sistemas econômicos e políticos que as integravam. Da mesma forma, para pensar as alternativas de reprodução desse modo de existência social, é fundamen-

tal a compreensão do quadro institucional estruturado para propiciar ou constranger o desenrolar de formas de luta, pelas quais os camponeses vislumbravam o alcance de resultados a eles mais favoráveis. Enfim, tornou-se importante trazer a público um conjunto de pesquisas que, mais ou menos enfaticamente, tentam responder à seguinte questão: Quais as condições de possibilidade de existência, permanência e dissolução do campesinato em formações socioeconômicas como a do Brasil?

Se há certo acordo sobre os sentidos atribuídos aos termos constituição e reconstituição do campesinato, parte de sua própria dinâmica, tal não se sucede com o estudo da dissolução. Entre nós, autores nestes dois volumes, o termo dissolução abarca um dos desdobramentos de formas diversas de existência do campesinato, que no processo histórico foram se extinguindo. O registro desse processo de exclusão de formas camponesas representa, analiticamente, o acúmulo de dados que permitam entender os múltiplos percursos desse trabalhador rural, mas também os respectivos contextos políticos favoráveis à permanência ou ao desaparecimento de segmentos do campesinato brasileiro. Ele é também fundamental à compreensão de investimentos na produção de memória coletiva sobre os pré-requisitos e os constrangimentos a serem enfrentados no decorrer da luta pela existência de certas formas de campesinato. No plano analítico, o registro torna possível sistematizar atributos específicos dessas trajetórias. E no plano da prática política, propícia ao protagonismo dos grupos atuais, o reconhecimento de forças sociais que operaram positiva ou negativamente no âmbito da reprodução material, social e política das diversas modalidades de existência social do segmento populacional em pauta.

Mapear os diversos percursos e seus múltiplos desdobramentos tornou-se assim contribuição para o entendimento de certas especificidades do campesinato brasileiro. Registrar os processos de dissolução não é se alinhar a uma visão apocalíptica, de desejado efeito enunciação, até pouco tempo relativamente difundida entre intelectuais e políticos, que antecipava ou apostava na superação da posição camponesa, valorizando apenas os efeitos de determinados processos econômicos, reconhecidos por eficácia inexorável. Portanto, não é reafirmar a inescapável expropriação como fator constitutivo do capitalismo; mas exatamente registrar as mediações inerentes a processos de dissolução, entre elas a participação ativa dos grupos atingidos, que se apresentam como atores da construção ou do investimento de diversas saídas possíveis. Por exemplo, ora exprimindo os investimentos em destinos sociais diferenciados para as próximas gerações, ora vindo a questionar o direito do empregador, base para reivindicar não só a expropriação do proprietário da terra como também a transferência dos fatores produtivos para os ex-empregados.

Em todas as situações citadas, os camponeses operam na dissolução de formas de vinculação produtiva quando o contexto não é favorável à re-

produção social da posição. Em alguns casos, a reação dos camponeses provocou desdobramentos que lhes foram favoráveis, permitindo-lhes constituir-se de forma autônoma. Em outros, pressupôs a renegação dessa posição e o engajamento em modos de inserção em outros setores produtivos, como demonstram as diferentes possibilidades de migração, os desdobramentos mais visíveis sendo aqueles fluxos no sentido rural-urbano. Em outros casos ainda, mesmo perdendo tal condição e sendo deslocado para a posição de assalariado rural auto-assentado na periferia da cidade, essa dramática experiência acalentou (e acalenta) fragmentos rearticulados de memória individual e coletiva, nutridores da esperança de constituição produtiva sob autonomia relativamente objetivada na condição camponesa. Tais motivações por vezes foram tão eficazes, que muitos desses desejos foram reafirmados tempos depois, quando os trabalhadores, até na condição de aposentados, reinscreveram o sonho nunca perdido no engajamento em grupos para ocupação de terra, assegurando o sonho e a realidade da apropriação do lote como o possível legado para os filhos ou netos. Insistimos então: essa vertente ideológica dos processos de dissolução do campesinato, altamente demonstrada em trabalhos acadêmicos, nutre a adesão de muitos dos atuais assentados ou dos que ainda lutam na condição de acampados. Por conseguinte, a memória social reelaborada das vantagens da posição de produtor relativamente autônomo, em sendo coletiva, apresenta-se também como mediação socializadora de muitos dos trabalhadores que atualmente estão engajados nos movimentos de luta pela terra. A reversão da posição opera então como um legado correspondente ao ressarcimento da dívida social, dados os constrangimentos por que passaram na condição de colonos, posseiros, sitiantes, assalariados e trabalhadores autônomos urbanos, um dos casos-limite sendo registrado no estado de São Paulo, por um assentamento constituído pela mobilização de trabalhadores anteriormente reconhecidos como parte da *população de rua.*

A ITINERÂNCIA E A TEMPORÁRIA REPRODUÇÃO DA FAMÍLIA CONJUGAL

Como foi possível demonstrar em várias das situações analisadas, há cumplicidades na constituição de uma visão ideológica que atribui o destino do sertão, dos espaços de florestas virgens, aos que desejam se instalar autonomamente como produtores familiares. A intensidade dessa migração do litoral para o interior em busca de terras livres e de baixo valor mercantil em muito dependeu de meios oficiais de recrutamentos. Explica assim diversos processos de expansão de fronteiras, diminuição de tensões

nas regiões de maior demanda por terrra: estados das regiões Nordeste, Sudeste (em especial Minas Gerais e Espírito Santo no contexto da erradicação da cafeicultura) e Sul. A itinerância, por iniciativa familiar e vicinal, diante da insistente produção de escassez da terra a ser apropriada por agricultores, mas também por estímulo de agentes estatais e de grandes proprietários, interessados em desmatamentos para a constituição de pastos, tem-se constituído em traço fundamental da elaboração de expectativas de acesso à terra por trabalhadores rurais. Não sem razão, mesmo que provisoriamente, é solução consentida e muitas vezes apoiada por sucessivos governos estaduais e federais.

Nos processos de colonização dirigida, voltada para imigrantes europeus e japoneses ou agricultores nacionais, sobressai o peso do recrutamento social e dos agenciadores na mobilização dos trabalhadores. Portanto, o impacto da construção idealizada de eldorados, seguranças prometidas mas nem sempre cumpridas, que, em certas circunstâncias, transformam o cotidiano dos deslocados em suplício ou inferno terrestre.

Uma característica foi, então, se delineando ainda no decorrer do processo de colonização por imigração, mas também de tantos mais que posteriormente se implantaram: necessidade pública de povoar os *campos incultos* ou os *sertões*, atribuindo aos colonos papel essencial na expansão da fronteira política e econômica do Brasil. Por isso, também a recorrente valorização política do imaginário da abundância das *terras devolutas* e a secundarização das desapropriações de propriedades particulares, marcas até hoje inerentes ao ideário burguês que acena para o simulacro de reforma agrária. No recrutamento, há sempre o destaque para a abundância de terras *sem dono* e para a riqueza das vicejantes florestas. Há sempre o horizonte à vista do *sertão* inculto ou incivilizado, instigando o imaginário dos trabalhadores para sua constituição como legítimos e justos demandantes.

Estamos então enfatizando que o estímulo à ocupação tem base institucional oficialmente constituída; é abertura laureada mas freada ou limitada quanto ao alcance dos objetivos. Por isso está provida de consecutivas mudanças nas regras de apropriação e de assentamento de *colonos* e *posseiros*, condição que qualifica de modo recorrente o processo por numerosas formas de insegurança. A parcialidade dos investimentos para a constituição dos lotes coloniais ou dos centros comunitários que centralizam as raras ofertas de serviços públicos (até mesmo religiosos) e comerciais, a insistente valorização da produção desassociada das condições de comercialização e transporte das mercadorias, desde o início do processo de colonização, mas persistente até nossos dias, como comprovam os diversos casos de insustentabilidade econômica e social dos assentamentos de reforma agrária, impuseram dificuldades a muitos dos colonos, que terminaram endividados por ausência de condições objetivas para ressarcir a dívida contraída no momento de integração ao processo.

Retomando, neste capítulo de caráter sistematizador, a contribuição aqui apresentada por Giralda Seyferth, conclui-se que dois formatos de colonização orientaram a fixação de imigrantes:

> [pela]cessão de terras (públicas) à iniciativa particular com o ônus de promover a localização de colonos, e a ocupação de terras do domínio público, demarcada em lotes ..., sob controle e administração do Estado.

E acrescenta:

> A legislação contém uma concepção ideal de localização (ou assentamento), subentendido o mesmo referencial econômico e civilizatório do conceito de frente pioneira; mas ela refletiu-se na distribuição espacial e foi um fator preponderante da formação camponesa característica do contexto da colonização. Ela predeterminou dois pólos de ocupação: o povoado (ou vila), demarcado com "lotes urbanos", e as linhas, demarcadas com "lotes rurais" – espaços que deviam congregar pessoas distintas. Os lotes urbanos, de dimensões reduzidas, eram destinados a prestadores de serviços, comerciantes, artesãos, etc.; ali não havia espaço para os colonos. A administração, a assistência médica e religiosa, e as primeiras escolas estavam no povoado. Mas os colonos, por determinação legal, não podiam requerer lotes urbanos. Deviam morar no lote rural, um dos requisitos para obter a propriedade do mesmo, constante dos títulos provisórios recebidos no ato da concessão da terra. Assim, desde o início surgiu uma polaridade rural-urbana precedendo a existência da cidade. As linhas rapidamente se converteram em comunidades, numa elaboração simbólica de pertencimento aldeão, sem a existência da aldeia camponesa tradicional. A ocupação dos lotes, afinal, deixou as famílias relativamente distantes umas das outras, dedicadas a transformá-los em unidades produtivas, embora próximas o suficiente para permitir a convivência cotidiana.

Acompanhando a argumentação de Giralda Seyferth, pode-se perceber o estímulo criado para a concorrência entre os chamados nacionais que, quase sempre excluídos ou secundarizados no recrutamento, tornaram-se assim autoconvidados e impertinentes que ladeavam as áreas de colonização. De qualquer forma, na qualidade de concorrentes, pela propriedade de posição, operavam na construção do controle social sobre os demandantes oficiais e denunciavam os desviantes em relação às regras de assentamento. A partir desses casos desviantes, os *posseiros* puderam disputar sua permanência ou posterior inserção oficial no processo de assentamento e titulação da propriedade da terra.

Refletir sobre os meandros desses processos, tal como Giralda Seyferth nos contemplou, permite-nos não só uma análise comparativa com as sucessivas experiências de colonização, mas também com o atual programa de reforma agrária, cujos erros, correspondentes à qualidade de princípios de dominação e imposição, são assim recorrentes. Como atributos consagrados, agregam ao processo, como caracteriza a autora, um sentido

condenatório aos colonos, visto que os resultados esperados não são alcançados e os efeitos negativos são debitados a qualidades desvalorizadas dos trabalhadores e suas famílias.

Tanto nos casos por ela analisados como em muitos outros mais deste tomo da coletânea, os colonos na prática enfrentaram dificuldades para obter os títulos definitivos de propriedade, para o cultivo em área de floresta e para a comercialização dos produtos diante da precariedade das vias de comunicação, fatores nunca oficialmente reclamados para explicar os desdobramentos negativos do processo de colonização. Em conseqüência, também se relevam algumas das estratégias adotadas pelos colonos para se assentarem, entre elas a adoção do modelo da policultura ou da produção para o autoconsumo, associado à transferência de excedentes para o mercado, sob volume e variedade diversas segundo conjunturas. E ainda a migração, a itinerância ou a mobilidade espacial dos colonos, que se orientavam pelo acesso à terra em condições mais adequadas e pelo princípio básico de reprodução da família, fundamentada no acesso a um lote pelos filhos em idade produtiva. A expansão colonizadora para outras regiões se fundamentou então em processos de migração, como tão bem foi demonstrada em diversos dos capítulos aqui incluídos. Como conclui Giralda Seyferth:

> A continuidade da ocupação territorial, por sua vez, garantiu o acesso à terra para a 2ª e 3ª gerações, dispostas a migrar para novas frentes de expansão agrícola. Daí, a migração tornou-se um elemento constitutivo desse campesinato e forma de preservar a reprodução social na condição camponesa. A intensidade da migração rural, mencionada na literatura, e sua congênere, a migração rural-urbana, por outro lado, apontam para as limitações da reprodução social numa conjuntura em que esta só pode ser assegurada com a exclusão da população excedente, através de mecanismos costumeiros de transmissão do patrimônio (herança), ou da busca pela terra em outro lugar, refazendo o ciclo pioneiro, em lugares cada vez mais distantes.

Reafirmando o ideário do deslocamento dos lavradores para ocupar o interior, ressaltamos também o papel da colonização dirigida sob a égide da Marcha para Oeste, programa fundamentado em amplas campanhas de recrutamento dirigido aos trabalhadores rurais nacionais, que, como destacamos na apresentação deste tomo, antes estiveram preteridos em nome dos estrangeiros. Entretanto, por pressões de diversas ordens passaram a ser, por este programa, privilegiados em correspondência à preterição dos imigrantes que deviam se nacionalizar.

Muitos dos textos elaborados para a interpretação do processo de colonização articulado à Marcha para Oeste, em forma de dissertação, permanecem sem publicação. Os que foram publicados nem sempre alcançam grande circulação e facilidades para aquisição e consulta. Por isso, a

despeito da contribuição de alguns pesquisadores que se têm ocupado do estudo desses programas, os textos e os respectivos processos analisados são basicamente do conhecimento de especialistas.[9]

O programa de colonização dirigida do Estado Novo cobriu processos reproduzidos durante décadas e teve desdobramentos políticos importantes na sociedade brasileira, como a mobilização de trabalhadores rurais por militantes do Partido Comunista Brasileiro, mais bem expressa nos diversos núcleos de Ligas Camponesas, então existentes. Também como laboratório para construção de concepções sobre reforma agrária irrestrita; ou ainda como espaço de reflexão sobre estratégias e recursos de defesa para assegurar ocupações. Operou então como espaço de construção política para redefinir a redistribuição de terra por incidência sobre a propriedade de latifundiários e desqualificação política de exemplos pontuais, caso dos núcleos agrícolas verticalmente construídos. Essas proposições políticas, como sabemos, foram tomadas como uma das razões cabais para se implantar o golpe militar de 1964. No entanto, nem por tudo isso essas questões aguçaram maior número de pesquisadores. Talvez pelo fato de ser uma experiência negada como pretensão de reforma agrária, como queriam os representantes populistas do Estado brasileiro de então; talvez porque, na maior parte dos casos das colônias, as esperanças foram destroçadas por experiências frustrantes de promessas de sociedade idealizada e realização pífia de questões contratuais acenadas.

Os estudiosos do programa de colonização agrícola anunciado por Getúlio Vargas explicam as razões desse investimento pela necessidade governamental de: a) diminuir as situações de tensão política, decorrentes da crise do café em 1929; b) oferecer alternativas de transferência de capital para outras atividades produtivas; c) deslocar colonos não só vinculados à cultura cafeeira em declínio ao sul do estado do Rio e nas regiões de exploração mais antiga no estado de São Paulo, mas, logo após também, à do algodão, sobretudo a radicada no estado de São Paulo, acometida por pragas que exigiram dizimação quase total; d) criar novas fontes e meios de produção de legitimidade governamental, agora pela adesão de trabalhadores urbanos e rurais, adesão política amparada na promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no estímulo ao sindicalismo, em reajustes de salário mínimo etc.; e) mobilizar a convergência da população

[9] Não cabe, neste artigo final, apresentar balanços bibliográficos. Entrementes, dados os objetivos da coletânea, indicarei alguns dos títulos e autores que elaboraram reflexão sobre os processos de criação de Colônias Agrícolas Nacionais ou núcleos coloniais. Advirto, então, que não tenho intenções de exaustividade, mas apontar pistas para ampliar a consulta por leitores eventualmente interessados: Borges, 1995; Carneiro, 1988; Castro de Arezzo, 1998; Castro, 1994; Esterci, 1973; Faissol, 1950; Geiger e Mesquita, 1956; Lenharo, 1986; Neiva, 1984; Oliveira, 1987; Rocha, 1970.

em torno de um projeto nacionalista elaborado no contexto das disputas que qualificavam as razões da Segunda Guerra Mundial; f) enfim, construir e reproduzir o mito do presidente pai dos pobres, que redistribuiu de modo gratuito para os laboriosos trabalhadores não só a terra, mas também instrumentos de trabalho, crédito, assistência técnica, formação profissional agrícola para os filhos, animais básicos para constituição de poupança etc.

Anterior ao processo de colonização, razão de sua escolha, o território goiano era definido como portador de imensos *espaços vazios*. Nas décadas de 1920 e 1930, já havia acentuado fluxo migratório para o estado de Goiás, cuja intensidade se destacou na década de 1940, visto que a fixação de colonos ou trabalhadores rurais nordestinos, mineiros, paulistas e também goianos foi encorajada com a abertura de estradas, inclusive a Brasilândia, cuja pretensão era ligar Anápolis a Belém. Em vinte anos, esse afluxo e as ocupações alteraram totalmente a paisagem. É o que exemplifica a construção de vilas e, logo após, de municípios como Ceres, onde se localizou a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, mas também Rubiataba, Goianésia etc.

Em 1946, havia registro de 8 mil pessoas instaladas na Cang, número sempre em elevação, dado que em 1950 já totalizavam 29.522, correspondentes a 1.313 lotes e mais de 4 mil famílias. O formidável afluxo, considerando as condições contextuais de locomoção (algumas famílias trafegavam por meses mediante carros de boi), impôs a restrição do tamanho dos lotes, maior morosidade das medidas administrativas e regulamentares. Os constrangimentos motivaram numerosos descontentamentos, quase sempre proporcionais ao investimento e à penosidade exemplarmente suportada, uma vez que referentes a valores constitutivos do *ethos* dos trabalhadores migrantes, projetivamente recompensados pela busca de autonomia na organização da vida familiar.

As regras restritas que orientavam a seleção dos candidatos, obrigatoriamente casados e acompanhados de família, dotados de atributos morais para se apresentarem como exemplares pioneiros, cidadãos e agricultores, em contraposição ao afluxo para além do inesperado, fizeram constituir mais uma vez os concorrentes que se instalaram no entorno das colônias. Como nesse entorno as regras de fixação não correspondiam às restrições dignificadoras dos escolhidos, muito rapidamente ele passou a ser o *lócus* contraposto da liberdade. Assim, o comportamento dos desviantes passou a influenciar a rigidez das formas de organização das colônias e núcleos coloniais, disciplinarmente controlados por representantes das autoridades estatais (estaduais e federais). Os administradores de colônias tiveram então de flexibilizar o modelo ideal de construção do agricultor colono, uma vez que um mundo à parte ia se constituindo com as vantagens da legitimidade dos investimentos pautados em empreendedorismos individuais e autônomos.

De tal forma a resposta dos trabalhadores rurais ao recrutamento se exprimiu e a confusão em decorrência se instalou que, logo depois, outros núcleos foram criados e os dirigentes do Partido Comunista Brasileiro para lá enviaram emissários e militantes, imbuídos do papel de organização da resistência e da contraposição por revolucionário modelo de reforma agrária. Desses investimentos políticos na organização dos trabalhadores, a expressão mais reconhecida tem sido as revoltas de Trombas e Formoso, também municípios surgidos por esse afluxo de migrantes trabalhadores rurais.

Nesse sentido, não podemos estudar os processos autorizados de construção e objetivação de modelos de colonização aqui considerados sem pensar no complemento contraposto dos movimentos migratórios de posseiros, e sem considerar as representações sociais e políticas que sustentaram uma luta aparentemente silenciosa, mas, por isso mesmo, eficaz na demonstração de efeitos inesperados. Todavia, como vimos reiteradamente destacando, luta sem dúvida eloqüentemente comprovadora do valor que os trabalhadores rurais atribuem à apropriação da terra pela legitimidade do trabalho familiar nela incorporado.

No estado do Rio de Janeiro, a partir do saneamento da Baixada Fluminense, o governo Vargas de início organizou algumas colônias agrícolas, cuja área total atingia 49.096 hectares, sendo a mais importante a de Santa Cruz, com 19.140 hectares, seguida da Colônia de São Bento (4.596 hectares) e de Tinguá (3.105 hectares). Posteriormente foram ainda organizadas a Colônia de Papucaia (13.792 hectares) e a de Macaé (7.931 hectares). O número de inscrições registradas na sede das colônias e no Ministério da Agricultura sempre ultrapassou em muito as possibilidades de acolhimento dos candidatos. No início da década de 1950, na Colônia de Santa Cruz, 4.500 pessoas ou 664 famílias se assentavam em 8 mil hectares, redistribuídos em 711 lotes rurais medidos, mas 507 de fato ocupados, que variavam entre 3 e 20 hectares, tendo por média 8 a 10 hectares (cf. Geiger e Mesquita, 1956, p.154).

Como temos visto, a área do lote nos programas de colonização dirigida é quase sempre idealmente pensada em razão da produtividade correspondente à fixação da família no tempo de coexistência de duas gerações. Na prática, para além da recorrente má qualidade do solo e da inadequada localização da área de terra, o lote só corresponde ao atendimento de alguns dos ciclos de vida da família nuclear, isto é, aquele em que um núcleo conjugal cria seus filhos. O alcance da idade adulta pelos filhos impõe de modo necessário a transmissão do legado do aprendizado da migração, para que, mais uma vez, cada família viva seu fluxo de reprodução geracional em uma família conjugal. E assim se reproduz a saga da itinerância do campesinato brasileiro que se constituiu como desbravador, em luta pelo reconhecimento da posse. E assim será, pode-se supor, até que se reconheça

que, em sendo economia familiar, a área de terra projetada deve considerar a reinstalação de alguns dos filhos em idade adulta, condição que, de fato, permitirá a reprodução longa do segmento de trabalhadores que reivindicam a posição de camponeses autônomos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGAMASCO, S. M. P. P.; ANTUNIASI, M. H. R. *Bibliografia sobre a produção familiar na agricultura brasileira*. São Paulo: Finep/Universidade Estadual Paulista, Botucatu: UNESP, v.1, 1986, 218p.

BORGES, B. G. Expansão da fronteira agrícola em Goiás. Estudos. Goiânia, v.22, n.3 e 4, p.159-70, jul./dez. 1995.

BRUMER, Anita; TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais. *30 años de sociologia rural en America Latina.* ALASRU, 2000, p.33-69.

BRUMER, Anita. A pesquisa rural no Sul do Brasil. Seminário *Os caminhos da pesquisa rural no Brasil*. Recife, 17-18 de agosto de 1989, 57p. mimeo.

CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito.* São Paulo: Martins Editora, 1964, 284p.

CARNEIRO, M. E. F. *A revolta camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia: Cegraf, 1988.

CASTRO DE AREZZO, Dryden. Administração fundiária no Estado do Rio de Janeiro. In: CARNEIRO, Maria José et al. (Orgs.). *Campo aberto*, o rural no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998, p.41-60.

CASTRO, S. P. et al. *A colonização oficial em Mato Grosso*: a nata e a borra da sociedade. Cuiabá: EDUFMT, 1994.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (Org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil Contemporâneo*, Brasília: IPEA, 2005, p.51-90.

ESTERCI, N. *O mito da democracia no país das bandeiras*. 1973. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1973.

FAISSOL, S. Notas sobre o núcleo colonial de Santa Cruz. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, v.7, n. 82, 1950.

FUKUI, L. F. G. *Sertão e bairro rural* – parentesco e família entre sitiantes tradicionais. São Paulo: Ática, 1979.

GEIGER, Pedro Pinchas; MESQUITA, Myrian Gomes Coelho. Estudos rurais da Baixada Fluminense. Biblioteca Geográfica Brasileira, Publicação nº12 da Série A, "Livros". Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, 1956.

GNACCARINI, José César; MOURA, Margarida Maria. *Estrutura agrária brasileira:* permanência e diversificação de um debate. BIB Nº 15 in BIB n.3 (condensando números 15 a 19). São Paulo: ANPOCS-Cortez, 1990, p.9-61.

GUIDI, M. L. M. Elementos de análise dos "estudos de comunidades" realizados no Brasil e publicados de 1948 a 1960. *V Reunião Brasileira de Antropologia*. Belo Horizonte, 1961.

LENHARO, A. A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.6, n.12, p.47-64, mar./ago. 1986.

MONTEIRO DE CARVALHO, J. C. *Camponeses no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978.
NEIVA, I. C. *O outro lado da Colônia*: contradições e formas de resistência popular na Colônia Agrícola Nacional de Goiás. 1984. 62 f. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, 1984.
NOGUEIRA, Oracy. Os estudos de comunidade no Brasil. *Revista de Antropologia.* São Paulo, v.3, n.2, p.15-28, dez. 1955.
OLIVEIRA, M. C. de. *Questão agrária em Goiás*: Governo Mauro Borges, 1961-1964. Goiânia. 1987. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, 1987.
PALMEIRA, Moacir. *Latifundium et capitalisme*: lecture critique d' un débat. 1971. Tese (doutorado) – Universidade de Paris, mimeo, 1971.
PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. *O campesinato brasileiro*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1973.
PESSOA, J. de M. A Igreja da denúncia e o silêncio do fiel. Campinas: Alínea, 1999a.
______. Ajuntando os cacos: a conquista da terra como reconstituição do simbólico: fragmentos de cultura (Goiânia). *Rev. do Ifiteg*, v.7, n.23, p.25-40, 1997a.
______. *Cotidiano e história:* para falar de camponeses ocupantes. Goiânia: Editora da UFG, 1997b. (Col. Quíron).
______. *A revanche camponesa.* Goiânia: Editora da UFG, 1999b.
ROCHA, L. M. O trabalho entre os sitiantes do núcleo de colonização dirigida "Fazenda Santa Helena", Marília, São Paulo. *Cadernos CERU*. São Paulo, n.44, 1970.
SEYFERTH, G. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Movimento/SAB, 1974.
______. Aspectos da Proletarização do Campesinato no Vale do Itajaí: os colonos-operários. *Comunicações.* Rio de Janeiro, n.7, 1984.
______. Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, dez. 1983.
______. Colonização e conflito: estudo sobre "motins" e "desordens" numa região colonial de Santa Catarina no século XIX. In: TAVARES DOS SANTOS, J. V. (Org.). *Violências em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999, p.285-330.
______. Herança e Estrutura Familiar Camponesa. *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, n.52, 1985.
______. *Nacionalismo e identidade étnica.* Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.
______. Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia. *Bib*, n.25, 1988
SIGAUD, Lygia. Para que serve conhecer o campo. In: MICELI, Sérgio (Org.). *Temas e problemas da pesquisa em Ciências Sociais.* São Paulo: Idesp, Rio de Janeiro: Sumaré, 1992, p.30-42.
TAVARES DOS SANTOS, J. V. Crítica da Sociologia Rural e a construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo, p.13-51, 1991.
VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1976.
VELHO, Otávio Guilherme. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro. *Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969-1982, p.40-7.
______. O problema agrário. *Sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969-1982, p.100-6.

Sobre os autores

Bernadete Castro Oliveira. antropóloga, professora da Universidade Estadual de São Paulo.
bacco@rc.unesp.br

Delma Pessanha Neves. antropóloga, professora do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal Fluminense, bolsista do CNPq.
mdebes@provide.psi.br

Flávio Leonel Abreu da Silveira. antropólogo, professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (UFPA), pesquisador do Laboratório Arthur Napoleão Figueiredo (UFPA).
flabreu@ufpa.br

Gil Almeida Félix. mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Flumiense.
gilalmeidax@gmail.com

Giralda Seyferth. antropóloga, professora do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ.
gseyfert@mn.ufrj.br

Jadir de Morais Pessoa. doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, professor titular na Faculdade de Educação da UFG.
jmpessoa@hotmail.com

Jérri Roberto Marin. professor adjunto da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), mestre em História pela UFRGS, doutor em História pela UNESP, campus de Assis.
jerrimarin@bol.com.br

Joana Bahia. antropóloga, professora do Departamento de Ciências Humanas FFP/Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
jobah@uol.com.br

Joel Orlando Bevilaqua Marin. doutor em Sociologia pela UNESP-Araraquara e professor da Universidade Federal de Goiás.
marin@agro.ufg.br

José Heder Benatti. advogado, professor de direito da Universidade Federal do Pará (UFPA) e presidente do Instituto de Terras do Pará (ITERPA).
jbenatti@ufpa.br e jose.benatti@iterpa.pa.gov.br

Lia de Freitas Garcia Fukui é professora assistente doutora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
email: liafukui@hotmail.com

Margarita Rosa Gaviria. antropóloga, professora Prodoc/Capes no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
gavidom@futurusnet.com.br

Maria Catarina Chitolina Zanini. antropóloga, professora da Universidade Federal de Santa Maria.
cmzanini@terra.com.br

Maria José Carneiro. antropóloga, professora do Curso de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ, bolsista do CNPq.
mjcarneiro@terra.com.br